

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO  
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

**POLLYANNA GONÇALVES CORREIA DE MORAES**

**Da Farda ao Cuidado: A atuação das Mulheres do Exército  
Brasileiro no Acolhimento de Migrantes e Refugiadas  
Venezuelanas**



**Rio de Janeiro  
2024**

POLLYANNA GONÇALVES CORREIA DE MORAES

**Da Farda ao Cuidado: A Atuação das Mulheres do Exército Brasileiro no Acolhimento  
de Migrantes e Refugiadas Venezuelanas**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciências Militares.

Orientador: Prof. Dr. GUSTAVO DA FROTA SIMÕES

**Rio de Janeiro  
2024**

M827f Moraes, Pollyanna Gonçalves Correia de

Da farda ao Cuidado: A Atuação das Mulheres do Exército Brasileiro no Acolhimento de Migrantes e Refugiadas Venezuelanas. / Pollyanna Gonçalves Correia de Moraes. – 2024.  
184 f. : il. ; 30 cm

Orientação: Gustavo da Frota Simões.  
Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2024.  
Bibliografia: f. 144-154

1. Ajuda Humanitária. 2. Exército Brasileiro. 3. Migrantes e Refugiadas venezuelanas. 4. Mulheres Militares. 4. Preparo militar para questões de gênero. Título.

CDD 355

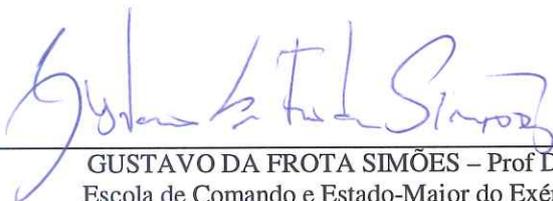
**POLLYANNA GONÇALVES CORREIA DE MORAES**

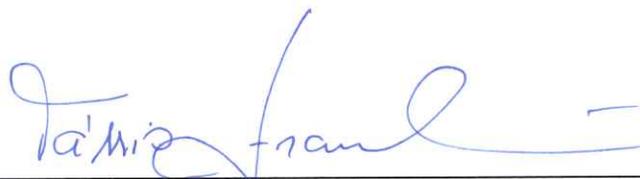
**DA FARDA AO CUIDADO: A ATUAÇÃO DAS MULHERES DO EXÉRCITO  
BRASILEIRO NO ACOLHIMENTO DE MIGRANTES E REFUGIADAS  
VENEZUELANAS.**

Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-  
Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção  
do título de Mestre em Ciências Militares.

Aprovada em 03 de dezembro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

  
GUSTAVO DA FROTA SIMÕES – Prof Dr – Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME

  
TÁSSIO FRANCHI – Prof Dr - Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME

Documento assinado digitalmente  
 EDUARDA PASSARELLI HAMANN  
Data: 04/12/2024 10:59:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EDUARDA PASSARELLI HAMANN – Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> – Membro  
Fundação Getúlio Vargas – FGV

Ciente:   
POLLYANNA GONÇALVES CORREIA DE MORAES – Postulante  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME

## AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos falando que este trabalho foi desenvolvido por muitas mãos e mentes. Tenho muita sorte de ter encontrado pessoas de bom coração, dispostas a compartilhar seus conhecimentos e experiências e que, conseqüentemente, me guiaram até aqui.

Primeiramente, agradeço a Deus por permitir que tudo isso fosse possível e aos espíritos amigos que trouxeram pensamentos positivos de fé e esperança ao longo dessa minha caminhada.

Ao meu marido, Mário Augusto, e aos meus filhos, Marília e Murilo, os 3 “M’s” que estiveram ao meu lado durante toda a jornada. Vocês são peças fundamentais deste trabalho e a razão do meu viver. Forraram todos os degraus para que eu pudesse subir, seguraram minha mão e me apoiaram em todos os momentos. Nunca duvidaram da minha capacidade mesmo quando eu estava com sentimentos de incredulidade. Amo vocês com toda a força da minha existência.

Aos meus pais, Josere e Rubênia, que são torcedores vibrantes e incansáveis do meu sucesso. Nem sei o que seria da minha vida sem a presença de vocês. Amo-os incondicionalmente.

Ao meu orientador, Gustavo da Frota Simões, expresso minha profunda gratidão por todo zelo, paciência e camaradagem demonstradas durante os dois anos do mestrado. Sua orientação foi fundamental não apenas para a realização deste trabalho, mas também para o meu crescimento intelectual e pessoal. Sempre encontrando palavras de incentivo, conhecimentos compartilhados sem vaidade alguma e exemplo de trabalho incansável.

A toda a equipe administrativa do PPGCM, meus agradecimentos pelo suporte e assistência. Em especial, agradeço a Shirlei, Dudu, Helô e Barros, assim como ao Tenente Coronel Jairo e ao Tenente Coronel Dan Milli.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha formação, profissional e humana, ao longo desta jornada. Todos, sem exceção, além de muito especiais, parece que foram escolhidos “à dedo”. Sinto um orgulho imenso de tê-los como mestres. O meu carinho especial à professora Karina Rodrigues, Mariana Carpez, Hélio Caetano, Sandro Teixeira Moita e Tássio Franchi, pelo empenho, dedicação e conhecimento compartilhado. Nunca esquecerei das risadas e conversas de corredor, orientações informais, viagens de estudo com direito a jogos educativos, por toda palavra positiva e por todo abraço fraterno que sempre encontrei pelos corredores da ECEME. Inclusive, agradeço à professora Mariana e as suas aulas de metodologia pela pergunta de pesquisa deste trabalho.

Aos amigos de turma, civis e militares, que fizeram esta caminhada ser mais leve, enriquecedora e alegre, meus sinceros agradecimentos. Em especial, agradeço a Bruna, Borges, Caio, Carla, Carlos, Fortunato, Lucas e Nicole, cuja parceria e o apoio foram essenciais. Os momentos compartilhados ficarão para sempre em minhas melhores lembranças. Agradeço, também, à amiga Malu Monteiro, pelas orientações desde o momento em que resolvi participar do processo seletivo.

Aos amigos, Luísa Vaz, Lucas Barreto e Guilherme, expresso minha gratidão pela amizade sincera e pelo apoio permanente. Encontrei em vocês verdadeiros irmãos.

Aos amigos do meu grupo de pesquisa, GEDEFROM, agradeço pela parceria e ensinamentos.

Agradeço à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e ao Instituto Meira Mattos por se tornarem minha segunda casa durante esses dois anos.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer a CAPES, pelo apoio financeiro concedido por meio do Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional - PROCAD Defesa, que viabilizou a realização desta pesquisa.

**Temos o direito de sermos iguais quando as diferenças nos inferiorizam e temos o direito de sermos diferentes quando as igualdades nos escravizam.**

Boaventura de Souza Santos

**O pesquisador consciencioso não quer, enquanto pesquisador, transformar o mundo; mas não quer, tampouco, enquanto pesquisador, conservá-lo. O seu único problema é compreendê-lo.**

Norberto Bobbio

**Um passo à frente  
E você não está mais no mesmo lugar.**

Chico Science

## RESUMO

O Brasil tem se confrontado com a necessidade de receber um grande fluxo de migrantes e refugiados devido ao colapso político, social e econômico na Venezuela. A resposta materializa-se com a Operação Acolhida, coordenada entre diversos ministérios, agências e outras instituições, com o objetivo de ordenar a fronteira, abrigar e promover a interiorização dessas pessoas no território brasileiro. Este estudo parte da pergunta central: como um preparo específico para as questões femininas, em contexto migratório, reflete-se no emprego do contingente do Exército Brasileiro para o acolhimento venezuelano na Operação Acolhida? Nessa direção, buscou-se compreender os desafios e as contribuições das mulheres militares no acolhimento de migrantes e refugiadas, procurando analisar como a preparação inadequada pode limitar sua atuação. O objetivo geral da pesquisa foi compreender os impactos e a eficácia do emprego das mulheres do Exército Brasileiro na Operação Acolhida, considerando a insuficiência de um preparo específico para questões de gênero em cenários migratórios. Para alcançá-lo, foram propostos os seguintes objetivos específicos: analisar a influência do pensamento feminista nos estudos de segurança e defesa, especialmente em relação às instituições militares brasileiras; descrever a atuação das mulheres na operação, identificando os papéis desempenhados e os desafios enfrentados; e avaliar as consequências de uma ausência de um preparo específico para o segmento feminino do Exército, no contexto humanitário. Na condução da pesquisa, foi adotada a abordagem qualitativa, realizando a triangulação de dados com análise documental, revisão bibliográfica e entrevistas. Os dados foram coletados por meio de entrevistas estruturadas e semiestruturadas realizadas com militares dos 16º ao 18º contingente, com militares responsáveis pelo preparo da tropa e com o atual comandante da Força-Tarefa Logística Humanitária. A pesquisa envolveu, ainda, a análise de diretrizes oficiais e relatórios de operação, procurando compreender a dinâmica de atuação das mulheres no contexto da ajuda humanitária. Os resultados indicaram que um preparo não adequado para questões femininas no contexto migratório tem efeitos significativos na operação. E, embora a presença de mulheres militares seja essencial para lidar com as vulnerabilidades específicas das migrantes, como situações de violência de gênero e necessidades relacionadas à saúde e proteção, o estudo aponta para a importância do aperfeiçoamento no preparo dos contingentes militares do Exército Brasileiro para essas questões.

**Palavras-Chave:** Ajuda Humanitária; Exército Brasileiro; migrantes e refugiadas venezuelanas; mulheres militares; preparo militar para questões de gênero.

## **ABSTRACT**

Brazil has been faced with the need to receive a large influx of migrants and refugees due to the political, social and economic collapse in Venezuela. The response is materialized in Operation Acolhida, coordinated between several ministries, agencies and other institutions, with the objective of organizing the border, sheltering and promoting the internalization of these people in Brazilian territory. This study starts from the central question: how does specific preparation for women's issues, in a migratory context, reflect on the use of the Brazilian Army contingent to welcome Venezuelans in Operation Acolhida? In this sense, we sought to understand the challenges and contributions of military women in welcoming migrants and refugees, seeking to analyze how inadequate preparation can limit their performance. The general objective of the research was to understand the impacts and effectiveness of the use of women from the Brazilian Army in Operation Acolhida, considering the lack of specific preparation for gender issues in migratory scenarios. To achieve this, the following specific objectives were proposed: to analyze the influence of feminist thinking on security and defense studies, especially in relation to Brazilian military institutions; to describe the role of women in the operation, identifying the roles they played and the challenges they faced; and to evaluate the consequences of a lack of specific training for the female segment of the Army in the humanitarian context. A qualitative approach was adopted in conducting the research, triangulating data with document analysis, bibliographic review and interviews. Data were collected through structured and semi-structured interviews conducted with military personnel from the 16th to 18th contingent, with military personnel responsible for training the troops and with the current commander of the Humanitarian Logistics Task Force. The research also involved the analysis of official guidelines and operational reports, seeking to understand the dynamics of women's performance in the context of humanitarian aid. The results indicated that inadequate training for women's issues in the context of migration has significant effects on the operation. And, although the presence of female soldiers is essential to deal with the specific vulnerabilities of migrants, such as situations of gender-based violence and needs related to health and protection, the study points to the importance of improving the preparation of the Brazilian Army's military contingents for these issues.

**Keywords:** Humanitarian Aid; Brazilian Army; Venezuelan migrants and refugees; female soldiers; military preparation for gender issues.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Ordem cronológica da entrada das mulheres nas Forças Armadas Brasileiras .....	48
Figura 2 - Estrutura da Força-Tarefa Logística Humanitária em Pacaraima .....	81
Figura 3 – Perfil dos abrigos em Roraima em 2024 .....	84
Figura 4 - Estrutura organizacional da FT Log Hum até o 18º contingente .....	100

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de venezuelanos na América Latina e Caribe .....	17
Gráfico 2 – Necessidades específicas de proteção das mulheres, crianças e idosas venezuelanas .....	93
Gráfico 3 – Total de Mulheres do EB por Células da Operação Acolhida.....	102
Gráfico 4 – Mulheres militares do EB no Comando e Estado-Maior.....	104
Gráfico 5 – Mulheres militares na Célula de Assuntos Cíveis .....	104
Gráfico 6 – Célula Saúde – Boa Vista e Pacaraima .....	106

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Crescimento populacional da Venezuela 1950-2024 .....	33
Quadro 2 – Eixos temáticos do I PNA brasileiro .....	57
Quadro 3 – Evolução histórica do Ministério das Mulheres no Brasil .....	59
Quadro 4 – Estrutura organizacional da Operação Acolhida .....	74

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categorias temáticas e perguntas que orientaram as entrevistas aos atores-chave da FT Log Hum .....	28
Tabela 2 – Período de preparo, período de missão e Comando Militar responsável - 16º ao 18º contingente.....	31
Tabela 3 – Resoluções do Conselho de Segurança da ONU que compõem a Agenda MPS....	53
Tabela 4 – Quadro de Trabalho de Instruções de Preparo.....	90
Tabela 5 – Lista de militares entrevistados.....	111
Tabela 6 – Categorias temáticas e perguntas que orientaram as entrevistas aos atores-chave da FT Log Hum .....	113

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1. A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO FEMINISTA E AS ESTRUTURAS MILITARES BRASILEIRAS .....</b>	<b>33</b>
1.1 A Teoria Feminista nas Relações Internacionais e nos Estudos de Segurança e Defesa ...	38
1.2 O Movimento Feminista no Brasil e as Mulheres Militares Brasileiras .....	46
1.3 A Agenda Mulheres, Paz e Segurança das Nações Unidas e seu Reflexo na Operação Acolhida .....	51
1.4 Analisando a participação feminina nos Documentos de Defesa do Brasil .....	62
1.4.1 Política Nacional de Defesa .....	65
1.4.2 Estratégia Nacional de Defesa .....	66
1.4.3 Livro Branco de Defesa Nacional .....	67
<b>2. A ATUAÇÃO DA MULHER MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA OPERAÇÃO ACOLHIDA: DO EMPREGO AO PREPARO .....</b>	<b>68</b>
2.1 A crise venezuelana e a implementação da Operação Acolhida: contextualização .....	71
2.2 Pilares estruturantes da Operação Acolhida e o emprego da FT Log Hum .....	79
2.3 A preparação dos contingentes militares: do 16º ao 18º .....	88
2.3.1 Critérios de seleção de pessoal militar.....	94
2.4 O segmento feminino do Exército Brasileiro e seu papel na Operação Acolhida .....	97
2.4.1 Analisando os contingentes do EB .....	102
<b>3. PARTICULARIDADES DO PREPARO E DO EMPREGO DO SEGMENTO FEMININO .....</b>	<b>109</b>
3.1 A Preparação dos Contingentes para a Operação Acolhida .....	115
3.2 O Emprego e os Desafios do Segmento Feminino no Acolhimento Humanitário.....	125
3.3 Aspectos Positivos e Negativos da Presença Feminina na Operação Acolhida .....	134
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>144</b>
ANEXO A – Entrevistas .....	155

## INTRODUÇÃO

Desde 2016, o Brasil tem recepcionado migrantes e refugiados venezuelanos devido à crise econômica, política e social na Venezuela. O número expressivo dessa população em Roraima e o sobrecarregamento do sistema público conduziram o Estado brasileiro a deflagrar a Operação Acolhida no ano de 2018, com vistas a realizar o ordenamento da fronteira e, ao mesmo tempo, garantir o atendimento humanitário, por meio do acolhimento e da interiorização.

O atual deslocamento venezuelano gerou a maior crise migratória na história recente da América Latina (HRW, 2018). Diante disso, a resposta do Brasil resultou numa operação interministerial, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República auxiliada pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e outros 10 ministérios, dentre eles o Ministério da Defesa, havendo ainda a participação de outras organizações governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, entidades religiosas e sociedade civil. Portanto, a Operação Acolhida é uma operação de grande escala que envolve pessoal civil e militar. (...) “é considerada uma das operações mais eficazes no mundo em termos de governança de migração e assistência humanitária em contextos de mobilidade” (Simões; Vaz, 2023, p.772).

Nesse contexto, o governo federal reconheceu a situação crítica em Roraima e interveio, editando a Medida Provisória nº 820 de 15 de fevereiro de 2018, que constituiu o Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE) para o acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório provocado por crise humanitária<sup>1</sup>. Esse Comitê é constituído por representantes de 12 ministérios e presidido pela Casa Civil. O Ministério da Defesa ficou responsável pela secretaria-executiva, prestando apoio administrativo ao comitê (Brasil, 2018a). Também em 15 de fevereiro de 2018, foram editados os Decretos presidenciais nº 9.285 e 9.286, onde o governo reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório de venezuelanos (Brasil, 2018b) e define a composição do Comitê Federal, respectivamente. Este último decreto foi sendo substituído por outros ao longo do tempo. Atualmente, vigora o decreto nº 10.917 de 29 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o CFAE.

Dessa forma, o ministro da Defesa expediu a Diretriz nº 3, de 28 de fevereiro de 2018, na qual foi autorizada a Operação Acolhida com o objetivo de realizar o acolhimento humanitário dos migrantes venezuelanos em Roraima. Para executar a operação, foi criada a Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum), encarregada de unir esforços dos governos federal, estadual e municipal no tocante às medidas de assistência emergencial. (Cruz; Santiago,

---

<sup>1</sup> Medida provisória convertida na Lei 13.684, de 21 de junho de 2018.

2021). A Resolução do Ministério da Defesa nº 1 de 2018, nomeou um general de divisão do Exército Brasileiro (EB) como coordenador operacional e comandante da FT Log Hum, cabendo-lhe operacionalizar as ações, a logística e a distribuição de insumos, repassando às Assessorias e aos Subcomitês federais as demandas específicas de cada área, sem perder de vista a finalidade da FT Log Hum, que é a cooperação com os governos federal e dos estados e municípios de Roraima e do Amazonas.

Vale ressaltar que a Operação Acolhida não está mais em funcionamento no estado do Amazonas desde dezembro de 2023 (Brasil, 2024e). As atividades foram gradualmente transferidas para a gestão de órgãos civis, que agora assumem a responsabilidade pela coordenação e execução das ações de acolhimento e assistência, garantindo a continuidade do atendimento humanitário com foco na integração e na proteção social dos migrantes e refugiados.

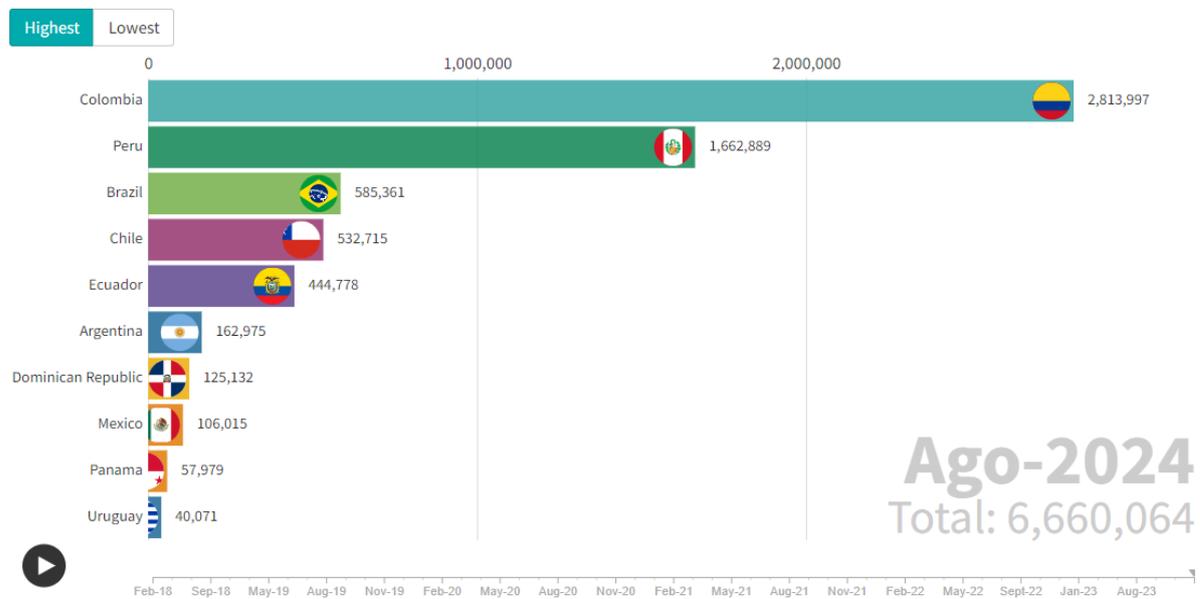
Segundo Castro *et al* (2022), os militares já estavam acostumados a trabalhar nas questões cívico-sociais com populações vulneráveis, em operações de garantia da lei e da ordem (GLO) ou em operações de manutenção da paz em missões no exterior. Todas essas experiências tiveram elementos que também estão presentes na Operação Acolhida. Eles chamam a atenção, porém, para a novidade do modelo de resposta brasileira à crise, baseado em três pilares: Ordenamento da fronteira, Abrigamento e Interiorização (Castro *et al.*, 2022, p.6), os quais constituem, nas palavras do general Antônio Manoel de Barros, a “essência da Operação Acolhida” (Barros, Simões & Franchi, 2022, p. 174). Ainda segundo Franchi, “as experiências pregressas do Exército Brasileiro no preparo e atuação em ações de caráter humanitário, seja na região Amazônica ou em outros cenários nacionais e internacionais, contribuem para um bom nível de integração civil-militar nessa crise” (Franchi, 2019, p.12).

Nesse contexto, a movimentação humana sempre fez parte da nossa realidade e, embora constante, este fenômeno está intrinsecamente ligado às transformações econômicas, sociais e políticas do mundo, demandando uma revisão contínua de seus conceitos. É considerado migrante aquele que se desloca no espaço, mas esse espaço nos deslocamentos não é apenas físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (Sayad, 1998, p.15). O refugiado, diferente do migrante, não possui autonomia do movimento migratório. É um migrante compulsório dadas as razões de “bem fundado temor de perseguição (por raça, religião, nacionalidade, grupo étnico ou opiniões políticas) ou a grave e generalizada violação de direitos humanos” e cujo retorno ao país de origem não é possível (Brasil, 1997).

Importante salientar que, atualmente na América Latina e Caribe, o Brasil representa o terceiro país mais procurado como destino pelos venezuelanos e que há um fluxo migratório misto, ou seja, tanto migrantes como refugiados<sup>2</sup> foram obrigados a deixar seu país para buscar abrigo em outra nação. Essa população representa, no Brasil, patamares aproximados de mais de 585.000 recepcionados<sup>3</sup> e, desses, mais de 138.200 interiorizados<sup>4</sup>. A maioria busca refúgio ou residência migratória no país por meio da migração terrestre que parte da fronteira entre Santa Elena de Uairén e Pacaraima (Simões; Vaz, 2023, p. 753). O Gráfico 1, abaixo, exhibe os principais países de destino na América Latina e Caribe, com base em dados de agosto de 2024:

**Gráfico 1** - Número de venezuelanos na América Latina e Caribe.

## EVOLUÇÃO DOS NÚMEROS NO R4V 17 PAÍSES



**Fonte:** Plataforma R4V, 2024.

Ressalta-se ainda que, segundo dados mais recentes do Portal da Imigração<sup>5</sup>, a população venezuelana atingiu, em outubro de 2023, o patamar de 67% do total de pedidos de refúgio e de residência no Brasil. Destes, 52,4% são do sexo masculino, 47,5% são mulheres e

<sup>2</sup> Com a intenção de simplificar a escrita, esta pesquisa utilizará o termo “Refugiados (as)” em vez de usar a expressão “solicitante(s) de refúgio”. Esclarecendo que o solicitante de refúgio ainda não está com a situação migratória regular no Estado solicitado, ao contrário do refugiado, que já obteve o total amparo estatal.

<sup>3</sup> Dados da Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela - R4V. Disponível em: <https://www.r4v.info/es/document/r4v-america-latina-y-el-caribe-refugiados-y-migrantes-venezolanos-en-la-region-mar-2023-0>. Acesso em: 09 de outubro de 2024.

<sup>4</sup> Dados do Painel de Interiorização. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>. Acesso em 09 de outubro de 2024.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/refugio-em-numeros>. Acesso em: 09 de outubro de 2024.

0,1% pertence ao grupo sem identificação biológica. Ou seja, há uma distribuição equilibrada entre o número de homens e mulheres que buscam o país como destino.

Segundo Simões, entre as mulheres venezuelanas, “a maioria veio com filhos, o que chama atenção para possível exposição desse segmento a vulnerabilidades e necessidades de políticas de acompanhamento escolar, creches e outros caminhos, com vistas a permitir que essas mulheres trabalhem no país” (Simões *et al.*, 2017, p.47). Esse dado ressalta a importância de políticas públicas específicas para apoiar a integração e a autonomia dessas mulheres no Brasil.

Por outro lado, no contexto da Operação Acolhida, o número de militares destacados pelo Exército Brasileiro por contingente é de aproximadamente 400, sendo que, em média, apenas 37 são mulheres<sup>6</sup>. Isso representa menos de 10% do total, evidenciando a baixa representatividade feminina entre os contingentes envolvidos na missão humanitária.

Vale ressaltar ainda que, a análise nas Diretrizes de Preparo e Emprego da operação revela a inserção discreta da temática de gênero no Quadro de Trabalho da Instrução Específica, presente na 1ª fase de preparação dos 16º e 17º contingentes. Contudo, tal inserção não foi identificada na diretriz referente ao 18º contingente, uma vez que o Quadro de Trabalho da Instrução Específica não está incluído no documento correspondente.

Nesse sentido, sabendo que o Estado brasileiro optou por empregar as Forças Armadas nessa ação subsidiária para o acolhimento humanitário - primeira operação dessa natureza em território brasileiro - e o índice de mulheres e meninas venezuelanas que chegam ao país é equilibrado com relação ao número de homens, surge o seguinte questionamento de pesquisa: **como um preparo específico para as questões femininas, em contexto migratório, refletiu-se no emprego do contingente do Exército Brasileiro para o acolhimento venezuelano na Operação Acolhida?**

Por meio do estudo do preparo, do emprego e dos desafios enfrentados pelo Exército Brasileiro, busca-se um olhar atento para o envolvimento militar feminino na Operação Acolhida e para a recepção de migrantes e refugiadas venezuelanas. Ao longo deste trabalho, será explorado como o crescente papel das mulheres nas Forças Armadas, em especial no Exército Brasileiro, pode gerar impactos nas operações de ajuda humanitária.

De acordo com a *Global Humanitarian Assistance*, a ajuda humanitária é aquela que “se destina a salvar vidas, aliviar o sofrimento, e manter a dignidade humana durante após uma

---

<sup>6</sup> Média dos números extraídos dos aditamentos de pessoal do 16º ao 18º contingente da Operação Acolhida.

crise provocada pelo homem ou um desastre natural, bem como prevenir os despreparados para evitar que essas situações aconteçam” (Global Humanitarian Assistance, 2017, p.85). Essa ajuda pode incluir ações como fornecimento de alimentos, água potável, abrigo, assistência médica e apoio psicossocial. Além disso, visa criar condições para que as comunidades afetadas possam recuperar sua autonomia e resiliência diante de situações adversas.

Nesse ínterim, outro aspecto que merece destaque, segundo Eduarda Hamann, consiste no bom desempenho diplomático e militar dos últimos anos que poderia ser explorado como recurso de *soft power*<sup>7</sup>, embora a autora aponte esse aspecto para as Operações de Paz, podemos inferir que a validação do argumento aplicar-se-ia à Operação Acolhida. Assim é porque a expertise brasileira em Operações de Paz reflete em elementos característicos presentes na operação humanitária brasileira, como por exemplo o rodízio dos contingentes.

Assim, Balbino aponta que “o Brasil adquiriu expertise na coordenação de missões de paz da ONU, o que inclui o rodízio de tropas para garantir a continuidade das operações sem sobrecarregar o efetivo” (Balbino, 2022, p. 29). Essa prática, característica das missões de paz, foi adaptada à Operação Acolhida, com o rodízio regular dos contingentes militares, garantindo a renovação das forças sem comprometer o andamento das atividades de acolhimento humanitário (Schwingel, Simões & Franchi, 2024). Além disso, a autora destaca que “a presença de mulheres em funções de liderança e suporte humanitário tem sido fundamental para lidar com as necessidades específicas de populações vulneráveis, como mulheres e crianças” (Balbino, 2022, p. 35), o que também se observa no contexto da Operação Acolhida, onde o papel das mulheres militares é importante no atendimento de migrantes venezuelanas.

Pode-se inferir também a premissa de que o Brasil contribui com seus nacionais não apenas para promover seus interesses na região e no mundo, mas também para consolidar o seu novo papel no sistema de paz e segurança internacional (Hamann, 2016, p.108). Dessa forma, a relevância desta pesquisa reside, também, na compreensão da Operação Acolhida como uma construção positiva da imagem do Brasil no exterior, tanto entre os países vizinhos quanto em outras nações que acompanham a crise migratória. Ao demonstrar humanidade e solidariedade, o país gera simpatia e apoio internacional, fortalecendo suas relações diplomáticas e sua influência regional.

---

<sup>7</sup> Tradução livre: poder brando ou poder suave. Esse termo foi introduzido por Joseph Nye em seu livro *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, publicado em 2004. Refere-se à capacidade de um país em influenciar outros por meio de atratividade cultural, valores e diplomacia, em vez de usar a força militar ou econômica. Essa forma de poder destaca a importância da persuasão e da cooperação para alcançar objetivos internacionais.

Nesse contexto, o presente trabalho buscará fornecer uma análise abrangente do cenário atual da operação de ajuda humanitária decorrente de crise migratória com uma Força-Tarefa sendo coordenada pelo Exército Brasileiro, destacando a contribuição das mulheres militares. Ao fazê-lo, espera-se contribuir para um entendimento mais amplo dessa espécie de missão subsidiária e, ao mesmo tempo, reconhecer a importante participação feminina nas Forças Armadas brasileiras, especialmente o Exército Brasileiro.

Não é demais destacar que a Operação Acolhida possui, dentre outras características, o fato de ser uma operação que observa o conceito ampliado de segurança e, busca cumprir com os tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário, com a finalidade de efetivar a segurança humana dentro do território para pessoas que possuem outra nacionalidade. Buzan e Hansen apresentam o conceito dessa vertente de segurança como aquela que “os seres humanos deveriam ser os objetos de referência primordiais da segurança e que, portanto, (...) deveriam incluir questões como pobreza, subdesenvolvimento, fome e outros ataques à integridade e ao potencial humano.” (Buzan e Hansen, 2012, p.72).

Após uma rápida análise do arcabouço jurídico brasileiro, percebe-se que a pessoa humana é motivo da atenção estatal antes mesmo da difusão do conceito de segurança humana para os estudos de Segurança Internacional. Na Constituição da República de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, estão presentes princípios fundamentais como Dignidade da Pessoa Humana; Promoção do bem de todos independentemente de raça; Prevalência do Direitos Humanos; Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, entre outros (Brasil, 1988).

O Brasil também aderiu a vários tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos que confirmam o argumento de preocupação estatal com a pessoa, um exemplo é a adesão à Convenção de Genebra de 1951 e seu protocolo de 1967, que consolidam instrumentos legais internacionais relativos aos refugiados e fornecem a mais abrangente codificação dos direitos dos refugiados a nível internacional. O Brasil eleva, com relação à hierarquia das leis, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos ao status de norma constitucional<sup>8</sup>, verdadeiros princípios fundamentais republicanos a serem observados em todo o território nacional.

A natureza multifacetada que a migração venezuelana apresenta, ou seja, desde a face que requer atenção aos princípios da dignidade humana até a face que se atenta para as questões

---

<sup>8</sup> Constituição Federal de 1988, Artigo 5º, § 3º: Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

de soberania e segurança da fronteira brasileira, demanda da Operação Acolhida uma abordagem holística, na qual o preparo específico voltado para as questões femininas, que vão além do assédio sexual, e o emprego militar do segmento feminino merecem um olhar estatal mais atento. As mulheres frequentemente enfrentam desafios particulares em contextos de deslocamento, desde questões de saúde reprodutiva até a exposição as mais variadas formas de violência.

Portanto, ao integrar mulheres nas operações militares, partiríamos do pressuposto de que seria possível garantir uma abordagem efetiva na prestação de assistência humanitária. De acordo com Maria Helena Carreiras, “a presença de mulheres nas operações humanitárias não apenas amplia a empatia no atendimento, mas também aumenta a eficácia operacional ao abordar necessidades específicas de populações vulneráveis, como mulheres e crianças” (Carreiras, 2013, p. 4).

Além disso, a presença feminina nas fileiras do Exército Brasileiro poderia contribuir para a promoção de modelos operacionais diversificados. Isso não apenas desafia estereótipos de gênero, mas também proporciona às mulheres migrantes e refugiadas uma representação visível e inspiradora. Segundo Carreiras, “a inclusão de mulheres nas operações militares não só desafia os estereótipos de gênero, mas também aumenta a legitimidade das operações em ambientes humanitários” (Carreiras, 2006, p. 183).

O engajamento do segmento feminino, com suas habilidades e perspectivas únicas, enriqueceria o ambiente operacional, fortalecendo a capacidade das Forças Armadas em lidar com as complexidades da migração. Como apontado por Viviane Balbino, a presença de mulheres em operações humanitárias pode proporcionar uma maior sensibilidade no atendimento de populações vulneráveis, como mulheres e crianças, reforçando o caráter humanitário das missões (Balbino, 2022). Isso garante que as operações estejam alinhadas com princípios humanitários e direitos fundamentais.

Nesse contexto, as diferenças de gênero permitem que homens e mulheres socializem de maneiras diferentes e, caso não nos interessemos seriamente pelas condições de vida das mulheres, “estamos suscetíveis a analisar a dinâmica internacional de poder na melhor das hipóteses, incompleta, e na pior das hipóteses, com defeito” (Mendonça, 2015, p.9). Dessa forma, no fim dos anos 80, o movimento feminista afirmou que a probabilidade de conflito não diminuirá até que as hierarquias desiguais de gênero sejam reduzidas ou eliminadas (Tickner, 2001, p.6).

Recentemente, o Brasil deu um importante passo em direção à igualdade de gênero no âmbito militar ao abrir a possibilidade de alistamento voluntário para que as mulheres possam

prestar o serviço militar nas Forças Armadas a partir de 2025 (Brasil, 2024d). Essa medida, além de ampliar as oportunidades para as brasileiras nas Forças Armadas, reflete o compromisso do país com a inclusão e a diversidade dentro do setor de defesa. A participação feminina, antes restrita a áreas específicas, agora pode se estender a funções operacionais, permitindo que mais mulheres contribuam diretamente para a segurança nacional e operações humanitárias, como a Operação Acolhida, fortalecendo o papel das Forças Armadas em missões estratégicas e de caráter social.

Nessa perspectiva, ao reconhecer e valorizar a participação das mulheres nas operações relacionadas à migração venezuelana, a Operação Acolhida ganha em termos de eficácia, respeito aos direitos humanos e construção de uma resposta humanitária mais inclusiva. O preparo voltado para questões femininas em contexto migratório não apenas contribui para a segurança e defesa, mas também demonstra um compromisso com a promoção da igualdade de gênero e a construção de sociedades mais justas e compassivas.

Vale esclarecer, desde logo que, em conformidade com as diretrizes de preparo do 16º e 17º contingentes militares para a Operação Acolhida, o treinamento relacionado às questões femininas está limitado a abordar, de forma geral, o tema do assédio sexual. Segundo o Quadro de Trabalho da Instrução Específica (QTIE), em anexo nas diretrizes, são destinados apenas dois períodos de 45 minutos para tratar do tema, totalizando 90 minutos de instrução, sendo um período de instrução do Comando Militar de Área (CMA) e o outro de responsabilidade do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

Além disso, esse tempo de 90 minutos é compartilhado com outros assuntos, como pedofilia, prostituição, estupro de vulneráveis, proteção de civis e proteção de crianças, diminuindo ainda mais a abordagem específica sobre questões femininas. Também é importante destacar, mais uma vez, que não foi possível analisar quais as temáticas foram tratadas no preparo do 18º contingente, pois a diretriz correspondente não inclui o QTIE.

Nessa perspectiva, para responder à pergunta de pesquisa, faz-se necessário compreender, inicialmente, como é realizado o emprego da tropa terrestre e, em especial, do segmento feminino para recepcionar e acolher mulheres e crianças, analisando, posteriormente, como um preparo militar específico para as questões femininas em contexto de migração poderia identificar com mais facilidade possíveis situações violadoras de seus direitos.

Ressalta-se que foram utilizadas as seguintes premissas: 1) a necessidade advinda do emprego é que mobiliza as condições a serem estabelecidas para o preparo dos contingentes militares e; 2) que há um preparo mínimo para algumas questões femininas em contexto migratório e que não há um preparo específico para mulheres militares.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo geral a **compreensão de como um preparo específico para as questões femininas, em contexto migratório, reflete-se no emprego do contingente do Exército Brasileiro para o acolhimento venezuelano na Operação Acolhida**. Para isso, serão analisados do 16º ao 18º contingente militar, empregados em Roraima durante o período de 16 de maio de 2023 a 15 de março de 2024. Cada contingente militar do Exército Brasileiro permanece na operação por um período de 5 meses.

Cabe destacar que, segundo as Diretrizes do Exército Brasileiro, a duração do preparo é dividida em duas fases: a primeira tem a duração aproximada de 14 dias, sendo 7 dias na Organização Militar (OM) de cada militar e 7 dias centralizados na guarnição do Comando Militar de Área responsável pelo envio do contingente; já a segunda fase ocorre em Boa Vista pelo período de uma jornada de trabalho (Brasil, 2023). Ou seja, todos os militares, homens e mulheres, recebem o mesmo preparo para a Operação Acolhida, sem distinções ou especificidades.

Dessa maneira, por meio dos objetivos específicos, busca-se:

- **Compreender, inicialmente o pensamento feminista nos estudos de Defesa e Segurança Internacional e sua influência para as instituições militares brasileiras;**

A pesquisa analisa a influência do pensamento feminista para os estudos de segurança de modo geral, nas relações internacionais, na Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) e nos documentos de defesa brasileiros, buscando entender os reflexos que esse pensamento trouxe para o Brasil e para as Forças Armadas, especialmente ao Exército Brasileiro.

- **Descrever o funcionamento e histórico da Operação Acolhida, compreendendo a atuação da mulher militar do Exército Brasileiro dentro dessa operação: onde estão empregadas, quais funções desempenham e o alinhamento com as diretrizes das Nações Unidas para mulheres;**
- **Analisar como um preparo para as questões femininas em contexto migratório, bem como a ausência de um preparo específico para mulheres do Exército Brasileiro pode influenciar nas operações de Ajuda Humanitária decorrente de crise migratória e os reflexos no emprego militar feminino.**

Para isso, a pesquisa está dividida em 3 capítulos correlacionados diretamente com os objetivos específicos, além da introdução e da conclusão. Assim, o primeiro capítulo busca compreender a relação de influência do pensamento feminista nos estudos de segurança e defesa de modo a atingir, de maneira concreta, tanto as estruturas militares no Brasil, em especial o Exército Brasileiro, bem como os nossos documentos de defesa.

Segundo Nogueira e Messari (2005), de acordo com o ponto de vista feminista, a identidade de gênero desempenha uma função determinante no pensamento militar e na ideologia de uma sociedade, pois “a inclusão de questões de gênero como uma categoria de análise, assim como a inclusão das próprias mulheres nas forças armadas, tem o potencial de transformar os resultados políticos de uma atividade hoje dominada por um único gênero” (Nogueira; Messari, 2005, p.226).

O segundo capítulo analisa o funcionamento e histórico da Operação Acolhida, bem como o desenvolvimento de sua estrutura física em Boa Vista e Pacaraima. Analisa também a atuação da mulher militar do Exército Brasileiro, buscando compreender seu papel na operação. E, finalmente, o terceiro capítulo busca compreender as particularidades que um preparo mínimo para as questões femininas em contexto migratório, bem como a ausência de preparo específico para o segmento militar feminino pode acarretar no emprego do Exército Brasileiro na Operação Acolhida, analisando as entrevistas realizadas com militares que fizeram parte dos contingentes objeto da pesquisa, bem como militares responsáveis pelo preparo e pela elaboração de diretrizes norteadoras dos contingentes.

Do ponto de vista metodológico, para atender e cumprir com esses objetivos, a pesquisa optou por utilizar uma combinação de técnicas com abordagem qualitativa.

Segundo Minayo, a pesquisa qualitativa

(...) se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que responde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 1994, p. 21-22).

De acordo com a autora, o processo social tem que ser compreendido por meio das transformações e determinações dadas pelos sujeitos. Ela advoga que o mundo natural e o mundo social se complementam e necessitam ser trabalhados pelo pesquisador com as complexidades apresentadas (Minayo, 1994, p. 25). Assim, a pesquisa qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, “uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (Chizzotti, 2018, p.118). Por isso, foi a abordagem escolhida para analisar o preparo e o emprego do segmento feminino em missões subsidiárias de acolhimento humanitário.

Nessa perspectiva, esta pesquisa fez uso da técnica da triangulação dos dados, acreditando que ela desempenha um papel fundamental na construção de uma análise

abrangente e rigorosa. A triangulação é uma abordagem metodológica que visa combinar diferentes fontes de dados e métodos de coleta de informações para garantir uma visão mais profunda e confiável do fenômeno investigado (Triviños, 1987, p. 138).

No contexto desta pesquisa, a triangulação envolveu o uso de documentos oficiais, como as Diretrizes de Preparo do 16º ao 18º contingente, a Relação Funcional desses contingentes, os Relatórios da Operação e os documentos de defesa brasileiros; uma revisão de literatura baseada em teses, dissertações, monografias, livros e artigos, além de entrevistas realizadas com 15 militares, homens e mulheres, envolvidos na operação.

A técnica da triangulação permitiu explorar diferentes perspectivas, proporcionando uma análise abrangente do preparo e do emprego das mulheres militares na Operação Acolhida. Ao combinar documentos oficiais, revisão bibliográfica e entrevistas, a pesquisa buscou validar as informações obtidas e enriquecer a interpretação dos dados, assegurando que as experiências subjetivas dos indivíduos envolvidos fossem contextualizadas e compreendidas à luz das diretrizes e práticas formais (Triviños, 1987, p. 140). Dessa forma, a triangulação contribuiu para minimizar possíveis vieses que poderiam surgir do uso exclusivo de uma única fonte ou método, aumentando a credibilidade dos resultados (Triviños, 1987, p. 141).

Além disso, também facilitou a verificação cruzada dos dados, garantindo que a análise fosse suportada por evidências robustas e variadas. No caso da pesquisa sobre o preparo e emprego do segmento feminino do Exército em missão humanitária, essa abordagem é especialmente relevante, pois permitiu confrontar a literatura, os documentos oficiais com as percepções dos militares envolvidos, incluindo as especificidades do preparo e das atividades desenvolvidas pelas mulheres no contexto da Operação Acolhida.

Assim, a triangulação de fontes possibilitou identificar tanto as convergências quanto as divergências entre o planejado e o executado, destacando os desafios e as adaptações necessárias no contexto real de atuação (Triviños, 1987, p. 141). Ou seja, ao combinar múltiplas fontes de dados e métodos de coleta de informações, a pesquisa assegurou uma abordagem integral, que não apenas descreve os processos, mas também revela as complexidades e nuances envolvidas no preparo e no emprego das mulheres militares em missões humanitárias.

A triangulação é uma técnica, especialmente na pesquisa qualitativa, que visa enriquecer e validar os dados coletados ao observar as pesquisas estudadas de várias perspectivas. Segundo Triviños, a abordagem envolve três perspectivas principais: **1. Processos e Produtos Centrados no Sujeito:** Foca nas percepções e comportamentos do sujeito, que podem ser coletados tanto pelo pesquisador por meio de entrevistas e questionários, quanto produzido pelo próprio sujeito, como livros, cartas, diários, autobiografias; **2. Elementos produzidos pelo meio do sujeito:** Está

representado por documentos internos de uma organização e documentos externos, que atingem a sociedade como um todo, como leis, decretos, documentos de defesa, diretrizes, instruções, regulamentos, regimentos; **3.** Processos e Produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macroorganismo social no qual está inserido o sujeito: refere-se as classes sociais e as relações de produção (Triviños, 1987, p. 140), que, no caso dessa pesquisa, foram centrados no preparo e emprego de mulheres militares.

Dessa maneira, conseguimos analisar os três pontos da triangulação como forma de trazer mais confiabilidade e profundidade à pesquisa. Com relação à parte documental, foram analisados documentos fundamentais como os documentos de defesa do Brasil, as diretrizes de preparo dos contingentes, os relatórios da Operação Acolhida e as relações funcionais dos contingentes envolvidos. A análise focou em identificar categorias temáticas ligadas ao emprego das mulheres militares para atuar em operações humanitárias, assim como suas funções nas fases de ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização de migrantes e refugiadas venezuelanas. As relações funcionais dos contingentes foram exploradas para entender o emprego dessas mulheres na missão, revelando os desafios e contribuições específicas da participação feminina na operação.

Para fundamentação teórica, realizou-se uma busca ampla de bibliografia, abrangendo dissertações, teses e monografias da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME e das universidades brasileiras, além de artigos acadêmicos de diversos periódicos localizados em plataformas, como Google Acadêmico e SciELO e, por fim, livros pertinentes à temática. De acordo com Gil (1991), a pesquisa bibliográfica é importante para oferecer suporte teórico e contextualizar o problema de pesquisa dentro do conhecimento existente. Esse levantamento permitiu situar a dissertação dentro das discussões acadêmicas sobre o tema, trazendo à tona diversos estudos que discutem a atuação das Forças Armadas no contexto humanitário.

Na coleta de dados, foram realizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas com militares, tanto homens quanto mulheres, que participaram dos contingentes da Operação Acolhida, militares dos centros de preparo, como o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e o Comando de Operações Terrestres (COTer), e com o atual comandante da FT Log Hum.

As entrevistas foram realizadas por meio da rede social “WhatsApp”, como também pela plataforma do Google Meet, pois 98% dos participantes estavam residindo em outras localidades, como Fortaleza, Maceió, Campo Grande, Brasília e Porto Alegre. Além disso, os outros 2%, que estavam no Rio de Janeiro, também utilizaram esse meio de comunicação devido à facilidade que ele possibilita, tanto ao entrevistado quanto para a pesquisadora.

Nas entrevistas, foram utilizados tanto o modelo estruturado quanto o semiestruturado. No tipo estruturado, o informante responde apenas às perguntas específicas (Chizzotti, 2018, p. 61). Nesse modelo, as perguntas são planejadas e padronizadas, seguindo um roteiro definido. Esse formato aumenta a objetividade da avaliação e evita questões inapropriadas ou irrelevantes que podem surgir nas entrevistas sem roteiro. Em algumas entrevistas, foi necessário empregar esse modelo menos flexível devido à falta de interação entre a pesquisadora e o entrevistado(a).

Já com relação às perguntas semiestruturadas, conforme Gil (1991), permitiu uma coleta de dados mais rica, adaptando as perguntas às experiências de cada grupo de entrevistados. Esse tipo de entrevista permite que perguntas previamente estabelecidas pelo pesquisador possam guiar a comunicação verbal e ao mesmo tempo dão liberdade para que o entrevistado possa falar espontaneamente sobre suas experiências (Triviños, 1987, p.146). “É, pois, um diálogo preparado com objetivos definidos e uma estratégia de trabalho” (Chizzotti, 2018, p. 83).

Ainda com relação às entrevistas, esta pesquisa utilizou a técnica da Bola de Neve (Snowball) que, segundo Flick, consiste em o pesquisador pedir aos participantes referência a indicação de novos informantes que possuam as características desejadas (Flick, 2009). No caso, o requisito escolhido foi que o/a militar tivesse integrado um dos contingentes objeto da pesquisa (16º, 17º e 18º). Essa foi a população selecionada para as entrevistas.

Esse tipo de amostragem é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar grupos difíceis de serem acessados ou estudados (Bernard, 2011). De acordo com Juliana Vinuto, a amostragem dessa técnica se constrói da seguinte forma:

(...) para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou **informantes-chaves, nomeados como sementes**, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (Vinuto, 2014, p. 203).

Assim, a partir de uma conversa informal com um militar amigo (1ª semente), esta pesquisa teve o pontapé inicial para a realização da primeira entrevista com um segundo militar que reunia o requisito adequado ao estudo. A partir daí, iniciaram-se as sucessivas indicações que consistem na característica principal dessa técnica de coleta de dados.

Tanto para as entrevistas estruturadas quanto para as semiestruturadas, a técnica da Bola de Neve foi utilizada, dada a dispersão geográfica e as atribuições funcionais dos participantes. As entrevistas foram realizadas remotamente, por meio de plataformas digitais como WhatsApp e Google Meet, respeitando os princípios éticos de sigilo das fontes. As entrevistas foram gravadas e transcritas (Quivy & Campenhoudt, 1998, p.77), garantindo rigor e transparência na análise dos dados.

Para cada grupo de entrevistados, foram elaboradas perguntas específicas, de acordo com a função e o envolvimento de cada um na operação. Os grupos foram divididos da seguinte forma: 1. Militares homens; 2. Militares mulheres; 3. Militares responsáveis pelo preparo em centros como o COTER e o CCOPAB; e o 4. Comandante da FT Log Hum.

A tabela a seguir orientou a formulação e a adaptação dessas perguntas, garantindo que as informações coletadas fossem divididas por categorias temáticas de análise e direcionadas especificamente aos grupos previamente selecionados, oferecendo uma visão detalhada e diversa sobre o papel de cada segmento militar no acolhimento de migrantes e refugiadas venezuelanas:

**Tabela 1** – Categorias temáticas e perguntas que orientaram as entrevistas aos atores-chave da FT Log Hum.

Grupo	Categorias Temáticas	Perguntas
1. Militares homens (16º ao 18º contingente)	1. A Preparação dos Contingentes para a Operação Acolhida	a. Como foi realizado o preparo do contingente e como você o avalia para lidar com as demandas específicas das migrantes e refugiadas venezuelanas?
	2. O Emprego e os Desafios do Segmento Feminino no Acolhimento Humanitário	b. Qual foi sua experiência em trabalhar com militares mulheres na Operação Acolhida? c. Quais funções as mulheres militares ocuparam na operação e quais desafios que essas militares enfrentaram?
	3. Os Aspectos Positivos e Negativos da Presença Feminina na Operação Acolhida	d. Como a presença de mulheres militares impacta a dinâmica e a eficácia da Operação? Há necessidade de empregá-las em alguma função mais específica? e. Você percebeu alguma diferença no atendimento e acolhimento das refugiadas venezuelanas proporcionado pelas militares mulheres em comparação aos homens? f. Quais os pontos positivos e negativos da participação feminina na operação?
2. Militares mulheres (16º ao 18º contingente)	1. A Preparação dos Contingentes para a Operação Acolhida	a. Como foi o seu preparo para participar da operação e como isso influenciou seu desempenho?

	2. O Emprego e os Desafios do Segmento Feminino no Acolhimento Humanitário	<p>b. Quais as atividades que você realizou na Operação Acolhida?</p> <p>c. Quais os maiores desafios que você enfrentou ao trabalhar com as migrantes e refugiadas venezuelanas?</p>
	3. Os Aspectos Positivos e Negativos da Presença Feminina na Operação Acolhida	<p>d. Você sentiu que sua presença como mulher fez diferença no acolhimento das refugiadas? Se sim, como?</p> <p>e. Que tipo de suporte ou treinamento adicional você acha que seria útil para melhorar o desempenho das militares mulheres nesta operação ou até mesmo da tropa como um todo?</p>
3. Militares responsáveis pelo preparo dos contingentes (COTER/CCOPAB)	1. A Preparação dos Contingentes para a Operação Acolhida	<p>a. Há um preparo específico para as militares mulheres que participarão da Operação Acolhida?</p> <p>b. Há treinamentos específicos focados nas necessidades das migrantes e refugiadas venezuelanas?</p>
	2. O Emprego e os Desafios do Segmento Feminino no Acolhimento Humanitário	c. Quais são as principais diferenças no treinamento de militares homens e mulheres para esta operação?
	3. Os Aspectos Positivos e Negativos da Presença Feminina na Operação Acolhida	<p>d. Que feedback vocês receberam das militares mulheres sobre o treinamento e preparo recebido?</p> <p>e. Quais melhorias ou ajustes estão sendo considerados para futuros contingentes, com base na experiência atual?</p>
4. Comandante da FT Log Hum	1. A Preparação dos Contingentes para a Operação Acolhida	<p>a. Atualmente, como se dá a estrutura organizacional da FT?</p> <p>b. Como é conduzido o preparo dos contingentes e qual sua avaliação sobre esse preparo para lidar com as demandas específicas das migrantes e refugiadas venezuelanas?</p>
	2. O Emprego e os Desafios do Segmento Feminino no Acolhimento Humanitário	<p>c. Quais atividades a FT realiza que mais tem contato direto com os migrantes?</p> <p>d. Como tem sido a relação de trabalho com as agências?</p>

	3. Os Aspectos Positivos e Negativos da Presença Feminina na Operação Acolhida	<p>e. Como tem sido sua experiência em trabalhar com militares mulheres na Operação Acolhida?</p> <p>f. Quais cargos as mulheres militares ocupam na operação e quais desafios elas enfrentam no desempenho das suas funções?</p> <p>g. Como a presença de mulheres militares impacta a dinâmica e a eficácia da Operação Acolhida? Há necessidade de empregá-las em alguma função mais específica?</p>
--	--	---

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Cada grupo recebeu um conjunto de perguntas alinhadas com suas respectivas responsabilidades e experiências dentro da operação, permitindo que as respostas capturassem nuances relevantes para a pesquisa. Esse cuidado na segmentação das perguntas assegurou que a coleta de dados fosse personalizada, explorando as particularidades de cada grupo e maximizando a profundidade das respostas obtidas.

Ao todo, participaram das entrevistas 15 militares. Destes, 6 são do grupo 1 dos militares homens; 5 do grupo das militares mulheres; 3 do grupo dos militares responsáveis pelo preparo dos contingentes e, por fim, o comandante da Força-Tarefa.

A pesquisa também foi desenvolvida a partir de um estudo de caso sobre a Operação Acolhida, analisando 3 contingentes previamente determinados (16º ao 18º). De acordo com Yin, o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real. Ainda segundo o autor, essa estratégia de pesquisa pode ser aplicada quando o limite entre o fenômeno e o contexto no qual ele se encontra inserido não está claramente definido (Yin, 2001, p. 31). Nesse contexto, a Operação Acolhida foi selecionada para examinar a atuação das mulheres do Exército Brasileiro no acolhimento de migrantes venezuelanas, uma escolha que permitiu captar de forma detalhada a experiência dessas militares.

Assim, a metodologia da pesquisa combinou técnicas diversificadas, permitindo uma análise completa e profunda da atuação das mulheres do Exército Brasileiro na Operação Acolhida. Com base no estudo de caso e na triangulação dos dados (análise documental, pesquisa bibliográfica e entrevistas estruturadas e semiestruturadas) foi possível explorar o tema de maneira abrangente e detalhada.

O estudo foi delimitado à análise dos 16º, 17º e 18º contingentes da Operação Acolhida, conforme a tabela abaixo:

**Tabela 2** – Período de preparo, período de missão e Comando Militar responsável - 16º ao 18º contingente.

<b>Contingente</b>	<b>Comando Militar responsável</b>	<b>Período do Preparo</b>	<b>Período na operação</b>
16º	CML	10 a 23 de Abr.	16/05/23 à 15/10/23
17º	CMNE e CMP	11 a 24 de Set.	16/10/23 à 15/03/24
18º	CMO e CMN	08 a 19 de Jan.	16/03/24 à 15/08/24

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir das Diretrizes de Preparo (Brasil, 2023a; Brasil, 2023b; Brasil, 2023c).

Essa delimitação temporal foi definida para garantir uma investigação detalhada e viável, dado o extenso volume de dados e a complexidade do fenômeno. Ao focar nesses contingentes específicos, a pesquisa consegue aprofundar-se nas ações e diretrizes mais recentes da operação, capturando com maior precisão as práticas contemporâneas de acolhimento.

No que se refere à delimitação geográfica, a pesquisa ficou circunscrita às cidades de Boa Vista e Pacaraima, onde a operação mantém uma infraestrutura robusta da Força-Tarefa Logística Humanitária. Essas localidades foram selecionadas por serem os principais polos de atuação da operação, facilitando o acesso a dados primários e a observação direta das atividades envolvidas, o que é essencial para a análise da atuação das mulheres do Exército Brasileiro no acolhimento de migrantes e refugiadas venezuelanas.

A cidade de Manaus, por sua vez, não foi incluída na análise, uma vez que a estrutura da operação foi entregue para o governo civil em março de 2021, e a gestão do acolhimento de migrantes passou a ser principalmente por autoridades civis, com o apoio de organizações internacionais resultando na ausência da Força-Tarefa Logística Humanitária nessa localidade (Brasil, 2023f). Além disso, os contingentes que são objeto desta pesquisa não estão abarcados no período em que a operação ainda funcionava em Manaus, reforçando a relevância de focar nas atividades desenvolvidas em Boa Vista e Pacaraima.

Nesse contexto, cabe destacar algumas limitações da pesquisa. A principal limitação está relacionada à impossibilidade de realização do estudo de campo, inicialmente previsto como uma das etapas fundamentais para a coleta de dados primários. A ausência de recursos financeiros inviabilizou a realização de visitas *in loco* para conhecer a estrutura e funcionamento da operação, realização de entrevistas presenciais com os/as militares e uma observação direta da atuação do segmento feminino do Exército Brasileiro na missão subsidiária de acolhimento humanitário.

No entanto, foram realizadas entrevistas com os atores que participaram da missão, mas essas ocorreram de maneira remota, utilizando ferramentas digitais. Embora as entrevistas

tenham sido realizadas, o formato remoto limita a possibilidade de observação direta e de uma interação mais próxima com o ambiente de atuação do segmento feminino do Exército Brasileiro na Operação Acolhida. Isso restringe, em parte, a profundidade da análise prática sobre o acolhimento de migrantes e refugiados venezuelanos, que poderia ter sido mais rica com a coleta de dados presencial, em campo.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito ao processo de coleta de dados. Uma das principais dificuldades enfrentadas foi conseguir entrevistados dispostos a participar da pesquisa. Muitos potenciais entrevistados se recusaram a falar, seja por receio de exposição ou por desconforto em abordar questões sensíveis relacionadas ao acolhimento de migrantes e refugiadas. Essa resistência impôs desafios adicionais ao trabalho de campo virtual, dificultando a obtenção de uma amostra representativa e diversificada. No entanto, os esforços para estabelecer confiança e garantir a confidencialidade das informações contribuíram para que algumas pessoas se sentissem mais à vontade para compartilhar suas experiências e percepções, permitindo, assim, o avanço da pesquisa.

O estudo analisou como um preparo específico tanto para as questões femininas em contexto migratório quanto para o segmento militar feminino pode influenciar no emprego do contingente do Exército Brasileiro na Operação Acolhida. Portanto, essa análise restringiu o foco de estudo para um olhar voltado para a perspectiva militar. Dessa forma, não foram analisadas as perspectivas das refugiadas e migrantes venezuelanas, como também não foram analisadas as percepções e necessidades das mulheres civis que pertençam aos organismos que participam da operação em análise.

Assim, a pesquisa não contemplou o estudo sobre mulheres que trabalham nas Organizações Internacionais das Nações Unidas, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, Organização Internacional para Migrações – OIM e ONU Mulheres, como também não analisou a participação de mulheres em Organizações Não-Governamentais e nos Ministérios da República e Secretarias de Estado e de Municípios, deixando o caminho aberto para uma possível pesquisa futura com relação a essa lacuna temática.

## 1. A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO FEMINISTA E AS ESTRUTURAS MILITARES BRASILEIRAS

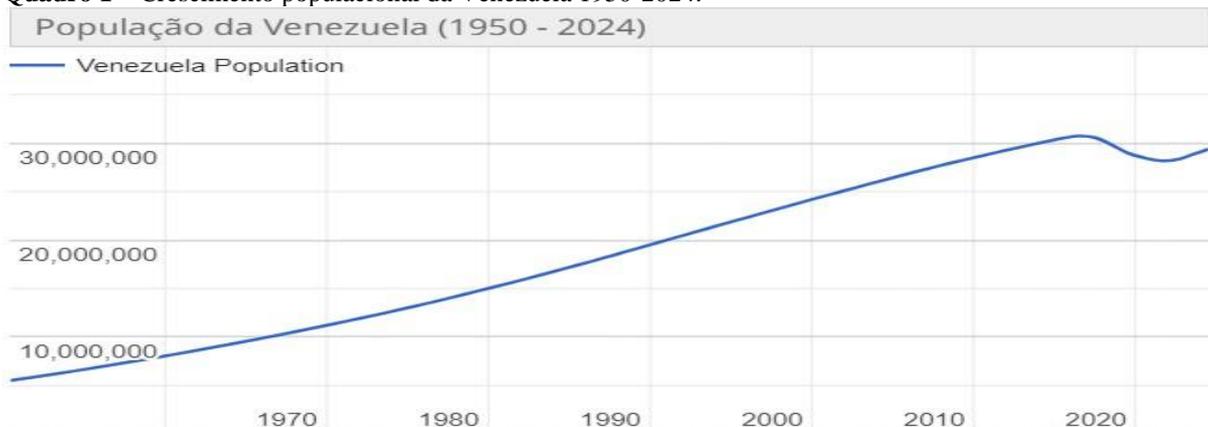
A migração, como fenômeno global, tem desempenhado um papel significativo na transformação das dinâmicas sociais, econômicas e políticas ao redor do mundo. Nos últimos anos, a crise migratória venezuelana se destacou como um dos exemplos mais impactantes, resultando na saída de mais de 7,7 milhões de venezuelanos de seu país de origem. Desses, mais de 6,5 milhões permaneceram na América Latina e Caribe, com os principais destinos sendo Colômbia, Peru, Brasil e Chile (R4V, 2024).

Conforme dados da revista *International Union for Scientific Study of Population* (IUSSP), em meados de 2018, a Venezuela possuía uma população de pouco mais de 32 milhões de habitantes. Em 2024, essa população caiu para aproximadamente 29,3 milhões, refletindo que mais de 10% dos venezuelanos deixaram o país em busca de melhores condições de vida (Arias, 2024).

Segundo a *Human Rights Watch*, um êxodo dessa magnitude representa uma das maiores crises migratórias da história do mundo (HRW, 2018), impactando significativamente tanto a Venezuela quanto os países receptores, especialmente os países latino-americanos, que concentram a maior parte desses migrantes.

A análise das tendências migratórias venezuelanas a partir de dados demográficos e sociais é essencial para compreender sua magnitude e suas implicações para a região e o mundo. Os quadros apresentados a seguir permitem uma visão mais detalhada desse cenário:

**Quadro 1** – Crescimento populacional da Venezuela 1950-2024.



**Fonte:** Plataforma de dados Worldometer, baseada no Relatório das Nações Unidas: Perspectivas da População Mundial 2022.

Sendo assim, a compreensão da migração venezuelana vai além das análises meramente demográficas, pois ela se tornou uma questão de segurança para os países receptores. As implicações humanitárias, socioeconômicas e políticas dessa migração forçada têm gerado impactos significativos nos países vizinhos e na estabilidade regional. Dessa forma, a importância de estudar essa dinâmica sob a perspectiva de segurança reside na necessidade de lidar com as complexidades que surgem quando grandes populações migram em busca de segurança, oportunidades e condições de vida adequadas.

O estudo de segurança no contexto da migração venezuelana não se limita apenas à gestão de fronteiras ou à aplicação de medidas de controle. Ele engloba uma análise aprofundada das implicações geopolíticas, dos desafios de integração social e econômica. Esta migração destaca a necessidade de uma abordagem colaborativa entre os países afetados, organizações internacionais e demais *stakeholders*, visando encontrar soluções sustentáveis e duradouras que respeitem os direitos humanos e promovam a segurança coletiva (Arias, 2024).

Vale ressaltar que este estudo não considera a migração forçada como ameaça ao Estado, mas sim como um desafio. Segundo Abdelmalek Sayad (1998, p. 274), o imigrante força a ordem nacional a “revelar a verdade de sua instituição e a expor suas regras de funcionamento”. Pois, em um contexto migratório, as pessoas frequentemente enfrentam uma série de ameaças que vão desde a falta de acesso a serviços básicos até a exposição a violências e abusos (ACNUR, 2022a, p.84). Dessa maneira, a resposta dos países receptores a essas ameaças pode variar significativamente, refletindo suas capacidades institucionais, políticas migratórias e abordagens humanitárias.

No Brasil, a Operação Acolhida deflagrada desde 2018, tem sido a resposta que o Estado encontrou para a crise política, social e econômica venezuelana. O número expressivo de venezuelanos em Roraima juntamente com o sobrecarregamento do sistema público conduziu o Estado brasileiro a realizar o ordenamento da fronteira e, ao mesmo tempo, garantir atendimento humanitário a essa população. Caracterizada, essencialmente, por ser uma operação interagências, a Acolhida conta com a participação de vários Ministérios da República, GSI, órgãos governamentais e não governamentais, organismos internacionais, sociedade civil e entidades religiosas num trabalho sinérgico para um acolhimento humanitário à população vizinha.

Diante desse contexto, o Estado optou por empregar as Forças Armadas e mais de 10 Ministérios nessa operação (Brasil, 2021) e, por meio da Resolução do Ministério da Defesa nº 1, nomeou-se como coordenador da Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum) um general de divisão do Exército Brasileiro. Importante salientar que as Forças Armadas atuam

com as demais agências numa relação em que não existe hierarquia entre as mesmas, ou seja, os militares trabalham em sinergia com todos os organismos envolvidos. Assim, a coordenação operacional é feita pelo Exército Brasileiro, havendo uma distribuição de tarefas e, nesse sentido, ocorre uma identificação de responsabilidades entre as diversas agências envolvidas (Brasil, 2022b).

Segundo o Manual MD33-M-12 do Ministério da Defesa de 2017, que dispõe sobre os fundamentos doutrinários que orientam as Forças Armadas no processo de planejamento, preparo e emprego em operações conjuntas envolvendo a participação de órgãos públicos, organizações não governamentais, empresas privadas, ou agências de outros Poderes, o termo interagências pode ser definido como sendo “a interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos” (Brasil, 2017, p.14).

Voltada para a assistência humanitária e para o ordenamento da fronteira, a Operação Acolhida encontra um elo intrínseco com o pensamento feminista, ao reconhecer e endereçar as particularidades das mulheres nesse contexto. Segundo a Lei 13.684 de 2018, que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, ao ampliar sua política assistencial, traz em seu bojo a previsão expressa de proteção aos direitos das mulheres (Brasil, 2018a).

O pensamento feminista destaca a importância de considerar as necessidades e experiências específicas das mulheres em todas as esferas, inclusive em situações de refúgio e deslocamento forçado. Mulheres refugiadas frequentemente enfrentam problemas únicos, como violência de gênero, exploração sexual e dificuldade de acesso a serviços de saúde e cuidados infantis. Incorporar essas preocupações à Operação Acolhida permite identificar e abordar esses desafios avançados, decorrentes da proteção integral das mulheres migrantes e refugiadas (Balbino, 2022, p. 180).

Essas dificuldades enfrentadas pelas mulheres migrantes reforçam a necessidade de políticas sensíveis ao gênero que atendam não apenas às questões humanitárias, mas também às vulnerabilidades específicas, garantindo a igualdade e a segurança nas intervenções humanitárias (Resende, 2017). Além disso, os esforços da ONU em promover a igualdade de gênero nas Operações de Paz, como a Resolução 1325 entre outras, reforçam o importante papel

das mulheres na construção da paz e segurança, enfatizando a importância de sua participação em todas as fases de operações humanitárias (Resende, 2017, p. 77).

Além disso, percebe-se na operação a implementação de políticas e programas que estão de acordo com as diretrizes do ACNUR, garantindo que as mulheres tenham acesso a abrigos seguros, cuidados de saúde adequados, apoio psicossocial, oportunidades de educação e emprego, bem como a prevenção e resposta à violência de gênero (ACNUR, 2024c).

Nesse contexto, o feminismo, como movimento que busca a igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade, ilumina a importância de considerar as dimensões específicas das experiências femininas, tanto em situações de vulnerabilidade vivenciadas por migrantes e refugiadas, quanto as experimentadas pelas mulheres militares, indo além das funções tradicionalmente associadas ao campo militar.

Nesse ínterim, este capítulo busca compreender a influência do pensamento feminista nas relações internacionais, na agenda Mulheres Paz e Segurança (MPS), nas instituições militares brasileiras e nos Documentos de Defesa do Brasil, buscando compreender o papel das militares do Exército na acolhida humanitária de migrantes e refugiadas. Essa pesquisa procurou compreender, nas palavras da professora Eduarda Hamann, “os dois lados da mesma moeda<sup>9</sup>”, tanto mulheres participando ativamente da recepção de migrantes e refugiadas (as militares do EB), como também no papel passivo, sendo recepcionadas e acolhidas no território brasileiro (migrantes e refugiadas), embora esta última percepção tenha sido pouco explorada nesta pesquisa.

Importante destacar que a agenda Mulheres, Paz e Segurança é um conjunto de princípios e resoluções adotadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para promover a participação das mulheres na prevenção de conflitos e a construção da paz e segurança internacional. Ela reconhece que as mulheres têm um papel importante a desempenhar em todos os aspectos do ciclo de conflito e de paz, desde a prevenção e resolução de conflitos até a reconstrução pós-conflito e a consolidação da paz (OSAGI, 2004).

Essa agenda trata de diversos temas interconectados e que se assemelham com as finalidades da Operação Acolhida, incluindo a proteção de mulheres e meninas contra violência de gênero e outras formas de violações de direitos humanos incluindo violência sexual, tráfico e exploração de pessoas e, resposta humanitária, incluindo acesso a serviços de saúde, educação e oportunidades econômicas.

---

<sup>9</sup> Expressão utilizada pela professora durante a capacitação de mulheres militares e policiais para Operações de Paz da ONU, no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), que ocorreu no período de 20 de novembro a 1º de dezembro de 2023.

Cabe destacar também que Operação Acolhida e as Operações de Paz das Nações Unidas têm como objetivo promover a estabilidade e a segurança em contextos de crise. São operações que envolvem a prestação de assistência humanitária, apoio à reconstrução e o estabelecimento de condições para a paz ou estabilidade duradoura. Conforme Balbino,

A organização da Operação Acolhida se assemelha a uma operação de manutenção da paz, embora tenha natureza estritamente humanitária e caráter nacional, apenas com apoio da ONU. O trabalho é dividido em treze “células”, chefiadas por oficiais do Exército, especializadas em diferentes aspectos do ordenamento da fronteira, do abrigamento e da interiorização – as três principais missões da Operação. Os contingentes militares, a exemplo da prática nas missões de paz, fazem rodízio (Balbino, 2022, p. 290).

Durante a realização das entrevistas para esta pesquisa, um dos entrevistados que faz parte do CCOPAB, o Entrevistado 12, complementa esse aspecto de semelhança que existe entre as Operações de Paz e a Operação Acolhida, enfatizando que além do apoio do mesmo centro que fornece a preparação dos contingentes (CCOPAB) também há, embora a Operação Acolhida não seja uma missão de paz, muita semelhança entre as missões: “muito da forma de se atuar no terreno é semelhante a uma operação de paz.” Ele observou que o CCOPAB fornece instruções de relação civil-militar para as duas espécies de missão, pois ambas se caracterizam por serem operações interagências.

No entanto, as operações também apresentam diferenças significativas. Enquanto a Operação Acolhida se concentra principalmente na assistência humanitária em um contexto específico de fluxo migratório, as Operações de Paz são mais abrangentes e podem envolver uma variedade de atividades, como a mediação em ambientes de conflitos e a proteção de civis.

Além disso, embora ambas as operações reconheçam a importância da participação das mulheres e da consideração de suas necessidades específicas, a agenda Mulheres, Paz e Segurança é explicitamente integrada às Operações de Paz das Nações Unidas, com diretrizes e resoluções específicas e impositivas aos Estados Membros, para garantir a participação das mulheres e a proteção de seus direitos em todos os aspectos das operações (ONU, 2000), conforme a resolução 1325:

Reafirmando o importante papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na construção da paz, e acentuando a importância da sua igual participação e total envolvimento em todos os esforços para a manutenção e promoção da paz e da segurança, bem como a necessidade de aumentar o seu papel na tomada de decisões no que respeita à prevenção e resolução de conflitos;

Reafirmando também a necessidade de implementar na sua totalidade a lei humanitária internacional e dos direitos humanos que protege os direitos das mulheres e das meninas durante e após os conflitos (ONU, 2000).

Enquanto isso, na Operação Acolhida, os cuidados e a integração das mulheres dependem mais da abordagem institucionalizada. Baseando-se no arcabouço jurídico brasileiro, em tratados internacionais que o Brasil é signatário e em suas próprias diretrizes institucionais, devido à ausência de um documento centralizador que formalize a política migratória brasileira.

Portanto, este capítulo buscou analisar a inserção das mulheres nas Forças Armadas Brasileiras à luz da Agenda Mulheres, Paz e Segurança que promovem a igualdade de gênero, fortalecendo o papel das mulheres tanto nas operações de paz e segurança em diversos países, bem como nas missões subsidiárias de acolhimento humanitário.

Por fim, a participação ativa das mulheres do EB na Operação Acolhida tem demonstrado o compromisso da instituição em atender às demandas globais e nacionais de inclusão, contribuindo para a diversificação e fortalecimento das capacidades militares. Dessa forma, a integração de políticas de gênero nas operações de defesa e de acolhimento humanitário reflete o alinhamento do Brasil com os avanços globais nesse campo, preservando a coesão e a eficiência das Forças.

### **1.1 A Teoria Feminista nas Relações Internacionais e nos Estudos de Segurança e Defesa**

As Relações Internacionais (RI) emergiram como um campo acadêmico no século XX, impulsionadas por transformações globais, guerras e avanços tecnológicos que aproximaram nações e moldaram as dinâmicas entre Estados (Nogueira & Messari, 2005). Seu surgimento como disciplina está ligado à preocupação com a existência de guerras entre Estados. Preocupação essa que alcança um nível mais elevado a partir da experiência com as guerras mundiais.

Assim, a origem e o desenvolvimento da disciplina de RI surgem ligados à preocupação com os conflitos armados entre os Estados. Momento em que diversas teorias também emergem para explicar o sistema internacional e como os Estados se relacionam, buscando com isso evitar novos conflitos. Posteriormente, o aparecimento de novos atores não-estatais na política internacional, como empresas multinacionais e organizações internacionais governamentais e não-governamentais, levou ao questionamento de premissas básicas dessas teorias, as quais tinham o Estado como o objeto central de estudo.

Nessa perspectiva, eclodiram críticas à separação entre política doméstica e política internacional, ao modo de se pensar a questão da “sobrevivência” dos Estados, a divisão entre *high* e *low politics* (alta política, relativa à segurança; e baixa política, referente a temas econômicos, tecnológicos, gênero, etc.), bem como sobre a forma como o Estado diferencia o

lugar do homem e da mulher diante na sociedade (Nogueira & Messari, 2005, p. 5). O Estado vai deixando de ser o centro nos estudos de segurança e defesa, e assim novos debates vão surgindo com o passar do tempo, principalmente no período pós Guerra Fria (Williams, 2008, p. 4).

As origens das Relações Internacionais remontam ao período pós-Tratado de Westfália (1648), que estabeleceu o sistema de Estados soberanos como a principal unidade política do mundo ocidental (Jackson & Sorensen, 2021). No entanto, foi somente no século XX, após as duas guerras mundiais e a emergência da Guerra Fria, que a disciplina começou a se consolidar como um campo distinto de estudo (Nogueira & Messari, 2005). Nesse contexto, o campo das RI surge como uma disciplina acadêmica dedicada ao estudo das interações entre Estados, organizações internacionais e atores não estatais no cenário global.

Durante a Primeira Guerra Mundial, intelectuais e políticos, como Woodrow Wilson, na proposta de paz dos Estados Unidos (Quatorze Pontos), defenderam a necessidade de uma ordem internacional baseada em princípios de paz e cooperação entre Estados (Garcia, 2000, p. 15). O fracasso das instituições internacionais da época em evitar conflitos levou à criação da Liga das Nações após a primeira guerra, refletindo um interesse crescente na governança global. Após a Segunda Guerra Mundial, a criação das Nações Unidas e a bipolaridade da Guerra Fria estimularam ainda mais o interesse acadêmico nas relações entre estados e a necessidade de compreender os mecanismos que influenciam o comportamento internacional.

No início dos anos 1990, o fim da Guerra Fria arrefeceu os estudos de segurança sob a ótica exclusivamente militar, abrindo mais espaço para que pautas consideradas como de “baixa política” (*low politics*) tivessem um maior protagonismo, proporcionando às questões de gênero um maior avanço no cenário internacional. Segundo Martha Narvaz e Silvia Koller,

**A primeira geração (ou primeira onda do feminismo)** representa o surgimento do movimento feminista, que nasceu como movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, direitos que eram reservados apenas aos homens. O movimento sufragista (que se estruturou na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e na Espanha) teve fundamental importância nessa fase de surgimento do feminismo. O objetivo do movimento feminista, nessa época, era a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. (...) **A segunda fase do feminismo** (segunda geração ou segunda onda) ressurge nas décadas de 1960 e 1970, em especial nos Estados Unidos e na França. As feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada. (...) Surge, assim, **a terceira fase do feminismo** (terceira geração ou terceira onda), cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da

subjetividade. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero (Narvaz & Koller, 2006, p. 649 – grifo nosso).

Dessa forma, no que se convencionou chamar de terceiro debate das RI<sup>10</sup>, por volta da década de 1980, as abordagens feministas eclodiram cientificamente, discussões que já tinham se iniciado décadas antes.

Segundo Jackson e Sorensen (2021), houve três grandes debates desde que as RI se tornaram uma disciplina acadêmica, no final da Primeira Guerra Mundial. O primeiro grande debate foi entre o idealismo e o realismo (décadas de 1930-1940); o segundo, entre as abordagens tradicionais e o behaviorismo (décadas de 1960-1970); e o terceiro, entre o neo-realismo/neoliberalismo e o neomarxismo (Jackson & Sorensen, 2021, p. 61).

Essas correntes, apesar de não serem abordadas no presente estudo, situam o movimento feminista dentro do terceiro debate, no qual as abordagens tradicionais das RI são desafiadas ao introduzir análises que consideram as relações de gênero como fundamentais para a compreensão da política global, contribuindo para a diversificação teórica da disciplina ao promover uma visão mais inclusiva e abrangente das dinâmicas internacionais (Sylvester, 1994).

As gerações ou ondas do movimento feminista devem ser entendidas como uma construção ao longo do tempo e, embora as autoras, Narvaz e Koller, afirmem que exista uma divisão do movimento feminista em três gerações e em várias categorias (radical, liberal, pós-estruturalista, etc.), é importante esclarecer que elas não se excluem, e sim coexistem desde sempre. Ou seja, por meio do surgimento das diversas vertentes e gerações do feminismo, os direitos à igualdade e equidade das mulheres que foram conquistados com o passar do tempo são cumulativos e não devem retroceder.

Vale destacar que a corrente liberal privilegia noções de igualdade e tendem a focar em questões de representação feminina na esfera pública. Feministas que trabalham com essa perspectiva coletam informações empíricas sobre os papéis das mulheres e questionam se elas estão presentes como tomadoras de decisão em áreas de segurança internacional, nas Forças Armadas, etc. Caso elas não estejam, há o questionamento do porquê de não estarem presentes,

---

<sup>10</sup> Para o estudo das RI, debates são discussões teóricas divergentes sobre determinada temática. Existem muitas teorias diferentes sobre como os Estados interagem no cenário global. Por exemplo, o realismo enfatiza o papel do poder e da competição entre Estados; o liberalismo enfatiza a cooperação internacional e as instituições globais; e o construtivismo enfatiza as identidades, ideias e padrões que moldam as relações internacionais. Essas teorias oferecem várias interpretações de temas como direitos humanos, comércio, conflitos, alianças e poder.

os impactos de sua ausência e quais são as barreiras à sua participação (Whitworth, 2008, p. 104).

Conforme Sandra Whitworth, muitas feministas liberais focam nas maneiras pelas quais, dentro de governos e instituições internacionais, “as mulheres continuam altamente sub-representadas. Onde as mulheres estão presentes, elas ainda são amplamente relegadas ao trabalho administrativo e de apoio, e não figuram proeminentemente nos níveis de média e alta gerência das instituições” (Whitworth, 2008, p. 104 – tradução nossa).

Outro aspecto importante e que merece ser dito desde logo, diz respeito à compreensão das autoras Narvaz e Koller sobre o que se deve entender sobre o conceito de teoria. Segundo elas, as teorias, antes de serem verdades absolutas, são apenas diferentes maneiras de construir e organizar o conhecimento e referendar uma práxis legitimada por determinada comunidade científica em determinado contexto histórico (Narvaz & Koller, 2006, p. 648).

De acordo com a presente perspectiva, as teorias são construídas de forma a legitimar visões de determinados grupos e indivíduos em relação a um objeto e ganham forma à medida que o pensamento concretiza a realidade por meio de um direito adquirido por esse grupo. Pode-se dizer que a vitória do movimento feminista é inquestionável quando se constata que suas “bandeiras mais radicais se tornaram parte integrante da sociedade, como, por exemplo, o direito ao voto, frequentar universidade, escolher profissão, receber salários iguais, candidatar-se ao que quiser” (Duarte, 2003, p.151).

Assim, faz-se necessário esclarecer que, conforme afirmado por Daniela Auad, existem muitas pessoas que associam o feminismo à imagem de mulheres que detestam homens, queimam sutiãs e que desejam dominar o mundo, detendo todo e qualquer poder (Auad, 2003, p.13). Na verdade, acredita-se que esse tipo de associação contribuiu para uma visão pejorativa do feminismo difundida pelo senso comum, distorcendo e limitando a sua verdadeira essência e objetivos.

Contudo, é necessário deixar claro que o objetivo desta pesquisa consiste em compreender o Feminismo como um movimento formado por mulheres críticas e questionadoras que não desprezam o homem, mas sim o modelo de passividade e submissão imposto às mulheres historicamente.

Portanto, essa teoria é compreendida nesta pesquisa, de acordo com a corrente liberal, como um movimento político e social formado, principalmente, por mulheres para combater a desigualdade de gênero em todos os contextos da sociedade. Dessa forma, segundo Constância Duarte, o Feminismo é considerado em um sentido amplo, “como todo gesto ou ação que resulte

em protesto contra a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo” (Duarte, 2003, p.152).

Com relação à conquista da segurança pelos Estados, diversos autores afirmam que sempre foi uma questão primordial para os estudiosos das RI. Mas insatisfeitos com os modelos tradicionais, que se centravam exclusivamente na segurança militar, alguns deles começaram a usar o termo “segurança comum” para imaginar um tipo de segurança que é global e multidimensional com vertentes políticas, econômicas e ecológicas e que são tão importantes quanto a dimensão militar. A segurança dos indivíduos e do seu ambiente natural é considerada, bem como a segurança do Estado (Tickner, 2001, p.12; Buzan, 1991). Essa abordagem amplia a compreensão da paz, permitindo uma reflexão sobre as condições necessárias para uma paz realmente justa, definida de forma mais ampla do que simplesmente a ausência de guerra (Tickner, 2001, p.12).

A transição dos estudos tradicionais das RI para incluir a temática de direitos humanos reflete uma mudança significativa no paradigma acadêmico e político. Enquanto os estudos tradicionais, historicamente, priorizavam a segurança dos Estados, principalmente no contexto militar, um movimento crítico começou a emergir com uma abordagem mais abrangente e humanitária para a segurança global.

Esta nova perspectiva, muitas vezes referida como "segurança comum", reconhece a interconexão entre segurança política, econômica, ecológica e a segurança dos indivíduos e de seus ambientes naturais. Dentro dessa lógica, a questão do feminismo é situada como parte integral dos direitos humanos, uma vez que busca abordar as desigualdades de gênero e promover a igualdade e a dignidade para todas as pessoas, independentemente de seu sexo. Assim, o feminismo se enraíza na ideia de uma paz verdadeiramente justa, que transcende a mera ausência de guerra, incorporando preocupações sobre justiça social, direitos humanos e bem-estar de todos os indivíduos e comunidades (Pinto, 2010).

Diante da ampliação do que se entende por segurança, as mais diversas abordagens de feminismo vão se inserindo nos estudos. E, assim, suas vertentes revelam a convergência em um ponto básico, que as pesquisas em segurança têm sido “o estudo de homens pelos homens” (Peoples & Williams, 2014, p. 35). Desta forma, no final dos anos 80, utilizando a lente de gênero, as feministas declaram que a segurança jamais seria alcançada sem que as estruturas de poder, desiguais com relação ao gênero, classe e raça, sejam eliminadas ou ao menos reduzidas (Tickner, 1992).

Portanto, definir o conceito de gênero e diferenciá-lo do conceito de sexo é importante para essa teoria no sentido de inseri-los e relacioná-los aos estudos de segurança e defesa.

Segundo Admarco Júnior, Fernanda Lopes e Marcella Teixeira, existem duas diferentes formas em que o conceito de gênero foi e tem sido utilizado:

(...) a primeira forma é que a palavra gênero descreve a personalidade e o comportamento e o termo sexo, usado em oposição ao gênero, referênciava o corpo, para diferenciar o que é socialmente construído (gênero) do que é biologicamente definido (sexo), ou seja, o sistema binário sexo/gênero, defendido pelas feministas da década de 1960; a segunda forma é a utilização da palavra gênero para referenciar qualquer construção social sobre a diferença entre o feminino e o masculino, inclusive considera o sexo como uma construção social, conceito defendido pelas feministas pós-estruturalistas (Júnior, Lopes & Teixeira, 2019, p. 407).

Segundo Mariana Carluccio, o gênero também pode ser compreendido como a junção de características físicas, intelectuais e emocionais que constroem as diferenças entre homens e mulheres. Tais diferenças devem ser compreendidas quanto à forma com que são colocadas na sociedade. Sendo assim, o gênero como categoria de análise consiste em avaliar os diferentes efeitos que um fenômeno, política ou programa exerce sobre as mulheres e homens, no intuito de verificar se diminuem ou aumentam as desigualdades (...) (Carluccio, 2020, p.17).

Assim sendo, os estudos de paz e segurança não devem se dissociar, mas sim fazer parte de uma dinâmica de gênero mais ampla na política internacional. A vida dos indivíduos e seus relacionamentos são importantes pois desmascaram os interesses político-econômicos, estruturais e historicamente desiguais e conectam a vida desses indivíduos a estruturas propostas internacionalmente, para então alcançar “propostas para formas mais justas e iguais de governança global” (Tickner & True, 2018, p. 9, tradução nossa).

Dessa forma, o movimento feminista se torna relevante porque traz alguns pontos que, inicialmente, não eram percebidos pelas RI, como a análise dos papéis político, social e econômico desenvolvidos por mulheres. Ou seja, ressalta as relações de poder com base no gênero nas diversas áreas e analisa a presença das mulheres em postos de liderança na tomada de decisão.

Embora os estudos de segurança tenham se apresentando por muito tempo como neutros em termos de gênero, internacionalmente, estão impregnados por suposições e representações que atestam a não neutralidade. Verifica-se essa parcialidade, por exemplo, tanto através das várias convenções internacionais voltadas para a temática “mulheres”, quanto por meio da Resolução 1325 de outubro de 2000, que inaugura a chamada de Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) e “tem como foco a importância das mulheres na prevenção e resolução de conflitos; negociações, consolidação e manutenção da paz; **resposta humanitária**; e reconstrução pós-conflito” (Brasil, 2024c, p. 11 – grifo nosso).

A inserção dessas questões na agenda internacional tornou-se mais concreta com a atuação da ONU, especialmente por meio da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing em 1995. Esta conferência foi um marco histórico ao estabelecer a Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, que delineou objetivos para promover a igualdade de gênero globalmente. A Plataforma de Beijing enfatizou a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero em todas as esferas da sociedade e reconheceu o papel crucial das mulheres na promoção do desenvolvimento, da paz e da segurança (ONU, 1995).

Além disso, a adoção da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em outubro de 2000, representou um avanço significativo ao inaugurar a chamada Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS). A resolução reconhece “a importância das mulheres na prevenção e resolução de conflitos; negociações, consolidação e manutenção da paz; **resposta humanitária**; e reconstrução pós-conflito” (ONU, 2000, p. 1). Foi a primeira vez que o Conselho de Segurança abordou o impacto desproporcional dos conflitos armados sobre as mulheres e sublinhou a necessidade de sua participação plena e igualitária em todos os esforços para manter e promover a paz e a segurança.

Assim, o reconhecimento da comunidade global confirma a importância de se incorporar a perspectiva de gênero na comunidade internacional e atesta, por sua vez, a influência que o movimento feminista promoveu em todo o mundo. Ao inserir essas questões na agenda da ONU, o movimento feminista conseguiu promover mudanças significativas nas políticas internacionais, destacando a importância da participação das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão e na construção da paz e segurança globais, embora as mulheres ainda sejam tratadas de maneira desigual aos homens, conforme retratou Judith Ann Tickner:

(...) a política internacional é um mundo masculino. É um mundo habitado por diplomatas, soldados e funcionários públicos internacionais, a maioria dos quais são homens. Além do ocasional chefe de Estado, há poucas evidências que sugerem que as mulheres desempenharam um papel importante na formação da política externa em qualquer país do século XX. (Tickner, 1992, p.1 - tradução nossa)

Isto posto, a principal preocupação da teoria feminista, em sua vertente liberal, converge no sentido de tentar explicar a subordinação das mulheres, nas posições políticas, sociais e econômicas em relação aos homens e procura soluções para eliminá-la, objetivando encontrar oportunidades para que as mulheres possam usufruir de vidas tão livremente escolhidas como os homens.

As teóricas feministas Cynthia Enloe e Judith Ann Tickner são reconhecidas por incluir o gênero como categoria de análise na política internacional, algo praticamente inexistente nas

demais correntes teóricas das RI. Dessa maneira, as autoras buscaram, em instituições e normas do sistema internacional, explicações para as hierarquias e assimetrias nas relações entre os gêneros, como também procuraram dar visibilidade às mulheres como sujeitos capazes de modificações significativas nas relações de poder. Também são responsáveis, juntamente com outras teóricas, por trazer à baila a discussão sobre os estereótipos que são lançados sobre as mulheres, principalmente em cenários de conflito armado.

A construção identitária, “feminilidade” e “masculinidade”, é responsável por reforçar o binarismo nos conflitos armados, pois enquanto a mulher geralmente é associada a um papel maternal e pacífico, o homem é associado ao uso da força e violência. Assim, na produção teórica feminista, é possível notar uma maior atenção e cuidado com a utilização de dicotomias que criam visões simplistas como a do homem guerreiro e da mulher pacífica.

Dessa maneira, a utilização dos termos “masculinidade” e “feminilidade” também são importantes para discutir a questão do gênero. De acordo com Ruddick, Cohn e Hill,

O gênero também funciona como um sistema simbólico: as nossas ideias sobre ele permeiam e moldam as nossas ideias sobre muitos outros aspectos da sociedade para além das relações homem-mulher – incluindo política, armas e guerra. A maneira mais fácil de ver isso é observar alguns dos adjetivos associados à masculinidade (por exemplo, forte, racional, prudente, ativo, objetivo) e feminilidade (por exemplo, fraca, irracional, impulsiva, passiva, subjetiva). O que é imediatamente aparente é: - primeiro, eles constituem pares dicotômicos de características que são vistos como mutuamente excludentes (por exemplo, forte/fraco, ativo/passivo, etc.); - segundo, em cada caso, o lado “masculino” do par é mais valorizado do que o lado “feminino”. - terceiro, o próprio significado da masculinidade e da feminilidade é definido através da sua relação com o seu "oposto". Isto é, o seu significado depende um do outro: as masculinidades não existem exceto em contraste com as feminilidades e vice-versa. Isto significa que um homem não pode ser visto como insuficientemente masculino ou “covarde” a menos que tenhamos uma ideia das características “femininas” que homens “reais” devem evitar (Cohn, Ruddick & Hill, 2005, p.2)

Dessa forma, os autores convidam a refletir sobre a ilusão que deve ser evitada de que os corpos femininos são fracos, emocionais, maternais e necessitados de proteção pois, esse pensamento poderia legitimar como natural e certo que a vida da maioria das mulheres deveria se limitar à esfera privada do lar e da família.

Segundo Cynthia Enloe,

Quando se imagina que o lar é um lugar feminizado – um lugar onde mulheres femininas e meninas femininas deveriam se sentir mais confortáveis, e onde homens viris e meninos de verdade deveriam parar de vez em quando para reabastecer – então esta consequência de muitas explicações convencionais pode enviar as raízes da política internacional masculinizada ainda mais profundamente. Existe um incentivo alternativo para aprofundar a política internacional. Isto é, ver-se nele e não apenas ser influenciado por ele. Para

fazer isso, no entanto, é necessário romper as fronteiras do “internacional” e do “político”: é necessário ver como a própria dinâmica familiar, os comportamentos de consumo, as escolhas de viagem, as relações com os outros e as formas de pensar sobre o mundo realmente ajudam a moldar aquele mundo. Não somos apenas influenciadas; somos atores (Enloe, 2014, p.32 - tradução nossa).

Por outro lado, mulheres e meninas têm sido vítimas dos conflitos armados e possuem necessidades específicas que, de fato, precisam de proteção. Elas enfrentam riscos particulares, como violência sexual, tráfico humano e deslocamento forçado, que exigem medidas de proteção e apoio adequadas. Reconhecer essas vulnerabilidades não significa reforçar estereótipos de fragilidade feminina, mas sim abordar as desigualdades sistêmicas que as colocam em situações de risco (UNIFEM, 2009). Portanto, a proteção às mulheres em contextos de conflito é essencial para assegurar seus direitos e promover a igualdade de gênero, sem limitar sua participação ativa na sociedade.

Por fim, a teoria feminista enfatiza que as premissas as quais afirmam que as mulheres são, em sua essência, pacíficas e os homens bélicos são problemáticas, pois as identidades não são estruturas engessadas, mas sim mutáveis. Tanto a participação ativa das mulheres na guerra quanto o apoio prestado aos filhos e maridos para os mesmos adentrarem no combate são exemplos de que não é válido afirmar que as mulheres sempre são maternais e pacíficas por conta de sua natureza (Foiatto, 2018, p.41). Assim, generalizar e atribuir características engessadas a qualquer dos gêneros é, no mínimo, um arriscado e leviano comportamento que deveria ser evitado porque seres humanos são únicos e diferentes entre si, independentemente do gênero que possuam.

## **1.2 O Movimento Feminista no Brasil e as Mulheres Militares Brasileiras**

A primeira onda do movimento feminista no Brasil se manifestou no início do século XX, com a organização das mulheres em torno de questões específicas, como o direito ao trabalho em condições dignas e o direito ao voto. Segundo Céli Pinto (2003), operárias reunidas na “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”, num manifesto em 1917, denunciaram as péssimas condições de trabalho a que eram submetidas (Pinto, 2003, p. 35). Com relação ao direito de voto, o movimento sufragista que foi liderado por Bertha Lutz e as “sufragetes” (Pinto, 2010, p.16) conquista esse direito em 1932.

De acordo com Mariani, a desigualdade histórica entre homens e mulheres favoreceu a presença masculina de forma preponderante nas Forças Armadas (FA) e como consequência afastou as mulheres desse exercício profissional. “Ao longo da história, desde os idos de Maria

Quitéria, mulheres precisaram se travestir de homens para defender o país” (Mariani, 2022, p. 315).

Também por meio do movimento feminista, as mulheres conquistaram proteção jurídica e garantias de igualdade, porém sua execução ainda encontra desafios. Sendo assim, a análise do ingresso feminino nas FA sob a perspectiva de gênero é importante para a compreensão dos desafios que precisam ser enfrentados na atualidade, a fim de que se alcance no plano fático tudo que já se encontra expresso legalmente.

Os procedimentos para o recrutamento militar feminino no Brasil acompanharam a conjuntura da América Latina e, iniciaram-se ao longo dos anos 80, juntamente com o processo de redemocratização da região. Inicialmente, as mulheres foram inseridas nos quadros complementares das Forças, nos quais elas não estavam ligadas diretamente ao combate, mas sim a cargos administrativos, de ensino e saúde (Mathias, 2005 p.4). Vale ressaltar que a presença feminina nas Forças Armadas brasileiras, inicialmente, ocorreu em corpos de enfermagem no período da Segunda Guerra Mundial. Assim, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) contou com a presença de 73 enfermeiras que guarneceram o Quadro de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (QEERE) e ao fim da guerra elas foram condecoradas e se licenciaram dos serviços ativos militares (Mariani, 2022, p. 318-319).

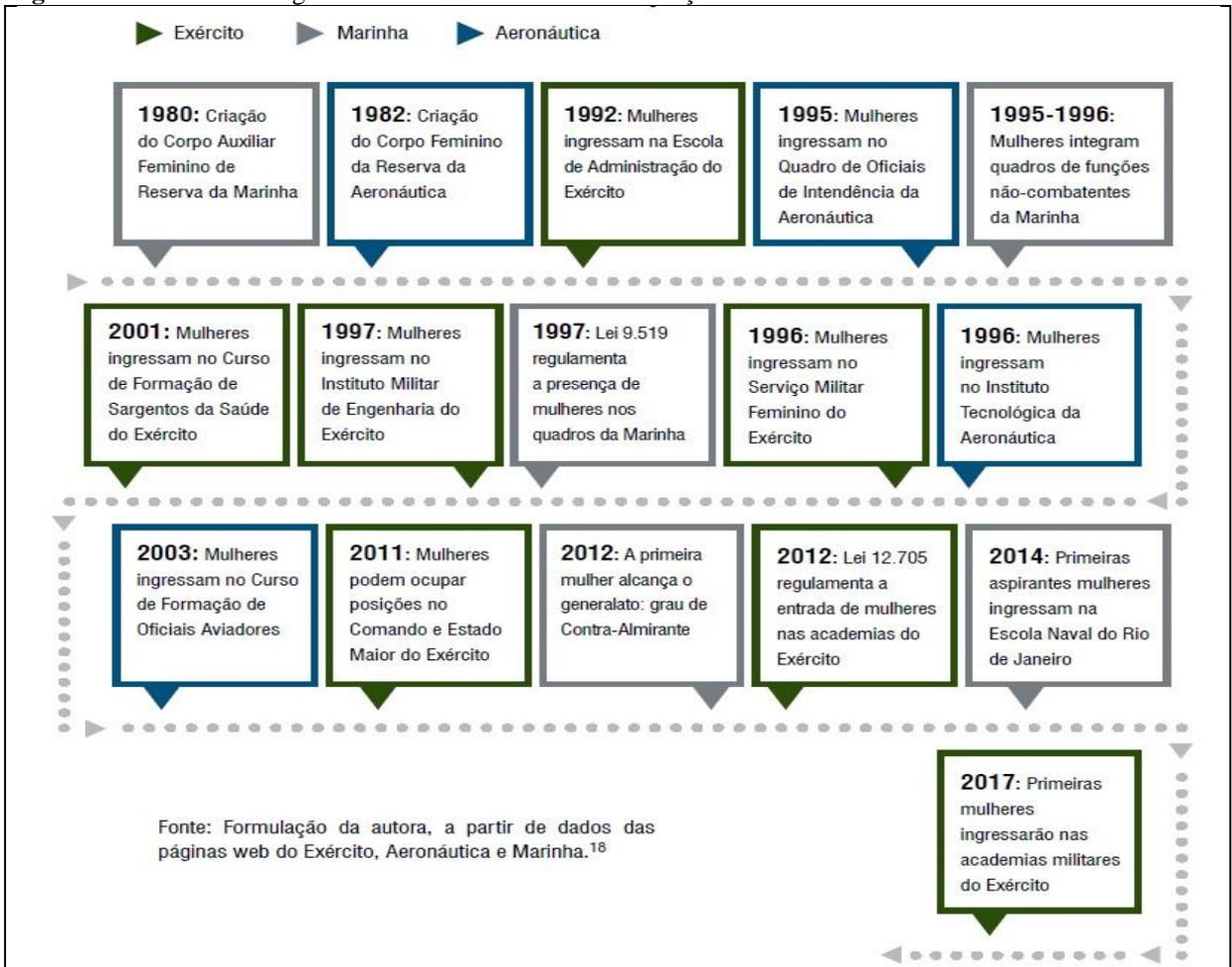
Por um longo período, as FA estiveram restritas à participação masculina (Mariani, 2022, p. 313). Todavia, com a luta feminina por igualdade no meio social, profissional e educacional e a consequente conquista dos direitos das mulheres expressos nos mais diversos dispositivos legais, tanto nacionais quanto internacionais, o país, progressivamente, tem dado abertura à presença feminina no âmbito militar.

A inserção do contingente de mulheres nas Forças ocorreu, inicialmente, nas áreas administrativas e auxiliares. Em 1980, quando foi criado o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, elas exerciam funções de manutenção eletrônica. Somente em 1998 foi permitido que mulheres participassem em missões nos navios hidrográficos, oceanográficos e de guerra (Mariuzzo, 2008, p.10). Segundo Renata Giannini,

A primeira a abrir as portas foi a Marinha, através do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, seguida da Aeronáutica, através do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, criados respectivamente em 1980 e 1982. No Exército, a entrada de mulheres ocorreu somente 10 anos depois, em 1992, quando puderam ingressar na Escola de Administração do Exército (EsAEx), hoje chamada de Escola de Formação Complementar (EsFCEEx), e fazer parte do Quadro Complementar de Oficiais, junto com os homens (Giannini, 2014, p.12).

Nesse contexto, Giannini elaborou uma figura onde conseguiu estabelecer a ordem cronológica da inserção feminina nas Forças Armadas brasileiras:

**Figura 1** – Ordem cronológica da entrada das mulheres nas Forças Armadas Brasileiras.



**Fonte:** Giannini, 2014, p.14.

Importante destacar que, por meio da Lei 12.705/2012, o Brasil ratifica seu compromisso com a agenda MPS, pois permite que mulheres possam ingressar na linha militar bélica nas academias militares. Estas tinham até 2017 para efetuar as mudanças necessárias para receber o segmento feminino (Brasil, 2012). O Exército Brasileiro foi a última Força a incorporar esse segmento nas carreiras combatentes, e a incorporação está restrita a Intendência, Material Bélico e Comunicações.

Outro ponto relevante diz respeito ao Decreto 12.154/24, que representa um avanço iniciado para as FA do Brasil, ao estabelecer o serviço militar voluntário feminino, a ser iniciado em 2025 e destinado a mulheres nascidas em 2007. O alistamento será voluntário e ocorrerá entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2025, com incorporação das voluntárias previstas para 2026. As candidaturas serão definidas com base em critérios físicos, culturais, psicológicos e morais, após serem submetidas a uma inspeção de saúde obrigatória, incluindo exames clínicos e

laboratoriais. As mulheres que ingressarem não terão estabilidade no serviço militar e, ao serem desligadas, passarão a integrar a reserva não remunerada das Forças Armadas (Brasil, 2024d).

Diante desse contexto, segundo Mariani, em 2021, o efetivo das FA era composto de aproximadamente 34 mil mulheres, com a seguinte composição:

Na Marinha, são 8.413 militares, o que representa um crescimento de 4,2% no último ano. O Exército soma 13.009 mulheres no quadro, sendo um aumento de 6,42% entre os anos de 2019 e 2020 e de 11% no período de 2020 para 2021. Na Força Aérea Brasileira (FAB), são 12.538, total que representa 19,23% do efetivo geral (Mariani, 2022, p.321).

Atualmente, as Forças contam com cerca de 370 mil militares em serviço ativo. Entre eles, aproximadamente 37 mil são mulheres, o que representa 10% do efetivo total. Sendo que a Força Aérea Brasileira (FAB) tem o maior percentual, com 19,7% de mulheres, seguida pela Marinha com 12,7%, e pelo Exército com 6,4% (Brasil, 2024a).

Esse aumento percentual discreto de mulheres nas Forças Armadas, de 2021 até agora, reflete uma transformação gradual em termos de representatividade de gênero no setor militar. Com a possibilidade de ampliação do decreto do serviço militar obrigatório para incluir mulheres, essa participação feminina poderá se tornar mais expressiva, promovendo uma maior diversidade e equilibrando a composição de gênero nas forças. Essa medida pode não apenas aumentar o efeito feminino, mas também contribuir para a implementação de políticas inclusivas, que valorizam as contribuições e perspectivas das mulheres nas operações e funções militares.

Dessa forma, a diversificação heterogênea traz eficiência no desempenho das missões militares, conforme preceitua Maria Elizabeth Rocha:

A diversidade de perfis humanos na carreira das Armas é proveitosa e enriquecedora por que, se por um lado altera comportamentos tradicionais e coloca novos desafios à formação do “soldado profissional”, por outro, preserva o *ethos* da instituição castrense, cuja missão cívica e institucional é moldar seres humanos e prepará-los para defender a Pátria. (...) Por certo, grupos socialmente homogêneos não são mais eficientes do que grupos heterogêneos, segundo noticiam análises teóricas e estatísticas. A discriminação, sim, é perniciosa e disfuncional para a estabilidade do contingente e para a realização de tarefas coletivas, minando, por conseguinte, a coesão, a eficiência e o desempenho da missão (Rocha, 2017, p. 28).

Assim, Wilmarie Marchany (2022) alerta que, atualmente, o argumento em torno das mulheres nas Forças Armadas não é mais sobre a cultura e o papel das mulheres na sociedade, mas sim sobre a sua participação como necessidade para a eficácia militar (Marchany, 2022). Vale ressaltar que nos Estados Unidos, a participação feminina nas operações militares, como no Iraque e no Afeganistão, tem sido importante para garantir que a missão seja bem sucedida.

Igualmente, as Operações de Paz contam com mulheres para conseguir uma comunicação efetiva junto à população local, bem como as Operações de ajuda humanitária decorrente de crise migratória.

No Brasil, a participação ativa das mulheres militares, na Operação Acolhida, para acolhimento humanitário de refugiados e migrantes venezuelanos desempenha um papel fundamental na eficácia da missão. Apesar de se constituírem em um efetivo menor que 10% nos contingentes do Exército Brasileiro (Brasil, 2023e), as mulheres envolvidas na operação oferecem uma perspectiva mais sensível e detalhada às necessidades específicas das mulheres e, principalmente, de crianças, conforme demonstra a análise da maioria das entrevistas de militares a esta pesquisa.

De acordo com os 14 militares (homens e mulheres) e mais o atual Comandante da FT, que contribuíram com esta pesquisa por meio de entrevistas, a presença das militares mulheres, no geral, foi descrita como muito importante para a Operação Acolhida, uma vez que elas não apenas promovem um ambiente mais inclusivo e equitativo, mas também fortalecem a capacidade das FA de lidar adequadamente com questões relacionadas ao gênero, porque são mais atenciosas, detalhistas e preocupadas com os cuidados médicos, de apoio psicossocial, proteção e segurança na área dos abrigos contra qualquer tipo de violência que as mulheres ou crianças possam vir a sofrer.

Nesse sentido, uma das militares entrevistadas relatou que quando tirava serviço nos abrigos, sua maior preocupação era, além de manter a segurança dos mesmos, garantir que as mulheres e crianças estivessem protegidas para que “nada de mau acontecesse com elas”. Verbalizou ainda que as crianças recebiam sua maior atenção e carinho.

Diante disso, a presença de mulheres nesses ambientes operacionais não apenas melhora a abordagem e a eficácia das operações humanitárias, mas também enfatiza a importância de incluí-las, bem como suas perspectivas e habilidades, fortalecendo a ideia de que a igualdade de gênero é fundamental para o avanço e a eficácia em todas as áreas da sociedade. Segundo o Comandante da FT, tanto as percepções femininas complementam a masculina como o contrário também acontece. Sendo assim, destacou que os gêneros se complementam em suas atividades e percepções.

Portanto, o envolvimento das mulheres do Exército Brasileiro em missões de ajuda humanitária é um exemplo de como o movimento feminista ajudou a mudar as instituições sociais e institucionais. As vitórias do movimento pela igualdade de gênero têm incentivado mais mulheres a ingressar nas Forças ao longo das últimas décadas, desafiando obstáculos históricos e estereótipos de gênero.

### **1.3 A Agenda Mulheres, Paz e Segurança das Nações Unidas e seu Reflexo na Operação Acolhida**

A Organização das Nações Unidas (ONU) surgiu em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, como um mecanismo para desenvolver ações na busca pela manutenção da paz e da segurança internacional, marcando, assim, o início de um novo arcabouço político e jurídico, considerando o respeito aos Direitos Humanos em sua base normativa. Neste primeiro momento, os Estados e as estruturas de conflito ainda eram o foco de atenção.

Em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi inaugurada, formalmente, a proteção universal à pessoa humana. Segundo Flávia Piovesan, ao adotar o prisma histórico, cabe realçar que a Declaração inovou extraordinariamente a gramática dos direitos humanos, ao introduzir a chamada concepção contemporânea, marcada pela universalidade e indivisibilidade desses direitos (Piovesan, 2005, p.44). É a partir dessa Declaração que o Direito Internacional dos Direitos Humanos começa a se desenvolver, mediante a adoção de inúmeros instrumentos internacionais de proteção.

Contudo, segundo Bibiana Florio, Gabriela Kyrillos e Rachel Oakes, “o vocabulário de Direitos Humanos foi um dos aspectos relevantes para a inserção da perspectiva de gênero na área” (Florio, Kyrillos & Oakes, 2023, p. 5). Apesar da igualdade de direitos entre homens e mulheres estar prevista na Carta da ONU, somente em 1979, surge a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra a Mulher (CEDAW), “considerado um dos mais importantes documentos jurídicos internacionais sobre os direitos das mulheres” (Florio, Kyrillos & Oakes, 2023, p. 5).

Importante destacar que, de maneira semelhante, a Conferência de Direitos Humanos de Viena, em 1993, adota a categoria política dos Direitos Humanos das Mulheres, mobilizada pelos movimentos feministas desde os anos 1990 (Alvarez, 2003, p. 533). A partir desses marcos, é possível identificar uma nova forma de compreender os Direitos Humanos e as relações no cenário internacional como um todo, por meio do “abandono de uma pretensa universalidade dos sujeitos e reconhecendo a importância transversal das questões de gênero” (Florio, Kyrillos & Oakes, 2023, p. 5).

No final dos anos 80, utilizando a lente de gênero, as feministas declaram que a segurança jamais seria alcançada se as estruturas de poder desiguais de gênero, classe e raça não fossem eliminadas ou ao menos reduzidas (Tickner, 1992). Assim, a partir da literatura feminista, evidenciou-se a importância sobre os aspectos de gênero e os anos 1990 são apontados como a década em que os movimentos feministas se globalizaram. Segundo Sônia Alvarez,

As análises acadêmicas tipicamente atribuem esse processo de globalização dos feminismos à crescente participação de setores expressivos dos movimentos feministas nas esferas hegemônicas da política internacional e, em particular, nas conferências e cúpulas mundiais promovidas pelo sistema das Nações Unidas no decorrer desse período (Alvarez, 2003 p. 533).

Dessa maneira, a preocupação formal com os Direitos Humanos e com os Direitos das mulheres impacta na inserção da perspectiva de gênero nas discussões sobre conflitos armados. Antes da aprovação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), um dos poucos instrumentos existentes sobre a temática das mulheres era a Declaração sobre a Participação das Mulheres na Promoção da Paz Internacional e da Cooperação, aprovada em reunião plenária da Assembleia Geral da ONU, no ano de 1982.

Nesse sentido, também havia os documentos da Conferência de Beijing, de 1995. Essa Conferência, oficialmente conhecida como a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, marcou um ponto de virada histórica na promoção dos direitos das mulheres. Organizada pelas Nações Unidas, esta conferência adotou um documento abrangente que distribuiu um plano para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em todas as esferas da vida (Viotti, 1995).

A Plataforma de Ação de Beijing estabeleceu 12 áreas críticas de preocupação, incluindo saúde, educação, violência contra a mulher, e direitos econômicos e políticos, destacando a importância de integrar a perspectiva de gênero em políticas e práticas governamentais e institucionais (ONU, 1995). Além disso, a Plataforma “consagrou três inovações dotadas de grande potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade” (Viotti, 1995, p. 149; ONU, 1995).

A Conferência reforçou o reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos universais e afetados por ações globais, regionais e locais, individualmente como um marco fundamental que continua a influenciar a agenda de gênero e os movimentos feministas ao redor do mundo, lançando as bases para outras iniciativas, como a agenda MPS. De acordo com Viotti, o Brasil teve participação ativa na Conferência e se beneficiou de “intenso diálogo entre Governo e sociedade civil, assim como de interação construtiva com os demais Poderes do Estado, em especial parlamentares e representantes de conselhos estaduais e municipais sobre a condição feminina (Viotti, 1995, p. 149-150).

Ainda nesse sentido, a Agenda Mulheres, Paz e Segurança é parte do arcabouço normativo internacional que surgiu em razão das mobilizações feministas. A agenda foi inaugurada por meio da Resolução 1325 de 2000. Segundo Renata Giannini, convencionou-se

chamar de “Agenda Mulheres, Paz e Segurança” o conjunto de documentos sobre o tema (resoluções, módulos de treinamento, guias, entre outros) e as práticas introduzidas pela ONU (Giannini, 2014, p.5).

A Resolução 1325 introduz as recomendações para alcançar a equidade de gênero através do reconhecimento de que mulheres poderiam e deveriam desempenhar papel efetivo e ativo na busca pela paz. Após essa resolução, foram elaboradas outras 10 que complementam a temática. Para além disso, a ONU recomenda que os Estados Membros elaborem seus Planos Nacionais de Ação (PNAs), para que a implementação da Agenda MPS ocorra segundo as especificidades de cada Estado.

Segue, abaixo, um quadro com as 11 resoluções do Conselho de Segurança da ONU que compõem a Agenda MPS e os objetivos estabelecidos por cada uma. Juntas, as resoluções dividem-se em dois núcleos de atuação: 1. Liderança das mulheres na consolidação da paz e prevenção de conflitos e 2. Prevenção e resposta à violência sexual relacionada a conflitos<sup>11</sup>:

**Tabela 3** – Resoluções do Conselho de Segurança da ONU que compõem a Agenda MPS.

AGENDA MULHERES, PAZ E SEGURANÇA DA ONU	
RESOLUÇÃO E ANO	OBJETIVOS
1325 de 2000	Afirma a importância da participação das mulheres e da inclusão da perspectiva de gênero em negociações de paz, <b>planejamento humanitário</b> , operações de manutenção da paz e construção da paz e governança pós-conflito.
1820 de 2008	Reconhece a violência sexual como uma tática de guerra e uma questão de paz e segurança internacional, que exige uma resposta de segurança, ressaltando essa forma de violência como uma ameaça à estabilidade e aos direitos humanos.
1888 de 2009	Reforça as medidas para acabar com a violência sexual em conflitos estabelecendo um ou uma Representante Especial do Secretário-Geral e uma equipe de especialistas no estado de direito e violência sexual em conflitos, empregando conhecimentos e melhorando a coordenação entre as partes interessadas envolvidas na eliminação da violência sexual relacionada a conflitos.
1889 de 2009	Salienta a necessidade de fortalecer a implementação e estabelece indicadores para o monitoramento de resolução 1325; solicita ao Secretário-Geral que apresente um relatório ao Conselho de Segurança sobre a participação e inclusão das mulheres na construção da paz, advogando sobre a <b>necessidade do aumento da participação das mulheres nos processos de paz e na tomada de decisões relacionadas à segurança.</b>

<sup>11</sup> Segundo a ONU Mulheres, o núcleo 1. Liderança das mulheres na consolidação da paz e prevenção de conflitos é composto primordialmente pelas seguintes resoluções: 1325 (2000), 1889 (2009), 2122 (2015), 2242 (2015), 2943 (2019) e 2358 (2020). Já o núcleo 2. Prevenção e resposta à violência sexual relacionada a conflitos é composto pelas seguintes resoluções: 1820 (2008), 1888 (2009), 1960 (2010), 2106 (2013) e 2467 (2019).

1960 de 2010	Estabelece um mecanismo de monitoramento e apresentação de relatórios sobre violência sexual em conflitos, condenando a violência sexual como tática de guerra.
2106 de 2013	Centra-se na responsabilização dos perpetradores de violência sexual em conflitos; <b>ênfatiza o empoderamento político e econômico das mulheres.</b>
2122 de 2013	Aborda lacunas persistentes na implementação da agenda de mulheres, paz e segurança; estabelece que a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres são fundamentais para alcançar a paz e a segurança internacionais; reconhece os diferentes impactos de todas as violações de direitos de mulheres e meninas durante conflitos; e pede pela aplicação consistente da agenda de mulheres, paz e segurança em todo o trabalho do Conselho de Segurança.
2242 de 2015	Estabelece o Grupo Informal de Especialistas (IEG, sigla em inglês); aborda os obstáculos persistentes à implementação, como financiamento e reformas institucionais; concentra-se em uma maior integração das agendas de mulheres, paz e segurança e sobre a luta contra o terrorismo e os extremismos violentos; apela para a melhoria dos métodos de trabalho do Conselho de Segurança sobre mulheres, paz e segurança.
2467 de 2019	Posiciona a violência sexual em conflitos como firmemente enraizada na agenda mais ampla de mulheres, paz e segurança; salienta os esforços de justiça e responsabilização e a necessidade de uma abordagem centrada na sobrevivente; <b>solicita apoio e proteção às organizações de mulheres da sociedade civil;</b> e demanda atenção para a questão das crianças nascidas de estupro.
2493 de 2019	Apela pela aplicação plena de todas as resoluções anteriores sobre mulheres, paz e segurança; solicita à ONU que desenvolva abordagens específicas adaptadas a cada contexto para a participação das mulheres em todos os processos de paz apoiados pela ONU; e convida os Estados-Membros a assegurarem e fornecerem apoio oportuno para a participação plena, igualitária e significativa das mulheres em todas as etapas dos processos de paz.
2538 de 2020	Chama a atenção para a <b>promoção do aumento da presença feminina nas forças militares e policiais</b> das Missões de Paz, reconhecendo que a participação delas é importante para alcançar o sucesso das operações.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

As pesquisadoras Bibiana Florio, Gabriela Kyrillos e Rachel Oakes<sup>12</sup> realizaram uma análise nos documentos que antecederam a Resolução 1325 como também analisaram a própria

<sup>12</sup> As autoras analisaram os seguintes documentos da ONU: 1- Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (1995); 2- Adoção de Agenda e Outros Assuntos Organizacionais do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) (1997); 3- Declaração e Programa de Ação Sobre Uma Cultura de Paz (1999); e 4- Declaração e Objetivos do Milênio (2000).

resolução e as quatro que vieram posteriormente a ela – 1. Resolução 1820 (2008); 2. Resolução 1888 (2009); 3. Resolução 1889 (2009); e 4. Resolução 1960 (2010). Conseguiram encontrar três categorias comuns aos documentos e apresentaram seu conceito, afirmando que são categorias importantes na análise de gênero e que foram categorias antecessoras à Resolução 1325 mas que a influenciaram notoriamente. São elas: a igualdade, o equilíbrio e a transversalidade.

Pode-se constatar que dentre as menções recorrentes nos documentos, inúmeras buscam salientar a desigualdade existente nas relações entre homens e mulheres. Essa desigualdade pode resultar em dificuldades que marcam diferenças no alcance das mulheres a espaços, acessos a serviços específicos, segurança econômica, dentre outras. Desta afirmativa acima criou-se a categoria **Igualdade de Gênero**. O **Equilíbrio de Gênero** se refere ao reconhecimento das mulheres e a associação indispensável de seus direitos como matéria indissociável de Direitos Humanos. Diferentemente da Igualdade de Gênero, onde o obstáculo se dá nas diferenças no alcance de mulheres e homens, o Equilíbrio de Gênero aborda a necessidade de se olhar a ausência de debates e a subrepresentatividade dos direitos das mulheres no escopo dos Direitos Humanos de forma crítica. Já no tocante ao uso da perspectiva de gênero e sua aplicação prática em ações no escopo das Nações Unidas, pode ser usada a categoria **Transversalidade de Gênero** (Florio, Kyrillos & Oakes, 2023, p. 13 – grifo nosso)

Essas categorias conceituais são importantes pois demonstram como os documentos da ONU que antecederam a Resolução 1325 foram determinantes para a sua criação, preparando o ambiente para o surgimento da Agenda MPS nas Nações Unidas. Diante disso, as autoras puderam inferir que estas categorias originadas anteriormente à Agenda MPS foram de grande importância para que as questões de gênero pudessem ser consideradas numa dimensão global.

A Teoria da Transversalidade de Gênero, também conhecida como *mainstreaming* de gênero, é uma abordagem que busca integrar a perspectiva de gênero em todas as políticas, programas e atividades institucionais, com o objetivo de promover a igualdade entre homens e mulheres de forma abrangente. Segundo Walby, a transversalidade de gênero “representa uma mudança nos processos de formulação de políticas públicas, incorporando considerações de gênero em todas as etapas e níveis” (Walby, 2005).

Essa estratégia sugere que as desigualdades de gênero são estruturais e, portanto, exigem intervenções que vão além de ações isoladas ou pontuais. Como destaca Moser, a transversalização não é apenas adicionar uma “pitada” de gênero às políticas existentes, mas transformar fundamentalmente as estruturas e processos que perpetuam a desigualdade (Moser, 2005). Dessa forma, a Teoria da Transversalidade de Gênero propõe uma reformulação sistêmica das práticas institucionais para alcançar uma sociedade mais equitativa.

O Brasil assumiu um posicionamento favorável à defesa dos Direitos Humanos das mulheres em ações que ocorreram antes da criação da agenda MPS. Em 1945, na Conferência de São Francisco que fundou as Nações Unidas, a cientista e diplomata brasileira, Bertha Lutz, integrante da delegação brasileira, teve um papel central na inclusão de igualdade de direitos entre homens e mulheres na Carta da ONU. A inclusão do trecho “na igualdade de direito dos homens e das mulheres” no preâmbulo da Carta da ONU<sup>13</sup> é um exemplo da luta da cientista pela igualdade de gênero.

O país aderiu às conferências e fóruns regionais, além de assinar compromissos, globais e regionais, sobre a temática, manifestando-se positivamente nos fóruns de discussão. A partir de Conferências, nas quais os movimentos de mulheres se estabeleceram, como a de Copenhague, em 1980, de Nairóbi, em 1985, e de Beijing, em 1995, foram realizados encontros onde se debateu modelos sensíveis ao gênero, para a prevenção da violência como parte fundamental da agenda de Segurança. Em decorrência de tais encontros, esses conteúdos passaram a influenciar a elaboração de programas e políticas públicas voltadas à inclusão da igualdade de gênero (Florio, Kyrillos & Oakes, 2023, p.6).

As ações que o Estado brasileiro participou antes da Resolução 1325 estão elencadas a seguir: aderiu ao Pacto de Direitos Humanos das Nações Unidas e à Convenção contra a Tortura, em 1985; participou da Conferência Mundial de Direitos Humanos ou Declaração de Viena, em 1993 e do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, em 1994; e realizou a aprovação sem reservas da Plataforma de Ação de Pequim<sup>14</sup>, em 1995. A participação dos movimentos feministas foi significativa para a concretização dessas mudanças (Florio, Kyrillos & Oakes, 2023, p. 18).

A operacionalização da agenda MPS nos países depende de “um conjunto de iniciativas conduzidas paralelamente pela atuação das Nações Unidas, seus Estados membros e pela sociedade civil” (Drumond & Rebelo, 2018, p.4). Entre elas, o PNA é a respectiva elaboração própria dos Estados que aderiram aos compromissos da agenda MPS.

De acordo com Júlia Gonçalves, os “PNAs funcionam enquanto ferramenta estratégica para os formuladores de políticas públicas, de forma que consigam traduzir os compromissos

---

<sup>13</sup> Retirado do site ONU Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/239580-em-1945-diplomata-brasileira-bertha-lutz-teve-papel-fundamental-na-elabora%C3%A7%C3%A3o-da-carta-da>. Acesso em: 08 de maio de 2024.

<sup>14</sup> Onde se lê Pequim, pode-se ler Beijin. Porém, nesta pesquisa a autora se reserva ao direito de utilizar as duas formas, dependendo da fonte a ser inserida pela mesma. Pequim virou Beijing depois que o governo unificou as transliterações do chinês através do sistema Pinyin, que regula as transcrições fonéticas da língua chinesa para o alfabeto romano. Disponível em: [https://istoe.com.br/10629\\_PEQUIM+OU+BEIJING+/](https://istoe.com.br/10629_PEQUIM+OU+BEIJING+/). Acesso: 10 de maio de 2024.

internacionais da agenda para o plano doméstico” (Gonçalves, 2024, p. 10). Consiste em um dos instrumentos facilitadores da implementação da Agenda MPS, mas não é o único, pois é possível que o Estado utilize outros instrumentos para a implementação da Agenda mesmo sem possuir um PNA, já que as resoluções do Conselho de Segurança são de cumprimento obrigatório (ONU, 1945).

Os Estados definem suas políticas e estratégias para a operacionalização da agenda em âmbito doméstico (Florio, Kyrillos & Oakes, 2023, p. 19). Segundo Mariana Carluccio (2020), a nível doméstico o plano é perfeitamente capaz de trazer reflexões sobre as questões de gênero, bem como aprimorar a intervenção do Estado neste campo. Contudo, precisa identificar quais as demandas e prioridades nos níveis interno, regional e internacional (Carluccio, 2020, p.51).

Atualmente, nove países latino-americanos adotaram PNAs para a implementação da agenda, de um total de 33 países que compõem a região. Ou seja, apenas 27% adotaram planos até julho de 2023<sup>15</sup>.

Diante desse contexto, o governo brasileiro desenvolveu seu primeiro PNA, em março de 2017, com a coordenação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e com a participação dos Ministérios da Defesa, da Justiça e Segurança Pública e da, então, Secretaria de Políticas para as Mulheres. A preparação do documento contou com a colaboração de um Grupo de Trabalho composto pelos Ministérios da Defesa, Justiça e da Segurança Pública e dos Direitos Humanos e teve também a participação da ONU Mulheres e do Instituto Igarapé, enquanto organização representante da sociedade civil (Florio, Kyrillos & Oakes, 2023, p. 19).

Segundo a análise do I PNA brasileiro, foram estabelecidos 4 eixos temáticos a serem alcançados no ambiente doméstico que se alinham com a Agenda MPS da ONU. Baseando-se na análise dos eixos temáticos do I PNA brasileiro e em suas finalidades, elaborou-se o quadro abaixo:

**Quadro 2-** Eixos temáticos do I PNA brasileiro.

<b>Eixo temático</b>	<b>Finalidade</b>
<b>Participação</b>	Visa <b>ampliar a participação de mulheres</b> civis e <b>militares</b> em operações de paz, bem como promover a sua qualificação, em todas as atividades relacionadas à paz e à segurança em que o Brasil participe.
<b>Promoção e Prevenção</b>	Objetiva garantir a <b>proteção dos direitos de mulheres e meninas e combater as violências sexuais e baseadas em gênero</b> antes, durante e após os conflitos armados.

<sup>15</sup> São eles: Chile (2009), Argentina (2015), Paraguai (2015), Brasil (2017), El Salvador (2017), Guatemala (2017), Peru (2021), Uruguai (2021) e México (2021). Dados disponíveis em: <https://1325naps.peacewomen.org>. Acesso em: 11/12/2023.

<b>Consolidação da Paz e Cooperação Humanitária</b>	Envolve iniciativas que conferem prioridade ao enfoque de gênero nas atividades relacionadas à <b>cooperação humanitária</b> e à consolidação da paz, recuperação e reconstrução pós-conflito, inclusive nos processos de planejamento e tomada de decisão.
<b>Sensibilização, Engajamento e Aprofundamento</b>	Busca aprofundar a sensibilização do público e o engajamento da sociedade civil com questões relacionadas à agenda sobre mulheres, paz e segurança, através da difusão do conhecimento sobre a matéria.

Fonte: Elaborada pela autora.

Em março de 2023, o I PNA de Mulheres, Paz e Segurança do Brasil expirou<sup>16</sup> e para a elaboração do segundo, o governo brasileiro adotou uma perspectiva multissetorial, o que resultou na ampliação, de quatro para oito, o número de ministérios que integraram o grupo. Sendo eles: Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Defesa; Ministério da Justiça e da Segurança Pública; Ministério das Mulheres; Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Ministério da Igualdade Racial; Ministério dos Povos Indígenas; e Ministério do Desenvolvimento, da Assistência Social, da Família e do Combate à Fome<sup>17</sup>. Além disso, foram incluídos representantes de assessorias da Presidência da República, da Bancada Feminina do Senado, da ONU Mulheres e da sociedade civil.

Cabe ressaltar que, no Brasil, o primeiro órgão com status de Ministério dedicado exclusivamente às políticas para as mulheres foi criado em 2003, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Tratava-se da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que foi vinculada diretamente à Presidência da República e focada na formulação de políticas públicas e na promoção dos direitos das mulheres (Brasil, 2004).

Esta secretaria ganhou maior destaque com a implementação de políticas importantes, como a Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, que reforça as medidas de proteção contra a violência doméstica. A criação do Ministério das Mulheres evidenciou o compromisso do país em reduzir as desigualdades de gênero e garantiu a necessidade da participação feminina na política como elemento essencial para o fortalecimento da democracia (Porto, 2023).

A presença de mulheres na política traz uma perspectiva de gênero ao processo decisório, promovendo políticas públicas mais justas e inclusivas. O Ministério das Mulheres deve atuar de forma transversal, incentivando e fortalecendo a presença feminina em todas as esferas da vida política.

<sup>16</sup> O I PNA foi lançado em março de 2017 com validade de 2 anos. Em março de 2019, a validade foi estendida para mais 4 anos, vigorando até em março/2023. O II PNA foi publicado em outubro 2023 com validade até 2027.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 08/07/2024.

Segue, abaixo, um quadro com a lista das chefes do órgão desde antes do estabelecimento como Ministério até a atualidade. Nota-se que a pasta sempre foi chefiada por mulheres.

**Quadro 3** – Evolução histórica do Ministério das Mulheres no Brasil.

Ordem	Nome	Órgão	Início	Fim	Presidente da República
1ª	Emília Fernandes	Secretaria de	01/01/2003	29/01/2004	Luís Inácio Lula da Silva
2ª	Nilcea Freire	Políticas para	29/01/2004	01/01/2011	
3ª	Iriny Lopes	as Mulheres	01/01/2011	10/02/2012	
4ª	Eleonora Menicucci		10/02/2012	02/10/2015	Dilma Rousseff
5ª	Ideli Salvatti	Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	02/10/2015	12/05/2016	
Incorporado ao Ministério da Justiça e Cidadania					Michel Temer
6ª	Dameres Alves	Ministério da	01/01/2019	30/03/2022	Jair Bolsonaro
7ª	Cristiane Britto	Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	30/03/2022	31/12/2022	
8ª	Cida Gonçalves	Ministério das Mulheres	01/01/2023	Em exercício	Luís Inácio Lula da Silva

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Importante mencionar também que, assim como a elaboração do II PNA foi uma ação que envolveu diversos Ministérios da República, a Operação Acolhida é em sua essência uma missão humanitária interministerial. Todos os Ministérios envolvidos com o II PNA também integram o Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE) da operação. Participam da operação humanitária brasileira, além da Casa Civil, outros 11 Ministérios (Brasil, 2021)<sup>18</sup>.

A ONU incentiva cada vez mais a participação de mulheres em missões pelo mundo, mas a responsabilidade pelo envio desse efetivo é de cada Estado Membro. Uma vez que, dentro dos Estados não haja número percentualmente expressivo de contingente feminino, por

<sup>18</sup> Vale destacar que os Ministérios mudam a nomenclatura conforme a administração do governo federal é alterada pelo sistema democrático eleitoral. Nesta pesquisa, para efeito de comparação entre o II PNA e a composição do Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE) da Operação Acolhida a nomenclatura utilizada foi a que consta no II PNA porque é a nomenclatura atual.

consequência, também não haverá grande número de mulheres atuantes em missões das Nações Unidas. Dessa forma, cabe a cada Estado Membro se adaptar a essa demanda.

Uma vez que os Estados, individualmente, demonstrem certa lentidão na busca por equidade de gênero nas suas Forças Armadas e setores relacionados, essa questão se reflete nas missões da ONU que, por consequência, continua a evidenciar a desigualdade de gênero (Resende, 2017, p.86). A mesma lógica pode ser aplicada não apenas para as Missões de Paz, mas também para as demais ações das Forças, seja no âmbito internacional ou no doméstico.

Nesse sentido, o Brasil tem buscado cumprir as metas estabelecidas pela ONU para envio de mulheres militares e policiais para as missões de paz. Segundo o Ministério da Defesa<sup>19</sup>, o país superou, em 2022, o percentual de 20% do efetivo total de agentes de segurança formado por mulheres para atuar em missões internacionais de paz.

De acordo com a estratégia de paridade de gênero criada pelas Nações Unidas, “Uniformed Gender Parity Strategy” 2018-2028, sobre participação de mulheres uniformizadas, por país contribuinte, nas missões individuais se fixou um mínimo de crescimento de 1% por ano do efetivo total, até chegar a 25% em 2028. Já no caso de missões coletivas, a meta estabelecida é para alcançar 15% de mulheres até 2028 (UN, 2019, p. 5).

Essa paridade de gênero ressalta a importância de garantir a participação ativa das mulheres militares nas operações de paz, reconhecendo seu papel fundamental na construção de um ambiente mais seguro e pacífico em âmbito internacional, trazendo reflexos para o fortalecimento das capacidades operacionais e estratégicas também no ambiente doméstico (UN, 2019).

Assim, a conquista brasileira de superar a meta estabelecida pela ONU, reflete não apenas o compromisso do país com a promoção da igualdade de gênero, mas também reconhece o valor e a capacidade das mulheres para desempenhar papéis essenciais em contextos de segurança e paz. A presença feminina nessas instituições não apenas fortalece a representatividade de gênero, mas também contribui para uma abordagem mais sensível e inclusiva na prestação de assistência humanitária, não apenas refletindo o compromisso com a diversidade e a inclusão, mas também reconhecendo o potencial único que as mulheres trazem para o cenário militar.

Além de contribuírem para a representatividade de gênero e a quebra de estereótipos, as mulheres nas Forças Armadas trazem consigo uma variedade de habilidades e perspectivas que enriquecem a tomada de decisões e a eficácia operacional, conforme afirmou o atual

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/brasil-supera-meta-da-onu-para-emprego-de-mulheres-em-operacoes-de-paz>. Acesso em: 12 de dezembro de 2023.

Comandante da Força-Tarefa da Operação Acolhida em entrevista concedida para esta pesquisa.

Nesse sentido, a participação ativa das mulheres militares não só fortalece a coesão interna e a eficiência das operações, mas também promove uma cultura organizacional mais inclusiva e respeitosa. Assim, a necessidade premente de aumentar a presença de mulheres nas Forças Armadas não apenas reforça os princípios de igualdade de gênero e direitos humanos, mas também contribui para a construção de instituições militares mais resilientes e adaptáveis às complexidades do mundo contemporâneo.

Além disso, a importância das mulheres em missões militares está além da mera representatividade estabelecida pela ONU. A presença delas estabelece pontes com as necessidades reais de outras mulheres. Segundo Renata Giannini,

Dadas as funções que normalmente exercem, as militares brasileiras têm pouco ou nenhum contato com a população local. (...) a presença das mulheres no terreno não corresponde somente a um direito baseado na igualdade de gênero, mas também a certas necessidades operacionais, que vão desde o imperativo de contar com mulheres militares para revistas de rotina até o contato com mulheres locais vítimas de violência baseada em gênero. A presença de mulheres uniformizadas em patrulhas oferece um importante modelo para a sociedade local, servindo como exemplo de igualdade entre homens e mulheres (Giannini, 2014, p 16).

Embora ainda não se tenha o emprego de mulheres da linha bélica do EB nas missões internacionais, pois a primeira turma composta por homens e mulheres, é de 2021 (AMAN, 2022), elas exercem um importante papel como profissionais da saúde quando as tropas oferecem serviços médicos e odontológicos à população, sendo bastante desdobradas em missões individuais. Segundo Giannini,

(...) é comum a organização de atividades que incluem a atenção à população local, como as ações cívico-sociais (ACISO) ou de cooperação civil-militar (CIMIC). Nestes casos, a presença de médicas, enfermeiras e dentistas abre a possibilidade de contato direto com a população local e, no âmbito das resoluções da ONU, um contato direto com possíveis vítimas de violência baseada em gênero (Giannini, 2014, p 16).

Dessa forma, embora o Brasil tenha conseguido ultrapassar a meta estabelecida pela ONU no envio de mulheres para missões de operações de paz em missões individuais, nota-se que elas ainda estão restritas a determinadas funções. Conforme Renata Giannini, todas são compostas por médicas, enfermeiras, tradutoras, jornalistas, advogadas e intérpretes (Giannini, 2014, p.12).

Por fim, é esperado que essa realidade seja modificada num futuro próximo pois, além do Brasil ter inserido a participação delas nas armas, quadros e funções nas três Forças

Singulares, recentemente, também foram incluídas no alistamento para o serviço militar voluntário. Porém, essa inserção ainda possui limitações. É preciso eliminar ou diminuir as barreiras para o ingresso em armas, especialidades e funções (Giannini, 2014, p.12).

#### **1.4 Analisando a participação feminina nos Documentos de Defesa do Brasil**

Esta seção tem como objetivo explicar a relevância da presente pesquisa, analisando como a inserção das mulheres no Exército Brasileiro e sua participação em diversas missões podem ser reflexo, nos documentos de defesa do Brasil, das diretrizes internacionais sobre a participação feminina nos assuntos de segurança e defesa.

As mulheres militares desempenham um papel cada vez mais significativo nas operações militares no Brasil, refletindo o compromisso com a promoção da equidade de gênero e a ampliação das oportunidades para mulheres em diversos setores. A participação feminina nas operações militares está prevista em documentos oficiais de defesa, como o Livro Branco de Defesa Nacional, a END e a PND, bem como no Plano Nacional de Ação (PNA) sobre Mulheres, Paz e Segurança que estabelecem diretrizes para a atuação das mulheres em funções estratégicas e operacionais.

De acordo com o Livro Branco de Defesa Nacional, o Exército Brasileiro tem implementado políticas que visam aumentar a presença das mulheres nas suas fileiras, com ênfase na formação e capacitação para atuar em operações complexas e de alta relevância nacional e internacional. “As mulheres nas Forças Armadas brasileiras, por meio de seus cargos e funções, contribuem significativamente para a promoção da paz, da segurança e da defesa nacional” (Brasil, 2020a, p. 89). Além disso, o documento enfatiza que a presença feminina em setores operacionais, como missões de paz, humanitárias e operações de garantia da lei e da ordem, reforça a capacidade de resposta das Forças Armadas às demandas contemporâneas.

Nesse contexto, os documentos de defesa destacam a inclusão de mulheres nas fileiras militares como parte das diretrizes modernas das Forças para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, enfatizando ainda a igualdade de oportunidades e a importância de integrar as mulheres em operações de caráter humanitário e de defesa territorial (Brasil, 2020b).

Segundo a Lei Complementar (LC) nº 136 de 2010, que altera a LC nº 97 de 1999 e dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, uma das atribuições do Ministro de Estado da Defesa é exercer a direção superior das Forças e implementar o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) (Brasil, 2010).

Assim, essa LC descreve o Livro Branco como “um documento de caráter público, por meio do qual se permitirá o acesso ao amplo contexto da Estratégia de Defesa Nacional, em

perspectiva de médio e longo prazos” (Brasil, 2010). Devendo, também, conter dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais detalhados sobre as Forças Armadas, abordando entre outros tópicos, as operações de ajuda humanitária.

Por sua vez, a Política Nacional de Defesa (PND) é o documento que condiciona, ao mais alto nível, “o planejamento de ações destinadas à defesa do País. Lançada pela primeira vez em 1996, está voltada prioritariamente para ameaças externas e estabelece objetivos para o preparo e o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional” (Brasil, 2020, p.7).

Já a Estratégia Nacional de Defesa (END) estabelece diretrizes para a adequada preparação e capacitação das Forças Armadas, de modo a garantir a segurança do país tanto em tempo de paz, quanto em situações de crise. Está estruturada em três eixos:

Como as Forças Armadas devem se organizar e se orientar para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra; Reorganização da Base Industrial de Defesa, para assegurar o atendimento às necessidades de equipamento das Forças Armadas apoiado em tecnologias sob domínio nacional, preferencialmente as de emprego dual (militar e civil); A composição dos efetivos das Forças Armadas e o futuro do Serviço Militar Obrigatório, observando a necessidade das Forças Armadas serem formadas por cidadãos oriundos de todas as classes sociais (Brasil, 2020, p. 10).

Diante desse contexto, a análise do Livro Branco, das Políticas e Estratégias Nacionais de Defesa ao longo dos anos revela uma progressiva, embora lenta, mudança na inserção das mulheres nas Forças Armadas. Ao considerar os principais documentos de defesa do Brasil, podemos observar como essa temática tem evoluído no país.

Dentro da perspectiva jurídica, cabem alguns comentários acerca do previsto na END, versão 2024. Tal estratégia buscou planejar a Defesa Nacional para os quatro anos seguintes em torno de três eixos estruturantes, a saber: a organização das Forças, o desenvolvimento da base industrial de defesa brasileira e a composição de seus efetivos. Quanto a este último eixo, a END assim o define:

O terceiro eixo estruturante versa sobre a composição dos efetivos das Forças Armadas e, conseqüentemente, sobre o futuro do Serviço Militar Obrigatório. Seu propósito é zelar para que as **Forças Armadas reproduzam, em sua composição, a própria Nação** (...) (Brasil, 2024g).

O povo brasileiro, com toda licença pela obviedade da afirmação, é composto por homens e mulheres. Não há como fazer com que as Forças reproduzam, em sua composição, a própria Nação, sem que as mulheres se façam presentes. E isso, em grande medida, já vem

sendo admitido no âmbito militar brasileiro, mesmo ainda impondo algumas reservas de especialidades a serem preenchidas somente por homens.

Como afirmou o Secretário-Geral das Nações Unidas,

A paridade de gênero nas Nações Unidas é uma necessidade urgente – e uma prioridade pessoal. É um dever moral e uma necessidade operacional. A inclusão significativa das mulheres na tomada de decisão aumenta a eficácia e a produtividade, traz novas perspectivas e soluções para a mesa, libera maiores recursos e fortalece os esforços em todos os três pilares do nosso trabalho (Brasil, 2024c).

Daí a necessidade de se aprofundar a visão de que a seleção para as Forças deve se basear no desempenho e não no sexo. Aliás, essa tendência já se encontra expressa na Diretriz de número 13 da END desde 2008:

Desenvolver, para atender aos requisitos de monitoramento/controle, mobilidade e presença, o repertório de práticas e de capacitações operacionais dos **combatentes**. **Cada homem e mulher** a serviço das Forças Armadas há de dispor de três ordens de meios e de habilitações.

Em primeiro lugar, cada **combatente** deve contar com meios e habilitações para atuar em rede, não só com outros **combatentes** e contingentes de sua própria Força, mas também com combatentes e contingentes das outras Forças. As tecnologias de comunicações, inclusive com os veículos que monitorem a superfície da terra e do mar, a partir do espaço, devem ser encaradas como instrumentos potencializadores de iniciativas de defesa e de combate. Esse é o sentido do requisito de monitoramento e controle e de sua relação com as exigências de mobilidade e de presença.

Em segundo lugar, cada **combatente** deve dispor de tecnologias e de conhecimentos que permitam radicalizar, em qualquer teatro de operações, terrestre ou marítimo, o imperativo de mobilidade. É a esse imperativo, combinado com a capacidade de combate, que devem servir as plataformas e os sistemas de armas à disposição do **combatente**.

Em terceiro lugar, cada **combatente** deve ser treinado para abordar o combate de modo a atenuar as formas rígidas e tradicionais de comando e controle, em prol da flexibilidade, da adaptabilidade, da audácia e da surpresa no campo de batalha. Esse **combatente** será, ao mesmo tempo, um comandado que sabe obedecer, exercer a iniciativa na ausência de ordens específicas e orientar-se em meio às incertezas e aos sobressaltos do combate – e uma fonte de iniciativas – capaz de adaptar suas ordens à realidade da situação mutável em que se encontra. (Brasil, 2008, p. 15 – grifos nossos).

Assim, segundo Almeida, o termo “combatente” utilizado pela END se refere tanto a homem quanto a mulher, indistintamente. O que deve ser levado em consideração é a sua capacidade de combater, “a qual será medida, caso a caso, na situação concreta e não genericamente com argumentos teóricos, em grande parte, com fundamento em visões estereotipadas e, por vezes, preconceituosas do segmento feminino” (Almeida, 2020, p.9).

O autor conclui, ainda, que “ao diversificar e reduzir as desigualdades quantitativas entre homens e mulheres nas Forças Armadas melhor será para a Defesa da Pátria” (Almeida,

2020, p.8). Pois, o país emprega suas Forças Singulares no cumprimento das mais diversas missões, muitas delas de cunho humanitário, como é o caso da Operação Acolhida e das diversas missões de paz das quais o país participa ou participou.

Ao longo das últimas décadas, houve um avanço perceptível na inserção das mulheres nas Forças Armadas, especialmente em relação à abertura de cargos e funções anteriormente restritas a homens. No entanto, esse processo foi lento e começou a ganhar relevância principalmente nos documentos mais recentes. Até os anos 2000, a participação feminina era restrita a áreas administrativas ou de apoio, como o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva, criado em 1980 (Brasil, 2020a).

Os documentos de 2024 reafirmam o compromisso do Brasil com a inclusão de mulheres no setor de defesa. Destacando a necessidade de ampliar a participação feminina em missões de paz, operações humanitárias e funções de liderança, reconhecendo que a diversidade de gênero contribui para o fortalecimento das Forças Armadas em cenários de crescente complexidade. A END, especificamente, reforça a importância de capacitar homens e mulheres de maneira equitativa, assegurando que todos tenham acesso às mesmas oportunidades de treinamento e desenvolvimento (Brasil, 2024g).

Nos últimos anos, com a crescente pressão internacional para a inclusão das mulheres em todos os níveis das operações militares e com a influência de iniciativas como a Agenda Mulheres, Paz e Segurança, houve uma mudança significativa na postura do Brasil. Isso se reflete na criação de planos, estratégias e nos documentos de defesa que reconhecem a importância das mulheres em operações e em missões humanitárias.

#### **1.4.1 Política Nacional de Defesa**

A PND, desde sua criação em 1996, tem como objetivo definir as prioridades e estratégias de defesa do Brasil e foi a primeira iniciativa formal para definir as prioridades e estratégias do Brasil. Não há menção específica à inserção de mulheres nas Forças Armadas neste documento. A ênfase estava na consolidação da defesa nacional em termos de desenvolvimento e segurança territorial (Brasil, 1996).

Embora nas primeiras edições da PND a inserção das mulheres militares não fosse um foco explícito, nos documentos mais recentes, há uma maior atenção para a igualdade de gênero e para o reconhecimento do papel das mulheres nas operações de defesa e segurança.

O documento de 2020 enfatizou a importância de incorporar a perspectiva de gênero nas operações de defesa. O foco estava em aumentar a presença feminina nas missões de paz e

operações humanitárias, registrando a contribuição das mulheres para a efetividade dessas operações (Brasil, 2020b).

Também no documento de 2020, a PND destaca a importância de fortalecer a participação feminina no âmbito militar como parte das diretrizes de modernização das Forças Armadas. A inclusão das mulheres é mencionada como um componente fundamental para garantir a diversidade e a eficiência nas operações, em especial em missões de paz e operações humanitárias, como a Operação Acolhida (Brasil, 2020b).

Por fim, a PND de 2024 reforça a importância da participação feminina no setor de defesa como parte integrante das estratégias de modernização das Forças Armadas. O documento destaca que a inclusão de mulheres é essencial para a diversificação de capacidades e para o fortalecimento da eficácia das operações militares, especialmente em cenários complexos. Além disso, a PND de 2024 enfatiza a necessidade de promover políticas que ampliem a presença feminina em missões de paz e segurança, alinhando-se aos compromissos internacionais da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, e contribuindo para consolidar uma abordagem inclusiva e inovadora na defesa nacional (Brasil, 2024g).

#### **1.4.2 Estratégia Nacional de Defesa**

A END, em suas primeiras edições, mantinha um foco mais técnico nas capacidades de defesa do país, sem destacar questões de inclusão de gênero. Assim, a versão de 2008 distribuiu diretrizes para o fortalecimento das capacidades militares, focando no desenvolvimento tecnológico e na autonomia militar. Contudo, não foram apresentadas menções explícitas à inclusão de mulheres nas operações de defesa ou em funções militares de liderança (Brasil, 2008, p. 43).

Foi com a END de 2008 que começaram a surgir as primeiras abordagens sobre a diversificação dos recursos humanos nas Forças Armadas, embora ainda sem uma menção direta à presença feminina. O documento reforça a importância de modernizar o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, com foco na autonomia tecnológica, mas a inclusão de mulheres ainda não era um tema central (Brasil, 2008).

Contudo, a edição de 2020 reflete uma maior preocupação com a inclusão de mulheres no planejamento estratégico das Forças Armadas, abordando a necessidade de integrar a perspectiva de gênero em operações militares. O documento reforça a importância da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, destacando que as mulheres podem desempenhar papéis essenciais não apenas em operações tradicionais de defesa, mas também em ações voltadas para a paz e a segurança humanitária (Brasil, 2020b).

A END de 2024 avança ainda mais nesse aspecto, destacando explicitamente a relevância de incorporar a perspectiva de gênero em todas as dimensões das atividades militares. O documento reconhece que a inclusão de mulheres em posições operacionais fortalece a capacidade das Forças Armadas de lidar com cenários de crescente complexidade.

Além disso, destaca-se a importância de o Exército Brasileiro desenvolver a “capacidade de projeção de poder, constituindo-se numa Força Expedicionária, quer para operações de paz, de ajuda humanitária ou demais operações, para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais” (Brasil, 2024g). Nesse contexto, a promoção de políticas institucionais que incentivem a participação feminina em operações de paz, missões humanitárias e em funções de liderança alinha-se aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, além de contribuir para ampliar a capacidade de projeção de poder do país (Brasil, 2024g).

### **1.4.3 Livro Branco de Defesa Nacional**

O LBDN é um documento detalhado que apresenta a transparência das ações e estratégias do setor de defesa brasileiro à sociedade. O primeiro grande passo em direção à valorização das mulheres no âmbito militar decorre da primeira versão desse documento, em sua versão de 2012. No qual são apresentados avanços significativos no que diz respeito à inclusão de mulheres militares.

Já a sua atualização, em 2020, o documento sublinha que a presença feminina é uma parte essencial da força de trabalho militar, destacando que as mulheres devem ter acesso a uma variedade de funções, incluindo posições de comando e áreas operacionais, que antes eram exclusivas para homens (Brasil, 2020a).

O LBDN também apresenta um panorama sobre a inserção das mulheres em operações internacionais e humanitárias, como a participação em missões da ONU e na própria Operação Acolhida. Este documento reconhece que, além de atender aos princípios da igualdade de gênero, a participação feminina em tais missões fortalece a resposta das Forças Armadas às necessidades específicas de mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade, como é o caso das migrantes e refugiadas venezuelanas.

## **2. A ATUAÇÃO DA MULHER MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA OPERAÇÃO ACOLHIDA: DO EMPREGO AO PREPARO**

A participação das mulheres militares nas Forças Armadas (FA) Brasileiras, especialmente no Exército, tem evoluído significativamente ao longo das últimas décadas. O emprego das mulheres nas FA começou a ganhar destaque a partir da década de 1980. A Marinha do Brasil foi a primeira a integrar mulheres em suas fileiras, criando o Corpo Feminino da Reserva da Marinha (CFRM) em 1980 (Rovina & Souza, 2014, p.17). Este corpo inicialmente tinha como objetivo atender atividades técnicas e administrativas.

A Aeronáutica, por seu turno, admitiu o ingresso feminino em 1982 e, desde 2004, a Academia da Força Aérea passou a oferecer às mulheres o curso de aviação (Rocha, 2017, p.788). Ao longo do tempo, a legislação e as políticas de inclusão foram se ajustando para permitir uma maior participação feminina em diversas áreas, inclusive nas operações de combate.

O Exército Brasileiro, que foi a última Força a incluir mulheres, também fez progressos notáveis. A partir de 1992, através do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), as mulheres começaram a ingressar no Exército sem distinção de gênero. Em 2012, a Lei nº 12.705 permitiu o ingresso de mulheres na linha militar bélica, representando um avanço significativo para a inclusão feminina no Exército. No entanto, os desafios persistem, especialmente na superação de barreiras culturais e institucionais (Rovina & Souza, 2014, p. 23-24).

Atualmente, como dito no capítulo anterior, as FA do Brasil contam com cerca de 370 mil pessoas em serviço ativo. Entre elas, aproximadamente 37 mil são mulheres, o que representa apenas 10% do efetivo total das forças. A Força Aérea Brasileira (FAB) tem a maior proporção, com 19,7% de mulheres, seguida pela Marinha com 12,7%, e pelo Exército com 6,4% (Brasil, 2024).

Essa participação feminina tem aumentado progressivamente, e a partir de 2025, as mulheres poderão se alistar voluntariamente no serviço militar, conforme o Decreto nº 12.154, de 27 agosto de 2024. Hoje, esse segmento atua principalmente nas áreas de saúde, ensino e logística ou tem acesso a algumas áreas combatentes por meio de concursos públicos específicos em estabelecimentos de ensino, como o Colégio Naval (CN), da Marinha, a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) e a Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), da Aeronáutica (Brasil, 2024).

Tais dados mostram que, embora as mulheres ainda representem uma parcela menor em comparação com o universo masculino, sua presença está em crescimento, e elas ocupam cada

vez mais posições de destaque, especialmente em missões de paz e operações humanitárias como a Operação Acolhida.

Nesse contexto, a evolução das técnicas de guerra, suas formas tecnológicas ou revolucionárias, o terrorismo em todas as suas versões, os crimes transnacionais, dentre outros flagelos que assolam a humanidade, como as migrações forçadas, impõem a participação de homens e mulheres no esforço conjunto do país (Rocha, 2017, p.783). Assim, a presença feminina não apenas enriquece a atuação das FA, mas também promove uma resposta mais empática e alinhada com os princípios de igualdade de gênero e direitos humanos (Mendonça, 2019, p.87).

Diante desse cenário, os fluxos migratórios apresentam desafios significativos que exigem ações não apenas por parte dos Estados, mas também por parte da comunidade internacional, para salvaguardar as pessoas vulneráveis e em perigo. Vale ressaltar que este estudo não considera as migrações como ameaça ao Estado, mas sim um desafio. Como citado anteriormente, Abdelmalek Sayad (1998, p. 274) afirma que o imigrante força a ordem nacional a “revelar a verdade de sua instituição e a expor suas regras de funcionamento”. Pois, em um contexto migratório, as pessoas frequentemente enfrentam uma série de ameaças que vão desde a falta de acesso a serviços básicos até a exposição a violências e abusos (ACNUR, 2022a, p.84). Dessa maneira, a resposta dos países receptores a essas ameaças pode variar significativamente, refletindo suas capacidades institucionais, políticas migratórias e abordagens humanitárias.

Dessa forma, as FA têm sido empregadas no Brasil para auxiliar no acolhimento de migrantes venezuelanos e, ao mesmo tempo, afirmar sua soberania. Elas são responsáveis tanto pelo planejamento como também pela execução das ações operacionais e logísticas da Operação Acolhida, denominando-se Força-Tarefa Logística Humanitária - Acolhida.

A Lei Complementar 97/99 estabelece as regras gerais para a organização, preparação e emprego das forças. Essa lei atribui às FA, sem comprometer seu propósito constitucional, o cumprimento de atribuições subsidiárias, cooperação com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil, conforme determinado pelo Presidente da República, e participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou interesse social (Brasil, 1999).

Importante ressaltar que a Medida Provisória (MP) 820, de 15 de fevereiro de 2018, que declarou estado de emergência social na região norte do Brasil, estabeleceu o Comitê Federal de Assistência Emergencial e apresentou ações de assistência para o acolhimento de venezuelanos em situações de vulnerabilidade (Kanaan, 2019, p. 14). Essa MP foi convertida na lei 13.684/2018 e dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a

peças em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, definindo em seu bojo dez áreas de atenção prioritárias:

(1) proteção social; (2) atenção à saúde; (3) oferta de atividades educacionais; (4) treinamento e qualificação profissional; (5) garantia dos direitos humanos; **(6) proteção dos direitos de mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, populações indígenas e comunidades tradicionais afetadas;** (7) oferta de infraestrutura e saneamento; (8) segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras; (9) logística e distribuição de suprimentos; e (10) mobilidade, distribuição no território nacional e apoio à interiorização (Brasil, 2018 - grifo nosso).

Dessa maneira, infere-se o Estado Brasileiro tem demonstrado compromisso com relação à aplicação do conceito de segurança humana no território, em meio à crise migratória que assola a Venezuela. O Brasil tem sido uma das rotas de fuga para milhares de indivíduos em busca de refúgio e melhores condições de vida, constituindo-se no ranking de países latino-americanos como o terceiro mais procurado por essa população (R4V, 2024).

Assim, o pensamento de segurança humana analisa diversas ameaças dentro de uma situação, como interagem entre si e como afetam a vida das pessoas comuns, especialmente as mais vulneráveis, promovendo a capacidade de imaginar como os outros vivem e se sentem. Portanto, o pensar segurança humana opera em vários níveis, como pensar em “bem-estar” ou “equidade” das pessoas (Gasper, 2014).

Nessa perspectiva, o Brasil tem coordenado esforços com agências governamentais e organizações não governamentais para garantir a integridade física e emocional desses migrantes, fornecendo abrigo, alimentos, assistência médica, apoio psicossocial e integração socioeconômica. Além disso, tem implementado medidas de segurança para proteger esses indivíduos de possíveis violações de direitos humanos e garantir sua dignidade e bem-estar durante todo o processo de recepção e integração na sociedade brasileira. Portanto, a Operação Acolhida vai mais além do que manter a sensível região fronteira estável, focando também na assistência humanitária ao extenso contingente de imigrantes venezuelanos que nela adentram (Barboza, 2022, p.15).

Nesse contexto, as mulheres militares desempenham um papel importante dentro da FT Log Hum, contribuindo significativamente para a execução de suas atividades. Elas atuam em diversas funções, desde logística e administração até saúde e segurança, trazendo uma perspectiva única e sensível às necessidades específicas das mulheres e crianças refugiadas. Conforme Maria Helena Carreiras, a participação das mulheres das FA em operações de paz “ênfatisa a necessidade de perspectivas de gênero na resolução de conflitos (...), destacando as contribuições únicas que as mulheres podem trazer” (Carreiras, 2006, p. 123 – tradução nossa).

Embora Carreiras refira-se especificamente às operações de paz, esse conteúdo também se aplica às operações de ajuda humanitária, visto que estas compartilham uma conexão intrínseca com aquelas. Ambas demandam uma abordagem sensível às questões de gênero e uma atuação que valoriza as capacidades e contribuições das mulheres no campo, especialmente no acolhimento e proteção de populações vulneráveis, como refugiadas e migrantes.

Nesse sentido, a participação delas não só enriquece a capacidade operacional da Força-Tarefa, mas também promove um ambiente mais inclusivo e equitativo (Bryce, 2017). A presença feminina é essencial para lidar adequadamente com questões relacionadas a gênero, como cuidados de saúde reprodutiva, apoio psicossocial e proteção contra todo tipo de violência, fortalecendo a eficácia geral da operação humanitária (Souza, 2024).

Nessa perspectiva, vale mencionar que o preparo dos contingentes militares é diretamente influenciado pelas necessidades reais de emprego da tropa, de modo a garantir que suas capacidades operacionais estejam alinhadas com as demandas específicas de cada missão. Esse preparo envolve não apenas o treinamento técnico e tático, mas também a adequação das habilidades do efetivo às particularidades do cenário de atuação, sejam elas de natureza humanitária, de defesa ou de segurança.

Conforme destacado por Neves, Nishio e Neto, o emprego condiciona o preparo da tropa, sendo necessário “identificar as habilidades exigidas dos militares e as demandas da missão no nível microdinâmico” (Neves, Nishio & Neto, 2020, p. 9). Dessa forma, esse processo permite fundamentar uma reflexão sobre como o emprego operacional influencia diretamente o preparo dos militares para atuarem em missões, assegurando que o treinamento seja adaptado às exigências específicas de cada cenário de atuação.

Diante disso, este capítulo visa analisar a preparação e o emprego das mulheres militares do EB na Operação Acolhida frente à crise migratória venezuelana. A análise considera a perspectiva de gênero, destacando a importância e os desafios enfrentados pelas mulheres militares em auxílio às necessidades das migrantes e refugiadas.

## **2.1 A crise venezuelana e a implementação da Operação Acolhida: contextualização**

Os conflitos políticos na Venezuela, que se iniciaram no início da década de 1990, culminaram com a ascensão de Hugo Chávez em 1998 e com a implementação do bolivarianismo, levando a uma série de reformas políticas, econômicas e sociais que se caracterizaram pela interferência direta do governo em muitos assuntos do país (Barboza, 2022, p.31).

Além disso, a principal questão que agravou a crise venezuelana foi a forte dependência do país em relação à renda do petróleo. A queda acentuada do preço do barril, atrelada às políticas centralizadas do governo, expôs ainda mais a fragilidade econômica do país, que falhou em não diversificar sua economia, colocando de lado o passado caracterizado pela produção agroexportadora e, em seu lugar, consolidando um modelo estruturalmente limitado pela monoprodução petrolífera (Mommer, 2002). Nesse cenário, o rentismo petrolífero acentuado limitou o desenvolvimento de outros setores produtivos, contribuindo para o colapso econômico do país (Cicero & Gomes, 2021, p.140).

Diante desse cenário, a interferência política gerou consequências econômicas como superinflação acumulada; encolhimento do PIB; redução da empregabilidade; grave desabastecimento de gêneros; interrupções no fornecimento de serviços básicos como água potável, energia elétrica e combustível; colapso do sistema de saúde (Silva, 2019, p.30), agravado pela pandemia do COVID-19, culminando com grande parte de sua população em situação de fragilidade social.

Dessa forma, a crise social foi uma consequência direta das anteriores. Os erros políticos e a falta de acesso da população aos serviços básicos levaram o povo a níveis alarmantes de violência e pobreza (Barbosa, 2022, p.101) e, como consequência, milhares de venezuelanos vêm deixando seu país. Fugindo de todos os efeitos gerados por uma hiperinflação, da fome, da escassez de alimentos e do desemprego (Paiva, Rodriguez & Mendes, 2019, p.6). O que o Human Rights Watch chama de "crise humanitária" é a grave e generalizada violação dos direitos humanos na Venezuela (Simões, 2017a, p. 49).

A Operação Acolhida é uma resposta do governo brasileiro ao aumento desse fluxo migratório de venezuelanos para o estado de Roraima, que se mostra mais perceptível a partir de 2015, por razões do agravamento da crise tridimensional na Venezuela (Simões, 2020, p. 1). Roraima é um estado com uma população pequena e pouco dotado de serviços e indústria, apresentando uma infraestrutura ainda em desenvolvimento (FGV, 2020, p.26). A dificuldade em oferecer serviços essenciais, como saúde, educação e assistência social, exacerbou a vulnerabilidade dos migrantes e da população local. Além disso, a insegurança crescente e a escassez de oportunidades de emprego aumentaram a pressão sobre as autoridades e a sociedade civil, intensificando a necessidade de uma resposta coordenada (Almeida, 2020, p.22-23).

Esses desafios estruturais e sociais destacaram a urgência de medidas robustas e integradas para assegurar a dignidade e a proteção dos migrantes, bem como a estabilidade e a segurança da população residente. Dessa forma, a Operação Acolhida é criada em 2018, visando mitigar os impactos dessa migração tanto para os imigrantes quanto para o Brasil, especialmente

no estado de Roraima (Simões, 2017b, p.1). Este estado, por sua proximidade geográfica, tornou-se o principal ponto de entrada, resultando em desafios significativos para sua infraestrutura e serviços públicos (Kanaa, 2019, p.11).

Em tese, o fluxo migratório venezuelano não deveria representar um problema para um país com dimensões continentais como o Brasil. No entanto, o Estado de Roraima, devido ao seu relativo isolamento geográfico e às limitadas capacidades de seu governo, enfrentou enormes desafios ao lidar com a entrada de migrantes. Esse fluxo impactou diretamente os serviços públicos, sobrecarregou a já precária infraestrutura disponível e afetou profundamente a dinâmica social local (Franchi, 2019, p.8).

Nesse sentido, houve uma intervenção estatal completa e que atua de forma interagência, com apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR, da Organização Internacional para Migrações - OIM, de outras agências das Nações Unidas, sociedade civil e setor privado (ACNUR, 2022, p.12). Nesta Força-Tarefa humanitária, liderada e coordenada pelo Governo Federal, merece destaque a participação das Forças Armadas Brasileiras.

A proximidade de Boa Vista e Pacaraima com a Venezuela é um fator relevante para a atuação das FA na região. A capital de Roraima está a cerca de 220 km da fronteira, enquanto Pacaraima se encontra cerca de 450 m da fronteira com país vizinho (Google Maps) e dentro da faixa de fronteira de 150 km definida pelo artigo 20, inciso II, da Constituição Federal de 1988 como área de segurança nacional. Essa área está sujeita a regulamentações especiais que facilitam a atuação militar e o controle de atividades econômicas (Brasil, 1988). Municípios como Pacaraima, por estarem localizados nessa faixa, seguem normas que favorecem o emprego das Forças Armadas em operações de defesa e segurança.

O Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, também estabelece restrições à exploração de recursos naturais e à construção de obras nessas áreas, com o objetivo de proteger a integridade territorial e garantir a soberania nacional. Esse cenário estratégico justifica a presença das FA, reforçando seu papel na proteção das fronteiras e na manutenção da segurança nacional. No contexto da Operação Acolhida, a localização de Pacaraima dentro dessa faixa fronteiriça legitima ainda mais a atuação militar na região, em conformidade com a legislação. Além disso, a posição de Boa Vista próxima à fronteira com a Guiana, onde ocorre a disputa territorial do Essequibo, traz uma dimensão geopolítica importante, consolidando a presença militar brasileira em uma área estratégica para a segurança regional.

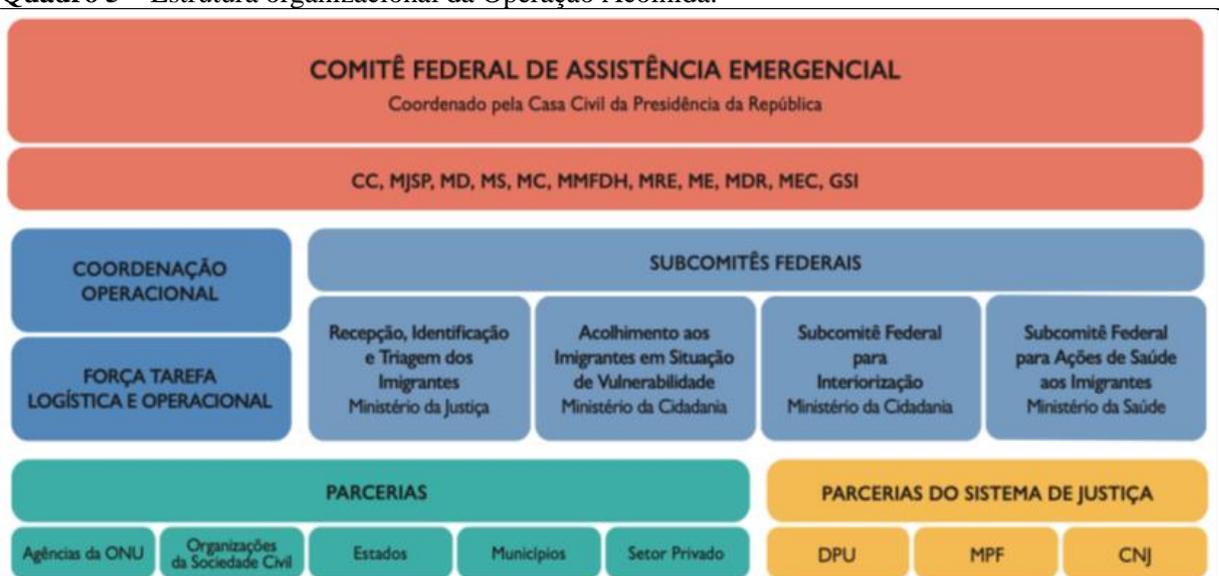
Ademais, vale destacar ainda que, o Decreto nº 12.038 de maio de 2024 que institui a Política Nacional de Fronteiras, traz como um dos seus objetivos promover “os direitos

humanos e a cidadania nas fronteiras, o acolhimento humanitário de migrantes, de refugiados, de apátridas, de populações transfronteiriças, e de pessoas em situação de vulnerabilidade, respeitadas as diferenças entre os povos” (Brasil, 2024f).

Diante dessa perspectiva, pode-se afirmar que na última década, inúmeras situações prepararam o Brasil, ainda que de forma não planejada, para responder ao fluxo migratório venezuelano. Dessas situações, destacaram-se a aprovação, em 2017, da nova Lei de Migração (Simões, Cerávolo & Franchi, 2022, p.87); o encerramento da participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a expertise em operações de paz, após 13 anos; o simpósio de Exercício Combinado de Logística Humanitária na região Amazônica, AMAZONLOG, entre outras operações (Costa, 2020, p.10).

Paralelamente, a participação das FA na Operação Acolhida é amparada por uma série de legislações e diretrizes que permitem o emprego militar em ações subsidiárias de caráter humanitário. A Medida Provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018, que constituiu o Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE) “para o acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório” (Brasil, 2018b), provocado por crise humanitária, convertida posteriormente na Lei nº 13.684/2018, foi fundamental para dispor sobre medidas de assistência emergencial no acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária (Brasil, 2018a). Esse Comitê é constituído por representantes de diversos órgãos governamentais e ministérios e presidido pela Casa Civil. O Ministério da Defesa ficou responsável pela secretaria-executiva, prestando apoio administrativo ao comitê (Brasil, 2018b).

**Quadro 5** – Estrutura organizacional da Operação Acolhida.



**Fonte:** Guia de Deslocamento – Estratégia de Interiorização 2021.

Além disso, os Decretos nº 9.285 e nº 9.286, ambos de 15 de fevereiro de 2018, estabeleceram, respectivamente, a situação de vulnerabilidade e a definição da composição e as competências do CFAE (Almeida, 2020, p.60). Conforme aponta Souza, essa estrutura legal foi essencial para garantir uma resposta rápida e coordenada diante da crise migratória (Souza, 2021, p.117). Assim, o arcabouço legal que ampara o emprego das FA na Operação Acolhida é amplo. A Lei Complementar nº 97 de 1999 dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das FA, dispondo também que cabe a elas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República, integrando as ações de caráter geral a participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social (Salazar, 2021, p.21).

No caso do Brasil, a capacidade logística de uma pronta resposta e, segundo Tássio Franchi, as experiências pregressas do EB no preparo e atuação em ações de caráter humanitário, contribuem para um bom nível de integração civil-militar nessa crise (Franchi, 2019, p.12). Sendo assim, o EB coordena a Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum), em suporte aos governos federal, estadual e municipal. No entanto, como nos ensina Tássio Franchi, “é preciso lembrar que a ajuda humanitária não é a função precípua das Forças Armadas, que devem ser adestradas para garantir a defesa do país e de seus interesses em ambientes conflagrados” (Franchi, 2019, p.12).

Nesse ínterim, os fundamentos republicanos que orientam a Operação Acolhida estão embasados nos princípios constitucionais da solidariedade, dignidade da pessoa humana e respeito aos direitos humanos. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Migração (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017) e o Estatuto dos Refugiados (Lei 9.474, de 22 de julho de 1997) fornecem a base jurídica para as ações de acolhimento humanitário, destacando a responsabilidade do Brasil em oferecer proteção a indivíduos em situação de vulnerabilidade (Almeida, 2020, p.58). Esse amparo legal é fundamental para assegurar que a atuação das FA e das demais agências envolvidas na operação esteja alinhada aos princípios democráticos e de direitos humanos que norteiam o país (Simões, Cerávolo & Franchi, 2021, p.87).

Ainda nesse sentido, a operação é guiada também por princípios de humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência, conforme os padrões internacionais de ajuda humanitária (Brasil, 2023d, p. 2-2). Esses princípios garantem que a assistência seja fornecida de maneira justa e equitativa, sem discriminação e com respeito à dignidade dos beneficiários. Além disso, a operação enfatiza a importância da cooperação interagências, integrando esforços de diversas entidades governamentais, organizações não governamentais e agências

internacionais, o que é importante para o sucesso da operação em um cenário de crise humanitária tão complexo (Costa, 2020, p.60).

Vale ressaltar, ainda, que a Resolução Ministerial nº 1 nomeou um general de divisão do Exército Brasileiro como coordenador operacional da Acolhida. O primeiro a assumir o cargo foi o general Eduardo Pazuello. Importante lembrar que o oficial-general do Exército, além de coordenador da Operação, também desempenha o comando da FT Log Hum, cabendo-lhe operacionalizar as ações, a logística e a distribuição de insumos, repassando às Assessorias e aos Subcomitês federais demandas específicas de cada área para discussão e definições nas reuniões ordinárias (Brasil, 2019).

A FT Log Hum do Exército Brasileiro é uma das principais unidades empregadas na Operação Acolhida, sendo responsável pela execução das atividades de ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização. Trata-se de uma operação humanitária que foi implementada para estruturar as diversas ações desenvolvidas na recepção e documentação, imunização, acolhimento e abrigamento temporário, e interiorização de venezuelanos no território brasileiro (Silva, 2022, p.67) e também realizar o controle migratório na fronteira norte. De acordo com a doutrina militar brasileira, uma operação de ajuda humanitária é concebida para “aliviar o sofrimento humano, decorrente de desastres naturais ou causados pelo próprio homem, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano, bem como para prestar assistência cívico-social” (Brasil, 2023a, p.2-2).

De forma complementar, o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN) também fundamenta as missões subsidiárias da Força Terrestre. Ao comentar a missão das Forças, cita que “cabe às Forças Armadas realizar atribuições subsidiárias para cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e outras finalidades específicas.” (Brasil, 2020, p. 41). Assim, o Exército Brasileiro foi designado como a instituição que conduziria a coordenação dessa operação subsidiária, de acordo com a resolução nº 1, de 21 de fevereiro de 2018, do Comitê Federal de Assistência Emergencial.

Nesse contexto, importante ressaltar que a Operação Acolhida é uma ação interministerial por essência pois, além da Casa Civil, atuam na operação humanitária brasileira mais 11 Ministérios (Brasil, 2021). Embora concebida como uma operação interministerial, a coordenação, administração e distribuição dos recursos humanos e financeiros ficou à cargo do Ministério da Defesa (Cerávolo, 2019, p. 66).

A Acolhida se caracteriza, também, por permitir a atuação de diversos organismos da sociedade, por isso há uma atuação interagências. O Manual MD33-M-12, do Ministério da Defesa de 2017, e, mais recentemente, o Manual de Campanha do Exército Brasileiro sobre

Operações Interagências, EB70-MC-10.248 de 2020, trazem o conceito do termo interação como sendo a interação das Forças Armadas com outras agências (forças amigas) com vistas a conciliar interesses e coordenar esforços para a execução de objetivos convergentes que atendam ao bem comum evitando a duplicidade de ação (Brasil, 2017; Brasil, 2020b). Ou seja, descrever uma operação interação significa pressupor uma cooperação entre os agentes, não devendo haver subordinação entre essas agências. Dessa forma, os eixos estruturantes da operação (ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização) são fundamentais para esse funcionamento interagencial.

Nesse contexto, destaca-se que “a integração entre agências civis, governamentais e/ou não governamentais com as forças militares é necessária, como forma de buscar uma solução para os muitos problemas complexos existentes no mundo contemporâneo” (Calder, Santos & Mendes, 2022, p. 16). Isso evidencia que as Forças Armadas, juntamente com outras agências, buscam alcançar, na Operação Acolhida, o bem comum por meio de uma cooperação organizada e estruturada.

Além disso, a coordenação e a cooperação em ambiente interagências são essenciais para otimizar os resultados. Conforme citado no Manual EB70-MC-10.248, “a necessidade de promover um pensamento comum cresce, buscando uma coalizão para obter os melhores resultados em situações que só podem ser combatidas, ou que produzem maiores efeitos, quando há a soma de esforços” (Calder, Santos & Mendes, 2022, p. 20). Essa abordagem evita a duplicidade de ações e maximiza o impacto positivo nas operações, particularmente nos eixos da Operação Acolhida.

O primeiro eixo, ordenamento da fronteira, visa garantir a entrada organizada e regularização migratória dos venezuelanos. As atividades incluem a recepção, identificação, fiscalização sanitária, imunização e triagem dos migrantes, realizadas através de postos de recepção e triagem em pontos estratégicos na fronteira (Rodrigues, 2021, p.63). O segundo eixo, abrigamento, envolve a criação de abrigos temporários para fornecer segurança e condições básicas de vida aos migrantes. Os abrigos são administrados em parceria com agências humanitárias e incluem serviços de saúde, alimentação e assistência social (Salazar, 2021, p.33). Finalmente, o terceiro eixo, interiorização, visa realocar voluntariamente a população venezuelana que deseja estabelecer-se em outras cidades brasileiras, aliviando, dessa forma, sua concentração em Roraima, e facilitando a integração socioeconômica em lugares com maiores oportunidades (ACNUR, 2022, p.55).

As Forças Armadas são responsáveis pela construção e manutenção de infraestrutura, coordenação de segurança e suporte logístico para todas as atividades da operação. O Exército

Brasileiro, como força responsável pela coordenação da FT Log Hum, desempenha um papel central na Operação Acolhida, coordenando ações logísticas, de segurança e operacionais (Simões & Vaz, 2023, p.756). Além disso, atua na administração dos abrigos e na execução do processo de interiorização, trabalhando em estreita colaboração com outras agências governamentais e organizações internacionais (Almeida, 2020, p.91). A colaboração interagências e a aplicação de doutrinas como a de “Assuntos Cívicos” são essenciais para integrar os esforços de diversos atores envolvidos na operação (Costa, 2020, p.32; Simões & Vaz, 2023, p.756).

Segundo Costa, a aplicação da doutrina CIMIC na Operação Acolhida tem sido um fator de destaque para o sucesso das atividades de cooperação entre os militares e os civis, facilitando a coordenação das ações e garantindo que as necessidades da população migrante sejam atendidas. O componente militar realiza serviços de apoio logístico, acesso a áreas remotas, segurança, proteção, trabalhos de engenharia, suporte de comunicações e compartilhamento de informações, devido ao seu preparo para executar essas atividades com maior prontidão. Esses são, de fato, os serviços mais requisitados pelas organizações não governamentais e internacionais (Costa, 2020, p.33). Além disso, a participação de organizações internacionais como o ACNUR e a OIM tem sido vital para fornecer suporte técnico e logístico, bem como para garantir a conformidade com os padrões internacionais de assistência humanitária (Barboza, 2022, p.15).

Nessa perspectiva, a Operação Acolhida exemplifica como a integração de esforços militares e civis pode criar uma resposta a crises humanitárias complexas. É amplamente considerada um sucesso e é considerada uma das operações mais eficazes no mundo em termos de governança de migração e assistência humanitária em contextos de mobilidade (Simões & Vaz, 2023, p.772). Com base em princípios republicanos e guiada por legislações específicas, a operação representa um compromisso do Brasil com a proteção e dignidade dos migrantes, ao mesmo tempo em que fortalece a infraestrutura e a segurança nacional (Souza, 2021, p.152). Através da combinação de esforços governamentais e internacionais, a Operação Acolhida se destaca como um modelo de resposta humanitária integrada e, segundo os indicadores de governança da OIM, podendo servir como parâmetro para outras nações em situações semelhantes (OIM, 2022).

Portanto, as Forças Armadas, especialmente o EB, buscaram adaptar a sua logística de guerra às demandas típicas de um quadro de grande deslocamento populacional. Nesse ponto, é importante registrar que a utilização de forças militares em operações humanitárias, tal qual a Operação Acolhida, é uma característica marcante dos exércitos pós-modernos (Oliveira,

2018, p.13) e com forte tendência ao aumento do emprego militar em missões de ajuda humanitária por parte dos Estados (Bruneau; Croissant, 2019, p.231). Ademais, é importante entender a problemática dos fluxos migratórios como um fenômeno que pode influenciar a estabilidade de um país ou de uma região, refletindo na participação militar em operações que integram o apoio logístico, abrigamento e a interiorização de migrantes (Barros, 2021, p. 176; Schwingel, Simões & Franchi, 2024, p. 177).

## **2.2 Pilares estruturantes da Operação Acolhida e o emprego da FT Log Hum**

A Operação Acolhida, implementada em 2018 pelo Governo Brasileiro, destaca-se por ser uma das maiores iniciativas humanitárias em resposta ao fluxo migratório venezuelano (Simões & Vaz, 2023, p. 763). Baseada em três pilares estruturantes — ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização — a operação visa proporcionar um acolhimento digno e organizado aos migrantes e refugiados. A FT Log Hum coordena essas atividades, em parceria com diversas agências nacionais e internacionais. Esta seção aborda o emprego da FT Log Hum nos pilares da operação, bem como as estruturas operacionais e na colaboração interinstitucional que garante a eficácia das ações de acolhimento e interiorização.

De acordo com Gustavo da Frota Simões e Luísa Guimarães Vaz, a FT Log Hum tem sido crucial na resposta à crise migratória venezuelana desde a sua criação, em decorrência das condições precárias na fronteira norte do Brasil. A Operação Acolhida visa oferecer abrigo e apoio a imigrantes e refugiados venezuelanos, reorganizando as fronteiras e proporcionando melhores oportunidades de integração econômica (Simões & Vaz, 2023).

Nesse contexto, o ordenamento da fronteira consiste no controle do fluxo migratório de venezuelanos que chegam à cidade de Pacaraima, fornecendo ao migrante assistência médica e documental. Assim, as seguintes estruturas foram dispostas em Pacaraima para efetivar o ordenamento da fronteira: 1 (uma) Base de Apoio, 1 (um) Posto de Recepção e Identificação (PRI), 1 (um) Posto de Triagem (P Trig), 1 (um) Posto de Atendimento Avançado (PAA), 1 (um) Abrigo Janakoida e 1 (um) Alojamento BV-8 (Salazar, 2021, p.30).

Conforme Almeida, essas estruturas funcionam em Pacaraima da seguinte forma:

O migrante quando entrava pela fronteira de Pacaraima era direcionado para o PRI. O que fosse declarado turista era liberado e seguia viagem, enquanto aquele que solicitasse refúgio ou residência temporária era encaminhado para o P Trig. Após a triagem e cadastro nesse posto, os migrantes que decidissem participar do processo da Operação Acolhida eram enviados para um abrigo em Pacaraima (Alojamento BV-8 ou Janakoida) ou para um abrigo em Boa Vista, e caso houvesse necessidade de atendimento médico era levado para o PAA antes de seguir para o abrigo designado. Em Pacaraima, os migrantes não indígenas ocupam o Alojamento BV-8 e os migrantes indígenas da etnia

Warao são encaminhados para o Abrigo Janakoida. A ocupação dos abrigos por parte dos migrantes não indígenas no Alojamento BV-8 é o local de espera para o encaminhamento a um dos abrigos em Boa Vista, ou para serem interiorizados para outra unidade da federação. Os migrantes que não desejassem participar do processo de abrigamento da Operação Acolhida são liberados após a passagem pelo PITrig, pois não há obrigatoriedade para o acolhimento (Almeida, 2020, 71-72).

Ao entrar no Brasil, em Pacaraima, o migrante é direcionado para o Posto de Recepção e Identificação (PRI). Essa estrutura é estabelecida para atender à demanda de documentação, alimentação e apoio sanitário. Dessa forma, é ofertado ao migrante vacinação, primeiros socorros, ligação telefônica ao exterior e o acesso à orientação jurídica (Brasil, 2019a).

Após isso, os venezuelanos seguem para o Posto de Triagem (PTrig), que é uma estrutura montada para atendê-los após passarem pelo PRI. Nesse local, os migrantes são revistados e inspecionados. Nessa ocasião também é feito um pré-registro e cadastro. Nesse momento, ocorre a regularização da situação imigratória, e, imediatamente, é prestado um atendimento médico e fornecida uma alimentação gratuita (Brasil, 2019a).

Pacaraima também possui um alojamento de passagem (BV-8), que é destinado para abrigamento temporário dos migrantes venezuelanos não indígenas que estão em trânsito para Boa Vista. Esse alojamento possui instalações para atender ao público masculino, feminino e famílias constituídas, além de uma área para convivência e apoio (Brasil, 2019a). Possui um abrigo para indígenas (JANOKOIDA) e, também, um Posto de Recepção e Apoio (PRA), cuja finalidade é atender os migrantes e refugiados não abrigados. Ali há locais para banho, instalações sanitárias, guarda-volumes, locais de distribuição de doações e alimentos e refeitório. Ademais, são fornecidas informações sobre regularização de documentos, interiorização e acesso aos serviços no Posto de Triagem.

**Figura 2** - Estrutura da Força-Tarefa Logística Humanitária em Pacaraima.



Fonte: Operação Acolhida, 2023.

Já em Boa Vista, a fim de mitigar o impacto no sistema de saúde local, foi criada uma Coordenação de Saúde da Acolhida (CSA), que, além do atendimento médico, oferece serviços de fisioterapia, psicologia, nutrição, odontologia e assistência social (Barboza, 2022, p.83). Assim como em Pacaraima, a estrutura da operação em Boa Vista conta, também, com um PTrig e um PRA.

Na capital de Roraima, existe ainda o Centro de Coordenação e Interiorização (CCI), que articula a interiorização voluntária dos venezuelanos junto com a equipe de planejamento logístico. Essa estratégia é um dos pilares da Operação Acolhida e seu principal objetivo é garantir a inclusão socioeconômica dos migrantes. Para isso, a estratégia de interiorização acontece através da realocação voluntária daqueles que estão no estado de Roraima ou na cidade de Manaus para outros municípios e capitais brasileiras, onde encontram melhores oportunidades de integração social, ingresso no mercado de trabalho e estabilização no país (ACNUR, 2021). Além disso, a capital tem uma estrutura mais robusta que Pacaraima no que diz respeito aos abrigos. Atualmente, são cinco abrigos ativos no município.

Dessa maneira, além dos militares das FA, o funcionamento dessas estruturas se desenvolve em parceria com as seguintes agências: Polícia Federal, Receita Federal, Secretaria Municipal de Saúde, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Organização Internacional para Migrações (OIM), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), entre outras (Brasil, 2022).

A Força-Tarefa Logística Humanitária, com seu enfoque interagência e a participação de diversos atores civis e militares, tem se mostrado eficaz na gestão dos desafios impostos pela crise migratória venezuelana. A colaboração entre diferentes instituições permite uma resposta coordenada e abrangente, essencial para lidar com as complexidades da migração em massa e garantir a dignidade e bem-estar dos migrantes e refugiados venezuelanos.

Além disso, a complexidade crescente dos problemas na fronteira norte exige uma resposta multifacetada, demonstrando a capacidade adaptativa e a importância das forças militares em operações de caráter humanitário e de segurança internacional (Oliveira, 2018). Esses esforços são essenciais e contínuos, sem uma previsão de encerramento, devido ao fluxo ainda permanente de migrantes venezuelanos (Barros, Simões & Franchi, 2021, p.176; Schwingel, Simões & Franchi, 2024, p.179).

Com relação ao pilar abrigo, as FA e as agências envolvidas na operação oferecem assistência social em estruturas temporárias na cidade de Boa Vista, fornecendo alojamento, segurança e alimentação (Oliveira, 2018, p. 6). Rodrigues explica que:

(...) o abrigo se traduz no fornecimento de alimentos, assistência psicológica, educacional e de saúde. (...) as instalações são organizadas para o acolhimento a três diferentes grupos de pessoas, a saber: famílias, solteiros e indígenas. Os Abrigos têm sua gestão compartilhada entre diversos atores, tais como ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), OIM (Organização Internacional para as Migrações), Ministério da Cidadania, Ministério da Defesa, dentre outros. Os abrigos oferecem proteção dos direitos e segurança 24 horas por dia, onde também são desenvolvidas ações tais como: distribuição de três refeições por dia; aulas de português e atividades para crianças; atividades culturais, lúdicas e recreativas; distribuição de fraldas e kits de higiene pessoal e de limpeza, ligações telefônicas para comunicação com parentes na Venezuela, dentre outras (Rodrigues, 2021, 65-66).

Segundo o General Antônio Manoel de Barros, que comandou a operação até agosto de 2021, o abrigo estruturado pela Operação Acolhida diferencia-se dos tradicionais campos de refugiados, como os encontrados em outras regiões do mundo, por proporcionar maior dignidade e proteção social aos migrantes. O general Barros destacou que o Brasil optou por não criar campos isolados, mas sim abrigos integrados às áreas urbanas, facilitando a convivência com a população local e o acesso a serviços essenciais (Barros, Simões & Franchi, 2022, p. 176).

Já o General Schwingel, que comandou a Operação Acolhida de 2021 a 2023, reforçou a importância do abrigo urbano, destacando a sua função estratégica para a integração social dos migrantes. Segundo Schwingel, a localização dos abrigos no coração das cidades de Pacaraima e Boa Vista facilita o acesso dos migrantes aos serviços públicos e promove sua

convivência com a população brasileira, fortalecendo o processo de interiorização (Schwingel, Simões & Franchi, 2024, p. 178).

Inicialmente, o trabalho de abrigamento aos venezuelanos foi realizado de maneira incipiente, utilizando abrigos improvisados e que já existiam antes mesmo que Operação Acolhida fosse deflagrada. O Exército, por meio da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, prestou ajuda na limpeza e manutenção de alguns desses abrigos (Cerávolo, 2019, p. 19).

O 6º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC), localizado em Boa Vista, desde 2018, tem apoiado a FT Log Hum na construção e na manutenção dos abrigos e bases da operação, nos municípios de Pacaraima, Boa Vista e Manaus (Cerávolo, 2019, p.17). As ações, na atualidade, são realizadas, principalmente, por meio do Contingente do Destacamento de Engenharia da Operação Acolhida, ainda com o apoio do 6º BEC.

A quantidade de instalações para abrigar os migrantes variou ao longo da operação. Em 2018, a Acolhida iniciou com nove abrigos. Chegou a contar com catorze abrigos ativos no segundo semestre de 2020 (Barboza, 2022, p.83). Em 2022 eram 9 abrigos e, atualmente, conta com cinco abrigos operantes, conforme se observa na imagem a seguir:

Figura 3 - Perfil dos abrigos em Roraima em 2024.



Fonte: ACNUR Brasil, 2024.

Os abrigos são destinados a diferentes grupos de migrantes e geridos em parceria com organismos internacionais, como o ACNUR e a OIM, além de organizações não governamentais (Rodrigues, 2021, p. 66). Vale ressaltar que os abrigos são gerenciados em um ambiente interagência, isto é, de maneira compartilhada com uma estreita cooperação civil-

militar, com a participação da FT Log Hum (Franchi, 2019, p.11). Com relação ao emprego da FT nos abrigos, o general Helder, atual comandante da Força-Tarefa, enfatizou durante uma palestra sobre a Operação Acolhida na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)<sup>20</sup> que a responsabilidade das FA diz respeito à segurança, logística e infraestrutura.

De acordo com Almeida, o modelo de funcionamento do sistema de abrigos adotado pela FT Log Hum,

foi o de integrar os migrantes vulneráveis à sociedade de Boa Vista, em paralelo ao processo de interiorização. Com isso, não se optou pela criação de abrigos em locais isolados fora da capital, a exemplo dos campos de refugiados em outros países. Os abrigos foram localizados em pontos estratégicos da cidade onde o migrante pudesse interagir com a população local. Todos os abrigos construídos ou reformados em Boa Vista estiveram sob a responsabilidade da FT Log Hum (Almeida, 2020, p. 78-79).

O terceiro pilar da Acolhida está sustentado pelo processo de interiorização. Ele consiste na tarefa de deslocar o migrante vulnerável, de forma voluntária, para outra unidade da federação brasileira, proporcionando novas oportunidades socioeconômicas para essa população (Franchi, 2019, p. 10), além de minimizar a pressão na demanda sobre os serviços públicos em Roraima, com a participação do Governo Federal, Agências das Nações Unidas e organizações da sociedade civil.

Segundo o General Schwingel, a interiorização é o eixo mais estruturante da Operação Acolhida, pois permite que os imigrantes sejam integrados à sociedade brasileira de forma digna, oferecendo-lhes novas oportunidades de emprego e melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que desafoga as infraestruturas em Roraima e Amazonas (Schwingel, Simões & Franchi, 2024, p. 179). O General destacou também que o processo de interiorização é complexo e requer o esforço conjunto de múltiplos atores civis e militares, sendo necessário aprimorar continuamente o sistema para otimizar os resultados (Schwingel, Simões & Franchi, 2024, p. 180).

O Governo Federal, para realizar esse terceiro pilar, adotou algumas regras como: migrantes e refugiados venezuelanos devem estar regularizados no Brasil, imunizados, avaliados clinicamente e com termo de voluntariedade assinado (Barboza, 2022, p.85). Vale chamar a atenção para o fato de que a interiorização é um procedimento rigorosamente voluntário.

---

<sup>20</sup> Palestra ministrada pelo General Helder à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em setembro de 2024.

Outrossim, ela possui as seguintes modalidades: Abrigo-Abrigo (saída de abrigos, em Boa Vista ou Manaus, para abrigos nas cidades de destino); Reunião Familiar (restabelecer laços familiares entre migrantes recém-chegados com outros já interiorizados); Reunião Social (migrantes e refugiados se reúnem com pessoas conhecidas que estejam aptos para o acolhimento, sem necessariamente possuir vínculo familiar); Vaga de Trabalho Sinalizada (vaga de emprego garantido por alguma empresa da sociedade civil) (Rodrigues, 2021, p. 68).

O general Barros reforçou que o sucesso da interiorização se deve, em grande parte, à criação de parcerias com empresas e à oferta de vagas de emprego sinalizadas, especialmente por grandes empresas, como a JBS, que contribuíram para integrar economicamente os migrantes venezuelanos (Barros, Simões & Franchi, 2022, p. 177). Ele também destacou a importância da criação do Centro de Coordenação da Interiorização (CCI) para centralizar e agilizar o processo (Barros, Simões & Franchi, 2022, p. 178).

Com relação à rapidez no processo de interiorização, o general Helder, em entrevista para esta pesquisa, destaca que, atualmente, a operação prioriza os venezuelanos que estejam dentro dos abrigos. Pois, anteriormente, qualquer migrante que solicitasse a interiorização, abrigado ou não, conseguiria ser interiorizado. Assim, após o estabelecimento dessa prioridade, a operação conseguiu desafogar os abrigos, aumentando, conseqüentemente sua capacidade para receber novos migrantes. Essa iniciativa também proporcionou uma redução de custos para a FT, pois os venezuelanos não abrigados passaram a prover sua própria interiorização.

Para além disso, o Centro de Coordenação da Interiorização (CCI), mencionado pelo General Barros, é uma estrutura essencial criada com o objetivo de centralizar e coordenar todo o processo de interiorização dos migrantes venezuelanos. Esse centro desempenha um papel importante na logística da interiorização, garantindo a triagem adequada dos migrantes, a organização do transporte, a alocação em novas cidades e a integração socioeconômica.

Assim, o CCI facilita a articulação entre diferentes atores envolvidos no processo, como agências do governo, organizações internacionais e empresas parceiras, o que permite acelerar a identificação de vagas de emprego e a reunião familiar ou social dos migrantes. Segundo Barros (2022, p. 178), a criação desse centro possibilitou uma maior sinergia entre os diversos agentes, otimizando o fluxo de informações e o atendimento às necessidades dos beneficiários, o que contribuiu para o aumento significativo no número de interiorizações bem-sucedidas. Atualmente, já são mais de 138 mil venezuelanos interiorizados e a região sul do Brasil é a que mais os recebeu. Dentre as modalidades de interiorização, a reunião social foi a mais utilizada, com 48% do total (Brasil, 2024b).

De maneira complementar, como forma de otimizar a integração socioeconômica do migrante venezuelano, foi desenvolvido um sistema de banco de dados, denominado Sistema Acolhedor, no qual o imigrante ou refugiado cadastrado solicita apoio para interiorização. É por meio desse sistema que se determina a modalidade de interiorização para a qual o venezuelano está apto. Este programa substitui a necessidade de obtenção destas informações através da ACNUR, como ocorria previamente, acelerando o processo de interiorização (Santos, 2020, p.34).

A interiorização não apenas redistribui a população migrante venezuelana para outras regiões do Brasil, mas também oferece “novas oportunidades de integração socioeconômica e laboral, promovendo soluções duradouras e meios de vida para os migrantes, com o apoio de organizações da sociedade civil e agências das Nações Unidas” (ACNUR, 2023). Como disse o general Helder, “a interiorização vai muito mais além, constituindo-se numa verdadeira forma de integração social”.

Portanto, o processo de interiorização na Operação Acolhida revela-se como um eixo fundamental para a integração socioeconômica dos migrantes venezuelanos, permitindo não apenas a redistribuição da população vulnerável, mas também a redução da pressão sobre os serviços públicos em Roraima. Assim, o modelo adotado pelo Brasil destaca-se internacionalmente como uma solução inovadora para a gestão de crises migratórias e humanitárias (UNHCR, 2024), enfatizando o respeito à dignidade humana e à voluntariedade no deslocamento dos migrantes.

No contexto do abrigamento, a FT Log Hum é responsável pela logística de construção e manutenção das estruturas de acolhimento em Pacaraima e Boa Vista. Essas estruturas foram estrategicamente posicionadas para garantir que os migrantes tivessem acesso não apenas a abrigos, mas também a serviços de saúde e apoio psicológico (Barboza, 2022, p. 84). Além disso, a FT Log Hum gerencia o transporte dos migrantes entre abrigos e os centros de interiorização, garantindo a integridade do processo e a segurança dos envolvidos (Almeida, 2020, p. 77).

O papel da FT Log Hum no processo de interiorização também é notável. A FT é responsável pela articulação logística do transporte dos migrantes para outras regiões do Brasil, facilitando a sua realocação em cidades que ofereçam melhores oportunidades de integração socioeconômica (Franchi, 2019, p. 10). Esse esforço conjunto é fundamental para aliviar a pressão sobre os serviços públicos de Roraima e promover a inclusão social dos migrantes em diferentes estados brasileiros (Barros, Simões & Franchi, 2022, p. 177).

### **2.3 A preparação dos contingentes militares: do 16º ao 18º**

A Operação Acolhida, desde sua implementação, tem sido estruturada em três pilares fundamentais, conforme abordado na seção anterior. A execução desses pilares requer o emprego de contingentes militares altamente preparados para desempenhar um papel importante na manutenção da ordem e no fornecimento de assistência humanitária.

O preparo dos contingentes do Exército Brasileiro, portanto, está intrinsecamente ligado às necessidades específicas para o emprego em cada pilar da operação. A logística envolvida no controle da fronteira, o gerenciamento dos abrigos e o processo de interiorização exigem habilidades técnicas e operacionais específicas, que são contempladas nas diretrizes de preparo estabelecidas para a Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum).

Esse preparo é pautado por um arcabouço legal e por diretrizes que visam capacitar os militares para atuar de maneira eficaz em um contexto de crise humanitária, garantindo que as ações da Operação Acolhida sejam conduzidas de forma organizada e alinhadas às necessidades da missão. Assim, as diretrizes de preparo do Exército Brasileiro possuem como uma de suas finalidades definir as atribuições dos órgãos, comandos e OM envolvidas no planejamento e na execução das atividades relativas à seleção, estruturação e preparo do contingente da FT Log Hum.

Essas diretrizes estão amparadas em um conjunto de leis, nacional e internacional, que garante os direitos dos migrantes e refugiados e estabelece as bases legais para ações emergenciais. A Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, regulamenta a implementação do Estatuto dos Refugiados no Brasil, assegurando a proteção e os direitos fundamentais aos refugiados. Complementando esta legislação, a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, dispõe sobre os direitos e deveres dos migrantes, visitantes e refugiados, promovendo a igualdade de condições entre imigrantes e nacionais no território brasileiro. A Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, especifica medidas de assistência emergencial para pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxos migratórios provocados por crises humanitárias. Juntas, estas leis e outras resoluções complementares formam a base legal que norteia o preparo e emprego do EB na Operação Acolhida, conforme dito na seção 2.1.

Nessa perspectiva, o efetivo militar contempla, atualmente, cerca de 400 a 500 cargos variando a cada contingente, sendo distribuídos entre as três Forças Armadas. Segundo as diretrizes de preparo, o maior contingente é do Exército Brasileiro (EB), com cerca de 80% do efetivo, atuando nas estruturas operacionais da Operação Acolhida situadas em Pacaraima e Boa Vista (Brasil, 2023). O General Schwingel destaca que, desde o início da Operação, o número de militares envolvidos já foi maior, atingindo até 600 militares, mas atualmente o

efetivo foi reduzido para cerca de 500, com a busca por uma maior participação de civis em cargos de apoio, visando a continuidade da operação com menor dependência das Forças Armadas (Schwingel, Simões & Franchi, 2024, p. 178).

Vale ressaltar que os contingentes permanecem na operação cerca de cinco meses e que as tropas da Acolhida trabalham em regime de rodízio (Simões & Vaz, 2023, p.750). Os rodízios variam de acordo com cada Comando Militar de Área<sup>21</sup>, sendo que o preparo dos contingentes é organizado com base nesses rodízios para garantir a continuidade e a eficiência da missão.

Sendo assim, o preparo dos contingentes está dividido em duas fases distintas. A primeira fase compreende um período de duas semanas, as quais são realizadas em datas definidas pela Divisão de Exército do Comando Militar de Área (CMA) responsável pelo envio do contingente. Destas semanas, uma é realizada de maneira descentralizada, na própria Organização Militar a qual está vinculado o militar, enquanto a outra semana ocorre, de forma centralizada para todo o contingente, na guarnição do CMA responsável pelo envio da tropa para a operação. Após essa fase, os militares são divididos em grupos e conduzidos até Boa Vista.

Durante essa primeira fase de preparação, a Divisão de Exército conduz atividades de simulação construtiva, com o apoio do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e do Comando de Operações Terrestres (COTER), com a participação dos integrantes do Estado-Maior Conjunto (EMCj) da FT Log Hum, para a proposição de problemas militares simulados que tenham ligação com situações reais já vivenciadas na Operação Acolhida (Brasil, 2023a). As simulações realizadas pelo CCOPAB são essenciais para preparar os militares em situações complexas e realistas, garantindo que as tropas estejam adequadamente treinadas para enfrentar os desafios específicos da operação (Geraldo, 2020, p. 146). Sendo assim, conforme relatado por um instrutor do CCOPAB à Simões e Vaz, “as atividades específicas de treinamento são fundamentais para preparar os militares, muitos dos quais chegam sem um conhecimento prévio adequado sobre a complexidade da Operação Acolhida” (Simões & Vaz, 2023, p. 770).

Durante a fase centralizada no CMA, que ocorre em 5 dias (segunda a sexta-feira), as instruções abrangem temáticas variadas, organizadas de acordo com o Quadro de Trabalho de

---

<sup>21</sup> Os Comandos Militares de Área do Exército Brasileiro estão divididos em 8. São eles: Comando Militar da Amazônia, Comando Militar do Leste, Comando Militar do Nordeste, Comando Militar do Norte, Comando Militar do Oeste, Comando Militar do Planalto, Comando Militar do Sul e Comando Militar do Sudeste.

Instrução Específica (QTIE). Essas informações estão detalhadas nos anexos das diretrizes de preparo do 16º e 17º contingentes, conforme apresentado na tabela a seguir:

**Tabela 4** – Quadro de Trabalho de Instruções de Preparo.

Dia da semana	Instruções
Segunda	Ambientação Operação Acolhida
Terça	Trato com a imprensa; Utilização dos sistemas; Abrigamento; Prevenção aos crimes de abuso sexual ( <b>assédio sexual</b> , pedofilia, prostituição e estupro de vulneráveis). Assuntos Cíveis; Relação Civil-Militar (proteção de civis, <b>perspectivas de gênero</b> e proteção de civis); Atividades do ACNUR e OIM; Assuntos Cíveis; Relação Civil-Militar (proteção de civis, perspectivas de gênero e proteção de civis); Atividades do ACNUR e OIM; Regras de engajamento; Núcleo de Saúde da operação; Combate à incêndio; Higiene e primeiros socorros; Valorização da vida; Sistema de informática e comunicações.
Quarta	Simulação construtiva; Sistema Acolhedor.
Quinta	Prevenção de acidentes; Funcionamento da célula de interiorização; Instrução peculiar para pessoal da engenharia; Instrução peculiar para motoristas; Distribuição de material.
Sexta	Distribuição de material e deslocamento de retorno para as organizações militares.

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nas diretrizes de preparo (Brasil, 2023a; Brasil, 2023b).

Vale enfatizar, mais uma vez, que são destinados dois tempos de instrução de 45 minutos cada totalizando 90 minutos para tratar sobre questões de abuso sexual. Entretanto, durante esse período são abordadas outras temáticas conjuntamente, limitando ainda mais o tempo sobre as questões de gênero.

Já a segunda fase da preparação ocorre na Guarnição de Boa Vista/RR e é executada de acordo com o planejamento estabelecido pela própria FT Log Hum. Nesta etapa, há realização de palestras com representantes de órgãos e agências da Organização das Nações Unidas (ONU). São realizadas, também, palestras ministradas pelos integrantes da FT Log Hum. Segundo as diretrizes de preparo, essa atividade tem a duração prevista de 1 (uma) jornada para cada grupo, conforme o rodízio de chegada dos grupos do contingente.

De acordo com Simões e Vaz, o tempo destinado para essas palestras e treinamentos foi considerado insuficiente pelos autores, especialmente dada a complexidade da missão e as especificidades locais que exigem uma maior familiarização com as dinâmicas regionais e humanitárias (Simões & Vaz, 2023, p. 770)

Nessa oportunidade, sob a coordenação da FT Log Hum, são realizadas atividades com a participação da OIM, do ACNUR, da Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e de

outros órgãos e agências, destinadas a atualizar os integrantes do contingente sobre a missão e suas peculiaridades. Ou seja, todos os militares do EB tiveram apenas um dia de preparação junto aos Organismos Internacionais. Importante destacar, novamente, que as demais Forças Armadas, Marinha do Brasil e Força Aérea, não possuem registro de preparo para a Operação Acolhida.

Conforme as diretrizes de preparo do 16º ao 18º contingente, a missão de cada contingente do EB tem a duração total de cinco meses. A análise nas diretrizes destaca, também, como fundamental a observância de alguns aspectos, que deveriam ser motivo de instrução para todos os integrantes da FT Log Hum, ainda na 1ª fase do preparo:

- (1) valores, deveres e ética militares: em uma operação de longa duração, de ritmo extenuante, de caráter humanitário, na qual há muita interação com civis integrantes de agências da ONU, de órgãos governamentais e não governamentais, é fundamental que os militares tenham em mente e exercitem, a todo instante, os valores (civismo, patriotismo, fé na missão do Exército, entre outros), cumpram seus deveres (probidade e lealdade, disciplina e respeito à hierarquia, rigoroso cumprimento dos deveres e ordens etc) e respeitem os princípios da ética militar (sentimento do dever, honra pessoal, pundonor militar e decoro da classe);
- (2) exercício da liderança - deve ser observado em todos os níveis, com maior ênfase nas frações responsáveis por abrigos humanitários e Posto de Recepção e Apoio (PRA);
- (3) respeito à população - a atuação dos militares deve se revestir de total respeito à população residente nas localidades e aos imigrantes e refugiados venezuelanos, devendo, nos contatos, exteriorizar boa educação e bons modos (Brasil, 2023a).

Os contingentes são constituídos preferencialmente por militares voluntários, homens e mulheres, recrutados nas Organizações Militares (OM) sob a jurisdição do Comando Militar responsável pelo envio das tropas. Assim, a maior parte do efetivo do Estado-Maior de cada contingente advém do CMA designado para o envio da tropa naquele período. Cabe ressaltar que não há nenhum cargo, conforme as diretrizes do EB, que seja indicado observando a questão de gênero. Ou seja, todos os cargos são voluntários e podem ser ocupados tanto por homens quanto por mulheres, sem distinções. Porém, percebeu-se que todos os cargos de chefia foram destinados a militares homens.

Embora as mulheres estejam cada vez mais presentes nas Forças Armadas e possam ocupar cargos voluntários sem distinção de gênero, é natural que, devido à sua entrada mais recente em áreas operacionais, ainda estejam consolidando sua presença em posições de liderança de alto escalão. O avanço para funções de comando tende a ser gradual, conforme as militares ganham experiência e se beneficiam de políticas que promovam maior equidade de

gênero, contribuindo para uma participação cada vez mais ativa nas operações, como a Operação Acolhida.

Vale ressaltar que, conforme as diretrizes de preparo do 16º ao 18º contingente, a preparação realizada para esses contingentes foi igual para todos os militares, homens e mulheres. Ocorre que, o número de mulheres e crianças venezuelanas que chegam ao país constitui-se em cerca de mais de 50% da população migrante (OBMigra, 2024). Sendo assim, há uma lacuna significativa no treinamento voltado para o tratamento de questões femininas nas operações da Operação Acolhida, para além do assédio sexual.

Embora as mulheres militares estejam incluídas nas diretrizes gerais de preparo, não há uma instrução específica que aborde as particularidades das demandas femininas e de gênero no contexto migratório. A ausência de um treinamento focado nessas questões pode gerar falhas na capacitação das tropas para lidar com as complexidades que envolvem o atendimento a mulheres migrantes, que, como destacado pelo ACNUR, enfrentam riscos como violência de gênero, problemas médicos graves, necessidades de proteção legal e física, e o desafio de serem mães solteiras (ACNUR, 2024).

Embora a Operação Acolhida conte com o apoio de várias agências internacionais, como o ACNUR, a Organização Internacional para Migrações (OIM) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) que lidam diretamente com essas questões, o papel das Forças Armadas vai além do suporte logístico e de segurança. Considerando que as tropas estão frequentemente na linha de frente da interação inicial com os migrantes, seria fundamental que os militares recebessem um preparo específico para lidar com questões femininas e de gênero. A integração desse tipo de treinamento, apesar de não ser o foco primário das Forças Armadas, permitiria uma resposta mais eficiente e humanizada às necessidades das mulheres migrantes, fortalecendo as ações como um todo.

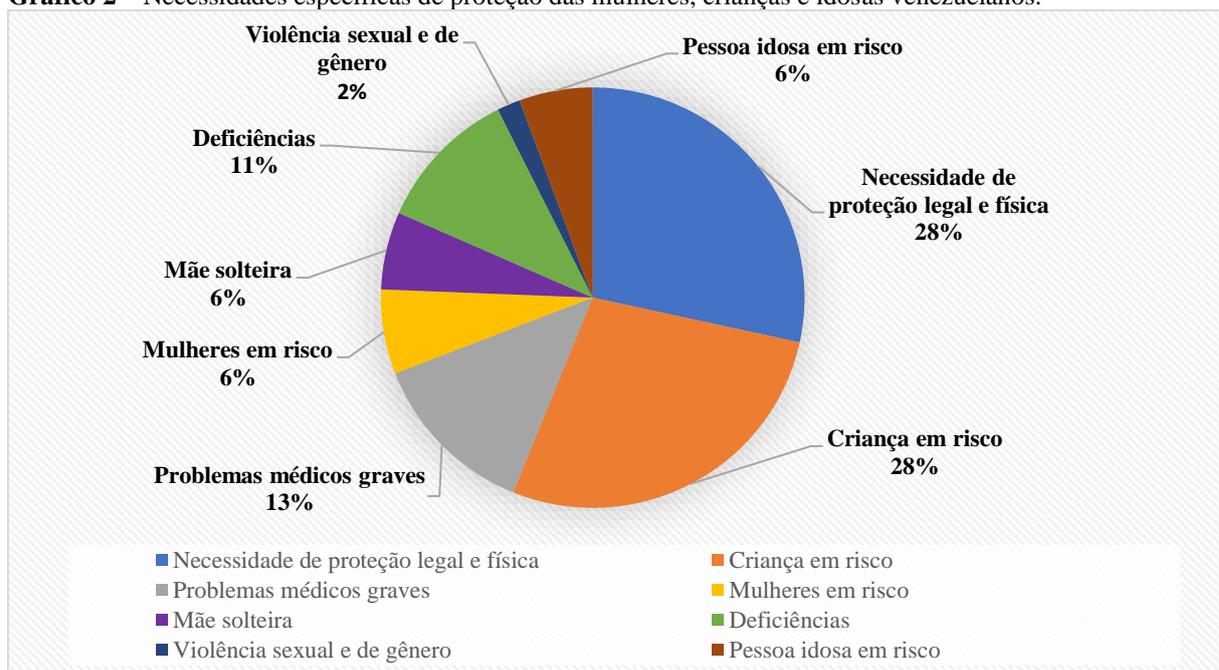
A UNFPA também sublinha que a migração de mulheres, especialmente em crises humanitárias, requer atenção especial a fatores como saúde reprodutiva, violência sexual e apoio psicológico, áreas que muitas vezes ficam negligenciadas sem um preparo adequado das forças de campo (UNFPA, 2023). Esse preparo seria essencial não apenas para garantir a proteção dessas mulheres, mas também para fortalecer as ações das Forças Armadas, especialmente do Exército Brasileiro, que se depara com um cenário cada vez mais complexo no mundo contemporâneo. Ao se antecipar e se preparar para as questões femininas em contextos de migração forçada, o Exército estaria mais bem instruído diante das questões humanitárias, fortalecendo sua capacidade de liderança em diferentes tipos de missões.

Além disso, incluir treinamentos específicos sobre gênero não apenas garantiria uma abordagem mais inclusiva nas operações humanitárias, mas também promoveria a diversidade e a equidade dentro das próprias Forças Armadas. Isso contribuiria para uma maior eficiência na execução das operações e consolidaria o papel do Brasil como um país líder em ações humanitárias integradas (UNFPA, 2023).

O ACNUR reporta, ainda, que 7.301 pessoas estão atualmente abrigadas sob sua proteção. Dentre essa população, 52% (ou 3.765 pessoas) apresentam pelo menos uma necessidade específica, o que evidencia a complexidade e a vulnerabilidade dessas pessoas no contexto do deslocamento forçado (ACNUR, 2023b). A expressão “necessidades específicas” é utilizado pelo ACNUR para designar pessoas que enfrentam barreiras adicionais decorrentes de discriminação, sua identidade ou outros fatores que as impedem de exercer plenamente seus direitos ou acessar os serviços necessários.

O ACNUR identificou algumas situações de risco específicas (“necessidades específicas”) para o grupo de mulheres, crianças e idosas venezuelanos. As situações elencadas pelo Alto Comissariado foram as seguintes: Necessidade de proteção legal e física (27,46%); criança em risco (26,78%); problemas médicos graves (12,54%); mulheres em risco (6,29%); mãe solteira (5,77%); deficiências (10,64%); violência sexual e de gênero (1,72%); pessoa idosa em risco (5,42%); crianças separadas (2,23%). Outras categorias importantes, mas com incidência menor, incluem crianças não acompanhadas, unidade familiar e tortura, que aparecem com uma frequência mínima (ACNUR, 2023b; ACNUR, 2024b).

**Gráfico 2** – Necessidades específicas de proteção das mulheres, crianças e idosas venezuelanos.



**Fonte:** Elaborado pela autora.

Cabe ressaltar que um mesmo indivíduo pode apresentar múltiplas necessidades específicas. Por exemplo, uma mulher que sofre violência doméstica e é mãe solteira pode estar simultaneamente incluída nas categorias de “mulher em risco”, “violência baseada em gênero” e/ou “mãe solteira”. Esse cenário demonstra a complexidade dos desafios enfrentados por essa população, que requer uma resposta humanitária integrada e sensível às diferentes vulnerabilidades.

Esses dados foram registrados por meio do sistema proGres do ACNUR, que visa monitorar as principais vulnerabilidades dos refugiados e migrantes, facilitando a implementação de medidas adequadas de proteção e assistência humanitária. Dessa forma, a identificação e categorização dessas necessidades são fundamentais para garantir que as intervenções sejam eficazes e alcancem àqueles que mais necessitam de apoio.

Por fim, a inclusão de um preparo específico sobre as diversas questões que as mulheres enfrentam em contextos migratórios nas diretrizes do Exército Brasileiro pode aprimorar a eficácia das operações de acolhimento humanitário, promovendo uma resposta mais humana e eficiente às necessidades dessa população vulnerável, sem comprometer a eficiência do emprego militar.

Embora os contingentes recebam treinamento voltado às funções que irão desempenhar na operação, não há menção a instruções específicas direcionadas às mulheres militares. Já com relação ao preparo para as questões de gênero, há previsão nas diretrizes de preparo para tratar sobre assédio sexual, mas o tempo destinado à temática totaliza 90 minutos de instrução, os quais abarcam muitas outras temáticas que não dizem respeito às questões de gênero, como proteção de crianças, civis, entre outras.

Essa lacuna pode impactar a capacitação e o desempenho militar durante a missão. Assim, a inserção de treinamentos que abordem as questões de gênero com maior profundidade pode não apenas melhorar a eficácia das operações, mas também garantir uma abordagem mais inclusiva e abrangente, fortalecendo as missões humanitárias conduzidas pelas Forças Armadas.

### **2.3.1 Critérios de seleção de pessoal militar**

A Operação Acolhida, caracterizada por sua estrutura logística militar apoiada em células, representa um esforço significativo do Brasil para lidar com a crise humanitária na região da fronteira norte. No entanto, a participação das mulheres militares nessa operação é uma faceta que merece atenção especial.

De acordo com o documento do Comando Militar do Leste (CML), que detalha a composição funcional do 16º contingente, dos 477 cargos na Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum), apenas 37 são ocupados por mulheres, o que equivale a 7,7%. E, conforme relatório da Operação Acolhida, fornecido em 13 de outubro para essa pesquisa, no 17º são 34 mulheres militares e no 18º são 35. Essa proporção de cargos ocupados por mulheres militares oscila muito pouco entre os contingentes, mantendo a média de menos de 10% dos cargos da FT Log Hum ocupado por mulheres.

Os documentos de defesa brasileiros, o Livro Branco de Defesa Nacional, a Estratégia Nacional de Defesa (END) e a Política Nacional de Defesa (PND), incentivam a participação das mulheres nas Forças Armadas, reforçando a necessidade de ampliar sua presença em funções operacionais e de liderança. O Livro Branco destaca que “a inclusão de mulheres nas Forças Armadas tem sido incentivada, com ênfase em ampliar sua atuação nas áreas operacionais e de comando” (Brasil, 2020, p. 112). De forma semelhante, a END sublinha que “a participação feminina nas atividades de defesa é crucial para o fortalecimento das capacidades operacionais” (Brasil, 2020, p. 94), reconhecendo a importância de promover condições que favoreçam essa integração. Já a PND reforça que “o aumento da presença de mulheres nas Forças Armadas é uma prioridade estratégica, visando fortalecer a eficiência e a igualdade de gênero nas operações de defesa” (Brasil, 2020, p. 88). Essas diretrizes evidenciam o compromisso do Brasil com a promoção da igualdade de gênero no âmbito militar, incluindo as operações humanitárias, como a Operação Acolhida.

Diante disso, o processo de seleção dos militares para integrar os contingentes é caracterizado pelo voluntariado, onde não há distinção de gênero. No entanto, a preferência é dada à qualificação e experiência dos militares para assumir funções de liderança na FT Log Hum, conforme estipulado pela diretriz do 16º contingente. Essa preferência por militares mais experientes visa garantir uma liderança eficaz e capaz de lidar com os desafios complexos que surgem em operações de ajuda humanitária (Brasil, 2023b).

Conforme as Diretrizes de Preparo do 16º ao 18º Contingente, aspectos psicossociais também desempenharam um papel importante na seleção do pessoal para a FT Log Hum, com ênfase na capacidade dos militares de se dedicarem integralmente à missão. Critérios como condição física, tempo de serviço e status de saúde foram considerados na escolha do contingente, visando garantir que apenas os militares mais aptos e preparados fossem selecionados.

Nessa perspectiva, é essencial observar que, de acordo com a Portaria Normativa nº 30 do Ministro da Defesa de 17 de março de 2020, mulheres grávidas ou lactantes não puderam

integrar o efetivo dos contingentes da FT Log Hum. Essa restrição ressalta a importância de políticas e regulamentos específicos para garantir a segurança e o bem-estar das mulheres militares em operações de campo.

Ainda segundo as diretrizes, foram considerados aspectos importantes a serem observados para uma boa seleção de pessoal, com destaque para os seguintes:

a) preferencialmente, para o universo de cabos e soldados, somente foram selecionados os militares na condição de segundo ano de serviço até o sexto ano, inclusive, do tempo limite de permanência no EB, previsto na legislação em vigor;

Até o presente momento, o item “a” se apresenta como uma barreira à participação das mulheres na operação, pois restringe o universo de cabos e soldados selecionados a um recorte do tempo de serviço, em um contexto no qual a presença feminina ainda não está inclusa. Entretanto, essa situação tende a mudar com a autorização do serviço militar voluntário para mulheres, que ampliará as possibilidades de ingresso e permitirá que elas atendam aos mesmos requisitos.

b) para os cargos de oficial subalterno e 3º sargento, optou-se por dar prioridade a seleção de militares de carreira em detrimento de militares temporários, em virtude da experiência profissional que este tipo de preparação proporciona para o efetivo da Força Terrestre. Apenas em último caso, e por falta de militares de carreira, os temporários puderam ser selecionados, devendo-se, neste caso, serem escolhidos, preferencialmente, militares até o quinto ano de serviço;

c) os militares com as melhores condições físicas e de higiene foram priorizados para a seleção do Contingente, evitando-se aqueles com quaisquer problemas de saúde;

d) em princípio, não puderam ser selecionados para integrarem a FT Log Hum os militares que se enquadrarem nas restrições, conforme segue:

(1) temporários no 1º e 7º ano de serviço;

(2) inamovíveis segundo critérios da DCEM;

(3) movimentados;

(4) com parecer desfavorável de seu comandante ou com qualquer restrição no Sistema de Inteligência do Exército.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que não há nenhum critério de seleção que priorize a escolha de mulheres militares para ocupar uma função específica. Os critérios de seleção são direcionados tanto para homens quanto para mulheres, independente da função a ser preenchida.

A escolha de mulheres militares para ocupar funções na Operação Acolhida é fundamental por diversos motivos. Primeiramente, a presença feminina pode proporcionar um

ambiente mais inclusivo e sensível às necessidades específicas de mulheres e crianças refugiadas, que frequentemente são as mais vulneráveis em situações de crise.

Dessa maneira, as mulheres militares têm a capacidade de atuar como figuras de confiança e apoio, facilitando a comunicação e a identificação de necessidades particulares que, muitas vezes, podem ser subestimadas ou ignoradas em um contexto predominantemente masculino (Santos, Schirmer & Antloga, 2023, p.8). Além disso, a diversidade de gênero nas equipes militares pode contribuir para uma abordagem mais abrangente, promovendo soluções mais equilibradas e eficazes para os desafios complexos enfrentados na operação.

Além disso, a homogeneidade de gênero nas forças militares pode limitar a perspectiva e a inovação na abordagem dos problemas, resultando em ações menos eficazes e inclusivas. Portanto, assegurar a participação de mulheres militares é não apenas uma questão de justiça e equidade, mas também uma necessidade operacional para o sucesso e a eficácia da Operação Acolhida.

#### **2.4 O segmento feminino do Exército Brasileiro e seu papel na Operação Acolhida**

Na Operação Acolhida, as mulheres militares têm desempenhado funções em áreas como logística, saúde e comunicação social. Essas atividades mostram que a inserção feminina não deve se limitar a funções de suporte, mas também deve abranger áreas de planejamento e execução de operações táticas (Brasil, 2021, p. 56). Além disso, o alistamento feminino, com início previsto para 2025, representa um marco que promete ampliar ainda mais a participação das mulheres nas operações militares no Brasil.

A Política Nacional de Defesa também fomenta a inclusão feminina nas atividades de defesa, reconhecendo que a diversidade de gênero fortalece a capacidade operacional e a eficiência das Forças Armadas (Brasil, 2016, p. 75). Esse avanço é fruto de uma série de reformas e políticas que visam a inclusão das mulheres em áreas que tradicionalmente eram dominadas por homens, promovendo assim uma maior equidade de oportunidades e representatividade no ambiente militar.

Além disso, o PNA foca na transversalização de gênero e no empoderamento de mulheres e meninas em todas as suas ações, com o objetivo de garantir sua participação efetiva em funções de liderança e em operações no terreno. Um dos pilares do plano é a promoção da participação das mulheres em missões de paz e segurança, com ênfase em sua capacitação para assumir papéis de liderança e para compor os contingentes das Forças Armadas e das operações de manutenção da paz (Brasil, 2017, p. 45).

Nesse contexto, a participação da mulher militar em operações de ajuda humanitária representa um marco significativo na busca pela igualdade de gênero dentro das Forças Armadas Brasileiras. Como dito anteriormente, a presença feminina nas forças militares foi marcada por barreiras e preconceitos que restringiram seu acesso a diversas funções. Maria Helena Carreras observa que essas dificuldades variam desde a resistência à presença feminina em posições de comando até a falta de reconhecimento igualitário de suas capacidades operacionais. Para Carreras, essas barreiras estruturais são exacerbadas por preconceitos que associam certas funções e habilidades exclusivamente ao gênero masculino, dificultando o progresso das mulheres no ambiente militar (Carreras, 2022, p. 45).

No entanto, as últimas décadas têm testemunhado avanços importantes que permitiram a inserção das mulheres em diferentes áreas do Exército Brasileiro, refletindo um movimento mais amplo de inclusão e reconhecimento da importância em todos os setores da sociedade. Esses avanços resultam, em parte, de esforços institucionais voltados à eliminação de barreiras e preconceitos que historicamente limitavam a participação feminina em funções operacionais. Segundo Carreras (2006), “embora existam diferenças físicas entre homens e mulheres, essas não devem ser utilizadas como justificativa para limitar o acesso de mulheres a áreas operacionais e de combate, visto que as evidências mostram que essas diferenças são, muitas vezes, insignificantes em relação às exigências reais de desempenho” (Carreras, 2013).

Assim, como dito anteriormente, a presença das mulheres militares na Operação Acolhida é um marco significativo, destacando a importância de sua atuação em diversas frentes, contribuindo diretamente para a eficiência e o sucesso da operação. A participação feminina no acolhimento humanitário está alinhada com a agenda de Mulheres, Paz e Segurança, que visa promover uma maior inclusão das mulheres em operações de paz e gestão de crises humanitárias (Balbino, 2022, p. 29).

Além disso, a atuação das mulheres no acolhimento e proteção de migrantes e refugiados reflete o compromisso do Brasil com a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, que estabelece diretrizes para a maior participação de mulheres em processos de paz e segurança (Brasil, 2020, p. 89). A presença feminina na operação tem se mostrado importante no apoio à interiorização de migrantes e no contato direto com outras agências e com a população vulnerável.

Nessa perspectiva, a operação evidencia a necessidade de expandir ainda mais o papel das mulheres militares, alinhando-se com o compromisso do Brasil de integrar mais mulheres nas Forças Armadas e em missões de caráter humanitário e de segurança, como preconizado nos documentos de defesa e no Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança

(Balbino, 2022, p. 31). A expectativa é de que a crescente inclusão das mulheres militares em operações como a Operação Acolhida contribua para uma gestão mais eficaz e humanizada dos desafios enfrentados no cenário de migração forçada.

Nesta pesquisa, foi dada ênfase ao emprego de Forças Armadas no acolhimento de migrantes e refugiados, especialmente de mulheres e crianças, destacando ainda mais a relevância das mulheres militares nesse contexto. Elas trazem “perspectivas únicas que podem transformar as respostas militares em situações de crise humanitária” (Carreiras, 2006, p. 7), fortalecendo o compromisso das Forças Armadas com a ampliação de suas capacidades operacionais em contextos variados.

Sendo assim, as mulheres militares desempenham papéis importantes na operação, desde funções administrativas e jurídicas até a linha de frente na prestação de cuidados de saúde e apoio psicossocial. “Sua presença adiciona uma perspectiva sensível e única às necessidades de mulheres e crianças refugiadas, além de contribuir para um ambiente mais inclusivo e equitativo nas operações” (Balbino, 2022, p.29).

Além de contribuir para a eficácia da missão, a atuação das militares reforça a importância de uma Força Armada diversificada e bem preparada para enfrentar os desafios do mundo atual. O reconhecimento e a valorização das competências femininas são fundamentais para construir uma instituição mais justa e eficiente, capaz de responder de forma abrangente às demandas da sociedade.

Além disso, Viviane Rios Balbino aponta, ainda, que as mulheres militares são percebidas como mais eficazes no trato com a população local, sobretudo mulheres e crianças, o que melhora o ambiente de acolhimento em operações como a Operação Acolhida (Balbino, 2022, p. 146). Essas contribuições se alinham com a necessidade de maior diversidade nas Forças Armadas, onde a presença feminina pode impactar positivamente a interação com as comunidades atendidas, agências envolvidas e a execução das missões.

Neste contexto, a partir da análise quantitativa das mulheres militares, bem como dos cargos ocupados por elas nos contingentes Operação Acolhida, torna-se um campo importante para compreender a participação feminina nesta operação humanitária. Assim, ao analisar o emprego de mulheres militares, a partir das relações funcionais do 16º ao 18º contingente, pode-se visualizar abaixo, as células (áreas) nas quais as mulheres desses contingentes estavam inseridas.

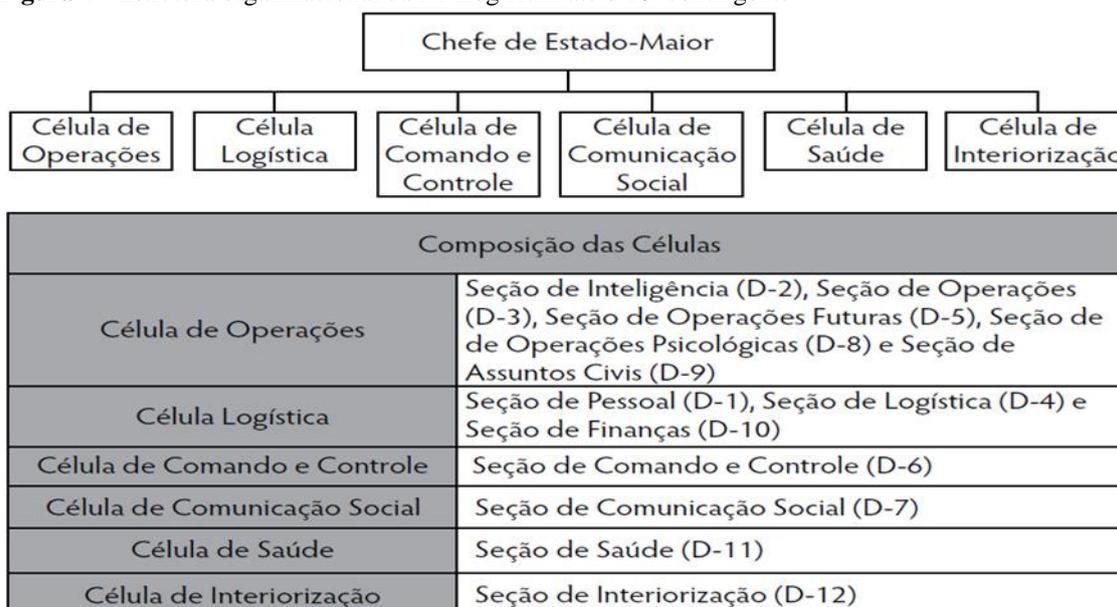
Vale ressaltar que a Operação Acolhida, desde o seu início, esteve organizada em células que estruturavam a divisão de trabalho, permitindo uma coordenação eficiente de diversas frentes, como logística, saúde, comunicação social, entre outras. Conforme as diretrizes de

preparo do 16º ao 18º contingente, a FT Log Hum estava organizada em várias células, cada uma com responsabilidades específicas:

- Célula de Operações: Coordena ações de inteligência, operações futuras, operações psicológicas e assuntos civis, gerenciando questões de ajuda humanitária e coordenação interinstitucional.
- Célula de Logística: Coordena e controla a logística entre agências, incluindo áreas de pessoal e financeiras.
- Célula de Comando e Controle: Fornece comunicações e gerencia tecnologia da informação e comunicações para garantir a consciência situacional do comando da operação.
- Célula de Saúde: Planeja e coordena ações de apoio à saúde para todos os envolvidos na operação, com foco nos venezuelanos.
- Célula de Comunicação Social: Preserva e fortalece a imagem do Brasil e suas Forças Armadas tanto nacional quanto internacionalmente.
- Célula de Interiorização: Planeja e executa processos de transferência de venezuelanos para o interior do Brasil, incluindo registro e triagem final.

No quadro abaixo, pode-se visualizar a estrutura organizacional por células da FT Log Hum dos contingentes, incluindo os que são objeto dessa pesquisa - 16º ao 18º:

**Figura 4** - Estrutura organizacional da FT Log Hum até o 18º contingente.



**Fonte:** Oliveira, 2018, p.7.

No entanto, a governança da FT Log Hum está passando por um processo de reestruturação sob a gestão do General Helder, atual comandante da FT, com o objetivo de otimizar ainda mais os fluxos de trabalho e a coordenação entre as diversas áreas da operação.

Iniciada em março de 2023, a reestruturação da FT Log Hum, que anteriormente era organizada em células, agora está assentada em três centros principais: o Centro de Coordenação de Operações Logísticas (CCOL), o Centro de Operações de Engenharia (COE) e a Seção de Planejamento e Integração (SPI), aos quais as células foram redistribuídas e atreladas. Essa reorganização, que inclui a integração de engenharia no COE, reflete a importância dessa área para a necessidade de infraestrutura no acolhimento e suporte da operação.

Assim, o general Helder ressalta que essa mudança na estrutura operacional da FT permitiu, por exemplo, desafogar os abrigos ao estabelecer, por meio do SPI, a prioridade de interiorização de migrantes que estejam nos abrigos. E, isso só foi possível por causa da nova estruturação da FT. Enfatizou, também, a importância da engenharia na operação, destacando que essa área não estava anteriormente inserida em nenhuma célula específica e, devido à sua relevância, foi integrada ao COE.

Além disso, a estrutura de comando foi modificada: o subcomandante assumiu a função de Chefe do Estado-Maior (ChEM), enquanto o comandante do contingente, que antes era o ChEM, passou a ser o executor das decisões emanadas do Estado-Maior em conjunto com o comandante da FT. Essas mudanças resultaram em maior eficiência, especialmente no processo de interiorização dos migrantes.

Anteriormente, qualquer venezuelano, independentemente de estar abrigado ou não, podia ser interiorizado, o que mantinha os abrigos constantemente cheios. Com a nova estratégia, a prioridade passou a ser a interiorização dos migrantes que estão nos abrigos, permitindo desafogá-los.

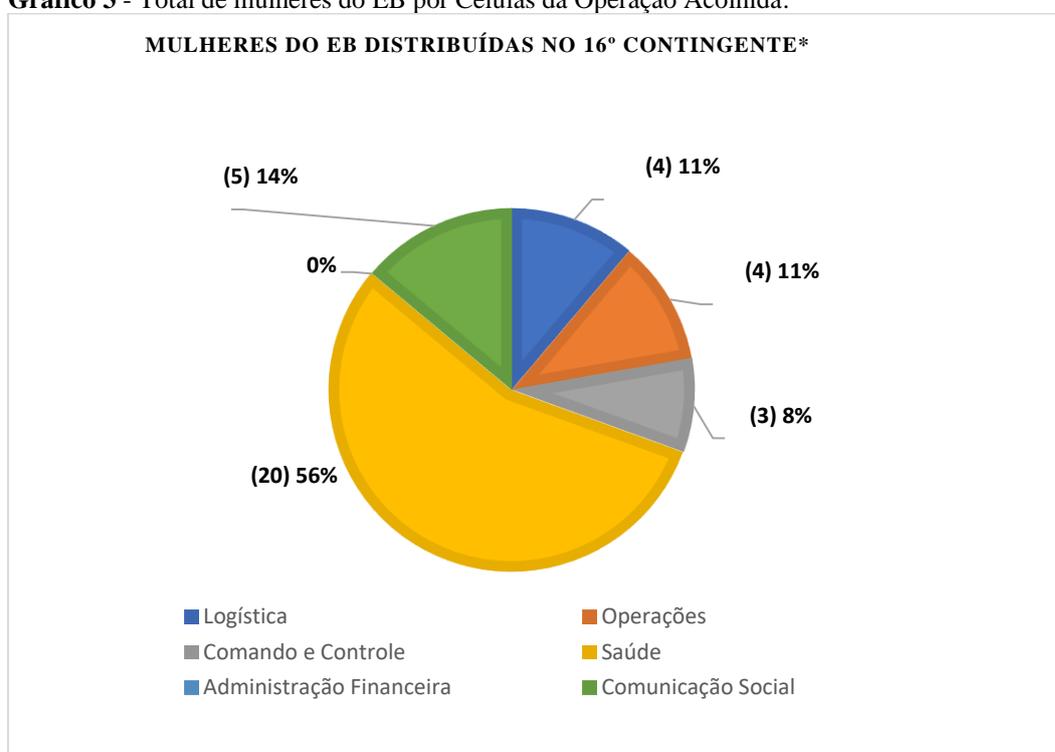
De acordo com o general Helder, essa reestruturação buscou aprimorar a eficácia da operação, especialmente no que tange à integração das atividades e ao atendimento das crescentes necessidades dos migrantes e refugiados. Contudo, esta pesquisa se reserva ao direito de utilizar a estrutura antiga, acima exposta (Quadro 2), pois foi a estrutura organizacional que os contingentes objeto do estudo (16º ao 18º) utilizaram.

Dessa maneira, primeiramente, inicia-se a análise quantitativa de emprego das mulheres militares a partir do 16º contingente, com o objetivo de compreender a distribuição feminina nas diferentes funções desempenhadas. A partir desta análise preliminar, serão comparados os dados referentes ao 17º e 18º contingentes, permitindo uma avaliação sobre o emprego das militares na operação.

### 2.4.1 Analisando os contingentes do EB

O 16º Contingente da Operação Acolhida, que esteve em operação de 16 de maio a 15 de outubro de 2023, contou com um total de 477 militares das Forças Armadas do Brasil, incluindo 373 do Exército Brasileiro (EB), 69 da Marinha do Brasil (MB) e 35 da Força Aérea Brasileira (FAB). Embora a operação tenha a participação conjunta das três Forças Armadas, os contingentes que são designados para atuar na operação são compostos exclusivamente por militares do Exército Brasileiro. Dentro desse grupo de 373 militares do EB, apenas 37 eram mulheres, representando aproximadamente 9,9% do efetivo total do Exército (Brasil, 2023, p. 4), conforme demonstrado no gráfico abaixo:

**Gráfico 3** - Total de mulheres do EB por Células da Operação Acolhida.



**Fonte:** Elaborado pela autora.

\*Faltou constar 1 mulher no gráfico. Porém, ela é do Destacamento de Engenharia e não faz parte de nenhuma célula. Ou seja, são 37 mulheres militares no total, sendo uma da engenharia.

Isto posto, de acordo com a relação funcional do 16º contingente, das 37 mulheres presentes, 20 estavam exercendo funções nas seções de Coordenação de Saúde, ou seja, 56% delas estão exercendo funções relacionadas à saúde. As demais 17 militares estão distribuídas em, aproximadamente, 8% na seção de Comando e Controle (Estado-Maior), 11% na Célula de Operações, 11% na Logística e, por fim, 14% na Comunicação Social. Lembrando que na seção de Destacamento de Engenharia existia 1 mulher militar que não foi contabilizada, conforme demonstrado no gráfico acima. Vale ressaltar que havia 28 militares homens na célula de saúde.

Ainda com base nos dados apresentados pela relação funcional do 16º contingente, além das 37 mulheres presentes na FT Log Hum, constata-se que 329 cargos são ocupados por homens do Exército Brasileiro. Isso reforça a predominância masculina no contingente, já que o número de homens supera em quase nove vezes o de mulheres. Dentre os homens, a distribuição funcional segue um padrão tradicional, com a maioria alocada em funções operacionais e logísticas. Esse dado contrasta com a distribuição das mulheres, das quais 56% estão alocadas na Coordenação de Saúde, e uma menor porcentagem está em funções de Comando e Controle (8%), Operações (11%), Logística (11%) e Comunicação Social (14%).

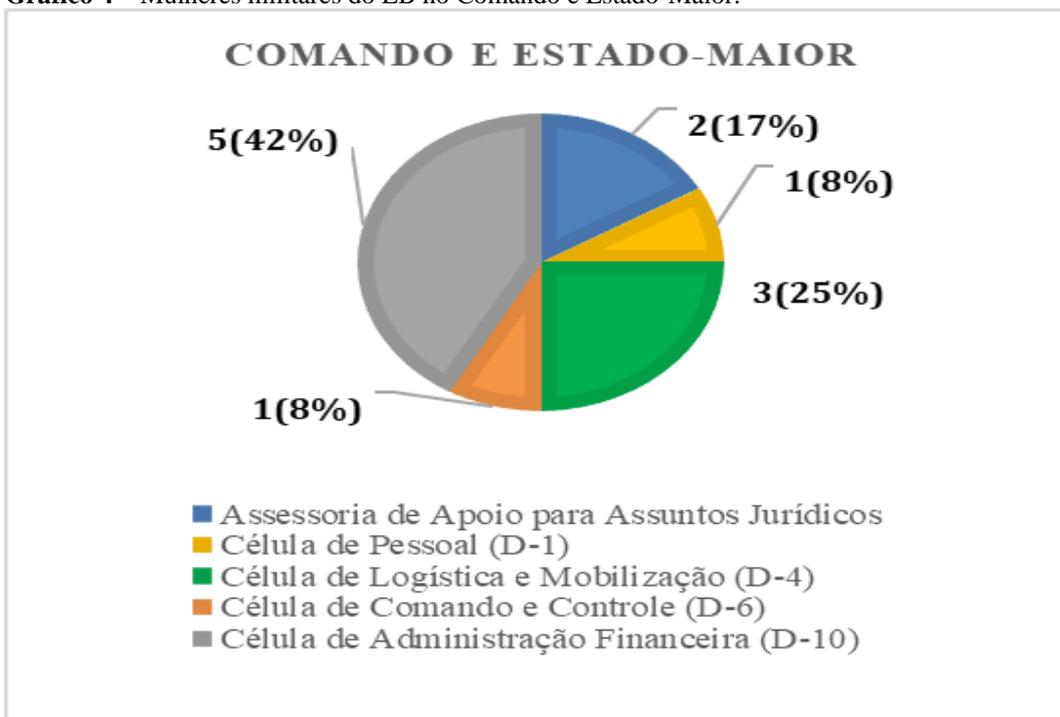
O comparativo revela uma clara divisão funcional por gênero. Enquanto as mulheres estão majoritariamente alocadas em áreas de suporte, como saúde e comunicação, os homens ocupam uma vasta gama de funções, com ênfase nas áreas operacionais e de comando. Essa diferença reflete a estrutura histórica das Forças Armadas, onde a presença feminina ainda é mais significativa em setores tradicionalmente associados ao cuidado e à administração, enquanto os homens predominam em setores de combate e logística.

O dado de 329 homens evidencia a grande desproporção no contingente, com menos de 10% de participação feminina, o que aponta para uma oportunidade de maior inclusão e diversificação de papéis para as mulheres no Exército Brasileiro. Esse percentual, no entanto, está alinhado com a atual composição de mulheres no Exército Brasileiro, que historicamente tem uma participação menor devido às características das carreiras militares e à forma como o ingresso feminino tem sido estruturado ao longo do tempo.

Contudo, essa realidade está em transformação, especialmente com a previsão do alistamento obrigatório para mulheres a partir de 2025, o que abrirá novas oportunidades e deverá promover um aumento gradual da participação feminina em diversas funções. Essa mudança representará um marco importante para a diversificação dos papéis desempenhados pelas mulheres nas Forças Armadas, permitindo uma maior equidade e representatividade dentro da instituição. Com essa evolução, espera-se que o percentual de participação feminina aumente significativamente.

A seguir, o destrinchamento das células ocorreu de forma agrupada em três gráficos. Em cada um deles foram associados os assuntos vinculados na logística operacional da FT Log Hum, conforme a Diretriz de Preparo e a Relação Funcional de Pessoal do 16º contingente.

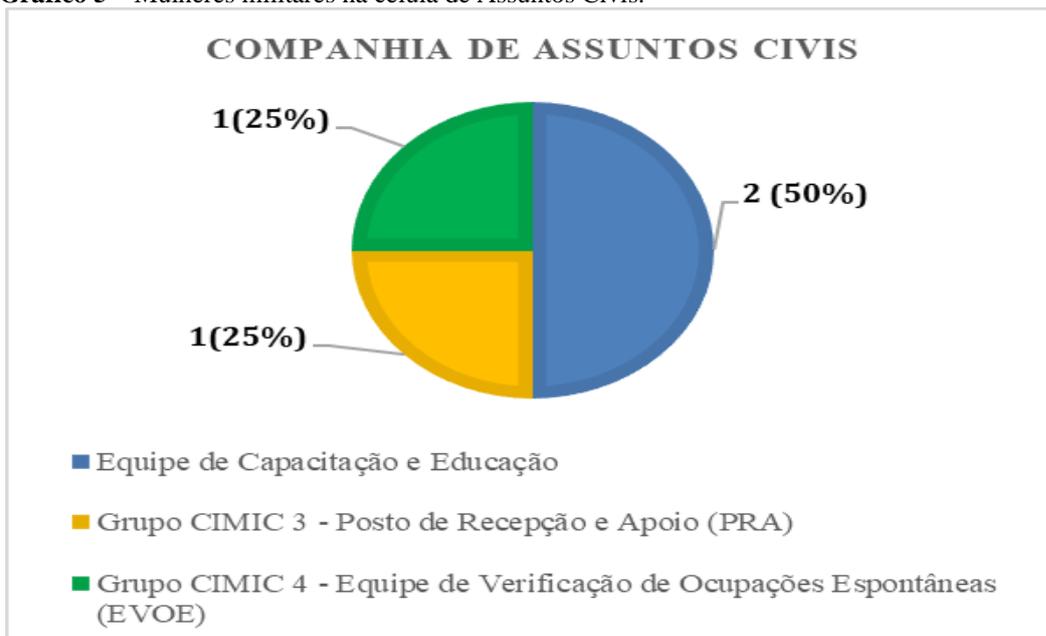
**Gráfico 4** – Mulheres militares do EB no Comando e Estado-Maior.



**Fonte:** Elaborado pela autora.

Pode-se observar que, na seção de Comando e Estado-Maior, havia 12 mulheres. Ao detalhar a distribuição dessas mulheres nas diferentes células, verificou-se que a Assessoria de Apoio para Assuntos Jurídicos contava com 2 mulheres, a célula de Pessoal (D-1) tinha 1 mulher, a de Logística e Mobilização (D-4) possuía 3 mulheres, a de Comando e Controle (D-6) tinha 1 mulher, e a de Administração Financeira (D-10) incluía 5 mulheres.

**Gráfico 5** – Mulheres militares na célula de Assuntos Cíveis.



**Fonte:** Elaborado pela autora.

A Companhia de Assuntos Civis tem a responsabilidade de estabelecer, manter, influenciar ou explorar as relações entre as forças militares, agências e a população em uma área operacional (Brasil, 2021). Nessa seção, havia apenas 4 mulheres entre um total de 76 militares do Exército Brasileiro, o que representa uma participação feminina de aproximadamente 5%. Por outro lado, 72 militares eram homens, numa seção diretamente ligada ao contato com agências externas e a sociedade, além de ser responsável por importantes atividades, como o abrigamento e a interiorização dos migrantes.

Essa companhia também abriga o Centro de Coordenação de Interiorização (CCI), que é encarregado de funções importantes, sendo a principal delas a interiorização dos migrantes. A Companhia de Assuntos Civis também é responsável pelo acolhimento nos seguintes abrigos: Pricumã, 13 de Setembro, Jardim Floresta, Tuaranoko, Rondon 5, Rondon 2 e Rondon 1. A responsabilidade dessa Companhia abrange ainda o Posto de Triagem (PTrig), o Posto de Recepção e Apoio (PRA) e a Equipe de Verificação de Ocupações Espontâneas (EVOE) (Brasil, 2023e).

Vale destacar que a EVOE é uma unidade operacional dentro da Operação Acolhida. Sua função principal é identificar, monitorar e auxiliar migrantes e refugiados venezuelanos que se encontram em ocupações espontâneas, ou seja, fora dos abrigos oficiais. A equipe realiza visitas a essas ocupações para avaliar as condições de vida, oferecer assistência imediata e orientar sobre os serviços disponíveis.

Destrinchando a distribuição, a célula da Equipe de Capacitação e Educação contava com 2 mulheres, a do Grupo CIMIC 3 - Posto de Recepção e Apoio (PRA) tinha 1 mulher, e a do Grupo CIMIC 4 - EVOE também incluía 1 mulher. Na seção de Destacamento de Engenharia, havia apenas uma mulher, inserida na célula técnica; devido ao número reduzido, não foi construído um gráfico específico para essa seção.

A presença reduzida de mulheres na Célula de Assuntos Civis, composta por apenas 4 mulheres em um total de 76 militares (aproximadamente 5% do efetivo), levanta questionamentos sobre a necessidade de uma maior equidade de gênero em funções que envolvem contato direto com civis, em atividades como abrigamento e interiorização de migrantes. Essa célula desempenha um papel importante na interação com a população, o que inclui acolhimento e comunicação com refugiados e agências externas.

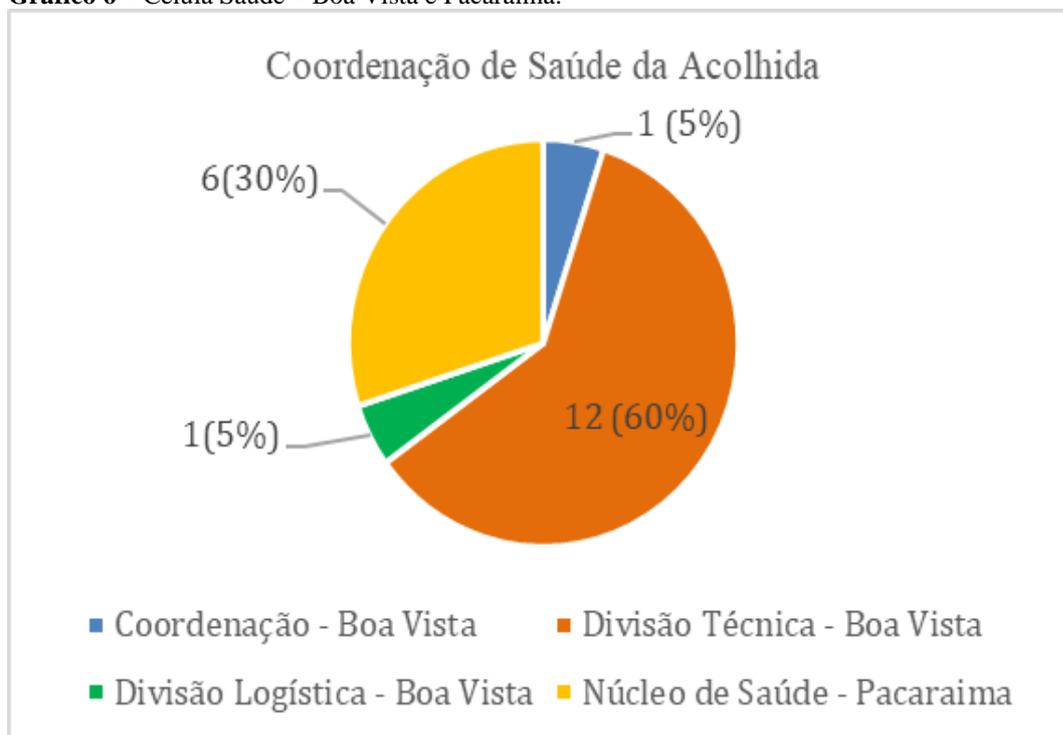
Estudos mostram que a inclusão de mais mulheres em funções de natureza civil-militar, especialmente em cenários de crise humanitária, pode trazer uma perspectiva diferenciada e mais sensível às necessidades de grupos vulneráveis, como mulheres e crianças migrantes

(Carreiras, 2006, p. 23). A baixa representação feminina nessas funções, portanto, pode trazer dificuldades para a eficácia da resposta às demandas sociais e culturais da população atendida.

A inserção de mais mulheres na Companhia de Assuntos Cíveis, que lida diretamente com questões de acolhimento, triagem e interiorização, poderia não apenas ampliar a perspectiva humanitária, mas também melhorar a confiança e a comunicação entre as Forças Armadas, agências envolvidas e as populações civis.

A Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU enfatiza a importância da participação feminina em todos os níveis de operações de paz e segurança, especialmente em funções que exigem interações próximas com civis (ONU, 2000, p. 6). A maior presença de mulheres nessas áreas poderia contribuir para um melhor atendimento às necessidades específicas das migrantes e refugiadas, por exemplo.

**Gráfico 6** – Célula Saúde – Boa Vista e Pacaraima.



**Fonte:** Elaborado pela autora.

Na célula da saúde, percebe-se que há o maior número de mulheres do 16º contingente empregadas na Operação Acolhida. São 12 mulheres nas seguintes qualificações: 1 assistente social, 1 nutricionista, 1 farmacêutica, e o quantitativo restante dividiu-se nas seguintes funções: médica, dentista, psicóloga e enfermeira.

Por fim, nas seções de Coordenação de Saúde com sede em Boa Vista/RR, havia 14 mulheres, sendo 1 na coordenação, 12 na divisão técnica e apenas 1 na divisão logística.

Enquanto isso, o Núcleo de Saúde com sede de Pacaraima-RR possuía 6 mulheres, 4 na divisão técnica e 2 na divisão administrativa.

Já com relação ao 17º e 18º contingentes, que atuaram na operação de 16 de outubro de 2023 a 15 de março de 2024 e de 15 de março de 2024 a 14 de agosto de 2024, respectivamente, mantiveram uma estrutura semelhante ao 16º contingente com pequenos ajustes na alocação de efetivos e funções. No 17º contingente o total de militares foi de 406 homens e mulheres. Destes, apenas 34 eram mulheres, correspondendo a aproximadamente 8,37% do efetivo total. No 18º contingente, o número total de militares foi de 389, menor efetivo dos três contingentes analisados. Deste total, apenas eram 35 mulheres. Com o efetivo total sendo o menor de todos e o número de mulheres apresentando o valor parecidos com os outros contingentes, percebe-se um aumento ilusório da participação feminina para cerca de 8,99% (Brasil, 2024e).

Pode-se perceber, ainda, que o número de mulheres nesses contingentes se manteve proporcionalmente pequeno. Embora não tenham ocorrido grandes variações no total efetivo, a composição por gênero e a distribuição funcional manteve o padrão do 16º contingente, com mulheres alocadas predominantemente em áreas de suporte, como saúde e comunicação social, enquanto os homens se concentravam em operações e logística. Essa configuração revela um padrão de divisão funcional por gênero que parece seguir a tradição militar brasileira, onde o papel feminino ainda é associado a áreas de apoio.

A distribuição funcional dos homens do 16º ao 18º contingente reflete um predomínio em funções de comando, logística, e operações diretas, enquanto a presença feminina, especialmente nos dois contingentes mais recentes, continua mais visível em áreas tradicionalmente associadas ao cuidado, como a área da Saúde. Essa diferença funcional reforça as tendências estruturais nas Forças Armadas, onde as mulheres são mais representativas nos setores administrativos e de assistência, alinhando-se com a importância de promover uma diversificação de funções para aumentar a inclusão feminina.

Importante ressaltar que o número reduzido de mulheres na operação se dá espelhando o efetivo de mulheres no Exército Brasileiro que é de cerca de 10%.

Assim, a análise revela que, apesar dos avanços na inclusão de mulheres, ainda persiste uma clara divisão funcional baseada no gênero, com determinadas áreas sendo majoritariamente ocupadas por homens. Essa realidade da Operação Acolhida reflete uma questão estrutural nas Forças Armadas do Brasil, que conta com cerca apenas 10% de mulheres em seu efetivo. Sendo que, no Exército as mulheres compõem apenas 6,4% do efetivo (Brasil, 2024). Esses dados ilustram o desafio de alcançar uma maior equidade de gênero na composição e nas funções desempenhadas dentro das Forças Armadas.

Ao olhar para o Exército pensando no futuro, é preciso considerar não apenas a questão da equidade de gênero, mas também a natureza complexa das missões a serem enfrentadas. Cada vez mais, as Forças Armadas não se restringem a conflitos armados convencionais. Elas são chamadas a atuar em cenários que desativam respostas multidisciplinares e sensíveis a contextos sociais, culturais e políticos. Operações humanitárias como a Operação Acolhida exemplificam esse tipo de desafio. Trata-se de uma situação intrinsecamente complexa, que envolve de forma coordenada com órgãos governamentais, organizações internacionais, entidades da sociedade civil e as comunidades atendidas.

Nessa perspectiva, a heterogeneidade do efetivo torna-se um ativo essencial. Responder a ameaças e problemas multifacetados demanda um conjunto diversificado de habilidades, competências, experiências e visões de mundo. A presença mais significativa de mulheres no Exército, bem como de pessoas de diferentes origens e formações, contribui para o surgimento de abordagens mais ricas, criativas e eficazes. A complexidade do problema exige uma complexidade equivalente à resposta, e a diversidade humana dentro da instituição é um dos meios mais específicos para alcançar soluções adaptadas a realidades dinâmicas e imprevisíveis.

A inclusão de mulheres em proporções mais próximas da realidade social não apenas amplia o leque de competências, mas também sinaliza uma Força mais representativa e conectada com a população que defende. Essa representatividade pode melhorar o diálogo com comunidades vulneráveis, fortalecer a legitimidade da atuação militar em contextos humanitários e, assim, melhorar resultados. Em última instância, a diversidade não é apenas um imperativo ético, mas uma ferramenta ao refletir a complexidade do mundo externo, o Exército torna-se mais apto a reconhecê-la, compreendê-la e responder da melhor forma.

Ao encarar a pluralidade como uma vantagem, a força do futuro estará melhor preparada para lidar com ameaças híbridas, cenários de crise migratória, emergências sanitárias, desastres ambientais e outras situações que fogem ao padrão de conflito tradicional. A heterogeneidade é bem-vinda porque fortalece a capacidade institucional de aprender, adaptar-se e inovar em face do imprevisível. Assim, a busca pela equidade de gênero, além da questão de justiça, é um movimento decisivo no sentido de dotar como Forças Armadas de maior resiliência e eficácia operacional frente aos desafios do século XXI.

### **3. PARTICULARIDADES DO PREPARO E DO EMPREGO DO SEGMENTO FEMININO**

Neste capítulo, serão analisadas as percepções de militares, homens e mulheres, que participaram da Operação Acolhida entre o 16º e o 18º contingente, bem como militares envolvidos com o preparo da tropa. A finalidade é compreender a percepção dessas pessoas sobre a participação das mulheres militares nessa operação humanitária.

Para tanto, utilizamos uma abordagem metodológica qualitativa, combinando diferentes técnicas de coleta e análise de dados, visando compreender como a ausência de um preparo específico para lidar com questões femininas no acolhimento de migrantes e refugiadas venezuelanas poderia impactar o cumprimento da missão de ajuda humanitária.

A pesquisa qualitativa foi escolhida por permitir uma compreensão aprofundada das transformações e determinações dadas pelos sujeitos envolvidos (Minayo, 1994, p. 25). Conforme Chizzotti (2018, p. 118), essa abordagem parte do princípio de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva que não pode ser reduzida a variáveis quantitativas. Dessa forma, pudemos analisar o preparo e o emprego do segmento feminino em missões de acolhimento humanitário, explorando o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, percepções e atitudes presentes nas experiências dos militares.

Utilizamos a técnica da triangulação dos dados, que combina diferentes fontes e métodos para construir uma análise abrangente e rigorosa (Triviños, 1987, p. 138). Essa abordagem envolveu a análise de documentos oficiais, como diretrizes de preparo dos contingentes, relações funcionais, relatórios da Operação Acolhida e documentos de defesa brasileiros; uma revisão bibliográfica, incluindo dissertações, teses, monografias, artigos acadêmicos e livros pertinentes ao tema; e a realização de entrevistas semiestruturadas e estruturadas com militares homens e mulheres envolvidos na operação, além de militares responsáveis pelo preparo dos contingentes e o comandante da Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum).

A triangulação permitiu explorar diferentes perspectivas, validar as informações obtidas e enriquecer a interpretação dos dados, minimizando possíveis vieses decorrentes do uso exclusivo de uma única fonte (Triviños, 1987, p. 140-141). Além disso, possibilitou a verificação cruzada dos dados, assegurando que a análise fosse suportada por evidências variadas.

Para a coleta de dados deste capítulo, utilizamos a técnica da amostragem em bola de neve (Flick, 2009; Vinuto, 2014, p. 203), na qual os participantes indicam novos informantes

com as características desejadas. Esse método foi particularmente útil devido à dispersão geográfica dos militares e permitiu acessar um grupo específico de participantes que integraram os contingentes alvo da pesquisa. As entrevistas foram aplicadas remotamente, via plataformas de redes sociais, WhatsApp e Google Meet, respeitando os princípios éticos de sigilo das fontes. As conversas foram gravadas e transcritas (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 77), garantindo rigor e transparência na análise.

Elaboramos perguntas específicas para cada grupo de participantes, adaptando-as às funções e experiências de cada um na operação. Os grupos foram divididos em: 1. militares homens que participaram do 16º ao 18º contingente; 2. militares mulheres que participaram do 16º ao 18º contingente; 3. militares responsáveis pelo preparo dos contingentes (COTER/CCOPAB) e 4. comandante da FT Log Hum. Essa segmentação assegurou que as informações coletadas fossem direcionadas e explorassem as particularidades de cada grupo, maximizando a profundidade das respostas obtidas e o cruzamento das informações.

Sendo assim, este capítulo foi estruturado em 3 seções, cada uma correspondente a uma categoria temática, desenvolvida por meio da análise das perguntas previamente estabelecidas para as entrevistas. São elas: 1. A Preparação dos Contingentes para a Operação Acolhida; 2. O Emprego e os Desafios do Segmento Feminino no Acolhimento Humanitário; e, por fim, 3. Os Aspectos Positivos e Negativos da Presença Feminina na Operação Acolhida. Essa divisão permitiu uma análise mais detalhada e segmentada dos dados, facilitando a identificação de padrões e singularidades dentro de cada grupo. Dessa forma, a abordagem metodológica adotada visou garantir uma compreensão das respostas obtidas, considerando as especificidades de cada grupo de entrevistados.

Vale destacar que, os participantes das entrevistas foram denominados neste capítulo de “**entrevistados**” e identificados por um número. Para complementar e melhor compreender a relevância de cada participante, os entrevistados permitiram que suas funções na Operação Acolhida fossem expostas na pesquisa, bem como seu posto ou graduação ocupado, atualmente, no EB. Essa cautela foi necessária a fim de preservar o anonimato, garantir a confidencialidade das informações e proporcionar uma compreensão mais precisa de suas contribuições e perspectivas específicas.

Ao todo, participaram das entrevistas 15 militares, homens e mulheres. Destes, 6 entrevistados do grupo 1 – Militar homem; 5 entrevistadas do grupo 2 – Militar mulher; 3 entrevistados do grupo 3 – Militar responsável pelo preparo dos contingentes e, por fim, 1 entrevistado do grupo 4 – Comandante da FT Log Hum.

Vale destacar que 12 entrevistados integraram um dos contingentes objeto desta pesquisa e 3 entrevistados são militares responsáveis pelo preparo da tropa, podendo ou não ter integrado algum contingente, conforme a tabela abaixo:

**Tabela 5** – Lista de militares entrevistados.

<b>Codiname do entrevistado</b>	<b>Grupo</b>	<b>Posto/Graduação no EB</b>	<b>Função na Operação Acolhida</b>
Entrevistado 1	Militar homem	Oficial Superior	Oficial de Planejamento da FT Log Hum
Entrevistado 2	Militar homem	Oficial Intermediário	Integrou o Centro de Coordenação Logística
Entrevistado 3	Militar homem	Oficial Superior	Chefiou do Posto de Triagem (PTrig)
Entrevistado 4	Militar homem	Oficial Superior	Adjunto do Centro de Coordenação de Operações (CCOP)
Entrevistado 5	Militar homem	Oficial Superior	Chefiou o Posto de Recepção e Apoio (PRA) e o RH do hospital de campanha de Boa Vista.
Entrevistado 6	Militar homem	Oficial Superior	Chefe de Estado-Maior (ChEM)
Entrevistada 7	Militar mulher	Oficial Subalterna	Setor de compra de passagem para a interiorização
Entrevistada 8	Militar mulher	Praça	Assistência social
Entrevistada 9	Militar mulher	Oficial Subalterna	Auditoria do CCI (Centro de Coordenação e Interiorização) e cadastro dos migrantes e refugiados venezuelanos
Entrevistada 10	Militar mulher	Oficial Subalterna	Interiorização
Entrevistada 11	Militar mulher	Praça	Saúde
Entrevistado 12	Militar homem responsável pelo preparo dos contingentes (CCOPAB)	Oficial Superior	Instrutor do CCOPAB
Entrevistado 13	Militar homem responsável	Oficial Superior	Responsável pela elaboração das diretrizes de preparo e manter contato com o Chefe do Estado-Maior da Operação

	pelo preparo dos contingentes (COTER)		
Entrevistado 14	Militar homem responsável pelo preparo dos contingentes (COTER)	Oficial Superior	Assessor da Divisão de Assuntos Cíveis do COTER, responsável pela Operação Acolhida
Entrevistado 15	Comandante da FT Log Hum	Oficial General	Comandante da Força-Tarefa

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Sendo assim, este capítulo analisa os dados coletados de forma sistemática, cruzando as informações obtidas nas entrevistas sobre a participação do segmento feminino do Exército Brasileiro. Busca-se identificar convergências e divergências entre o planejado e o executado, destacando o preparo, os desafios, as adaptações necessárias e a contribuição específica das mulheres militares na operação.

Conforme supracitado, a partir das entrevistas, foram criadas três categorias temáticas que se tornaram as seções deste capítulo: 3.1 A Preparação dos Contingentes para a Operação Acolhida; 3.2 O Emprego e os Desafios do Segmento Feminino no Acolhimento Humanitário; e, por fim, 3.3 Os Aspectos Positivos e Negativos da Presença Feminina na Operação Acolhida.

Na primeira seção, o preparo dos contingentes para a Operação Acolhida, foram analisados como os contingentes do Exército Brasileiro estão preparados para participar da missão subsidiária de ajuda humanitária, destacando-se um de treinamento mínimo para lidar com as demandas de migrantes e refugiadas venezuelanas, especialmente no que se refira às questões femininas.

A segunda seção, o emprego e os desafios do segmento feminino no acolhimento humanitário, analisa as funções desempenhadas pelas mulheres militares dentro da operação e os desafios específicos que elas enfrentaram nos contingentes analisados. Esta seção busca compreender como essas militares são empregadas e quais obstáculos precisam superar em suas atividades diárias.

Por fim, a terceira seção, aspectos positivos e negativos da presença feminina na Operação Acolhida, busca compreender os impactos da participação feminina na operação. Isso

inclui como a presença de mulheres militares influencia a eficácia da missão, a dinâmica interna da equipe e o atendimento às migrantes e refugiadas venezuelanas.

A tabela a seguir, supracitada na introdução deste trabalho, apresenta o roteiro utilizado para correlacionar os grupos previamente estabelecidos como população amostral, as categorias temáticas investigadas nesta pesquisa e as perguntas formuladas para cada grupo. Cada categoria temática está diretamente relacionada a determinadas perguntas das entrevistas, permitindo uma análise detalhada de como esses temas são percebidos pelos participantes:

**Tabela 6** – Categorias temáticas e perguntas que orientaram as entrevistas aos atores-chave da FT Log Hum.

Grupo	Categorias Temáticas	Perguntas
1. Militar homem (16º ao 18º contingente)	1. A Preparação dos Contingentes para a Operação Acolhida	a. Como foi realizado o preparo do contingente e como você o avalia para lidar com as demandas específicas das migrantes e refugiadas venezuelanas?
	2. O Emprego e os Desafios do Segmento Feminino no Acolhimento Humanitário	b. Qual foi sua experiência em trabalhar com militares mulheres na Operação Acolhida? c. Quais funções as mulheres militares ocuparam na operação e quais desafios que essas militares enfrentaram?
	3. Os Aspectos Positivos e Negativos da Presença Feminina na Operação Acolhida	d. Como a presença de mulheres militares impacta a dinâmica e a eficácia da Operação? Há necessidade de empregá-las em alguma função mais específica? e. Você percebeu alguma diferença no atendimento e acolhimento das refugiadas venezuelanas proporcionado pelas militares mulheres em comparação aos homens? f. Quais os pontos positivos e negativos da participação feminina na operação?
2. Militar mulher (16º ao 18º contingente)	1. A Preparação dos Contingentes para a Operação Acolhida	a. Como foi o seu preparo para participar da operação e como isso influenciou seu desempenho?
	2. O Emprego e os Desafios do Segmento Feminino no Acolhimento Humanitário	b. Quais as atividades que você realizou na Operação Acolhida? c. Quais os maiores desafios que você enfrentou ao trabalhar com as migrantes e refugiadas venezuelanas?
	3. Os Aspectos Positivos e Negativos da Presença Feminina na Operação Acolhida	d. Você sentiu que sua presença como mulher fez diferença no acolhimento das refugiadas? Se sim, como? e. Que tipo de suporte ou treinamento adicional você acha que seria útil para melhorar o desempenho das militares mulheres nesta operação ou até mesmo da tropa como um todo?

3. Militar responsável pelo preparo dos contingentes (COTER/CCOPAB)	1. A Preparação dos Contingentes para a Operação Acolhida	a. Há um preparo específico para as militares mulheres que participarão da Operação Acolhida? b. Há treinamentos específicos focados nas necessidades das migrantes e refugiadas venezuelanas?
	2. O Emprego e os Desafios do Segmento Feminino no Acolhimento Humanitário	c. Quais são as principais diferenças no treinamento de militares homens e mulheres para esta operação?
	3. Os Aspectos Positivos e Negativos da Presença Feminina na Operação Acolhida	d. Que feedback vocês receberam das militares mulheres sobre o treinamento e preparo recebido? e. Quais melhorias ou ajustes estão sendo considerados para futuros contingentes, com base na experiência atual?
4. Comandante da FT Log Hum	1. A Preparação dos Contingentes para a Operação Acolhida	a. Atualmente, como se dá a estrutura organizacional da FT? b. Como é conduzido o preparo dos contingentes e qual sua avaliação sobre esse preparo para lidar com as demandas específicas das migrantes e refugiadas venezuelanas?
	2. O Emprego e os Desafios do Segmento Feminino no Acolhimento Humanitário	c. Quais atividades a FT realiza que mais tem contato direto com os migrantes? d. Como tem sido a relação de trabalho com as agências?
	3. Os Aspectos Positivos e Negativos da Presença Feminina na Operação Acolhida	e. Como tem sido sua experiência em trabalhar com militares mulheres na Operação Acolhida? f. Quais cargos as mulheres militares ocupam na operação e quais desafios elas enfrentam no desempenho das suas funções? g. Como a presença de mulheres militares impacta a dinâmica e a eficácia da Operação Acolhida? Há necessidade de empregá-las em alguma função mais específica?

**Fonte:** Elaborado pela autora.

As três categorias temáticas, derivadas diretamente das entrevistas realizadas, estruturam a discussão deste capítulo, permitindo uma análise sobre como a ausência de um preparo específico para questões femininas reflete no emprego do contingente do Exército Brasileiro na Operação Acolhida. Busca-se, dessa maneira, responder à pergunta de pesquisa deste trabalho, bem como atender ao objetivo central da dissertação.

### 3.1 A Preparação dos Contingentes para a Operação Acolhida

Um dos esforços fundamentais para o sucesso dessa operação consiste no preparo adequado dos contingentes militares, especialmente do Exército Brasileiro, que atuam diretamente nos pilares da ajuda humanitária, quais sejam, acolhimento, abrigamento e interiorização desses indivíduos.

Conforme detalhado nas Diretrizes de Preparo do 16º, 17º e 18º Contingentes da Operação Acolhida, a preparação é organizada em fases, com uma semana de instruções na organização militar de origem do militar e outra centralizada no Comando Militar responsável pelo envio do contingente, seguidas de treinamento em Boa Vista-RR para práticas específicas da missão (Brasil, 2023a; Brasil, 2023b; Brasil, 2023c).

Conforme abordado no capítulo anterior, a preparação dos contingentes inicia-se nas respectivas organizações militares de origem. O Entrevistado 1, oficial de planejamento da Força-Tarefa Logística Humanitária, explica que

(...) o preparo é feito da seguinte forma: o contingente tem uma preparação, ele tem uma semana de preparação no Comando Militar de Área... e, assim que o militar chega na Operação Acolhida, nos primeiros dias ali da primeira semana, ele também recebe instruções sobre o trabalho da operação (Entrevistado 1).

Esse treinamento inicial é essencial não só para familiarizar os militares com as especificidades da missão, mas também para alinhar procedimentos e compreender as melhores práticas de acolhimento humanitário. Afinal, trata-se de uma missão subsidiária de acolhimento de pessoas oriundas de outro país.

Os entrevistados destacaram que a preparação para a Operação Acolhida é realizada tanto no Comando Militar de origem quanto na própria operação em Boa Vista. Segundo acrescentou o Entrevistado 1, “na semana de preparação há militares da Operação Acolhida que vêm para ministrar instruções, bem como militares do Centro de Preparação de Operações de Paz (CCOPAB).” Nesse contexto, as diretrizes de preparo do 16º e 17º contingentes destacam, por meio do Quadro de Trabalho de Instrução Específica (QTIE), que durante a semana de preparação centralizada no Comando Militar de Área (CMA), as instruções são conduzidas por militares envolvidos na Operação Acolhida, além de representantes do CCOPAB e do Centro de Operações Terrestres (COTER) (Brasil, 2023a; Brasil, 2023b). É importante observar que a diretriz de preparo do 18º contingente não inclui o QTIE.

As instruções recebidas pelos militares abrangem tanto aspectos teóricos quanto práticos. São ministradas palestras/instruções sobre assédio sexual, pedofilia, proteção de crianças e civis, regras de engajamento, procedimentos operacionais, entre outras. O

Entrevistado 3, chefe do Posto de Triagem (PTrig), destaca que “todos os militares são levados para o Comando Militar de Área responsável por aquele contingente, e todos participam de diversas instruções. Tem instruções teóricas e instruções práticas também, inclusive de simulação de como são os diversos braços da operação.” O Entrevistado 5, chefe do Posto de Recepção e Apoio (PRA) e chefe do RH do hospital de campanha de Boa Vista, observou que “o preparo do contingente... se deu com instruções centralizadas dentro do Comando Militar de Área, por duas semanas.”

Entretanto, o relato do Entrevistado 6, Chefe de Estado-Maior de um dos contingentes, ofereceu mais detalhes sobre o preparo, afirmando que

(...) incluiu uma fase de reconhecimento em Boa Vista, Manaus e Pacaraima. Após o reconhecimento, houve uma semana de preparação nas Organizações Militares e outra semana de instrução específica na Vila Militar do Rio de Janeiro, com participação de diversas entidades, como o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, OIM e ACNUR (Entrevistado 6).

O Entrevistado 6, por ocupar a posição de Chefe do Estado-Maior (ChEM) de seu contingente, passou por um preparo diferenciado em relação aos demais militares. Esse preparo incluiu a denominada Fase de Reconhecimento, realizada em Boa Vista, conforme previsto nas diretrizes dos três contingentes analisados nesta pesquisa. A Fase de Reconhecimento está detalhada no Quadro de Trabalho do Reconhecimento presente nos documentos anexos (Brasil, 2023a; Brasil, 2023b; Brasil, 2023c). O entrevistado avaliou que essa etapa da preparação foi adequada para lidar com as demandas das migrantes venezuelanas, embora tenha destacado que sempre há espaço para aperfeiçoamentos.

O Entrevistado 14, do COTER, descreveu que o processo de preparação dos militares começa com a seleção dos indivíduos capacitados para as funções, sendo as diretrizes de treinamento documentos que norteiam para o cumprimento das atividades práticas da operação. Ele detalhou que o treinamento inclui “instruções sobre abrigo, acolhimento, interiorização, regras de engajamento, higiene e primeiros socorros, combate a incêndio, trato com o imigrante, entre outros.” Segundo ele, esse conjunto abrangente de instruções visa garantir que os militares estejam bem preparados para os diversos desafios logísticos e de acolhimento que a operação envolve.

De acordo com QTIE do 16º e 17º contingentes, as temáticas abordadas durante a preparação incluem, além dessas elencadas pelo Entrevistado 14, assuntos como prevenção de assédio sexual, pedofilia, proteção de civis, perspectivas de gênero, proteção de crianças, entre outras (Brasil, 2023a; Brasil, 2023b). No entanto, nenhum dos 15 entrevistados mencionou,

durante as entrevistas, a realização de instruções ou palestras que tratem sobre perspectivas de gênero para além da questão do assédio sexual.

Dessa forma, o Entrevistado 12, do CCOPAB, enfatizou o apoio que o CCOPAB fornece na preparação dos contingentes. Ele comentou que o centro oferece “instruções sobre contato com o público civil” e que, embora a Operação Acolhida não seja uma missão de paz, “muito da forma de se atuar no terreno é semelhante a uma operação de paz.” Isso reflete a importância do treinamento no que se refere à interação com organismos civis, como agências internacionais e ONGs, que desempenham um papel vital na operação.

Apesar do preparo abrangente, alguns entrevistados apontam para a necessidade de um enfoque maior em determinados aspectos. A Entrevistada 9, que trabalhou no Centro de Coordenação e Interiorização, reconheceu que a dificuldade de comunicação linguística poderia ter sido melhor desenvolvida durante o preparo. “Meu maior desafio foi a língua espanhola, que eu não domino. No começo, só entendia algumas coisas, mas depois comecei a entender melhor. Não tivemos tempo de estudar o espanhol.” Essa dificuldade inicial demonstra a importância de um treinamento linguístico específico, dado o contato direto que a militar teve com migrantes e refugiados hispano-falantes. Segundo o QTIE, não há previsão de instruções sobre o idioma espanhol (Brasil, 2023a; Brasil, 2023b; Brasil, 2023c).

Segundo alertam Simões e Vaz, questão importante é a instrução de idiomas. De acordo com eles:

Entre todos os dias de preparação específica, é perceptível que há apenas uma instrução em espanhol com duração de uma hora e cinquenta minutos, o que permite um conhecimento muito básico de comandos na língua oficial da Venezuela. Esta instrução não é obrigatória para todos, apenas para o pessoal militar que terá contato com os imigrantes (Simões & Vaz, 2023, p. 769).

Além do mais, segundo as diretrizes de preparo, o treinamento específico de idiomas para a missão não é requisito obrigatório. No entanto, “é interessante, se possível, dispor de militares que possuam habilitação mínima em espanhol para facilitar a comunicação com os imigrantes” (Brasil, 2023a; Brasil, 2023b; Brasil, 2023c).

Os autores ainda recomendam que,

Esse elemento linguístico deveria receber mais atenção e maior preocupação. Pelo menos a proficiência básica deveria ser exigida para aqueles que trabalharão com a população migrante. Outra sugestão é que a instrução de idiomas poderia ser mais abrangente, com uma parte na 1ª fase de instrução preliminar e uma parte maior na instrução específica (Simões & Vaz, 2023, p. 769).

Além disso, a Entrevistada 7, responsável pela compra de passagens para a interiorização, relata que

(...) os palestrantes levaram temas importantes, tocaram em assuntos dos mais diversos tipos. Desde assédio, essa parte de rapto de crianças, eles falaram sobre tudo. Foi essencial para poder entender, compreender e identificar os pontos sensíveis enquanto estava na operação. Mas não tivemos nenhuma palestra específica para as demandas femininas (Entrevistada 7).

Ainda assim, mesmo sem ter nenhuma orientação específica sobre as questões femininas em contexto de migração forçada, de acordo com a entrevistada, essa preparação foi fundamental para que ela pudesse desenvolver suas funções com segurança e eficácia.

A Entrevistada 7 ainda destacou que, durante o preparo,

(...) diversos atores para apresentar como funcionam os abrigos, alguns pontos importantes a serem observados, quanto à chegada dos venezuelanos, quanto à permanência deles dentro dos abrigos, principalmente a parte de assédio, né?... sexual, principalmente a crianças e também a pequenos furtos, enquanto, no momento do descanso (Entrevistada 7).

Mais uma vez, observa-se a ausência de palestras específicas voltadas para as demandas femininas para além do assédio sexual, conforme destacado pela entrevistada. Essa constatação contrasta diretamente com o que é previsto nas diretrizes de preparo, evidenciando uma contradição entre a percepção da entrevistada e o que está formalmente documentado.

Nesse sentido, há um consenso entre os entrevistados de que não existe uma preparação específica para mulheres militares ou mesmo sobre questões femininas relacionadas às migrantes e refugiadas. Segundo os depoimentos, o treinamento dos contingentes segue um modelo padronizado, sem distinções de gênero. O Entrevistado 1 destaca que “as instruções são as mesmas para as mulheres e para os homens. Não existe uma preparação específica para as mulheres, todas as atividades são realizadas tanto por homens quanto por mulheres, sem distinção.” Essa percepção é reforçada pelo Entrevistado 13, responsável pelo preparo e elaboração das diretrizes, que afirma: “não há uma preparação específica para mulheres.” Essa percepção está alinhada à análise das diretrizes de preparo, que não apresentam evidências de treinamentos específicos direcionados para as mulheres militares (Brasil, 2023a; Brasil, 2023, b; Brasil, 2023c).

O Entrevistado 4, oficial superior adjunto do Centro de Coordenação de Operações (CCOP) da FT, complementa que “na maior parte do tempo de preparação, o segmento feminino esteve junto ao masculino, recebendo instruções comuns do contingente.” Contudo, ele destacou que, durante o emprego militar nas situações reais da operação, surgem desafios específicos, principalmente no contato com mulheres e crianças migrantes e refugiadas, onde a

atenção do contingente é fundamental e o preparo deveria abordar essas especificidades. Nas palavras dele,

(...) esse segmento feminino também tirava serviço em alguns locais, como no Posto de Recepção e Acolhimento (PRA), onde tinha um efetivo muito grande de venezuelano diariamente, durante as refeições e até mesmo à noite. (...) É ali que a gente identificava algum problema de exploração ou de abuso sexual que acontecia, ou de alguém sendo maltratado ou alguma criança sofrendo algum problema. Então, essa presença do segmento feminino tirando serviço nesses locais, com maior presença de venezuelano, facilitou bastante também o decorrer da operação (Entrevistado 4).

Nessa perspectiva, em relação ao preparo específico para mulheres, os entrevistados, concordam que não há distinção significativa entre o treinamento dado a homens e mulheres. O Entrevistado 1 afirmou que “não existe uma preparação específica para as mulheres, por quê? Porque as mulheres competem, praticamente, pelas mesmas funções com os homens.” Acrescentando ainda que essa igualdade no treinamento reflete a política das Forças Armadas de não diferenciar funções com base no gênero.

O Entrevistado 1 observou, também, que o treinamento foi projetado para capacitar todos os militares a ocuparem suas funções, independentemente do gênero, mas enfatizou que as mulheres muitas vezes são alocadas em funções onde sua presença facilita uma interação, “nos abrigos, por exemplo, sempre procurávamos colocar pelo menos uma mulher, pois é mais fácil para elas tratarem com os migrantes e com as famílias.” Essa abordagem prática no uso das habilidades femininas sugere uma diferenciação de gênero adaptativa, apesar da uniformidade do preparo. Ainda segundo ele,

(...) não há essa necessidade de ter uma instrução específica, pelo menos não apareceu até agora essa necessidade de ter uma instrução específica para as mulheres, né? Logicamente, por ser mulher, a mulher tem uma entrada bem mais fácil com as migrantes venezuelanas e, fruto disso, são colocadas em algumas funções específicas que demandam essa proximidade maior. Exemplo, nos abrigos, de forma geral, sempre procurava colocar nos abrigos, pelo menos uma mulher, né? Porque é mais fácil de tratar com as mulheres migrantes e com a família, com criança. Também tem essa expertise que homem nenhum vai... vai ter nas mesmas condições de mulher. É uma condição *sine qua non* da própria mulher, né?... de ter essa facilidade maior até pra, exemplo, para fazer vistorias nos abrigos, né?... nas carpas onde as famílias vivem e muitas carpas são habitadas por mulheres solteiras. Então, tem que ter uma mulher ali porque vai poder entrar. Então, apesar da preparação ser a mesma para todos os militares da Acolhida, sem distinguir homem mulher, as mulheres eram colocadas em funções ali que demandava o fato de ser mulher e ter uma entrada melhor nas migrantes e na própria família venezuelana (Entrevistado 1).

Embora o Entrevistado 1 afirme que não há necessidade de instrução específica para as mulheres, a prática de alocá-las em funções baseada em supostas habilidades inerentes ao

gênero revela uma contradição. Ao conceder às mulheres tarefas que exigem o fato de ser mulher, reforçam estereótipos de gênero e limitam as oportunidades das militares a papéis tradicionalmente femininos. Essa abordagem pode impedir a eficácia da igualdade material, ao não considerar que tanto homens quanto mulheres podem desenvolver as competências para todas as funções por meio de treinamento adequado.

Nesse sentido, o Entrevistado 5 corroborou com essa visão, afirmando que, embora o treinamento seja o mesmo para todos, “as mulheres militares são fundamentais na assistência às refugiadas, facilitando a interação com elas.” A integração entre gêneros durante o preparo, segundo o Entrevistado 4, fortalece a coesão da equipe e permite que as mulheres militares tenham qualificações para funções específicas que exigem maior empatia e sensibilidade, características destacadas por ele como essenciais para lidar com mulheres e crianças migrantes em situações de vulnerabilidade.

Por outro lado, a presença de mulheres militares em funções-chave não apenas facilita a comunicação com populações vulneráveis, mas também traz eficácia para as operações, alinhando-se aos princípios da transversalidade do gênero, conforme abordado no capítulo 1. De acordo com Walby, a transversalidade de gênero representa uma estratégia que busca promover a igualdade ao incorporar sistematicamente considerações de gênero nas políticas e atividades institucionais (Walby, 2005).

Nesse sentido, Moser destaca que a transversalidade de gênero não se trata apenas de adicionar mulheres em certas funções, que exigem maior empatia e sensibilidade ou até mesmo “facilidade” como citado pelos entrevistados acima, mas que elas sejam empregadas na missão humanitária de forma a transformar estruturas organizacionais para responder de forma eficaz às necessidades reais dos diferentes grupos (Moser, 2005).

No entanto, alguns militares perceberam que, apesar da ausência de um preparo diferenciado, as mulheres militares desenvolveram iniciativas individuais para lidar com demandas específicas. Assim, o Entrevistado 2, do Centro de Coordenação Logística, observou que, embora não haja segmentação específica no preparo, durante a operação ele percebeu contribuições das mulheres militares em suas áreas de atuação: “era sempre muito uma iniciativa individual daquela militar específica, dentro da sua área de atuação.” Essa iniciativa individual das mulheres militares indica que, mesmo sem um preparo diferenciado, elas buscam ativamente contribuir com a operação dentro de suas competências e áreas de formação.

Nesse sentido, o engajamento militar do segmento feminino, com suas habilidades e perspectivas únicas, enriquece o ambiente operacional, fortalecendo a capacidade das Forças Armadas de lidar com as complexidades associadas à migração. Como destaca Viviane Balbino,

a presença de mulheres em missões humanitárias fornece maior sensibilidade no atendimento a populações vulneráveis, como mulheres e crianças, reforçando o caráter humanitário dessas operações (Balbino, 2022). Isso garante que as missões estejam alinhadas com princípios humanitários e direitos fundamentais, sem diminuir o papel central das Forças Armadas na Operação Acolhida que, segundo o general Helder, atual comandante da FT, é o de segurança, logística e infraestrutura.

O Entrevistado 6, do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), afirmou que “não há nenhum preparo específico para as mulheres militares. Todas as missões e atividades podem ser realizadas por homens e mulheres, sem distinção.” Esta padronização, no entanto, apresenta desafios, especialmente ao considerar as situações delicadas que envolvem o contato direto com mulheres e crianças refugiadas. Embora o Entrevistado 6 destaque que as atividades podem ser desenvolvidas tanto por homens quanto por mulheres, percebe-se que o cuidado com mulheres e crianças venezuelanas é mais atrelado à responsabilidade das mulheres militares.

O Entrevistado 6 descreveu a Operação Acolhida como “extremamente dinâmica; o tempo todo há novidades, aumento e diminuição do fluxo, ideias e projetos novos.” Diante desse contexto, o CCOPAB realiza visitas de reconhecimento e ajustes no preparo antes de cada novo contingente. Segundo ele, “fazemos um reconhecimento do terreno e adaptamos o treinamento com base nas necessidades atuais e no que está acontecendo no local.” Essa prática de ajustes contínuos reflete uma abordagem de aprendizado constante, na qual as experiências e os desafios encontrados pelos contingentes anteriores são considerados para aprimoramento do treinamento futuro.

Apesar das entrevistas revelarem não haver distinção entre homens e mulheres militares, um preparo mais específico para as questões femininas é importante para aprimorar a eficácia da Operação Acolhida. A ausência ou mesmo pouca atenção no treinamento direcionado às particularidades de gênero pode limitar a capacidade dos militares a responder especificamente às necessidades de mulheres e crianças migrantes e refugiadas, que frequentemente enfrentam vulnerabilidades únicas, como violência de gênero, por exemplo.

A implementação de um preparo específico permitiria que todos os militares, independentemente do gênero, desenvolvessem habilidades e sensibilidades para lidar com essas situações delicadas. Afinal, trata-se de uma missão de cunho humanitário e, conforme destacado por Carreiras, a inclusão de perspectivas de gênero nas operações militares não apenas aumenta a empatia e a eficácia operacional, mas também reforça a legitimidade das missões humanitárias (Carreiras, 2006).

Além disso, um treinamento especializado em questões femininas contribuiria para evitar a sobrecarga das mulheres militares com responsabilidades não atribuídas oficialmente, como o cuidado com mulheres e crianças migrantes. Essa distribuição informal de tarefas ou até mesmo iniciativas particulares, observada nas entrevistas, pode levar a uma desigualdade na carga de trabalho e não aproveitar plenamente as competências de todo o contingente.

Portanto, ao incorporar módulos de treinamento que abordem as especificidades de gênero para além da instrução sobre abuso sexual, a Operação Acolhida pode fortalecer sua capacidade de atendimento e promover um ambiente mais inclusivo e seguro para os migrantes e refugiados. Essa abordagem não apenas aprimora a resposta humanitária, mas também alinha a operação aos princípios de direitos humanos e igualdade de gênero. Como mencionado por Mendonça (2015), ignorar as condições de vida das mulheres resulta em análises incompletas ou defeituosas das dinâmicas de poder.

Corroborando com esse argumento, de acordo com a Entrevistada 7,

(...) um outro ponto é ter atenção, principalmente com as crianças, porque eles são famílias numerosas, as mulheres têm filhos muito novas, muito cedo, e filho um atrás do outro. As crianças acabam ficando muito soltas no abrigo, sem supervisão nenhuma dos pais. E essa era, em particular, a minha maior preocupação (Entrevistada 7).

Ou seja, ter uma atenção maior com as crianças é um ponto sensível e que merece um olhar mais apurado, tanto por militares homens quanto por militares mulheres, sobretudo durante a preparação da tropa. De acordo com o QTIE do 16º e 17º contingentes, há uma previsão de instrução sobre a temática de proteção de crianças. Já que a segurança de todos é um dos fundamentos da Operação Acolhida, devendo, portanto, ser observada por todos os militares independente do gênero.

Porém, de acordo com a análise das entrevistas, esse cuidado é mais atribuído a mulher militar do que ao homem militar. E de fato, percebe-se nas entrevistas que tanto as mulheres militares carregam para si essa atribuição, quanto os homens compreendem que é mais “fácil” que a mulher militar esteja voltada ao cuidado. Como aponta Carreiras (2006), a presença feminina nas Forças Armadas muitas vezes é acompanhada de expectativas diferenciadas, onde as mulheres são direcionadas para funções consideradas mais compatíveis com estereótipos de gênero.

O que é mais curioso – e confirma o argumento anterior – ocorre quando os homens entrevistados associam a importância do segmento feminino com a responsabilidade, ou até mesmo a facilidade, pelo cuidado com crianças e mulheres migrantes e refugiadas, quando, na

verdade, essa deveria ser uma facilidade e prática de todos. Vejamos algumas passagens das entrevistas dos militares do grupo 1 – militar homem:

“(...) apesar da preparação ser a mesma para todos os militares da Acolhida, sem distinguir homem mulher, as mulheres eram colocadas em funções ali que demandava o fato de ser mulher e ter uma entrada melhor com as migrantes e na própria família venezuelana.” (Entrevistado 1);

“(...) eu percebi no trato das mulheres militares com os homens militares em relação à operação, é que as mulheres são mais sensíveis e preocupadas né?... com as situações sociais.” (Entrevistado 2);

“O segmento feminino abordar o segmento feminino, né? Porque a gente sabe que é mais fácil, né?... para a mulher, ela se expressar com outra mulher, né?” (Entrevistado 3);

“Então, nesse primeiro contato ter o segmento feminino lá é importante, como eu falei, porque aparece muita mulher desassistida, ou muita criança, ou gestante, ou mulher cheia de filho, cheia de dependentes que necessitam de um contato inicial. Então, fica mais fácil esse contato com o segmento feminino por lá.” (Entrevistado 4);

“As militares mulheres são fundamentais na assistência às refugiadas, facilitando a interação com elas. Acredito que, funções específicas, seria no emprego de militares mulheres que tem relação com as necessidades peculiares de refugiadas, como grávidas, vítimas de violência contra mulher, etc.” (Entrevistado 5);

“(...) penso que a presença de mulheres militares como psicólogas na Equipe de Verificação de Ocupação Espontânea (EVOE) e no serviço no PRA auxiliaram na identificação dos migrantes com maiores vulnerabilidades.” (Entrevistado 6).

Essas declarações evidenciam como expectativas de gênero influenciam a atribuição de funções na operação, reforçando estereótipos tradicionais que associam as mulheres ao cuidado e ao trabalho emocional. Como ressalta Carreiras (2006), tais práticas podem perpetuar a desigualdade de gênero dentro das organizações militares.

Ainda nesse sentido, as falas dos entrevistados sobre a colocação de mulheres militares em funções de cuidado e atendimento direto as migrantes e refugiadas reforça o conceito de “organizações generificadas” apresentado por Joan Acker. Segundo Acker (1990), as organizações são estruturadas com base em posições que, embora pareçam ter neutralidade, reforçam papéis de gênero ao associar certas qualidades e responsabilidades a homens ou mulheres. Essas organizações tendem a naturalizar que as mulheres ocupem funções que envolvem cuidado e sensibilidade que as coloca em posições de suporte em vez de liderança, mesmo quando recebem a mesma preparação e treinamento que seus colegas homens (Acker, 1990).

Nesse contexto, a preparação oferecida aos contingentes inclui instruções sobre abrigo, acolhimento e interiorização, mas sem foco nas necessidades específicas de

mulheres militares ou nas particularidades das migrantes e refugiadas venezuelanas. A Entrevistada 7 comentou sobre seu preparo: “Foi primordial para entender como funciona, pois até então, a gente imagina a operação de outra forma... a realidade é bem diferente do que se vê nas redes sociais.”

Ela enfatizou que o treinamento trouxe uma visão mais clara dos desafios que enfrentaria, especialmente ao lidar com questões de segurança relacionadas ao assédio e pequenos furtos nos abrigos. Embora tenha confirmado que não existe distinção de gênero no preparo da tropa e nem instruções ou palestras específicas para o segmento feminino ou que abordem temas sobre as questões femininas em contexto migratório.

O Entrevistado 14 também reforçou essa ideia, afirmando que “não existe diferença no preparo, independentemente de gênero; o treinamento é focado na função e não no sexo do militar.” Ele percebeu que essa uniformidade é refletida na prática operacional, onde as funções são atribuídas com base na capacidade individual e nas necessidades da operação, sem considerar o gênero como um fator diferencial. O entrevistado afirmou ainda que quando surgem demandas específicas para o atendimento de mulheres migrantes e refugiadas, são as agências civis especializadas, como a ONU Mulheres, entre outras, que desempenham esse papel, reforçando a integração entre o contingente militar e os organismos civis.

Contudo, ainda que as agências civis se ocupem do atendimento especializado a migrantes e refugiados, a eficácia da operação seria ampliada caso os militares recebessem uma preparação específica sobre as questões femininas em contexto de migração forçada. Essa preparação possibilitaria uma resposta mais eficaz ao contingente militar, fortalecendo a sinergia com as agências civis e promovendo um atendimento completo e integrado das necessidades específicas das migrantes e refugiadas.

A experiência de trabalho com mulheres militares foi valorizada por diferentes militares da operação. Mas sempre com o olhar para a atribuição de cuidado e empatia à mulher militar. Dessa maneira, o Entrevistado 5, que chefiou o PRA em Boa Vista, revelou que “as mulheres militares são fundamentais na assistência às refugiadas, facilitando a interação com elas” e revelou que a presença feminina permite “atender com mais eficiência e empatia as necessidades peculiares das refugiadas, como grávidas e vítimas de violência.” Já o Entrevistado 6, chamou a atenção que, embora não haja um preparo distinto, “as mulheres são colocadas em funções que exigem essa proximidade maior, especialmente em situações de vulnerabilidade.”

Por fim, a preparação dos contingentes para a Operação Acolhida visa capacitar todos os militares, sem distinção de gênero, para atender às diversas demandas da missão humanitária,

na qual a “mão amiga” do EB se sobressai como elemento central. Dessa forma, ter um preparo adequado às especificidades dessa modalidade de missão exige uma atenção maior por parte do Estado Brasileiro. Embora o treinamento seja padronizado, os depoimentos evidenciam que as mulheres militares assumem papéis de cuidado mesmo não sendo da área da saúde.

Uma preparação acanhada sobre as particularidades femininas e a atribuição informal de responsabilidades relacionadas ao cuidado com mulheres e crianças às militares indicam a necessidade de compensar as práticas de treinamento. Portanto, é fundamental considerar as especificidades de gênero na preparação dos contingentes para além das questões de abuso sexual, evoluindo para aprimorar a eficácia da operação e garantir que todos os militares estejam plenamente capacitados para enfrentar os diversos desafios de uma missão humanitária.

### **3.2 O Emprego e os Desafios do Segmento Feminino no Acolhimento Humanitário**

A análise das entrevistas oferece uma perspectiva detalhada sobre o papel e a importância do segmento feminino nessa missão. Além de destacar a integração e as contribuições das mulheres militares, os relatos enfatizam desafios específicos e o impacto positivo que essas militares trazem para o acolhimento de migrantes e refugiadas venezuelanas.

Os entrevistados concordaram que o emprego das mulheres militares impactou positivamente a dinâmica e a eficácia da Operação Acolhida. O Entrevistado 1, oficial de planejamento da FT Log Hum, enfatizou que “impacta muito positivamente... não há como pensar na Operação Acolhida sem a presença de mulheres.” O Entrevistado 3, chefe do PTrig, corroborou com essa visão ao afirmar que “o papel da mulher em acolher essas mulheres refugiadas, imigrantes que sofram algum tipo de assédio sexual, moral, alguma violência doméstica, eu acho interessante... porque a gente sabe que é mais fácil para a mulher se expressar com outra mulher.”

As mulheres militares desempenham uma variedade de funções na Operação Acolhida, muitas vezes semelhantes às dos homens. O Entrevistado 3 afirmou que “no meu contingente existiam mulheres ocupando todas as funções que homens ocupavam indistintamente... desde médicas, dentistas, farmacêuticas, técnicas de enfermagem, chefe de célula, chefe de seção.” O Entrevistado 4, adjunto do Centro de Coordenação de Operações, listou diversas áreas em que as mulheres atuaram: “saúde, alimentação, revistas, administração, serviços de almoxarifado, apoio à recepção e acolhimento de imigrantes, comunicação social, apoio jurídico, dentre outros.”

De acordo com o Entrevistado 15, comandante da FT Log Hum, os cargos ocupados pelas mulheres militares dependem de suas qualificações profissionais. Segundo ele,

No contingente atual, por exemplo, há uma Tenente-Coronel atuando na área de educação, liderando o Centro de Capacitação Profissional. Embora não haja mulheres no Estado-Maior no momento, já houve precedentes de mulheres ocupando posições de destaque, como uma Tenente-Coronel que chefiou a área de informática e desenvolveu um sistema ainda em uso pela operação (Entrevistado 15).

Certos papéis específicos beneficiaram-se da presença feminina, especialmente no trato com migrantes e refugiadas. O Entrevistado 1 destacou que, nos abrigos, “sempre procurava colocar pelo menos uma mulher, porque é mais fácil de tratar com as mulheres migrantes e com a família, com criança.” A sensibilidade e a facilidade de comunicação das mulheres com as migrantes venezuelanas foram consideradas por ele fundamentais para o sucesso dessas funções.

O Entrevistado 5, chefe do PRA e do RH do hospital de campanha de Boa Vista, enfatizou que “as militares mulheres são fundamentais na assistência às refugiadas, facilitando a interação com elas.” Ele ressaltou também que o emprego das militares em funções específicas, “aquelas que tem relação com as necessidades peculiares de refugiadas, como grávidas, vítimas de violência contra mulher”, foram percebidas como essenciais para um acolhimento mais humanizado. Além disso, o Entrevistado 6, chefe de Estado-Maior, mencionou que, em áreas como a psicologia, “as militares mulheres contribuíram significativamente para identificar migrantes em situação de vulnerabilidade.”

Áreas como saúde, assistência social e psicologia contaram com significativa participação feminina, conforme observado no capítulo 2. O Entrevistado 2, que integrou o Centro de Coordenação Logística, mencionou que “a massa está na parte de saúde, com certeza... nutricionista, psicóloga... tem sido recorrente a substituição dentro dos contingentes por mulheres militares.” Essa presença é importante, considerando que muitas migrantes são mulheres solteiras ou mães-solo, e que “para tratar com elas nada melhor do que outra mulher para tratar, para entender melhor a demanda.”

Segundo Giannini, a maior parte do efetivo feminino das Forças Armadas ainda se encontram, geralmente, nas áreas administrativa e de saúde (Giannini, 2014, p. 15). Porém, essa realidade deve mudar com iniciativas que o Brasil tem promovido, como o alistamento militar voluntário para mulheres. Iniciativas como essa constituem passos importantes para transformação, fortalecendo uma instituição com diversidade e novas perspectivas.

Os entrevistados observaram diferenças significativas no atendimento e acolhimento das refugiadas venezuelanas proporcionado pelas militares mulheres em comparação aos homens. O Entrevistado 4 destacou que a presença feminina trouxe “meticulosidade no trabalho

administrativo; facilidade na empatia com o imigrante feminino e crianças; facilidade de trato com o segmento feminino e crianças em questão de emergência de saúde.” Ele observou que “a natureza feminina parece ter facilidade a realização de diálogo com as mulheres e crianças, uma vez que por vezes, a militar do segmento feminino era a primeira a ser procurada por outras mulheres/crianças imigrantes.”

De acordo com a análise das entrevistas, os militares destacaram a percepção de que as mulheres militares também demonstraram uma sensibilidade adicional às questões sociais. O Entrevistado 2, por exemplo, observou que “as mulheres são mais sensíveis às situações sociais... elas se empenham para resolver problemas específicos dentro de suas funções.” Ele ilustrou esse ponto com o exemplo de uma tenente da Força Aérea Brasileira que, ao identificar a necessidade de organizar a biblioteca de um abrigo indígena, “comprou a ideia e lutou por essa ideia, assim, não era da função dela.” Embora essa não fosse sua função oficial, ela “correu atrás para resolver porque viu que poderia contribuir.” Esse relato ilustra como as mulheres na operação trazem uma abordagem proativa, que contribui para um ambiente mais acolhedor e eficiente.

Segundo o Entrevistado 6,

a presença de mulheres militares impactou a dinâmica e a eficácia da Operação no sentido de haver um número bastante expressivo em atividades de campo, como por exemplo nas equipes de serviço dos abrigos e no Posto de Recepção e Apoio (PRA). Além disso, (...) a presença de mulheres militares como psicólogas na EVOE e no serviço no PRA auxiliaram na identificação dos migrantes com maiores vulnerabilidades (Entrevistado 6).

Por outro lado, ao analisar as entrevistas, o questionamento maior se apega ao fato de mulheres militares estarem quase sempre atreladas a percepção de cuidado para com outros seres humanos. Por que, necessariamente, as mulheres deveriam perceber mais facilmente as vulnerabilidades? Por que são mais percebidas pelos militares homens para desempenhar funções de cuidado?

Essas questões relacionadas à percepção das mulheres como mais adequadas para atividades de cuidado e apoio podem ser explicadas através de perspectivas teóricas que questionam estereótipos de gênero construídos socialmente. Segundo Carreiras, a inclusão das mulheres nas Forças Armadas desafia noções históricas que associam o militarismo exclusivamente ao masculino e que, por vezes, veem as mulheres como menos adequadas para funções combativas e mais inclinadas a papéis de suporte e proteção (Carreiras, 2006).

A perspectiva de gênero também aponta que essa associação entre mulheres e cuidado é uma construção cultural reforçada ao longo do tempo. A autora Jordana Foiatto comenta que

a feminilidade é frequentemente vinculada a características de sensibilidade e proteção, enquanto a masculinidade está associada à bravura e ao combate, estereótipos que moldam a divisão de papéis nas instituições, incluindo as militares (Foiatto, 2018). Além disso, essas percepções são reforçadas pelas estruturas sociais e organizacionais que veem o gênero como um marcador de aptidões e expectativas comportamentais (Teixeira, Lopes & Júnior, 2019).

Mariuzzo destaca que, no Brasil, a inclusão de mulheres nas Forças Armadas com padrões semelhantes, inicialmente limitando as funções auxiliares e administrativas, uma vez que se mantinha a ideia de que as mulheres são, por natureza, cuidadoras (Mariuzzo, 2008). Essa visão, entretanto, desconsidera as competências individuais e perpetua um entendimento essencialista sobre as capacidades femininas, vinculando-as especialmente ao cuidado.

De acordo com o Entrevistado 6, no que diz respeito aos pontos positivos, ele destacou

(...) a proatividade, o zelo, a lealdade, a produtividade nas tarefas administrativas e o excelente assessoramento que tive como chefe do Estado-Maior do 16º contingente. Importante comentar que a presença das militares mulheres nas atividades em campo foi motivo de destaque por parte das distintas agências que estavam conosco na região de operações, o que facilitou o desenvolvimento de uma importante relação de confiança nas relações civis-militares, fator primordial para o desenvolvimento das ações neste tipo de missão (Entrevistado 6).

Apesar dos benefícios, alguns desafios foram identificados, especialmente relacionados às diferenças culturais entre as Forças Armadas. O Entrevistado 2 apontou que “os pontos negativos estão muito relacionados à cultura dentro da própria Força Armada.” Ele observou diferenças na formação e na cultura militar entre o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, o que às vezes gerava atritos: “Às vezes, essa cultura diferente de força gerava algum atrito.” Além disso, o Entrevistado 1 mencionou desafios pessoais enfrentados pelas mulheres, como a distância da família: “A mulher tem mais dificuldade em se adaptar longe da família... esses cinco meses para a mulher pesa muito, muito mais do que pesa para um homem.”

Outro aspecto mencionado foi a necessidade de adequação de espaços específicos para as mulheres, como alojamentos e banheiros, percebidos como uma exigência no planejamento e recursos adicionais na logística da operação. Esses desafios apontam para a importância de considerar aspectos culturais e organizacionais que possam influenciar a eficácia e o bem-estar dos militares envolvidos.

O Entrevistado 5 revela que, embora as mulheres enfrentem desafios comuns a todos os militares, a interação com homens migrantes e refugiados pode ser mais complexa para elas, devido às diferenças culturais. Ele observou que, em alguns casos, como as atitudes dos migrantes venezuelanos podem “exigir uma postura mais firme para garantir o respeito”. Além

disso, o Entrevistado 2 mencionou que as mulheres, em geral, enfrentam desafios adicionais por estarem distantes de suas famílias por longos períodos, o que pode afetar sua adaptação e bem-estar durante a missão.

Ainda com relação as “dificuldades” percebidas pelos entrevistados, o Entrevistado 4 menciona que as militares enfrentaram desafios como “barreira linguística; necessidade de paciência e resiliência no trato com os imigrantes, diretamente relacionadas ao equilíbrio emocional; dificuldade de conviver em situação de confinamento; remoções inopinadas para realização de parto ou em situação de gravidade de saúde.”

Entretanto, com relação a questão do confinamento e do equilíbrio emocional, são desafios comuns a todos os militares independentemente do gênero. Os relatos demonstram que a distância prolongada da família e a convivência em condições restritas, conforme descrito nas entrevistas, não só exige adaptabilidade por todos, mas também reforça a necessidade de apoio psicológico aos militares para mitigar os impactos da solidão e do afastamento da vida cotidiana.

Além disso, o equilíbrio emocional é essencial para o sucesso das operações de apoio humanitário, como na Operação Acolhida, onde a paciência e a resiliência são exigidas para lidar com situações de vulnerabilidade dos migrantes e refugiados. O Entrevistado 4 destaca que tanto homens quanto mulheres precisam lidar com desafios emocionais relacionados ao confinamento e às remoções inesperadas para tratamento médico de emergência, evidenciando que o impacto na saúde mental dos militares não é exclusivo a um gênero, mas intrínseco à natureza da missão.

A Entrevistada 8, da assistência social e que participou do 7º e de um dos contingentes que são objeto desta pesquisa, relatou que

(...) hoje lá na missão, o suporte assistencial que vai para lá, não é mais para os militares e sim para os venezuelanos. Acho que esse apoio assistencial e religioso que teve no 7º contingente é super NECESSÁRIO para a tropa toda. Precisamos estar preparados. Estamos longe da família, de amigos, nos encontramos vulneráveis e passamos por situações pesadas em cada missão dada no local, cada abrigo, cada atendimento, cada família atendida tem uma esperança, querem uma ajuda, buscam por uma nova vida em outro lugar do Brasil. Mas para essa ajuda ser dada por cada militar, ele também precisa estar bem emocionalmente e, principalmente psicologicamente, para dar esse apoio a quem precisa (Entrevistada 8).

Ela também destaca que,

(...) no 7º contingente, eu participei como auxiliar do serviço assistencial, religioso e psicológico. Fiz parte da equipe com 01 oficial superior capelão, 01 oficial psicóloga e 01 praça auxiliar do serviço social (Eu). Nossos atendimentos na operação foram voltados para os militares participantes do

contingente. Fazíamos atendimentos a cada um individualmente ou em grupo, fazíamos algumas reuniões com palestras, atividades para as mulheres militares, para os cabos, soldados, praças e oficiais. Visitávamos também, cada unidade de atendimento aos venezuelanos, abrigos, postos de saúde, unidades de recepção e atendimentos, para falar com o militar ali responsável por sua missão (Entrevistada 8).

Assim, a Entrevistada 8 corrobora com o argumento que o apoio psicológico deve ser prestado independente do gênero. Homens e mulheres militares são sensíveis às mudanças de rotina e o confinamento aumenta a possibilidade de problemas de saúde mental em ambos os gêneros.

Quanto às atividades desempenhadas, as mulheres militares assumem papéis importantes tanto na administração quanto no acolhimento direto aos migrantes e refugiados. A Entrevistada 7, que trabalhou no setor de compra de passagem para a interiorização, relata que, no Posto de Recepção e Acolhimento (PRA), era responsável por supervisionar a distribuição de refeições e a organização das dormidas para até mil venezuelanos por horário, “eu ficava responsável pela parte de alimentação, com café da manhã, almoço e jantar para até mil venezuelanos por horário. Há uma organização nos abrigos, com prioridade para idosos, mães solteiras e crianças.” Essa atividade exige habilidades de organização e sensibilidade, especialmente ao lidar com grupos vulneráveis.

Ela também falou que o Exército atua em parceria com ONGs, oferecendo orientação para aqueles que buscam emprego ou desejam obter documentos como CPF e carteira de trabalho. Apesar de seu papel importante, a Entrevistada 7 observa que “é um serviço bonito de se ver, porém que necessita de melhorias.” Esta observação aponta para a complexidade do trabalho realizado e para a necessidade contínua de aperfeiçoamento dos processos.

O Entrevistado 4 reforçou a importância da presença feminina, mencionando que “mulheres tendem a ser mais detalhistas” e que “sua presença permite um acolhimento mais empático, especialmente com os migrantes venezuelanos.” Essas características ampliam o impacto positivo na eficácia da operação, proporcionando uma assistência que se adapta melhor às necessidades das mulheres refugiadas.

A percepção dos entrevistados aponta que a presença de mulheres militares exerce um impacto positivo sobre o acolhimento de migrantes venezuelanos, visto que as refugiadas tendem a se sentir mais confortáveis ao interagir com outras mulheres. Em relação a isso, a Entrevistada 9, que integrou a auditoria do CCI (Centro de Coordenação e Interiorização) e cadastro dos migrantes e refugiados venezuelanos, comentou que, embora não percebesse uma diferença significativa devido ao fato de ser mulher, a “farda fazia com que o respeito

permanecesse na maioria das vezes”, o que era essencial em um ambiente com cultura distinta da brasileira, com relação ao trato dos homens para com as mulheres.

Além disso, alguns militares enfatizaram a questão da motivação pessoal e a importância de uma postura empática. A Entrevistada 7, por exemplo, destacou que sua experiência na operação foi enriquecida pelo desejo genuíno de ajudar. Ela afirmou que criou vínculos com algumas refugiadas e manteve contato mesmo após a interiorização, evidenciando um comprometimento que vai além do dever profissional: “Eu não consigo tratá-las mal. A partir do momento que você se disponibiliza a ajudar, você recebe afeto e dá afeto.” Essa postura destaca a importância de uma abordagem humanizada no contexto militar.

Outro aspecto levantado foi a relevância do apoio hierárquico e do clima organizacional. A Entrevistada 7 relatou que a liderança do Chefe do Estado-Maior (ChEM) foi fundamental para o sucesso do contingente, promovendo um ambiente de camaradagem e motivação. Ela observou que “se o chefe é um coronel que joga limpo com a equipe... isso faz uma diferença absurda.” Isso sugere que, além do preparo técnico e da competência individual, o apoio de uma liderança humanizada é essencial para o bom desempenho dos militares em missões humanitárias.

Essas observações reforçam a ideia de que a presença de mulheres militares é essencial para um acolhimento mais eficaz e humanizado das migrantes e refugiadas, facilitando a comunicação e proporcionando um ambiente de maior confiança e conforto. Muito embora confiança e conforto possam ser proporcionados independente de gênero.

As entrevistas realizadas evidenciaram a importância das mulheres militares na Operação Acolhida. Sua participação não apenas enriqueceu a operação com habilidades e sensibilidades únicas, mas também contribuiu para um acolhimento mais eficaz e humano dos migrantes, especialmente das mulheres e crianças venezuelanas. Os entrevistados destacaram que a presença feminina é fundamental em funções que exigem empatia e comunicação sensível, e que sua contribuição é essencial para o sucesso da operação. Como sintetizou o Entrevistado 1: “É fundamental... não é acessório não. É fundamental a presença de mulheres na operação.”

Os resultados desta seção apontaram para a necessidade de reconhecimento e valorização da contribuição feminina nas Forças Armadas, especialmente em operações que demandam habilidades específicas de comunicação, sensibilidade e empatia. A presença de mulheres militares tem um impacto profundo na dinâmica da Operação Acolhida. Nas palavras do Entrevistado 1, “não há como pensar na Operação Acolhida sem a presença de mulheres.”

A questão cultural foi uma constante entre as entrevistadas mulheres, principalmente em relação à barreira linguística e à interação com um público culturalmente diferente. A Entrevistada 9, por exemplo, destacou que seu maior desafio inicial foi a língua espanhola, pois não a dominava completamente, mas que, com o tempo, desenvolveu uma melhor compreensão dos costumes e da cultura venezuelana, o que foi fundamental para o desempenho de suas funções. Essa barreira linguística indica que um preparo adicional, focado em habilidades de comunicação intercultural e linguística, ou mesmo a seleção do efetivo militar que seja habilitado no idioma, poderia potencializar a eficácia das forças militares no campo.

Outro desafio destacado pela Entrevistada 8, foi com relação a adaptação das estruturas da operação para alojar o segmento feminino. Ela relatou que participou de dois contingentes, o primeiro foi 7º e o segundo foi um dos contingentes que são objeto dessa pesquisa. Afirmou que o primeiro contingente foi mais difícil. Nas palavras dela, “no primeiro contingente, senti mais dificuldade para nós em relação as estruturas. As fardas que recebemos eram masculinas. Banheiros pra mulheres não tinham direito, foi adaptado, alojamento também. Até irem ajeitando aos poucos.”

Além disso, a Entrevistada 9 destacou a questão do respeito culturalmente imposto pela farda: “A farda fazia com que o respeito permanecesse na maioria das vezes, mas em períodos de tensão, a presença de um homem militar ajudava a acalmar os ânimos.” Essa percepção evidencia como o trabalho em equipe entre homens e mulheres contribui para o fortalecimento da missão e para a segurança do ambiente.

Ao discutir o papel das mulheres na operação, o Entrevistado 15, comandante da Força-Tarefa, destaca que o trabalho é uma continuação independentemente do gênero, mas que as características femininas, como o olhar mais detalhado, complementam as perspectivas dos homens. Ele informou que o número de mulheres na operação depende tanto do voluntariado como da seleção realizada pelos Comandos Militares de Área, que enviam tropas de ambos os gêneros. “As mulheres militares ocupam cargos de acordo com suas habilidades e qualificações; por exemplo, uma tenente-coronel habilitada na área da educação liderou o Centro de Capacitação Profissional”. Esse destaque evidencia a importância da presença feminina em cargos de liderança na operação, onde suas habilidades específicas são valorizadas. Além disso, ele observa que as mulheres são essenciais em áreas como abrigos e alojamentos femininos, promovendo mais que o simples acolhimento, mas a própria segurança das mulheres e meninas migrantes e refugiadas.

A contribuição das mulheres militares vai além das interações individuais, afetando positivamente a dinâmica operacional como um todo. A atenção aos detalhes, a empatia e a

capacidade de comunicação enriquecem as atividades da operação. O Entrevistado 15 enfatiza que essas características complementam as competências dos homens, criando uma equipe mais equilibrada e eficaz.

Quanto à necessidade de empregá-las em funções mais específicas, esse entrevistado reconheceu que as mulheres são designadas para áreas onde suas competências são particularmente valiosas, mas não estão limitadas a essas funções. A participação feminina é transversal e beneficia diversas áreas da operação, contribuindo para uma resposta mais abrangente e eficaz às demandas dos migrantes e refugiados.

Assim, de acordo com Wilmarie Marchany (2022) o argumento em torno das mulheres nas Forças Armadas não é mais sobre a cultura e o papel das mulheres nas missões militares, mas sim sobre a sua participação como necessidade para a eficácia militar.

Cabe destacar que embora existam desafios, especialmente relacionados a diferenças culturais e à necessidade de adaptação em contextos específicos, a participação das mulheres é essencial para o cumprimento dos objetivos humanitários da missão. O reconhecimento institucional de suas contribuições e a promoção de uma integração efetiva e igualitária são fundamentais para potencializar os benefícios de sua atuação.

Ainda com relação às diferenças de comportamento entre homens e mulheres militares, o Entrevistado 5 mencionou que percebeu “uma diferença natural de abordagem. Naturalmente se aborda um homem diferente de uma mulher, em qualquer situação.” Ele destacou os pontos positivos da participação feminina como “a oportunidade de atender as refugiadas com mais eficácia e empatia.” Sendo assim, essas contribuições foram reconhecidas pelos homens militares como elementos que tornam a Operação Acolhida mais eficiente e acolhedora para os migrantes e refugiados.

Em outras palavras, o que se vislumbra da análise das entrevistas é que a participação feminina no Exército está mais atrelada à “mão amiga” das forças, enquanto o “braço forte” permanece exclusivo aos militares homens. De acordo com o Entrevistado 4, a “atividade de segurança, patrulhamento, patrulhamento nos abrigos, então são atividades mais voltadas tipicamente para o seguimento masculino, porque da mesma forma que existe essa facilidade do feminino de se identificar ali com o venezuelano, levantando informações também em relação a mulheres trabalhando em segurança, também passa a ser diferente.”

Talvez essa percepção se dê pelo fato da recente inserção histórica de mulheres na atividade militar, como abordado no primeiro capítulo. Ao adentrarem no quadro militar, elas ainda estavam direcionadas a atividades administrativas e, atualmente, boa parte ainda pertence

a setores de cuidados, como as áreas da saúde (Mariani, 2022), muito embora iniciativas como o alistamento voluntário de mulheres deva alterar essa realidade.

Por um longo período, as Forças Armadas estiveram restritas à participação masculina. (Mariani, 2022, p.313). Todavia, com a luta feminina por igualdade no meio social, profissional e educacional e a conseqüente conquista dos Direitos das Mulheres expressos nos mais diversos dispositivos legais, tanto nacionais quanto internacionais, o país, progressivamente, tem dado abertura à presença feminina no âmbito militar.

A natureza das missões militares também é considerada como influenciadora da extensão da participação das mulheres. Segal levanta a hipótese de que quanto maior a importância relativa da luta de guerra real (especialmente combate terrestre), menor a participação das mulheres, argumentando que, pelo contrário, quanto mais as Forças Armadas estiverem envolvidas em missões de manutenção da paz ou operações que se assemelham a funções policiais nacionais, maior será o envolvimento das mulheres (Segal, 1995, p.762).

Por fim, o Entrevistado 14, assessor da Divisão de Assuntos Cíveis do COTER, comentou que a transição gradual de funções militares para agentes civis está sendo providenciada à medida que a operação avança: “Ao longo dos últimos 3 anos, o Exército Brasileiro tem diminuído o efetivo na operação, atualizando-o por civis contratados pela União.” Esse movimento demonstra uma adaptação para reduzir a presença militar e aumentar a participação civil no suporte direto aos migrantes, mantendo o caráter temporário da operação e promovendo uma transição para a gestão civil.

### **3.3 Aspectos Positivos e Negativos da Presença Feminina na Operação Acolhida**

Com base nas entrevistas realizadas com militares que atuaram na operação, esta seção analisa os aspectos positivos e negativos da participação feminina, ilustrando a argumentação com trechos das entrevistas. A presença de mulheres militares na Operação Acolhida foi reconhecida pelos entrevistados por seu impacto positivo no acolhimento de migrantes e refugiados, especialmente mulheres e crianças venezuelanas.

Um dos principais pontos positivos destacados foi a capacidade das mulheres militares de proporcionar um acolhimento mais empático às migrantes e refugiadas venezuelanas. O Entrevistado 1, oficial de planejamento da FT Log Hum, enfatiza que “o acolhimento será melhor realizado se for feito também por uma mulher, porque a mulher vai se sentir melhor acolhida tanto pelas situações normais que a mulher passa (...) e como também no dia a dia.” Essa sensibilidade feminina é vista como um atributo essencial para entender e vivenciar as

experiências pelas quais os migrantes estão passando, permitindo um atendimento mais humanizado e eficaz.

Nesse sentido, o Entrevistado 15, comandante da FT, ressaltou que a presença de mulheres militares impacta positivamente a dinâmica e a eficácia da Operação Acolhida, pois aportam um olhar mais detalhista e sensível, complementando as percepções dos homens. Em áreas como os abrigos e na gestão de espaços destinados ao público feminino, a atuação das mulheres militares é essencial, tanto pelo aspecto operacional quanto pela facilidade de comunicação e entendimento das necessidades específicas das migrantes e refugiadas.

Há uma percepção de que a presença feminina também facilita o estabelecimento de confiança entre os migrantes e refugiados e as forças militares. O Entrevistado 4, adjunto do CCOP, observa que “os pontos positivos são principalmente a facilidade de ter contato com o venezuelano, a capacidade de levantar informações e manter o banco de dados da Acolhida constantemente informado.” Essa proximidade permite que informações críticas sobre as necessidades e vulnerabilidades dos migrantes sejam obtidas com maior facilidade, contribuindo para a eficiência da operação.

Além disso, relatou-se que a participação de mulheres militares melhorou a integração com agências e organizações parceiras, muitas das quais possuem um número significativo de profissionais do sexo feminino. Conforme indicado pelo Entrevistado 1, “quando você também tem no braço militar mulheres, esse relacionamento com as agências, com esse braço civil, que boa parte são mulheres também, fica mais facilitado.” Essa colaboração foi destacada como eficaz e importante para o sucesso das operações humanitárias que possuem uma numerosa quantidade de agências civis envolvidas. No entanto, importante destacar que a facilidade na comunicação deve ser um ponto oferecido por todos os militares, independentemente do gênero, para garantir uma colaboração eficaz.

Ainda nesse sentido, houve a percepção de que a presença das mulheres também fortalece a relação entre as Forças Armadas e as agências civis e parceiras internacionais, que têm grande contingente feminino. Esse aspecto é essencial para o desenvolvimento de ações integradas, especialmente quando se trata de casos sensíveis como violência doméstica, onde a participação de mulheres militares pode ser fundamental. O Entrevistado 4 reforça que “no Posto de Recepção e Acolhimento, a presença feminina ajuda a identificar problemas de exploração ou abuso”, garantindo um monitoramento mais atento às condições dos migrantes.

Sendo assim, observa-se, mais uma vez, a importância de um preparo militar específico para as questões femininas que abordem temas que ultrapassem a questão do assédio sexual, especialmente em contextos migratórios que exigem maior sensibilidade e atenção. A interação

facilitada com agências civis reforça a necessidade de capacitar todos os militares para estabelecer vínculos eficazes, promovendo um trabalho integrado no acolhimento e proteção dos migrantes e refugiados. Pois, perceber situações abusivas ou ilegais também não depende de gênero, mas sim de um olhar mais treinado para essas questões.

Os entrevistados destacam ainda que a inserção feminina facilita o contato inicial com as mulheres e crianças migrantes e refugiadas, uma vez que, culturalmente, elas tendem a se sentir mais confortáveis e seguras ao serem atendidas por mulheres. Em situações de vulnerabilidade, como casos de violência doméstica e abusos, a interação com mulheres militares torna-se fundamental para que essas vítimas se sintam à vontade para relatar suas experiências e buscar apoio. Assim, as mulheres militares não só garantem um acolhimento mais humanizado, mas também são valorizadas para estabelecer um ambiente mais seguro e empático.

Destaca-se também, das entrevistas, que as mulheres trazem uma abordagem mais sensível e detalhada às interações com migrantes, o que se reflete em um acompanhamento mais minucioso das necessidades individuais dos migrantes e refugiados. Essa sensibilidade, apontada como uma “empatia natural” em várias entrevistas, potencializa a confiança no atendimento e permite que questões complexas e íntimas sejam abordadas com maior facilidade. Além disso, o vínculo que as militares estabelecem com o público feminino ajuda a criar uma rede de apoio emocional para as migrantes e refugiadas, o que é especialmente relevante em uma operação de acolhimento humanitário.

Segundo Maria Elizabeth Rocha, o soldado moderno não é mais um mero aplicador da violência, seu papel transmutou-se diante do novo conceito de guerra. A cultura militar não pode mais ignorar a existência de segmentos diferenciados marcados por formas de pertencimento e adstrição de identidades legítimas (Rocha, 2017). Sendo assim, o primeiro capítulo desta dissertação trouxe que, segundo Ruddick, Cohn e Hill,

O gênero também funciona como um sistema simbólico: as nossas ideias sobre ele permeiam e moldam as nossas ideias sobre muitos outros aspectos da sociedade para além das relações homem-mulher – incluindo política, armas e guerra. A maneira mais fácil de ver isso é observar alguns dos adjetivos associados à masculinidade (por exemplo, forte, racional, prudente, ativo, objetivo) e feminilidade (por exemplo, fraca, sensível, irracional, impulsiva, passiva, subjetiva) (Ruddick, Cohn & Hill, 2005, p. 2).

Nesse sentido, segundo Foiatto (2018), não é correto afirmar que as mulheres são sempre maternais e empáticas por natureza. Dessa forma, generalizar e imputar características fixas a qualquer um dos gêneros é, no mínimo, um comportamento arriscado e leviano que deve

ser evitado, já que os seres humanos são únicos e diferentes entre si, independentemente do gênero que possuem.

Diante dessa perspectiva, a implementação de um preparo específico que aborde questões de gênero de forma mais ampla, indo além do tema do assédio sexual, é essencial para todo o contingente, incluindo homens e mulheres. Essa medida representa uma oportunidade de aprimorar as atividades da força no acolhimento e criar um ambiente ainda mais seguro e acolhedor para migrantes e refugiadas. Um treinamento mais abrangente permitiria que os militares, independentemente do gênero, desenvolvessem uma compreensão mais profunda das necessidades específicas das mulheres em situações de vulnerabilidade, fortalecendo sua capacidade de oferecer um atendimento empático e sensível. Além disso, ao integrar essas competências, o Exército estaria melhor preparado para enfrentar cenários complexos, nos quais a transversalidade de gênero contribui para uma maior eficácia operacional e para o cumprimento dos objetivos humanitários.

Outro aspecto positivo percebido foi a capacidade das mulheres militares de impor disciplina e manter a ordem nos abrigos. O Entrevistado 3, chefe do PTrig, ressalta que as mulheres “sabem impor todas as normas, sabem impor rotinas específicas, sabem impor o dever de se ter disciplina, de se ter o mínimo de regramento para um convívio amistoso e amigável dentro dos abrigos.” Essa habilidade contribui para um ambiente mais seguro e organizado, beneficiando tanto os migrantes e refugiados quanto os militares envolvidos.

Assim, as mulheres demonstram que a disciplina não é uma habilidade restrita a um gênero, mas sim uma competência que pode ser exercida com eficácia e determinação por qualquer pessoa devidamente qualificada. Sua atuação evidencia que são tão aptas quanto seus colegas homens para enfrentar os desafios de manter a ordem e promover um ambiente de respeito e cooperação, bem como estabelecer segurança.

Por outro lado, apesar dos benefícios, a participação feminina também apresenta desafios. Um dos pontos negativos apontados é a dificuldade enfrentada por alguns militares em conciliar a distância da família. O Entrevistado 1 relata que “a mulher tem mais dificuldade em se adaptar longe da família (...) esses cinco meses para uma mulher pesa muito, muito mais do que pesa para um homem.”

No entanto, é importante ressaltar que a dificuldade de ficar longe de casa é uma realidade enfrentada por todos os militares, independentemente do gênero. A Entrevistada 11, da área da saúde, também menciona que “a distância da família, dos amigos” foi um dos maiores desafios, afetando o bem-estar emocional de todos os envolvidos na operação.

A Entrevistada 8, da assistência social, também fez menção as dificuldades de ambos os gêneros ao estarem afastados de suas famílias e rotinas habituais, destacando a necessidade de uma atenção maior ao apoio psicológico a todos os militares que estejam na missão, independente do gênero.

Essa distância prolongada pode afetar o bem-estar emocional dos militares, homens e mulheres, impactando especificamente seu desempenho operacional. O Entrevistado 3 acrescenta que “essa questão afetiva, ela é sensível, né? Ela começa a aumentar, né?... com o transcorrer da missão”, o que evidencia que a ausência prolongada da família pode gerar desgaste emocional tanto para os homens quanto para mulheres, embora o impacto possa ser mais intenso para alguns indivíduos.

Outro desafio está relacionado às diferenças culturais e ao respeito por parte dos homens venezuelanos para com as mulheres militares. O Entrevistado 5, chefe do PRA, observa que “elas precisam se impor pra conquistar esse respeito. Talvez por causa de questões culturais deles mesmo.” Essa necessidade de se impor pode gerar situações de tensão e exigir um esforço adicional das mulheres militares para garantir sua autoridade e segurança.

A questão do assédio sexual e da importunação também foi mencionada como um ponto negativo. O Entrevistado 3 alerta que “talvez seja o assédio que por ventura ocorre, um assédio sexual, uma importunação sexual. Uma vez que praticamente todos que estão trabalhando lá, eles estão fora de seus lares, estão em missão.” Segundo ele, a convivência prolongada em ambientes isolados pode aumentar o risco de incidentes desse tipo, exigindo medidas preventivas e um acompanhamento mais específico por parte dos comandantes.

Nessa perspectiva, algumas percepções internas nas Forças Armadas podem influenciar negativamente a participação feminina. O Entrevistado 2, do Centro de Coordenação Logística, aponta que, no Exército, “a militar feminina ela é mais... assim... ela é mais psicóloga do que militar, ou ela é mais jurista do que militar e ela é mais... assim... nutricionista do que militar.” Essa visão pode refletir estereótipos de gênero e subestimar a capacidade das mulheres de desempenhar funções especificamente militares, limitando seu potencial dentro da operação.

Outro problema mencionado foi a falta de infraestrutura adequada para o segmento feminino, especialmente nos primeiros contingentes. A Entrevistada 8 lembra que, em um dos contingentes iniciais, as “fardas que recebiam eram masculinas” e faltavam “banheiros e alojamentos funcionais para as mulheres”, situações que foram parcialmente resolvidas em contingentes subsequentes. Essa deficiência de infraestrutura e o desconforto causado pela falta de adaptações específicas para que as mulheres demonstrem a necessidade de ajustes contínuos, especialmente em operações onde a diversidade de gênero é importante.

Nesse sentido, a Entrevistada 11 relata ainda que,

(...) alguns homens se estressaram porque a gente tava dormindo em barracas, daí tiraram a gente das barracas e colocaram nos contêineres, onde os homens estavam. Tiveram alguns homens que reclamaram muito sobre isso, outros acharam correto porque disseram que a operação só funcionava por causa da gente. Então, a gente tinha que ter o mínimo de conforto (Entrevistada 11).

Dessa maneira, percebe-se que há uma necessidade de melhorias na infraestrutura de forma que os militares, homens e mulheres, possam desempenhar suas funções com maior conforto e sensação de bem-estar.

Além disso, a ausência de um treinamento específico para o segmento feminino foi identificada como uma limitação na preparação dos contingentes. O Entrevistado 13, do COTER, confirma que “não há uma preparação específica para mulheres”, mesmo em funções que envolvem diretamente a interação com migrantes e refugiadas vulneráveis. Essa falta de preparação específica leva as militares a enfrentar situações desafiadoras sem um suporte adequado, como relatado pela Entrevistada 9, que afeta a dificuldade com a língua espanhola e o impacto disso no atendimento inicial às refugiadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo analisar o preparo e o emprego do segmento feminino do Exército Brasileiro na Operação Acolhida, com ênfase no acolhimento de migrantes e refugiadas venezuelanas. A questão central investigada foi: como um preparo específico para as questões femininas em contexto migratório reflete no emprego do contingente do Exército Brasileiro na Operação Acolhida?

Para responder a esta pergunta, foram estabelecidos três objetivos específicos que se correlacionam com os capítulos deste trabalho. O primeiro buscou compreender a influência do pensamento feminista nos estudos de segurança e defesa e nas estruturas de defesa do Brasil, especialmente no âmbito militar. O segundo descreveu o funcionamento e o histórico da Operação Acolhida, analisando a atuação das mulheres militares: onde estão empregadas e quais funções desempenham. E, por fim, o terceiro buscou compreender como um preparo específico para as questões femininas no contexto migratório pode influenciar as operações de ajuda humanitária decorrentes de crises migratórias e os reflexos no emprego militar.

Nessa perspectiva, adotou-se a técnica da triangulação de dados, combinando a análise de documentos oficiais, revisão de literatura e entrevistas com militares envolvidos no acolhimento humanitário. A triangulação permitiu validar as informações obtidas e aprofundar a análise das experiências e desafios enfrentados pelas mulheres militares, evidenciando convergências e divergências entre o planejamento e a execução no terreno. A coleta de dados, realizada por meio de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, também fez uso da técnica Bola de Neve, que se deu com a utilização de plataformas de redes sociais como Google Meet e WhatsApp, dada a dispersão geográfica dos participantes. Essa combinação metodológica possibilitou uma análise abrangente do preparo e emprego das mulheres militares, destacando suas contribuições e os desafios enfrentados no contexto da missão humanitária.

Ao longo dos capítulos, identificou-se a conexão entre os avanços da inclusão feminina nas Forças Armadas e a importância de abordagens sensíveis ao gênero, influenciadas tanto por pressões internacionais quanto por políticas nacionais que refletem as metas da Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS). Essa agenda trouxe à tona a necessidade de integrar mulheres em contextos de Operações de Paz mas não se limitando a elas, reconhecendo que suas habilidades e perspectivas integram de forma significativa as operações militares.

Nesse sentido, no primeiro capítulo, abordou-se a influência do pensamento feminista nas Relações Internacionais e nos estudos de segurança e defesa, destacando como essa perspectiva tem sido redefinida como estruturas das Forças Armadas brasileiras, especialmente

no Exército. Verificou-se que a inclusão de mulheres nas Forças Armadas não é apenas uma questão de igualdade, mas também uma estratégia para aumentar a eficiência operacional, especialmente em operações de caráter humanitário. A teoria feminista evidencia a necessidade de políticas mais inclusivas e a importância de integrar mulheres não apenas em contextos de operações de paz, mas também em outras missões como as de ajuda humanitária. Alinhando, dessa maneira, o Brasil às diretrizes internacionais, como a Agenda Mulheres, Paz e Segurança da ONU.

Assim, a análise da influência do pensamento feminista nos estudos de segurança e defesa revelou que as perspectivas de gênero ampliam o entendimento sobre o papel das mulheres nas Forças Armadas e desafiam visões tradicionais de segurança que priorizam aspectos puramente militares. O feminismo é apresentado como uma ferramenta analítica que expõe a ausência de mulheres em posições decisórias e operacionais, evidenciando a necessidade de políticas mais inclusivas. Ao compreender a segurança por meio da lente do feminismo, o Brasil se aproxima das diretrizes internacionais, promove a inclusão das mulheres e, conseqüentemente, fortalece a imagem do país no cenário global como um Estado comprometido com a igualdade de gênero.

No segundo capítulo, foram analisados o contexto e a implementação da Operação Acolhida, estruturada nos pilares de ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização dos migrantes e refugiados. Constatou-se que as mulheres militares desempenharam papéis essenciais em cada um desses pilares, destacando-se por sua proatividade, sensibilidade e habilidade para lidar com situações de vulnerabilidade, especialmente no atendimento a mulheres e crianças migrantes. Essas características foram importantes para a humanização do acolhimento prestado pela operação.

Dado o impacto positivo que a inclusão de mulheres pode gerar nas operações humanitárias, recomenda-se que a Companhia de Assuntos Cíveis amplie a participação feminina em suas equipes. Funções diretamente ligadas ao contato com civis, como acolhimento, triagem e interiorização, beneficiando-se da perspectiva diferenciada das mulheres, especialmente ao lidar com grupos vulneráveis, como mulheres e crianças migrantes. Essa maior representatividade contribui para o fortalecimento da confiança e da comunicação entre as Forças Armadas, agências parceiras e a população atendida, otimizando os resultados da Operação Acolhida.

Por fim, o capítulo indica que há espaço para melhorias no preparo dos contingentes. A elaboração de diretrizes de treinamento que incrementem a abordagem sobre as necessidades das mulheres e crianças migrantes e refugiadas pode otimizar ainda mais o desempenho de todo

o contingente militar em missões subsidiárias de ajuda humanitária. Assim, sugere-se que a integração de políticas de gênero e treinamentos especializados potencialize não só o papel das mulheres militares, mas de todo o contingente militar, nas missões humanitárias futuras.

No terceiro capítulo, examinou-se as particularidades no preparo e no emprego do segmento feminino do Exército Brasileiro na Operação Acolhida, com base nas percepções de homens e mulheres militares entrevistados e que participaram de um dos contingentes objeto desta pesquisa. Foi identificado que, embora exista um preparo específico para lidar com questões femininas em contexto migratório, ele apresenta uma abordagem restrita, limitada principalmente à questão do assédio sexual, o que gerou desafios significativos. Tal limitação evidenciou a necessidade de um preparo mais abrangente e direcionado para todo o contingente militar, independentemente do gênero, a fim de aprimorar as ações realizadas.

As mulheres militares enfrentaram desafios, como barreiras linguísticas e culturais, mas houve superação e capacidade de adaptação. Sendo assim, sua atuação foi considerada indispensável para o sucesso das atividades humanitárias, especialmente no atendimento a migrantes e refugiadas em situação de vulnerabilidade.

Conclui-se que, embora as mulheres militares não tenham sua eficiência totalmente comprometida pela insuficiência de um preparo específico sobre questões de gênero em contextos migratórios, há espaço significativo para melhorias. A pesquisa indica que todo o contingente militar, incluindo homens e mulheres, poderia ser beneficiado por um treinamento mais sensível e direcionado, que vai além das questões de assédio sexual.

Faz-se necessário contemplar as necessidades específicas de proteção das mulheres, crianças e idosos venezuelanos que o ACNUR aponta, tais como violência sexual e de gênero, proteção legal e física, entre outras. Embora organismos internacionais, Ministério Público e outras agências estejam mais atentos a essas questões, um preparo mais abrangente do Exército tornaria sua atuação mais eficaz, permitindo uma contribuição mais assertiva no enfrentamento dessas situações. Assim, a implementação de diretrizes e capacitações especializadas não apenas potencializaria a contribuição feminina, mas aprimoraria o desempenho de toda a força. Evitando, dessa maneira, que o cuidado seja percebido como um atributo exclusivamente feminino.

Portanto, ao responder à pergunta da pesquisa, identifica-se que a insuficiência de um preparo específico repercutiu no desempenho do Exército Brasileiro na Operação Acolhida, evidenciando a necessidade de capacitar todo o contingente para lidar com questões complexas de gênero e proteção. Ao incluir diretrizes e treinamentos específicos não apenas ao combate ao assédio sexual, mas também às diversas formas de violência de gênero e às necessidades de

proteção, a integração entre homens e mulheres tornaria as operações humanitárias mais equilibradas, eficazes e menos marcadas por estereótipos de gênero. Assim, reforçar-se-ia o compromisso de aprimorar o Exército do futuro, aumentando a sensibilidade quanto às questões humanitárias e tornando-o mais capaz de contribuir para uma sociedade mais inclusiva, justa e preparada para enfrentar cenários complexos.

## REFERÊNCIAS

ACKER, Joan. *Hierarchies, Jobs, Bodies: A Theory of Gendered Organizations*. Gender and Society, v. 4, n. 2, p. 139-158, 1990.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Estratégias de Interiorização**. 2021

\_\_\_\_\_. **O ACNUR antes e depois da Operação Acolhida: uma análise à luz da resposta humanitária brasileira**. 1ªed. Brasília, 2022.

\_\_\_\_\_. **Interiorização**. 2023a. Disponível em:< <https://www.acnur.org/portugues/construir-futuros-melhores/solucoes-duradouras/integracao-local/interiorizacao/>. Acesso em: 14/05/2024.

\_\_\_\_\_. **Dados sobre refugiados no Brasil: Painéis interativos de dados do ACNUR Brasil**. 2023b. Disponível em:< <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugiados-no-brasil/>>. Acesso em: 03/08/2024.

\_\_\_\_\_. **Chefe de operações do ACNUR elogia modelo brasileiro de proteção e integração de refugiados**. 2024a. Disponível em:< <https://www.unhcr.org/news/announcements/unhcrs-operations-chief-praises-brazil-s-refugee-protection-and-integration>. Acesso em: 13/06/2024.

\_\_\_\_\_. **Necessidades específicas de proteção das mulheres, crianças e idosos venezuelanos**. 2024b. Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em: 20 set. 2024.

\_\_\_\_\_. **Guia para acolhimento de pessoas refugiadas e migrantes: Padrões internacionais e a experiência do Sistema Único de Assistência Social no município de São Paulo**. 1ª ed. 2024c.

ALMEIDA, Vanderson Mota de. **A Atuação das Forças Armadas Brasileiras no Acolhimento de Refugiados e Migrantes Vulneráveis**. Dissertação. ECEME: Rio de Janeiro, 2020.

ALVAREZ, Sônia. E. **Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos**. Revista Estudos Feministas, v. 11, n. 2, p. 533–540, dez. 2003.

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras. **Primeiras Aspirantes nas OM**. 2022. Disponível em:< <https://www.aman.eb.mil.br/ultimas-noticias/651-primeiras-aspirantes-nas-om>>. Acesso em: 07/04/2024.

ARIAS, Jenny Garcia. *The crisis-driven shifts of Venezuelan migration patterns*. *International Union for Scientific Study of Population (IUSSP)*. Online. 12 de setembro de 2024. Disponível em:< [www.niussp.org/migration-and-foreigners/the-crisis-driven-shifts-of-venezuelan-migration-patterns/](http://www.niussp.org/migration-and-foreigners/the-crisis-driven-shifts-of-venezuelan-migration-patterns/)>. Acesso em: 01/10/24.

AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?** DP&A. Rio de Janeiro, 2003.

BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata: substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. ISBN 978-85-7631-322-9

BALBINO, Viviane Rios. **Terá a Paz Rosto de Mulher? Uma perspectiva brasileira para os 20 anos da agenda de mulheres, paz e segurança do Conselho de Segurança das Nações Unidas.** Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2022.

BARBOZA, Túlio Pires. **Uma análise da Operação Acolhida sob a ótica da segurança humana.** Dissertação. ECEME: Rio de Janeiro, 2022.

BARROS, Antonio Manoel; SIMÕES, Gustavo da Frota; FRANCHI, Tássio. **Entrevista com Coordenador Operacional da Operação Acolhida General de Divisão Antônio Manoel de Barros.** Coleção Meira Mattos: Rio de Janeiro, v. 16, n. 55, 2022.

BERNARD, Harvey Russell. *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches.* Oxford: AltaMira Press, 2011.

BRASIL. **Política de Defesa Nacional.** Brasília: Ministério da Defesa, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei 9.474 de 22 de julho de 1997.** Define mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília - DF, 1997.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar 97 de 9 de junho de 1999.** Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília – DF, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM.** 2004. Disponível em:< <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sobre/spm>>. Acesso em: 02/10/2024.

\_\_\_\_\_. **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010.** Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Brasília – DF, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.705 de 8 de agosto de 2012.** Dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército. Brasília – DF, 2012a.

\_\_\_\_\_. Livro Branco da Defesa Nacional. Brasília: Ministério da Defesa, 2012b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, 2016.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. **MD 33-M-12 - Operações Interagências.** 2 ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2017. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/operacoes/md33a\\_ma\\_12a\\_opa\\_interagenciasa\\_2a\\_eda\\_2017.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/operacoes/md33a_ma_12a_opa_interagenciasa_2a_eda_2017.pdf). Acesso em: 18 março 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.684 de 21 de junho de 2018a.** Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto no 9.285 de 15 de fevereiro de 2018b.** Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela.

\_\_\_\_\_. **Emprego do Exército Brasileiro na Operação Acolhida - Enfoque na organização e no funcionamento das estruturas montadas para atender os imigrantes - (Compêndio).** Ministério da Defesa. Brasília- DF, p. 1-43. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional.** 2 ed. Brasília, 2020a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, 2020b.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. **EB70-MC-10.248 – Operações Interagências.** 2ª ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2020c.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 10.917 de 29 de dezembro de 2021.** Dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial. Brasília – DF, 2021.

\_\_\_\_\_. Casa Civil - CFAE – Comitê Federal de Assistência Emergencial. **19ª Reunião ordinária do comitê federal de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.** Ata de Reunião. Brasília, 2022a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Operação Acolhida: o trabalho de militares brasileiros na primeira missão humanitária em território nacional.** 04 de novembro de 2022b. Disponível em:<<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/operacao-acolhida-o-trabalho-de-militares-brasileiros-na-primeira-missao-humanitaria-em-territorio-nacional>>. Acesso em: 04/04/2024.

\_\_\_\_\_. **Diretriz para o Preparo do 16º Contingente da Operação Acolhida.** Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2023a.

\_\_\_\_\_. **Diretriz para o Preparo do 17º Contingente da Força-Tarefa Logística Humanitária - Operação Acolhida.** Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. 13 de junho de 2023b.

\_\_\_\_\_. **Diretriz para o Preparo do 18º Contingente da Força-Tarefa Logística Humanitária - Operação Acolhida.** Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando Militar do Oeste. 04 de dezembro de 2023c.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. **EB70-MC-10.236 – Operações de Ajuda Humanitária.** 1 ed. Brasília: Ministério da Defesa: 2023d.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. **Aditamento de Pessoal Especial Nº 005 da 1ª seção ao BI Nº 066/CML.** 2023e.

\_\_\_\_\_. Operação Acolhida. **Governo do Amazonas assume a gestão do Posto de Interiorização e Triagem (PTrig) de Manaus.** 2023f. Disponível em:<<https://www.instagram.com/reel/C0m0J6wuHk6/>>. Acesso em: 10/12/2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Inédito no Brasil, alistamento militar feminino terá início em 2025.** Ministério da Defesa, 2024a. Disponível em:<<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/inedito-no-brasil-alistamento-militar-feminino-tera-inicio-em-2025>>. Acesso em: 02/09/2024.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Painel Interativo: Estratégia de Interiorização.** 2024b. Disponível em:<<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>>. Acesso em: 17/09/24.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. **Implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança.** 1ª ed. Ministério da Defesa: COTER, 2024c.

\_\_\_\_\_. **Decreto Presidencial nº 12.154, de 27 de agosto de 2024d.** Dispõe sobre o serviço militar inicial feminino.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Operação Acolhida concedido via DIEx nº 466 - IMM/ECEME.** 2024e.

\_\_\_\_\_. **Decreto Presidencial nº 12.038, de 29 de maio de 2024f.** Institui a Política Nacional de Fronteiras e seu Comitê Nacional.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, 2024g.

BRYCE, Hannah. *Could more women soldiers make the Army stronger?* BBC News, 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-41969817>>. Acesso em: 30/06/2024.

BRUNEAU, Thomas C.; CROISSANT, Aurel. *Civil-Military Relations: Control and Effectiveness Across Regimes.* Lynne Rienner Publishers, 2019.

BUZAN, Barry. **People, State and Fear: an agenda for international security studies in the post-Cold War era.** Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1991.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de Segurança Internacional.** São Paulo: Ed UNESP, 2012. ISBN 978-85-393-0266-6.

CALDER, Ana Fernanda; SANTOS, Thauan; MENDES, Cintiene Sandes Monfredo. **Mapeando a participação da Marinha do Brasil em cooperação interagência (2010-2020).** Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 9, n. 1, p. 15-42, jan./jun. 2022.

CARREIRAS, Maria Helena. *Gender and the Military: Women in the Armed Forces of Western Democracies.* London: Routledge, 2006.

\_\_\_\_\_. **Mulheres, direitos e eficácia militar: o estado do debate.** Revista Militar, v. online, n. 2536 - maio de 2013.

CARLUCCIO, Mariana Zamboni. **A Participação das Mulheres Peacekeepers nas Operações de Paz da ONU: Um Olhar de Gênero sobre o Brasil e a Minustah.** Dissertação. ECEME: Rio de Janeiro, 2020.

CASTRO, Celso et al. **Operation Acolhida: An Oral History.** Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 2022.

CERÁVOLO, Luiz Eduardo Santos. **Respostas do Governo Brasileiro frente à migração de venezuelanos para Roraima (2015 – 2018).** Dissertação. ECEME: Rio de Janeiro, 2019.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** Livro eletrônico. São Paulo: Cortez, 2018. ISBN 978-85-249-2647-1

CICERO, Pedro Henrique Moraes; GOMES, Ana Carolina Lima. **Paradoxo da Abundância: Rentismo e (Sub)Desenvolvimento na Venezuela Bolivariana.** Revista de Estudos Internacionais, v. 12, 2021. ISSN 2236-4811.

COHN, Carol; HILL, Felicity; RUDDICK, Sara. **The Relevance of Gender for Eliminating Weapons of Mass Destruction.** The Weapons Of Mass Destruction Commission, Estocolmo, v. 38, p.1-12, jun. 2005. Disponível em: <<https://genderandsecurity.org>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2023.

COSTA, Renata Alves da. **Cooperação interagências: um estudo da relação civil-militar na Operação Acolhida (2018-2020).** Dissertação de Mestrado. ECEME: Rio de Janeiro, 2020.

DRUMOND, P; REBELO, T. **Implementando a Agenda Sobre Mulheres, Paz e Segurança no Brasil: Uma Revisão Sobre o Plano Nacional de Ação.** Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, março de 2018.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

ENLOE, Cynthia. **The Curious Feminist: Searching for Women in a New Age of Empire.** University of California Press, 2004.

\_\_\_\_\_. **Bananas, Beaches and Bases - Making feminist sense of international politics.** 2. ed. California: University of California Press, 2014.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas.** Fundação Getúlio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020. ISBN: 978-85-68823-87-3.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3 ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

FLORIO, Bibiana Poche; KYRILLOS, Gabriela de Moraes; OAKES, Rachel Ferreira. **Normativas Internacionais de Gênero: Agenda Mulheres, Paz e Segurança e o Caso Brasileiro.** Revista Feminismos, V. 11, N 1 - jan – jun/2023.

FOIATTO, Jordana. **Representação de Gênero nos Conflitos Armados: Uma Análise da Produção Teórica Feminista em Relações Internacionais a partir de 1980.** Cadernos de

Relações Internacionais. Edição especial “Gênero e Sexualidade nas RI”, Vol. 2. Rio de Janeiro, 2018.

FRANCHI, Tássio. **Operação Acolhida: A Atuação das Forças Armadas Brasileiras no Suporte aos Deslocados Venezuelanos.** Military Review, 2019. Disponível em: <[www.armyupress.army.mil](http://www.armyupress.army.mil)>. Acesso em: 14/12/2023.

GARCIA, Eugênio Vargas. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): Vencer ou Não Perder.** Fundação Alexandre Gusmão, 2000. Disponível em:<<https://cpdoc.fgv.br/files/primeira-republica>>. Acesso em: 11/07/2024.

GASPER, Des. *Securing humanity: Situating “Human Security” as Concept and Discourse.* Journal of Human Development, v. 6, p. 221-245, 2005.

GERALDO, Anderson Félix. **As abordagens azul e verde na preparação dos peacekeepers brasileiros.** In: CCOPAB e Operações de Paz: Perspectivas, Reflexões e Lições Aprendidas. Rio de Janeiro: CCOPAB, 2020. p. 143-162.

GIANNINI, Renata Avelar. **Promover Gênero e Consolidar a Paz: a experiência brasileira.** Instituto Igarapé. Artigo Estratégico 9, setembro 2014.

GONÇALVES, Júlia Gomes Lopes. **Um estudo sobre o processo de elaboração do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança.** Dissertação de Mestrado. ECEME: Rio de Janeiro, 2024.

HAMANN, Eduarda; GIANNINI, Renata; PEREIRA, Pérola Abreu. **Mulheres Brasileiras em missões de Paz: a coragem em dados e relatos.** Artigo Estratégico 44. Instituto Igarapé, 2019.

HRW - Human Rights Watch. **“O êxodo venezuelano: A necessidade de uma resposta regional a uma crise migratória sem precedentes”**, 3 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2018/09/03/322090>. Acesso em: 10 janeiro 2024.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais: Teorias e abordagens.** Tradução: Bárbara Duarte. Zahar: Rio de Janeiro, 2021.

JUNIOR, Admardo Bonifácio Gomes; LOPES, Fernanda Tarabal; TEIXEIRA, Marcella Barboza Miranda. **Gênero e Feminismos: conceitos e perspectivas.** Caderno Espaço Feminino, V.32, n.1. Uberlândia-MG, 2019.

KANAA, Georges Feres. **Operação Acolhida: A maior operação conjunta-interagências e de natureza humanitária no Brasil.** Doutrina Militar Terrestre em Revista. v.7, n. 18, 2019.

KYRILLOS, Gabriela. M. **Os direitos das mulheres no sistema internacional de Direitos Humanos.** Captura Crítica: direito, política, atualidade, v. 5, n. 1, p. 57–79, 2016.

MARCHANY, Wilmarie Gloria. **Por que o aumento da presença das mulheres nas Forças Armadas brasileiras é importante para a paz mundial.** Observatório Militar da Praia Vermelha. ECEME: Rio de Janeiro, 2023.

MARIANI, Taiza Andrade. **Mulheres nas Forças Armadas: protagonismo, trajetórias e desafios.** Revista do Ministério Público Militar – Ano XLVII Edição n. 36 – março de 2022.

MARIUZZO, Patrícia. **Mulheres nas Forças Armadas Desafiam o Conceito de Soldado.** Revista Ciência e Cultura: São Paulo, v.60, n.4, 2008.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **As mulheres chegam aos quartéis.** XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/paz-e-seguranca-internacionais/manutencao-e-consolidacao-da-paz/publicacoes>. Acesso em: 11 de dezembro de 2023.

MENDONÇA, Maria Zilka Farias de. **Teoria Feminista e Dominação Masculina: Aspectos de Continuidade e seus Efeitos para as relações Internacionais.** NEARI em Revista, v.1, n.2, 2015.

MENDONÇA, Roberta Rayza Silva. **Direitos Humanos e Refúgio: vivências de mulheres refugiadas nos países de acolhimento.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1994. ISBN 85.326.1145-1

MOMMER, Bernard. **Petróleo subversivo.** Caracas: UCV, 2002.

MONTE, Izadora Xavier do. **O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais.** Revista Estudos Feministas, v. 21, p. 59-80, 2013.

MOSER, Caroline. *Has gender mainstreaming failed?* International Feminist Journal of Politics, v. 7, n. 4, p. 576-590, 2005.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando Pesquisa, Clínica e Política.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006

NEVES, Angela Nogueira; NISHIO, Julia de Souza Lucena; NETO, Danilo Marcondes de Souza. **Reflexões sobre o preparo para missões de paz de caráter individual a partir do nível microdinâmico.** In: CCOPAB e Operações de Paz: Perspectivas, Reflexões e Lições Aprendidas. Rio de Janeiro: Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), 2020, p. 7-36.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria da Relações Internacionais - Correntes e Debates.** 1. ed. Elsevier, 2005. ISBN: 9788535216875.

OBMIGRA - Observatório das Migrações Internacionais. **Relatório anual sobre a migração venezuelana no Brasil.** 2024. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br>>. Acesso em: 08/06/2024.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. **Indicadores de Governança da Migração: Segundo Perfil 2022. República Federativa do Brasil.** Genebra, 2022.

OLIVEIRA, George Alberto Garcia de. **A Utilização do Componente Militar Brasileiro Frente à Crise Migratória da Venezuela.** Military Review, novembro de 2018.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Carta das Nações Unidas.** 1945.

\_\_\_\_\_. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher.** Pequim, 1995. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br>> Acesso em: 07/04/2024.

\_\_\_\_\_. **Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança.** 2000.

OSAGI – Office of the Special Adviser on Gender. **Relatório de 2004 do Secretário-Geral sobre Mulheres, Paz e Segurança.** 2004. Disponível em: <[www.un.org/womenwatch/osagi/wps/sg2004.htm#S/2004/814](http://www.un.org/womenwatch/osagi/wps/sg2004.htm#S/2004/814)>. Acesso em: 08/04/2024.

PAIVA, Ana Luiza Bravo e; RODRIGUEZ, Ana Paula Moreira; MENDES, Cintiene Sandes Monfredo. **Movimentos populacionais e desafios de gestão na fronteira norte: um estudo de caso do fluxo migratório venezuelano.** Fronteiras Migratórias Comparadas: desenvolvimento, segurança e cidadania. 1ed. Macapá: UNIFAP, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Feminismo, História e Poder.** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos.** Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 43 -55, jan./abr. 2005.

PORTO, Dayse. **Recriação do Ministério das Mulheres e 91 anos de voto feminino no Brasil.** Revista eletrônica Casa Comum. Fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://revistacasacomum.com.br/mulheres-e-participacao-politica-criacao-do-ministerio-das-mulheres-e-91-anos-de-voto-feminino-no-brasil/>>. Acesso em: 02/10/2024.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RESENDE, Stella. **Uma questão de gênero: Mulheres, Forças Armadas e Operações de Paz.** Cadernos de Relações Internacionais, v.11, n.2, 2017.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira. **A mulher militar e sua integração nas Forças Armadas.** Revista CEJ, Brasília, Ano XXI, n. 72, maio/ago 2017.

RODRIGUES, Cheslaine Tavares da Silva. **Contribuições da Operação Acolhida para a Política Migratória Brasileira.** Dissertação. ECEME: Rio de Janeiro, 2021.

ROVINA, Denise Pellegrini Maia; SOUZA, Neyde Lúcia de Freitas. **A mulher militar brasileira: conquistando mares, alçando voos e desbravando terras.** PDF. ESG: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: [www.gov.br/esg/pt-br/composicao/estudos-](http://www.gov.br/esg/pt-br/composicao/estudos-)

estrategicos/amulhermilitarbrasileiraconquistandomaresalandovoosedesbravandoterras.pdf.  
Acesso em: 29 de julho de 2024.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. EDUSP: São Paulo, 1998.

SALAZAR, Allan Danilo Paiva. **As contribuições da Operação Acolhida para a segurança e a defesa nacional no âmbito da Política Nacional de Defesa**. Policy Paper. ECEME: Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, Marcelo Ferme dos. **O papel das Forças Armadas Brasileiras durante a fase de interiorização da Operação Acolhida**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). ECEME: Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, Valdir Júnior dos; SCHIRMER, Julia Fagundes Queiroz; ANTLOGA, Carla Sabrina Xavier. **Mulheres no trabalho militar: uma revisão bibliométrica e crítica**. Universidade de Brasília: Brasília, 2023.

SCHWINGEL, Sérgio; SIMÕES, Gustavo da Frota; FRANCHI, Tássio. **Entrevista com o Coordenador Operacional da Operação Acolhida (2021-2023): General de Divisão Sérgio Schwingel**. Coleção Meira Mattos: Revista das Ciências Militares, Rio de Janeiro, v. 18, n. 61, p. 175-184, janeiro/abril 2024.

SEGAL, Mady Wechsler. *Women's Military Roles Cross-Nationally: Past, Present, and Future*. Gender and Society, v. 9, nº. 6, 1995.

SILVA, Aderson Iwamoto da. **Os desafios para o Brasil na condução da Operação Acolhida**. Monografia. ECEME: Rio de Janeiro, 2019.

SYLVESTER, Christine. *Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era*. Cambridge University Press, 1994.

SIMÕES, Gustavo da Frota. **Venezuelanos em Roraima: características e perfis da migração venezuelana para o Brasil**. Fluxos Migratórios e Refugiados na Atualidade, 2017a.

SIMÕES, Gustavo da Frota *et al.* **Perfil Sociodemográfico e Laboral da Imigração Venezuelana no Brasil**. Gustavo da Frota Simões (organizador). Curitiba: CRV, 2017b.

SIMOES, Gustavo da Frota; ROCHA, Rafael. **Governança no âmbito da imigração venezuelana no estado de Roraima: o papel da Universidade Federal de Roraima**. In BAENINGER, Rosana; JAROCHINSKI SILVA, João Carlos (org.). **Migrações Venezuelanas**. Nepo-Unicamp. Campinas, 2018, p. 78-86.

SIMÕES, Gustavo da Frota. **Considerações sobre o perfil dos migrantes venezuelanos para os países da América do Sul e Caribe**. Observatório Militar da Praia Vermelha. ECEME: Rio de Janeiro, 2020.

SIMÕES, Gustavo da Frota; CERÁVOLO, Luiz Eduardo Santos; FRANCHI, Tássio. **A evolução da legislação sobre o refúgio no âmbito internacional, regional e nacional e seus impactos para a Operação Acolhida**. A Defesa Nacional, v. 2021, p. 1-200, 2021.

SIMÕES, Gustavo da Frota; VAZ, Luísa Guimarães. **O Preparo e o Emprego Militar na Crise Migratória Venezuelana no Brasil**. Boletim da Conjuntura (BOCA), Ano V, v. 15, n. 45. Boa Vista, 2023.

SOUZA, Orlando Mattos Sparta. **O aumento do fluxo de migrantes forçados no Brasil como desafio para a preservação da Defesa Nacional no século XXI**. Tese. ECEME: Rio de Janeiro, 2021.

SOUZA, Orlando Mattos Sparta de; LOPES, Roger Refuge Gonçalves. **A participação do componente militar brasileiro nas ações governamentais em resposta à crise migratória venezuelana**. A Defesa Nacional, n. 846, 24 jan. 2022.

SOUZA, Stefani dos Santos. **Presença das Mulheres nas Forças Armadas**. Coisa Pública, 9 de setembro de 2024. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/coisapublica/2024/09/09/presenca-das-mulheres-nas-forcas-armadas/>>. Acesso em: 12/07/2024.

TICKNER, J. Ann et al. **Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security**. Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. Ann; TRUE; Jacqui. **A Century of International Relations Feminism: From World War I Women's Peace Pragmatism to the Women, Peace and Security Agenda**. International Studies Quarterly. 2018.

TRIVIÑIOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. ISBN 85-224-0273-6

UN – United Nations. **Uniformed Gender Parity Strategy 2018-2028**. 2019. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/uniformed-gender-parity-strategy-2018-2028-full-text>>. Acesso em: 16/04/2024.

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. **Relatório sobre a situação das mulheres em contextos de crise humanitária**. 2023. Disponível em: <<https://www.unfpa.org>>. Acesso em: 20/09/2024.

UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. **Progresso das Mulheres do Mundo (2008-2009): Quem Responde às Mulheres? Gênero e Responsabilização**. Relatório. 2009. Disponível em: <<https://www.unwomen.org>>. Acesso em: 07/04/24.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas, Campinas-SP, v. 22, n. 44, 2014. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>>. Acesso em: 08/10/2024.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres**. Pequim: ONU Mulheres, 1995. Disponível em: <[https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao\\_beijing.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf)>. Acesso em: 17/05/2024.

WALBY, Sylvia. *Gender Mainstreaming: Productive Tensions in Theory and Practice*. Oxford University Press, November, 2005. DOI: 10.1093/sp/jxi018.

WILLIAMS, Paul D. *Security Studies: An Introduction*. New York: Routledge, 2008.

## ANEXO A

### Entrevistas

#### Grupo 1 - Militares homens que participaram da Operação Acolhida (16º ao 18º contingente)

##### Entrevista 1

**Entrevistadora** – Boa tarde, Entrevistado 1. Vamos iniciar nossa entrevista. Eu gostaria que, antes de responder as perguntas, o sr. fizesse uma breve apresentação inicial explicando sobre suas atividades na operação.

**Entrevistado 1** - Boa tarde, Pollyanna. Então bem. Vou começar aqui a responder as perguntas da entrevista né? Mas antes disso eu vou fazer a ambientação, né? Vou me apresentar e explicar um pouco sobre a minha função ali na Operação Acolhida, tá? Eu sou o Entrevistado 1, sou da turma de 2005 e atualmente sirvo no Comando Militar do Oeste. Eu fui selecionado para participar da Operação Acolhida, no 18º contingente, né? Cada contingente a um certo tempo, não é desde o início da operação que é assim, mas acredito que a partir do 8º contingente começou isso, então cada contingente são um ou dois Comandos Militares de Área selecionados para compor esse contingente, né? Então eu fui selecionado pelo 18º contingente onde foram os Comandos Militares do Oeste e os Comandos Militares do Norte, dois contingentes. Lembrando que quando eu falo desse 18º contingente é o contingente do Exército Brasileiro. Eu lembro que a Operação Acolhida é uma operação conjunta, envolve as três Forças Armadas e o contingente tanto da Marinha como da Força Aérea são diferentes, visto que no Exército são cinco meses cada contingente, já na Marinha são quatro meses, na Força Aérea também tem... é...é diferente, alguns quatro meses, outros cinco meses. Médicos é um período de um mês. Então, o tempo de missão varia entre as Forças Armadas, né? E aí existem diferentes situações também, né? Porque há militares foram meados, ficam um ano, tá? Enfim... Então, eu fui para ser o oficial de planejamento da Força-Tarefa Logística Humanitária, né? Que é o nome da Força Tarefa que está atuando na Operação Acolhida. Tendo em vista que a Operação Acolhida, além da Força Conjunta, é uma operação interagências, envolve diversas agências e instituições civis, né? Quer seja de organismos internacionais, como a ONU, aí temos o ACNUR, UNICEF, OIM. Quer seja, instituições nacionais também, Polícia Federal, Receita Federal. Então, são mais de 100 agências e instituições envolvidas na operação. Então, eu era responsável por toda parte de planejamento, né?... da Operação Acolhida. Principalmente o planejamento de operações futuras, o planejamento futuro da operação. Então, há uma célula de trabalho na parte corrente, né? E uma célula, na qual eu chefiava, que fazia todo o planejamento de futuro da Operação Acolhida, tá?

**Entrevistadora** - Como é realizado o preparo do contingente e como você o avalia para lidar com as demandas específicas das migrantes e refugiadas venezuelanas?

**Entrevistado 1** - Então, antes de responder a primeira pergunta, só para complementar a ambientação. Eu cheguei em março de 2024 e retornei em agosto, né? É... agora quem tá lá é o contingente do Comando Militar do Planalto e Comando Militar do Nordeste, tá certo? É...com relação a primeira pergunta...o preparo da Operação Acolhida... então, cada um desses contingentes selecionados já existe uma escala, né?... por parte dessa missão, tá a cargo do MD, do Ministério de Defesa, né?... e da Cada Civil também. Então há um cronograma de planejamento, envolvendo o planejamento tanto nos Comandos Militares de Área de origem, então eu recebi algumas instruções em Campo Grande, na sede do Comando Militar do Oeste,

por exemplo, ok? É... são duas semanas instruções preparatórias para a operação, e quando chega na operação, lá em Boa Vista, há uma semana de preparação também. Visando a operação e principalmente a função que cada um vai desempenhar lá, né? Então, com relação a preparação, são duas semanas na sede onde o militar serve, ok?... e nessa semana de preparação há militares da Operação Acolhida que vem para ministrar instruções, bem como militares do Centro de Preparação de Operações de Paz do CCOPAB, no Rio de Janeiro, que vem para a sede do lugar... pra sede do Comando Militar de Área para ministrar essas instruções preparatórias e assim que o militar chega na operação Acolhida, nos primeiros dias ali da primeira semana ele também recebe instruções... é... visando o trabalho, né?... da operação, bem como a passagem das funções, enfim.

Então, o preparo é feito da seguinte forma, então, o contingente, ele tem uma preparação, ele tem uma semana de preparação no Comando Militar de Área. No meu caso, eu tive uma semana de preparação aqui, em Campo Grande, no Comando Militar do Oeste, tá? Onde militares do CCOPAB vieram para cá para ministrar algumas instruções e militares também da própria Operação Acolhida. E, militares daqui, que já tiveram experiência anterior na Operação Acolhida também ministram instruções, inclusive mulheres, médicas e tal. É... não existe uma preparação específica para as mulheres, por quê? Porque as mulheres competem, praticamente, competem com o homem pelas mesmas funções. Então, não existe função específica para mulher ou para homem, né? As mulheres concorrem de forma geral para todas as funções ali, lógico, dependendo da qualificação que ela tiver. Então, as instruções são as mesmas para as mulheres e para os homens. Não há essa necessidade de ter uma instrução específica, pelo menos não apareceu até agora essa necessidade de ter uma instrução específica para as mulheres, né? Logicamente, por ser mulher, a mulher tem uma entrada bem mais fácil com as migrantes venezuelanas e, fruto disso, são colocadas em algumas funções específicas que demandam essa proximidade maior. Exemplo, nos abrigos, de forma geral, sempre procurava colocar nos abrigos, pelo menos uma mulher, né? Porque é mais fácil de tratar com as mulheres migrantes e com a família, com criança. Também tem essa expertise que homem nenhum vai... vai ter nas mesmas condições de mulher. É uma condição sine qua non da própria mulher, né?... de ter essa facilidade maior até pra, exemplo, para fazer vistorias nos abrigos, né?... nas carpas onde as famílias vivem e muitas carpas são habitadas por mulheres solteiras. Então, tem que ter uma mulher ali porque vai poder entrar. Então, apesar da preparação ser a mesma para todos os militares da Acolhida, sem distinguir homem mulher, as mulheres eram colocadas em funções ali que demandava o fato de ser mulher e ter uma entrada melhor nas migrantes e na própria família venezuelana.

**Entrevistadora** - Qual foi sua experiência em trabalhar com militares mulheres na Operação Acolhida?

**Entrevistado 1** - Então, eu trabalhei mais diretamente com uma tenente que trabalhava na assessoria jurídica, né?... ela era do Estado-Maior do Exército. Então, como ela era da assessoria jurídica do Estado-Maior, né?... e na minha função, que era da sessão de planejamento e integração, que tinha muita demanda também de verificar a situação de legislação, a parte jurídica. Eu tive muito contato com ela. Além disso, tive contato também com as médicas, né?... fruto também da minha função, que era parte de planejamento e principalmente planejamento de mobilização de pessoal pro novo contingente, desmobilização, o planejamento da transição da Operação Acolhida para futuramente passar para o Estado e as Forças Armadas saírem, eu tratava muito na parte de saúde para ver como seria, né?... se a gente poderia tá diminuindo o número de médicos ou aumentando ou colocando uma especialidade... é... determinada especialidade, então tinha muito contato com as médicas, a parte de psicóloga também, porque

tinha um trabalho importante lá com relação à verificação dos moradores de rua venezuelanos para tentar convencer aí para os abrigos e tal. Então, eu tratava também com a psicóloga. É... em alguns abrigos a responsável pela parte logística eram mulheres, né?... era militares, principalmente da Marinha, que tinha muitas mulheres que era uma espécie de subcomandante ali de alguns abrigos, então eu tratava com elas também algumas demandas, tá? Então, a parte de... de militares mulheres que eu lembro, ah... tinha parte da nutricionista também. Tinha uma nutricionista que ela olhava a alimentação do que ia para os abrigos, que ia pros venezuelanos. Então, por vezes, eu precisei tratar com ela para verificar a possibilidade de mudar um pouco cardápio, de verificar a qualidade da comida. Eu acho que... eu também tratava muito com a parte das mulheres médicas, as mulheres de saúde, com relação a vacina. Então, em Pacaraima tem a casa da vacina que é o maior lugar que aplica vacina na América Latina. Então, muitas doses de vacina. Então, eu tratei algumas vezes com as militares de saúde ali, pra vê a parte de vacina também.

**Entrevistadora** - Quais funções as mulheres militares ocupam na operação e quais desafios que essas militares enfrentaram ou enfrentam?

**Entrevistado 1** – Com relação a essa pergunta, de como as mulheres são empregadas na Operação Acolhida e a importância delas na operação, então as mulheres são... são empregadas na Operação Acolhida em várias funções, né? E, diferentes entre... muito distintas as funções entre si, assim. É... como eu falei das mulheres é... uma operação em conjunta, envolvendo militares das três Forças Armadas. Então, eu pude presenciar mulheres sendo empregadas tanto na parte ali... tática da operação, chefiando... é... estando nos abrigos. Na parte de saúde, então a grande maioria das mulheres acredito que estão envolvidas na parte de saúde da Operação Acolhida, né?... tanto como médicas, como enfermeiras, nutricionistas, psicólogas. E eu falo na parte de saúde e na parte de apoio, né?... porque existe uma parte de apoio social também, assistência social... existem mulheres também empregadas, mas não somente nessa parte, porque existem mulheres também com especialidade de análise de sistemas, por exemplo, que estão envolvidos ali na parte de planejamento da interiorização, planejamento do acolhimento, planejamento do ordenamento da fronteira, ok? Então... é... as mulheres, digo assim, com tranquilidade, que na maioria das funções em que existe o homem ali sendo empregado, as mesmas funções têm mulher sendo empregada, então não existia essa diferenciação... é... havia mulheres em diversas funções, não existe essa diferença lá na operação, né? Tanto na parte operacional ali de cuidar dos abrigos, de cuidar da interiorização, bem como... na parte de saúde, né? Em suma, as mulheres tavam envolvidas em diversas funções ali da própria operação. Não havia mulheres na parte do planejamento por questões de formação de especialização, pelo fato de a função do planejamento demandar oficiais do quadro de Estado-Maior, mas, por exemplo, no Estado-Maior existia mulheres na parte de assessoria jurídica, ok?

**Entrevistadora** - Como a presença de mulheres militares impacta a dinâmica e a eficácia da Operação? Há necessidade de empregá-las em alguma função mais específica?

**Entrevistado 1** - Então, como a presença das mulheres impacta a dinâmica e eficácia da Operação Acolhida? Impacta muito positivamente, né?... e deixa a Operação Acolhida bem mais eficaz. Não há como pensar na Operação Acolhida sem a presença de mulheres, e muito pelo que eu falei anteriormente. Muitas, muitos imigrantes são do sexo feminino, né?... há muitas mulheres solteiras, né?... mulheres solo que entra no Brasil com seu filho. E, pra tratar com ela nada melhor do que uma mulher para tratar, pra entender melhor a demanda, pra entender melhor os problemas. E, essa mulher, essa migrante venezuelana, ela vai se sentir mais confortável, mais acolhida, né?... que é um dos objetivos da Operação Acolhida, que é realmente acolher da melhor forma possível o migrante. A mulher vai fazer isso de uma forma

bem mais eficaz, acolher melhor a mulher. A migrante venezuelana vai se sentir, se sente mais à vontade sendo acolhida por uma mulher. Então, sim, há necessidade de empregá-las em funções mais específicas. As funções mais específicas que geralmente vêm mulheres e até uma demanda da operação. A parte de saúde, porque vêm muitas mulheres com demandas e problemas de saúde, grávidas até. Na parte de psicologia, da psicóloga, é interessante que seja mulher, porque a psicóloga mulher vai ter abertura tanto para tratar um homem como a mulher, diferentemente do que seria um psicólogo, por exemplo, né? O que mais? Nas outras funções, não atrapalha ser mulher, a meu ver, dependendo da qualificação, né?... da mulher, pode ser, pode estar envolvida em qualquer em qualquer outra função, mas acredito que nessa parte de saúde e na parte dos abrigos é muito importante, muito importante, a meu ver fundamental, a presença de uma militar mulher, porque vai conseguir tratar com a migrante venezuelana e acolher da melhor forma.

Então, com relação às funções, não tinha, assim, funções, as principais funções que as mulheres tavam. É...naturalmente, na parte da saúde, por ter muita mulher militar, era onde tava a grande maioria das mulheres, né? Na parte da saúde, tanto médica, enfermeira, nutricionista, psicóloga. Também tinha na parte da assistência social, né? É...mas também existia mulheres em funções que também haviam homens, né? Como eu falei, na parte de controle dos abrigos. No meu contingente tinham duas mulheres que eram subcomandantes de abrigos, é...na parte ali do processo de interiorização, né?...de atender o migrante e gerenciar o processo dele para ser interiorizado.

Enfim, né? Não tinha, logicamente, algumas funções quando há a preparação do contingente, é...alguma do ideal é que seja mulher, exemplo. Tem uma sessão na FT logística que é a parte de...é uma equipe de verificação e orientação específica, que é uma equipe que ela convence, tenta convencer o migrante em situação de rua a ir pra um dos abrigos. Então, como a maioria dos migrantes tem família e tem mulher, e muitos migrantes são mães solteiras, o trato de uma mulher com outra mulher é o ideal, né?...para fazer esse convencimento. Bem como algumas funções no abrigo, né?... a gente procurava colocar no abrigo não só homens, por uma boa parte dos migrantes ser mães solteiras, né?...então, tanto esse trato com a mulher migrante como com a criança...é...o ideal é que fosse feito por uma mulher, né? Então, ali nos abrigos, a gente procurava sempre colocar uma mulher também. Além do homem, uma mulher, pelo menos uma mulher em cada abrigo, a gente viu essa necessidade. A gente que eu falo é a operação, mas bem antes da minha chegada. Porque, como eu falei, por vezes tem que estar tratando com a mulher, né?...não só na paz de saúde, mas no dia a dia normal, olha.

Então, funções específicas, é...ali na parte de saúde, é interessante que a assistência social, a psicóloga, sejam mulheres, né? Bem como algumas médicas e enfermeiras, porque...repetindo, uma boa parte dos migrantes são mulheres solteiras ou mulheres com filho, né? Então, é muito importante que...que tenha essa presença de mulheres para facilitar, né?...no dia a dia com essas migrantes...é...e também no apoio, né? E, com certeza, a migrante vem de outro país, o Brasil, com toda essa situação de vulnerabilidade, ela vai se sentir bem mais acolhida se uma mulher tá recebendo, né? E até para também evitar outros tipos de problemas no trato de um homem com uma mulher. Então, assim, é fundamental, é fundamental, não é?...não é acessório não, é fundamental a presença de mulheres na operação, né? Principalmente ali na parte da execução, na parte do dia a dia da operação com o migrante, né?...e isso é o que acontece na operação, poucas estão envolvidas ali no planejamento, né? Poucas estão envolvidas no planejamento, algumas estão no Estado-Maior, naquela parte ali de, como eu falei, de assessoria jurídica e de documentação, da parte de processos, mas a grande importância delas, eu já até antecipo a outra pergunta, é com relação a parte do dia a dia com as migrantes.

**Entrevistadora** - Você percebeu alguma diferença no atendimento e acolhimento das refugiadas venezuelanas proporcionado pelas militares mulheres em comparação aos homens?

**Entrevistado 1** – Sem dúvida alguma. Não que houve ou que há um despreparo do homem ou uma má fé do homem ou uma falta de qualificação para acolher ou para atender a migrante venezuelana. Não é isso. É pelo menos meu contingente todos trabalhavam de forma bastante profissional, não tivemos problema nenhum nesse tratamento do homem com a migrante. Porém, como já falei anteriormente, por ser mulher, né?... há uma facilidade maior de entrada com a migrante venezuelana, com migrante sexo feminino. A mulher, a migrante venezuelana, vai se sentir mais confortável em ser acolhida por outra mulher. E há problemas que acontecem tanto nos abrigos nesse acolhimento que... é fundamental que seja uma mulher que... que acolha. E até para evitar de sabores, evitar mal entendidos com relação ao tratamento de um militar homem com a migrante, até pelo pela dificuldade também da pela barreira da língua, é interessante que... que esse tratamento mais específico, essa uma aproximação maior seja de uma mulher com a migrante venezuelana. Então, é fundamental e, essa presença dessa mulher... da mulher militar. E, justamente por isso, a diferença é gritante, né?... quando uma mulher faz o atendimento com outra mulher, acolhe outra mulher, né? Repito, mais uma vez, não poder qualificação ou uma fé ou outra coisa por parte do homem, mas sim pelo fato de... da migrante se sentir mais acolhida quando é atendida por outra mulher. É meio que óbvio, assim. Assim, eu falo... eu falo que é meio que óbvio porque é realmente... é gritante a diferença, entendeu?... e isso, assim, eu já verifiquei várias vezes. Às vezes, eu precisava colher informações dos migrantes e... e... fazia entrevistas e conversava sem... e... a mulher, ela não ficava tão confortável. Diferente quando a gente fazia... demandava para outra mulher, para uma médica, para uma sargento enfermeira, pra uma psicóloga. Colhia aquelas informações, as informações fluíam mais rapidamente. Era... era melhor essa relação.

**Entrevistadora** - Quais os pontos positivos e negativos da participação feminina na operação?

**Entrevistado 1** - Pontos positivos é esse, né? É o relacionamento como tem muita migrante feminina e, como eu falei, tanto mulher solteira e, principalmente mães, né?... solteira com seus filhos...é...o acolhimento será bem melhor realizado se for feito também por uma mulher, né? Porque a mulher vai se sentir melhor acolhida tanto pelo pelas situações normais que a mulher passa, né?...e como também no dia a dia ela tem essa maior intimidade e até para evitar, né?...também outros problemas como assédio e tal... que o meu contingente não aconteceu mas é de fundamental importância ter essa presença da mulher na operação. Então, eu acho que é o principal ponto positivo, né?...é essa...a qualidade da mulher, vamos dizer assim, a sensibilidade feminina é algo muito importante para a operação e que faz com que ela seja melhor acolhida, no caso dos migrantes. Essa sensibilidade, essa paciência maior, né? Essa... essa... e sem tirar também o comprometimento e a competência das mulheres, mas o principal atributo que ela tem que ajuda na operação é essa sensibilidade de entender mais e de vivenciar aquilo, né?... muitas vezes que a mulher passou, a mulher migrante, o entender mais facilmente isso aí, tá? E, outro ponto positivo é que, as agências, tanto da ONU, como outras parceiras, as instituições, há muitas mulheres. Então quando você tem também no braço militar mulheres, esse relacionamento com as agências, com esse braço civil, que boa parte são mulheres também, fica mais facilitado, né? Pontos negativos. Assim, sinceramente é difícil elencar pontos negativos da presença da mulher lá. Mas assim, não que seja um ponto negativo, mas... é... é a situação da distância, né? O contingente fica cinco meses e a mulher fica longe de sua família, das mulheres que vão para a operação, esses cinco meses também. E a mulher, ela tem mais dificuldade em se adaptar longe da família, vamos dizer assim. Então, esses cinco meses para a mulher pesa muito, muito mais do que pesa para um homem. O homem, ele consegue se adaptar mais fácil a essa distância da família do que a mulher. Então, isso é um lado que eu

senti e que algumas mulheres tinham dificuldade de conciliar na operação, estando distante da sua família, né? A parte de saúde, né? Assim, não a parte de saúde, mas a mulher, ela é mais sensível a algumas coisas na parte de saúde, até porque a gente tava em outra região, na região norte, então, uma região diferente, mais calor, então a mulher tem mais essa dificuldade. Sei lá... orgânica, acredito eu. Mas também assim, nada que atrapalhasse muito a missão, tá?

## **Entrevista 2**

**Entrevistadora** – Foram enviadas as perguntas para nossa entrevista. Eu gostaria que, antes de respondê-las, o sr. fizesse uma breve apresentação inicial explicando sobre suas atividades na operação. Pode começar respondendo também sobre sua experiência em trabalhar com militares mulheres na Operação Acolhida.

**Entrevistado 2** - Vamos lá. Minha experiência em trabalhar com militares mulheres na Acolhida... foi... não foi rotineira assim, né?... não foi diária, né? Eu trabalhava episodicamente, né?... muito quando tinha alguma atividade logística, né?... que eu era do Centro de Coordenação Logística, alguma atividade logística com a parte de saúde e durante o serviço. Durante o serviço, né?... você lida ali com, eu era fiscal da base, trabalhava na base, então lidava ali, né?... com mulheres que estavam de serviço. Então, basicamente era essa a minha experiência em trabalho com o segmento feminino na Operação Acolhida. Todas as experiências foram bastante positivas, assim.... não tive senões quanto ao trabalho.

**Entrevistadora** - Como é realizado o preparo do contingente e como você o avalia para lidar com as demandas específicas das migrantes e refugiadas venezuelanas?

**Entrevistado 2** - Quanto ao preparo, é... eu não vi uma segmentação específica para as mulheres que trabalharam na operação. Mas durante a operação eu vi algumas contribuições, né?... do segmento militar feminino, mas muito restrito à sua área. Por exemplo, tinha uma tenente da jurídica que quando tirava serviço, ela sempre estava atenta a algum aspecto jurídico que poderia dar problema. Ia na sessão, né?... que estava correlacionada falar de algum aspecto que soltou aos olhos dela do ponto de vista jurídico. Seja na parte de alimentação, seja na parte de transporte ou entrada e saída de beneficiário, coisa dessa natureza, né? Outra tenente, que era nutricionista, né?... quando estava de serviço, demonstrava uma preocupação, né?... específica com a parte do que era a profissão dela. A parte de nutrição, observava mais quem estava subnutrido, como é que era o cardápio, se aquilo funcionava, não funcionava, né?. Então, era sempre muito uma iniciativa individual, né?... daquela militar específica, dentro da sua área de atuação.

Isso tem certa correlação com o preparo, porque... é... trabalha na parte de seleção, né? Então, só o fato de você selecionar bem, né?... os militares, né?... já ajuda na função que eles vão desempenhar, né? Pelo menos eu vejo dessa maneira. Agora, a parte de preparação, pelo menos que eu tive, tanto antes na minha sede quanto depois lá não teve uma distinção, entre assim... ah não, os segmentos femininos vão para determinada demanda, tem uma preparação específica, não teve nada nesse caso. As distinções eram... é... específicas de cada célula.

**Entrevistadora** - Quais funções as mulheres militares ocupam na operação e quais desafios que essas militares enfrentaram ou enfrentam?

**Entrevistado 2** - Quanto funções que ocupam? Olha, a massa tá na parte de saúde, com certeza, né? E aí eu acredito que seja muito da disponibilidade de uma situação dentro da própria força, né? A disponibilidade militar e de seguimento feminino dentro do meu Comando Militar era reduzida, né? E, muito localizada, muito alocada na área da saúde. Mas nós tínhamos outras

áreas profissionais que tinha...é... um destaque para o seguimento feminino. Relações públicas, era, majoritariamente, é... seguimento feminino, né? Era um coronel mais antigo, que era homem, né? E mais as tenentes, e tinha uma capitã, se não me engano, que era, a maioria era seguimento feminino. Parte de imprensa, parte de comunicação social, né? A jurídica tinha... assim, ó... tinham três militares, um coronel mais antigão, mas tinha um capitão, uma tenente, né?... e essa tenente e o capitão seria substituído por uma outra tenente, então ficaria a maioria do segmento feminino na área jurídica, né? E, tem algumas funções também, né?... que foram específicas assim... que geralmente é o segmento feminino... é assim ó...nutricionista, psicóloga... é... tem sido recorrente a substituição dentro dos contingentes por mulheres militares.

**Entrevistadora** - Você percebeu alguma diferença no atendimento e acolhimento das refugiadas venezuelanas proporcionado pelas militares mulheres em comparação aos homens?

**Entrevistado 2** - Bom, uma diferença, né?... que eu percebi no trato das mulheres militares com os homens militares em relação à operação, é que as mulheres são mais sensíveis e preocupadas, né?... com as situações sociais, assim... no sentido que elas tentam se empenhar mais dentro da sua função para resolver alguma coisa, né? Isso eu percebi bastante assim, né? É... lógico assim, ó... tem que levar em consideração a individualidade também, né? Tanto homens quanto mulheres tem gente que não tem pendor para a carreira, né?... e tem gente que vai por “n” motivos, que não é o motivo da atividade humanitária, mas assim, quem... as que tavam lá, que a grande maioria, né?... que tinha uma proposta de realizar um trabalho, tipo assim, que fizesse sentido. Tanto para ela quanto para ajudar na operação, percebia-se nas mulheres, assim... sabe?... uma preocupação a mais, vamos dizer assim. Uma preocupação a mais, de até tipo, depois do serviço, fazer alguma coisa, ainda tá preocupada com aquela situação que ela vivenciou no serviço, é...tentar fazer um contato com um ou com o outro para dar uma diferença ali. Por exemplo, eu trabalhava no CCOL (Centro de Coordenação Logística) e, uma das tenentes da FAB, ela era formada em biblioteconomia, então, ela tirava o serviço lá no abrigo indígena, né?... e ali percebendo a situação no abrigo indígena, ela comprou a ideia de organizar a biblioteca do Tuanoko, se não me engano. E ela comprou essa ideia e lutou por essa ideia, assim, não era da função dela. Ela viu o problema, dentro da área de atuação dela, que ela podia ajudar. Ela correu atrás, conversou com um, conversou com outro, conversou com a tenente que ia substituir ela, e aí a tenente substituiu ela no contingente, e a tenente que chegou, chegou também com esse encargo, “não que a tenente que saiu daqui veio, falou comigo, que estava fazendo isso, isso, e a gente vai colaborar e tal”, porque assim, o contingente da FAB, da aeronáutica, ele passa por lá muito rápido, né?... é um mês só. Então, elas tinham uma preocupação assim, “pô, vou ficar só um mês aqui”, mas ela viu o negócio da biblioteca, comprou a ideia, conversou com a outra tenente que ia render ela, e a outra tenente quando saiu também falou com o outro, para poder continuar resolvendo, e ela tinha, elas tinham, todas elas, né?... um objetivo em mente de resolver a questão da biblioteca do abrigo indígena. Que foi um negócio... assim... delas. Então, eu percebia muito isso no trabalho do segmento feminino. Algumas ideias que elas compravam, não, “isso aqui eu vou resolver porque eu tenho condições de resolver”... e... correr atrás sem ser uma imposição do oficial superior ou alguma coisa assim.

**Entrevistadora** - Quais os pontos positivos e negativos da participação feminina na operação?

**Entrevistado 2** - Sobre pontos negativos e positivos, na minha percepção, os pontos negativos estão muito relacionados à cultura dentro da própria Força Armada, né? O Exército é muito grande. Então, assim ó, dependendo de onde a mulher trabalha, ela vai ter uma determinada educação militar, que isso vai se repetir no trabalho dela na Acolhida. Na Marinha, essa coisa é mais homogênea. Assim ó, na Marinha eu percebi que a maioria das partes das integrantes da

Marinha que participaram da operação, elas são mais para frente... assim... são mais... mais militares *stricto sensu*, assim, entendeu? O eu percebo muito no Exército é que, às vezes por onde trabalha, às vezes pelo tempo de formação, às vezes... é... a militar feminina ela é mais... assim... ela é mais psicóloga do que militar, ou ela é mais jurista do que militar e ela é mais... assim... nutricionista do que Militar. Já na Marinha eu não percebi tanto isso, né? Da minha experiência que eu tive lá todas elas bastante... assim ó... bastante Caxias, vamos dizer assim, né? Mais militar... assim ó... é... enquadrada nesse sentido, né?... de ser mais inflexível quanto a umas questões disciplinares... e... de apertar bastante qualquer um que trabalhar abaixo dela, que tiver abaixo do rendimento, né? De exercer, vamos dizer, uma... uma liderança mais... assim ó... presente. Mais forte, vamos dizer assim. Mais incisiva, né?... no caráter militar, né? E... a FAB é difícil avaliar porque a passagem da FAB é muito rápida, né?... é... em alguns setores que eram distantes de mim, até dentro da própria seção que eu trabalhava, enfim... era aquela coisa de trabalho de escritório, né?... então, não tinha muito contato, assim ó, eu não tive muito contato talvez por coincidência, né?... de cair de serviço com uma força com outra. Mas não tive contato direto com a FAB. As situações que eu soube foi com conversa de corredor ali dentro da sessão. Mas eu percebia muito, assim ó, uma cultura da força, né?... ou, no caso do Exército como é muito grande, do local onde trabalha e da formação que teve, na própria atuação da militar lá na Acolhia. A Marinha tem, realmente, isso aí é perceptível de maneira geral, tanto o segmento masculino quanto o feminino, a Marinha ela é muito mais rígida quanto a questões hierárquicas e de disciplina. Tem uma separação muito maior entre os níveis hierárquicos, né? Então, as mulheres traziam esse reflexo, né?...pra lá. E assim, isso gerava um problema porque, às vezes, havia alguns atritos, né?... entre mulheres de forças distintas, justamente, por essa diferença, né? E, ter o problema também do maior contingente ser do Exército, né? Então, às vezes essa cultura diferente de força gerava algum atrito. Acho que esse foi o aspecto mais... mas assim ó, é difícil dizer que é só negativo ou que é só positivo esse aspecto, né? Porque, ele é uma base que gera um aspecto positivo ou um aspecto negativo, né?

### **Entrevista 3**

**Entrevistadora** – Vamos iniciar. Foram enviadas as perguntas para nossa entrevista. Eu gostaria que, antes de respondê-las, o sr. fizesse uma breve apresentação inicial explicando sobre suas atividades na operação e, em seguida, pode falar sobre como é realizado o preparo do contingente e como você o avalia para lidar com as demandas específicas das migrantes e refugiadas venezuelanas.

**Entrevistado 3** - Vamos lá, respondendo aí, né?...o preparo geralmente ele é feito de forma concentrada, né? Então, todos os militares são levados lá pro, são concentrados no Comando Militar de Área que tá responsável pela aquela... por aquele contingente. E ali são desenvolvidos, então, diversas instruções. Tem instruções teóricas, instruções práticas também, né? Instruções, inclusive, de simulação de como, de como são os diversos braços da operação, né? Então, lá você aprende, né?... em torno de uma semana, duas semanas, né? Depende, né? Daí você tem esse estágio de preparação né?...pro pessoal.

Então, essa questão do preparo para lidar especificamente com a refugiada, eu não vi essa ênfase, né? Não percebi essa ênfase. Existe ênfase na questão de não se envolver, né?... de forma amorosa, sexual. Existe uma ênfase bastante grande nesse sentido, né?... de ser proibido o militar do contingente se envolver de forma amorosa ou sexual, né? Mesmo consensual com as venezuelanas, uma vez que elas estão numa situação, digamos aí, precária, né? Numa situação bem difícil, né? Me fugiu o termo aqui agora, o termo jurídico que geralmente a gente usa.

**Entrevistadora** – Certo. Qual a função ou atividades que o senhor desenvolvia por lá?

**Entrevistado 3** – Então, eu era o chefe do Posto de Triagem, né? O Posto de Triagem é um posto bem importante, né? Porque ele é o primeiro local para onde o refugiado ou o imigrante, né?... ele é direcionado. É um posto que possui ali uma estrutura para diversos órgãos, né? Interministerial. Então, ali tem o pessoal da OAB, tem um pessoal da ONU, né? Da ACNUR, né? Tem um pessoal da Cruz Vermelha, né? Então, lá é verificado a condição do imigrante, né? Se esse imigrante, ele vai entrar numa condição de refugiado ou em outra condição específica. Lá são feitos os cadastros, né? Nos programas governamentais. Programas assistenciais. Eles têm os programas assistenciais, tipo bolsa família, entendeu? Eles recebem... são cadastrados nesse posto, né? São feitas identidades. Tem também a parte da Polícia Federal. Então, assim, é um posto que todos os órgãos trabalham conjuntamente, né? Quando ele sai dali, ele já sai identificado, ele já sai designado com a situação dele dentro do território brasileiro, com a situação dele jurídica, né? E ele é direcionado a um abrigo, né? Aí são os outros passos, né? Ou vai com o abrigo aguardar ou ele é interiorizado ou ele passa para outro país, se for do desejo dele. É que, às vezes, os imigrantes estão apenas de passagem pelo Brasil para um outro país e aí é onde a situação dele é acertada, né?

**Entrevistadora** - Qual foi sua experiência em trabalhar com militares mulheres na Operação Acolhida?

**Entrevistado 3** - Tá, vamos lá. Qual foi sua experiência em trabalhar com militares mulheres da Operação Acolhida? Normal, porque o próprio órgão, ele te possibilita trabalhar com o seguimento feminino. Então, pro homem não tem muita diferença, né? O militar, o homem que trabalha com o militar do seguimento feminino é um colaborador, uma colaboradora, uma colega de trabalho, né?... que você deve respeito e da mesma maneira que você trata, né?... no dia a dia dos quartéis, das organizações militares, então não tem, não tem aí, é, diferenciação, né?

**Entrevistadora** - Quais funções as mulheres militares ocupavam na operação e quais desafios que essas militares enfrentaram ou ainda enfrentam?

**Entrevistado 3** - No meu contingente existiam mulheres ocupando todas as funções que homens ocupavam indistintamente. Então, desde médicas, dentistas, farmacêuticas, técnicas de enfermagem, chefe de célula, chefe de seção, tenente subalterno, comandante, então assim, as mulheres realmente estavam ocupando, lógico, em menor número, né? Até porque o efetivo de mulheres nas forças é menor, né? Mas, inclusive salvo engano, existia um percentual. Existe um percentual de seguimento feminino que obrigatoriamente tem que estar no contingente, né? Eu não sei de cabeça agora de quanto era o percentual, mas existe.

**Entrevistadora** - Como a presença de mulheres militares impacta a dinâmica e a eficácia da Operação? Há necessidade de empregá-las em alguma função mais específica?

**Entrevistado 3** - Eu creio que é positivo, né? Termos mulheres em qualquer operação, né? Tendo em vista que não somente a mulher desempenha de forma similar as suas funções, a função do homem, né? Até porque, por conta da natureza veementemente administrativa. Então assim, o papel que o homem e a mulher desempenham é idêntico, né? Nesse tipo de operação. E, desafios, é desafios normais, né? A adequação de espaços restritos para o seguimento feminino, como banheiros específicos, né? Como alojamentos específicos, isso é interessante, né? É uma operação em que você trabalha de forma descentralizada, né? Então, você tem que prover alojamento, tem que prover banheiros, tem que prover espaços que permitam ali as mulheres terem sua privacidade. Então, são detalhes que devem ser verificados pela administração, pelo comando quando for realizar esse tipo de operação, faz parte do pacote.

Se há necessidade de empregá-las em alguma função mais específica? Talvez no trato com outras mulheres em questões específicas. Existem inúmeras dinâmicas que ocorrem nesse tipo de operação. Você pode ter ali, como a gente verificou, agressões domésticas, violência doméstica do refugiado para com a refugiada que mantém o relacionamento. Então, eu creio que o papel da mulher em acolher essas mulheres refugiadas, imigrantes que sofram algum tipo de assédio sexual, moral, alguma violência doméstica, eu acho interessante, né? O segmento feminino abordar o segmento feminino, né? Porque a gente sabe que é mais fácil, né?... para a mulher, ela se expressar com outra mulher, né?

**Entrevistadora** - Você percebeu alguma diferença no atendimento e acolhimento das refugiadas venezuelanas proporcionado pelas militares mulheres em comparação aos homens?

**Entrevistado 3** - Olha, é o seguinte..... é a importância da mulher acolhendo e auxiliando esses trabalhos de acolhimento das refugiadas, das migrantes, é até necessário, até porque o homem, ele tende, como eu posso dizer... a querer dar um tratamento diferenciado para a refugiada, para a migrante. Já no caso, a mulher, por incrível que pareça, militar, ela já tem um olhar mais crítico, um olhar talvez até mais duro do que o homem, porque ela como mulher sabe o que é necessidade e o que não é necessário. Então, muitas vezes é até interessante mesmo ter uma mulher porque ela vai saber dar a real dimensão ali do que é necessário, do que é importante fazer, do que não é importante, do que é desnecessário naquele momento. Então, é importante esse olhar assim, do segmento feminino, na operação para poder atuar com as migrantes e as refugiadas.

**Entrevistadora** - Quais os pontos positivos e negativos da participação feminina na operação?

**Entrevistado 3** - Pontos positivos é... aumenta a capacidade do contingente de abordar questões envolvendo o seguimento feminino, né? Sabem quais são as necessidades, as reais necessidades do seguimento feminino, sabem se adaptar se necessário for, propõem soluções de adaptabilidade caso necessário, por ser do seguimento. É... são duras, são quando necessário, sabe impor ali normas, sabe impor rotinas específicas, sabe impor o dever. De se ter disciplina, de se ter o mínimo de regramento para um convívio amistoso e amigável dentro dos abrigos. Então, a mulher também tem esse caráter muito importante. Então, eu só vejo pontos positivos, pontos positivos. Pontos negativos, talvez, seja o assédio que por ventura ocorra, um assédio sexual, uma importunação sexual. Uma vez que praticamente todos que estão trabalhando lá, eles estão fora de seus lares, estão em missão. Então, é uma operação que os militares com o tempo, essa questão afetiva, ela... Ela é sensível, né? Ela começa a aumentar, né?... com o transcorrer da missão, né? E, com o transcorrer da missão e o aumento do tempo na missão, a tendência é ocorrer mais casos, né? Então, é por isso que existe um tempo ali máximo de permanência do contingente, né?... porque passa uma linha, é como se fosse assim: é uma linha, é uma luz verde, aí vai passando muito tempo na missão, acende a luz amarela e chega um momento, da luz vermelha, né?... que é tanto tempo que estão fora dos seus lares que começa a aumentar o número de incidentes, né?... envolvendo relacionamentos amorosos entre pessoas ali do contingente, né?... no segmento feminino e masculino. Então, é até interessante essa diretriz atual de substituição, né? Por isso que é um dos motivos de ocorrer as substituições regulares dos contingentes, para justamente evitar que o mesmo contingente passe tanto tempo, mais tempo que começa a ocorrer mais problemas do que soluções.

Existe até uma expressão que eles utilizam, né? Se você puder conseguir achar o que significa mesmo, eles chamam muito PINO, né? Que são as quatro fases pelas quais um militar ou um servidor civil que esteja na operação passa. São quatro fases psicológicas, né?... que é até interessante, que você chega lá, que você vê toda aquela comoção, todo aquele povo venezuelano passando dificuldade, toda aquela privação do mínimo, do básico, né?... que você

chega, a primeira fase que você tem é a da pena, né? Você nem consegue comer direito, você chora porque você fica comovido com a situação dos desabrigados, dos migrantes, dos refugiados e... e depois, você passa um bom tempo de convivência ali, você passa pro segundo estágio mental, né?... que eles chamam de indiferença, né?... e, depois tu resgata! Daí tem o “N” e tem o “O”. Não sei se o “N” é negligência e o “O” é de ódio. Mas é interessante esse acrônimo, que mostra bem as fases psicológicas de um operador da Acolhida, entendeu? De um homem e de uma mulher que está na Acolhida e passa, né?... por estar lá durante tanto tempo, né? E isso existe estudo sobre isso, né? E esse é um dos motivos que fazem com que os comandos militares eles determinem a substituição, né? Porque, como eu te falei, é quanto mais tempo passa chega no momento que mais problema... traz mais problema do que solução, né? Pra aquele contingente, né? Então, é melhor ocorrer a mudança para poder fazer a renovação.

#### **Entrevista 4**

**Entrevistadora** – Foram enviadas as perguntas para nossa entrevista. Vamos iniciar. Eu gostaria que, antes de respondê-las, o sr. fizesse uma breve apresentação inicial explicando sobre suas atividades na operação.

**Entrevistado 4** – Vamos começar. Uma breve apresentação aqui. Então, durante o meu contingente, 16º contingente da Operação Acolhida, eu exerci a função de adjunto do Centro de Coordenação de Operações (CCOP) onde fica voltado ali para coordenar as atividades e auxiliar meu chefe, né?... que é o chefe do CCOP, na coordenação de todas as visitas que aconteciam na Operação Acolhida. Também tive que acompanhar os indicadores da operação, fazer um acompanhamento ali de entrada dados, de entrada e saída de venezuelanos pela fronteira, acompanhar a interiorização, ocupação de abrigos e atendimentos médicos. Todos esses dados e indicadores, né?... gráficos da operação, eu que fazia o acompanhamento direto.

**Entrevistadora** - Como é realizado o preparo do contingente e como você o avalia para lidar com as demandas específicas das migrantes e refugiadas venezuelanas?

**Entrevistado 4** - Em relação ao preparo do contingente, ele foi realizado em duas semanas. Uma primeira semana as suas próprias organizações militares com instruções online, só acompanhando, recebeu um pacote de instrução e fazia preparação individual para a atividade. Já na segunda fase, na segunda semana, todo o contingente se reuniu no Rio de Janeiro e foram instruções presenciais de acordo com a especialização de cada um ou que função iria exercer. Então, quem ia ter o contato direto com o venezuelano teve uma preparação específica, inclusive de idiomas, quem não tinha esse contato direto tinha acesso a outro tipo de instruções também. Que era essa parte de dados, acompanhamentos, tudo isso, e teve um foco interessante também nessa parte de idiomas. Na maior parte do tempo de preparação, o segmento feminino esteve junto ao masculino, recebendo instruções comuns do contingente.

**Entrevistadora** - Qual foi sua experiência em trabalhar com militares mulheres na Operação Acolhida?

**Entrevistado 4** - A importância do trabalho com o segmento feminino durante a operação é que naturalmente as mulheres tem uma proximidade maior, tem uma abertura maior para se aproximar e identificar alguns problemas que aconteciam ou com crianças ou com o próprio público feminino venezuelano. Então, sentia que o imigrante ficava mais à vontade, quando era

criança ou público feminino, eles ficavam mais à vontade de procurar o segmento feminino da operação do que procurar os homens. Talvez pela realidade da Venezuela, o tratamento que eles recebiam por lá das suas Forças Armadas. Então, a presença do segmento feminino facilitou isso aí. Normalmente, já fazia esse primeiro contato e a partir daí fazia o encaminhamento para as outras atividades que aconteciam facilitando esse fluxo aí tanto de informações quanto de atendimento e triagem do venezuelano.

**Entrevistadora** - Quais funções as mulheres militares ocupam na operação e quais desafios que essas militares enfrentaram ou enfrentam?

**Entrevistado 4** - Em relação às funções que eram desempenhadas pelo segmento feminino, eu posso destacar principalmente a parte de saúde. Tinha um quantitativo considerável na coordenação de saúde da operação, a parte de assistência social também. Como falei anteriormente, esse contato com o segmento feminino do Exército era facilitado. Eles tinham abertura maior, o venezuelano tinha abertura maior para procurar o segmento feminino, para passar o que estava acontecendo, e principalmente nessas duas funções, assistência social e a parte de saúde. E esse segmento feminino também tirava serviço em alguns locais, como no Posto de Recepção e Acolhimento (PRA), onde tinha um efetivo muito grande de venezuelano diariamente, durante as refeições e até mesmo à noite. Esse serviço nesses locais de aglomeração eles facilitaram também. É ali que a gente identificava algum problema de exploração ou de abuso sexual que acontecia, ou de alguém sendo maltratado ou alguma criança sofrendo algum problema. Então, essa presença do segmento feminino tirando serviço nesses locais, com maior presença de venezuelano, facilitou bastante também o decorrer da operação.

No período do contingente, tive a percepção que os principais desafios foram: dificuldade com o idioma; necessidade de paciência e resiliência no trato com os imigrantes, diretamente relacionadas ao equilíbrio emocional; dificuldade de conviver em situação de confinamento; remoções inopinadas para realização de tratamento de saúde.

**Entrevistadora** - Como a presença de mulheres militares impacta a dinâmica e a eficácia da Operação? Há necessidade de empregá-las em alguma função mais específica?

**Entrevistado 4** - Em relação aos principais desafios observados lá, é justamente aquele fluxo desordenado. Você não sabe quando vai diminuir, quando vai aumentar. Aquele movimento continua alto todo dia e você não sabe o que pode acontecer. A distância de Pacaraima para Boa Vista é um outro problema, por vezes a gente se estava ali com necessidade de evacuação noturna de Pacaraima para Boa Vista. A estrada não é boa e às vezes evacuação de criança, evacuação de gestante, alguma coisa assim e isso se transformava num grande problema, um grande desafio ali para a força, porque tinha que acionar a aeronave, mas a noite a aeronave não poderia voar, então teria que segurar até amanhã, muitas vezes não dava tempo de esperar até amanhã, aí tinha que vir de ambulância. Então, era o próprio isolamento, a dificuldade de deslocamento de Pacaraima para Boa Vista, concentração de venezuelanos junto à fronteira em Pacaraima e essa necessidade de transporte desse fluxo em Pacaraima para a Brava Vista. Eu acho que isso era um principal desafio. Outro desafio também que existia é a necessidade de manutenção da interiorização. Digo aí que a interiorização talvez seja a atividade mais importante da operação porque se não ocorrer a cidade vai ficar aglomerada de venezuelanos e a gente começa a ter problema na cidade. Tanto problema de segurança quanto problema de muita gente na rua e a própria população brasileira que mora ali, ela acaba demonstrando uma

reação mais agressiva em relação à presença do estrangeiro. Então, a interiorização não pode parar. O que pudesse ser feito para aumentar a interiorização acaba ajudando muito a operação.

Em relação a eficácia e a influência na dinâmica da operação com a presença do segmento feminino, foi o que eu falei anteriormente. Acho extremamente necessário, justamente, devido a esse primeiro contrato tanto em Pacaraima quanto em Boa Vista. Tem venezuelano que entra direto para o Brasil e não tem contrato em Pacaraima. Ele vai direto para Boa Vista. Então, nesse primeiro contato ter o segmento feminino lá é importante, como eu falei, porque aparece muita mulher desassistida, ou muita criança, ou gestante, ou mulher cheia de filho, cheia de dependentes que necessitam de um contato inicial. Então, fica mais fácil esse contato com o segmento feminino por lá. Então, com certeza, o segmento feminino facilitou essa dinâmica pela facilidade de contato que ela tinha e identificação que a venezuelana tinha com a militar.

**Entrevistadora** - Você percebeu alguma diferença no atendimento e acolhimento das refugiadas venezuelanas proporcionado pelas militares mulheres em comparação aos homens?

**Entrevistado 4** - Em relação à diferença de atendimento entre mulheres e homens, como eu falei anteriormente, existia sim, devido à facilidade de acesso e devido à imigrante venezuelana se identificar mais com o segmento feminino que estava na tropa, participando da operação.

**Entrevistadora** - Quais os pontos positivos e negativos da participação feminina na operação?

**Entrevistado 4** - Em relação a pontos positivos e negativos. Negativos eu não vejo. Eu acho extremamente necessário, acho que um percentual dos participantes militares brasileiros, participantes da operação tem que ser de segmento feminino mesmo, distribuído em algumas áreas ali, alguns pontos estratégicos. Principalmente, onde é o primeiro contato, e na questão da saúde. É que na saúde também se acaba levantando muita informação também. Essas informações ajudam tanto na questão de segurança, que por ser uma operação em fronteira que compromete a segurança nacional, esse levantamento de dados de informação ali é importante para manter o nosso banco de dados sempre atualizado. Então, os pontos positivos são principalmente a facilidade de ter contato com o Venezuelano, a capacidade de levantar informações e manter o banco de dados da Acolhida constantemente informado. Em relação a aspectos negativos, eu não vejo. Muito pelo contrário, pelo menos um terço do efetivo da operação deveria ser de seguimento feminino sempre. E o seguimento masculino, porque são as outras atividades. Atividade de planejamento que isso aí já vem de escola, hoje ainda é com maior presença do seguimento masculino. Atividade de segurança, patrulhamento, patrulhamento nos abrigos, então são atividades mais voltadas tipicamente para o seguimento masculino, porque da mesma forma que existe essa facilidade do feminino de se identificar ali que o venezuelano, levantando informações também em relação a mulheres trabalhando em segurança, também passa a ser diferente. Acho que o venezuelano vê isso aí como uma vulnerabilidade e pode tentar realizar alguma ação ilícita. Algum ato assim que possa comprometer o andamento da operação.

## **Entrevista 5**

**Entrevistadora** – Vamos iniciar? Gostaria que o sr., antes de responder as perguntas, falasse sobre suas atividades na operação.

**Entrevistado 5** – Boa tarde. Bom, eu fui Chefe do Posto de Recepção e Apoio (PRA) e depois

eu fui o chefe do RH do hospital de campanha de Boa Vista.

**Entrevistadora** - Como é realizado o preparo do contingente e como você o avalia para lidar com as demandas específicas das migrantes e refugiadas venezuelanas?

**Entrevistado 5** - O preparo do contingente que participei se deu com instruções centralizadas dentro do Comando Militar de Área, por 2 (duas) semanas. Já com as demandas específicas das migrantes e refugiadas venezuelanas, acho que a própria operação proporciona um atendimento específico para este público. Mas durante o preparo, não tivemos instruções voltadas para essa demanda não.

**Entrevistadora** - Qual foi sua experiência em trabalhar com militares mulheres na Operação Acolhida?

**Entrevistado 5** - Tive contato com militares mulheres na operação, da área de saúde. Uma experiência normal.

**Entrevistadora** - Quais funções as mulheres militares ocupam na operação e quais desafios que essas militares enfrentaram ou enfrentam?

**Entrevistado 5** - As mulheres militares ocupam diversas funções, sem diferenciação com os homens. Os desafios que essas militares enfrentam são os que os homens enfrentam, talvez com uma dificuldade maior em lidar com os refugiados homens.

**Entrevistadora** – O sr. poderia explicar melhor a dificuldade com os homens venezuelanos?

**Entrevistado 5** – Sim. Eles não tratam as mulheres com muito respeito não. Elas precisam se impor pra conquistar esse respeito. Talvez por causa de questões culturais deles mesmo.

**Entrevistadora** - Como a presença de mulheres militares impacta a dinâmica e a eficácia da Operação? Há necessidade de empregá-las em alguma função mais específica?

**Entrevistado 5** - As militares mulheres são fundamentais na assistência às refugiadas, facilitando a interação com elas. Acredito que, funções específicas, seria no emprego de militares mulheres que tem relação com as necessidades peculiares de refugiadas, como grávidas, vítimas de violência contra mulher, etc.

**Entrevistadora** - Você percebeu alguma diferença no atendimento e acolhimento das refugiadas venezuelanas proporcionado pelas militares mulheres em comparação aos homens?

**Entrevistado 5** - Apenas a diferença natural de abordagem. Naturalmente se aborda um homem diferente de uma mulher, em qualquer situação.

**Entrevistadora** - Quais os pontos positivos e negativos da participação feminina na operação?

**Entrevistado 5** - Os pontos positivos são a oportunidade de atender as refugiadas com mais eficácia e empatia. Não vejo pontos negativos.

## **Entrevista 6**

**Entrevistadora** - Boa tarde, Entrevistado 6. Vamos iniciar nossa conversa. Eu gostaria que, antes de responder as perguntas, o sr. fizesse uma breve apresentação inicial explicando sobre suas atividades na operação.

**Entrevistado 6** – Boa tarde. Bom, eu desempenhei a função de Chefe de Estado-Maior no 16º contingente

**Entrevistadora** - Como é realizado o preparo do contingente e como você o avalia para lidar com as demandas específicas das migrantes e refugiadas venezuelanas?

**Entrevistado 6** - Após o recebimento da missão, o preparo do 16º contingente teve início com a seleção de militares que tinham funções consideradas essenciais. Tais militares, incluindo este chefe de Estado-Maior realizaram o reconhecimento em Boa Vista, Manaus e Pacaraima. 2 (duas) semanas após o retorno do reconhecimento, foi realizada 1 (uma) semana de preparação específica nas próprias Organizações Militares dos integrantes dos contingentes. Posteriormente, houve 1 (uma) semana de instrução específica centralizada na guarnição da Vila Militar do Rio de Janeiro.

Cabe salientar, que na semana centralizada ocorreu a participação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, OIM, ACNUR, Centro Conjunto Operações de Paz do Brasil, bem como de militares do contingente que será substituído, o que favoreceu em grande monta as instruções, tendo em vista a possibilidade de se adquirir conhecimentos concretos da operação com aqueles que estão na “ponta da linha” ou seja, que possuem contato direto com os refugiados, trazendo importantes atualizações sobre a Operação.

Dessa forma, avalio que a preparação do 16º contingente foi bastante adequada para lidar com as demandas específicas das migrantes e refugiadas venezuelanas. No entanto, sempre é possível aprimorar os processos.

**Entrevistadora** - Qual foi sua experiência em trabalhar com militares mulheres na Operação Acolhida?

**Entrevistado 6** - A minha experiência como Chefe do Estado-Maior Conjunto do 16º contingente da Força-Tarefa Logística Humanitária em trabalhar com militares mulheres foi excelente. Avalio que as militares mulheres foram extremamente profissionais em diferentes áreas, assessorando de maneira proativa em distintas funções.

**Entrevistadora** - Quais funções as mulheres militares ocupam na operação e quais desafios que essas militares enfrentaram ou enfrentam?

**Entrevistado 6** - No 16º contingente, as militares mulheres ocuparam funções administrativas, na área da saúde, na chefia da parte educacional do Centro de Coordenação e Interiorização, na assistência social, como psicólogas trabalhando em prol do próprio contingente e dos migrantes, além de concorrerem às escalas de diversos serviços e missões.

Neste sentido, considero que os principais desafios enfrentados pelas militares mulheres eram justamente a preservação de sua saúde pessoal ao lidar com diferentes tipos de enfermidades, bem como a manutenção do controle emocional para superar as condições de precárias que chegavam os migrantes Venezuelanos, além da preocupação com a própria segurança individual, que é dever de todo militar.

**Entrevistadora** - Como a presença de mulheres militares impacta a dinâmica e a eficácia da Operação? Há necessidade de empregá-las em alguma função mais específica?

**Entrevistado 6** - No meu ponto de vista, considero que no 16º contingente a presença de mulheres militares impactou a dinâmica e a eficácia da Operação no sentido de haver um

número bastante expressivo em atividades de campo, como por exemplo nas equipes de serviço dos abrigos e no Posto de Recepção e Apoio (PRA). Além disso, penso que a presença de mulheres militares como psicólogas na Equipe de Verificação de Ocupação Espontânea (EVOE) e no serviço no PRA auxiliaram na identificação dos migrantes com maiores vulnerabilidades.

**Entrevistadora** - Você percebeu alguma diferença no atendimento e acolhimento das refugiadas venezuelanas proporcionado pelas militares mulheres em comparação aos homens?

**Entrevistado 6** - Os procedimentos eram padronizados, não havendo diferença no atendimento propriamente dito. No entanto, algumas vezes, as migrantes mulheres tendiam a ter maior confiança em contar suas vulnerabilidades para as militares mulheres, decorrente de uma identificação natural, principalmente aqueles problemas relacionados a abuso sexual e problemas de saúde específicos.

**Entrevistadora** - Quais os pontos positivos e negativos da participação feminina na operação?

**Entrevistado 6** - Durante o período do 16º contingente, tive um único problema pontual com uma militar mulher. Caso específico, que ocorreu pelo desenvolvimento de uma crise de ansiedade por parte de uma militar mulher em função de chefia, a qual teve que retornar a sua Organização Militar para tratamento de saúde.

No que tange aos pontos positivos, destaco a proatividade, o zelo, a lealdade, a produtividade nas tarefas administrativas e o excelente assessoramento que tive como chefe do Estado-Maior do 16º contingente. Importante comentar que a presença das militares mulheres nas atividades em campo foi motivo de destaque por parte das distintas agências que estavam conosco na região de operações, o que facilitou o desenvolvimento de uma importante relação de confiança nas relações civis-militares, fator primordial para o desenvolvimento das ações neste tipo de missão.

## **Grupo 2 -Militares mulheres que participaram da Operação Acolhida (16º ao 18º contingente)**

### **Entrevista 7**

**Entrevistadora** – Boa tarde, Entrevistada 7. Seja muito bem-vinda. Vamos iniciar. Como foi o seu preparo para participar da operação e como isso influenciou seu desempenho?

**Entrevistada 7** - Oi, boa tarde, aqui é a Entrevistada 7, do EB. É.... o ChEM, né?... do contingente, ele efetuou o preparo com diversos atores para apresentar como funcionam os abrigos, alguns pontos importantes a serem observados, quanto à chegada dos venezuelanos, quanto à permanência deles dentro dos abrigos, principalmente a parte de assédio, né?... sexual, principalmente a crianças e a pequenos furtos, enquanto, no momento do descanso. Mas não tivemos nenhuma palestra específica para as demandas femininas. Como influenciou o meu desempenho? Foi primordial pra poder entender realmente como funciona, que até então...é...a gente imagina a operação de outra forma, não tem um conhecimento tão abrangente, né? Até porque o que você vê lá nas redes sociais, na internet, é muito aquém na verdade, do que acontece realmente lá, né? Tem muita discrepância, tem muita mentira. Então, foi essencial pra poder entender, compreender e identificar os pontos sensíveis enquanto estivesse na operação.

**Entrevistadora** – Entendi. Nesse áudio você se referiu a ideia que tinha antes de chegar lá e

que é bem diferente daquilo que as redes sociais da operação apresentam. Ou seja, não condiz com a realidade. Pode falar um pouco mais sobre isso?

**Entrevistada 7** – Não. Não é que não condiz com a realidade, não é isso que eu quis dizer. Eu não tinha um conhecimento amplo sobre o que era de fato a Operação Acolhida. Beleza que é ajudar, né?... é uma ação humanitária para receber os venezuelanos de braços abertos. Lindo! Mas até que ponto isso é bom pra a gente? Até que ponto é bom você deixar entrar pessoas no seu país sem nenhuma documentação, né? Entra pessoa de qualquer tipo. E aí? A pessoa, ela entra no nosso país e é uma pessoa livre se ela está vindo fugida do país dela, né? Então assim, eu acho lindo, porém precisa de melhorias. Vamos ajudar? Vamos. Mas vamos ter um bom senso também. Que no nosso país temos pessoas passando fome, temos pessoas morando nas ruas e que não recebem o mesmo apoio, de repente, a mesma atenção que o país estrangeiro. Que o estrangeiro está recebendo, entendeu? E quanto à falta de conhecimento, é que eu não cheguei a pesquisar profundamente, né? Você sabe que nem todos os jornais são fiéis e fidedignos com a verdade. Eles não são transparentes, eles falam o que eles querem e de uma maneira que toque alguma parte...é... Eles querem atingir alguém, então eles têm que ser cuidadosos na maneira de falar. Depois que eu fui para a operação, hoje eu sigo páginas lá de Boa Vista, de Roraima, que mostra o que realmente acontece. Venezuelano atacando, venezuelano roubando casa, depredando, e você não vê isso em todas as mídias. Então assim, até que ponto a gente sabe realmente da verdade? Até que ponto a gente sabe o que realmente acontece? Não participando de uma operação.

**Entrevistadora** - Quais atividades que você realizou na operação?

**Entrevistada 7** - Eu fiquei voltada pra a parte de aquisição de passagem aérea pros militares, tanto para chegar na operação quanto para poder ir embora, e o momento do descanso com a família, dez dias. Então, era efetuada toda essa parte de controle das compras com prazo, com bastante prazo para poder adquirir a passagem barata, né? Então, as passagens eram adquiridas com no mínimo 20 a 30 dias de antecedência, junto a uma empresa terceirizada, né?... que fazia a cotação e a aquisição, mediante ordem da FT, da Força-Tarefa.

Além disso, tirava serviço nos abrigos. É...inicieii tirando serviço num abrigo vazio. Então, a gente tomava conta, na verdade, para ninguém pular o muro, para ninguém depredar as carpas, as barracas. E depois eu fui para o posto de recepção e atendimento, o PRA, que é um posto de passagem, digamos assim, né? É o primeiro posto quando eles saem de Pacaraima com o ônibus do Exército ou com o ônibus e o militar do Exército. Indo para Boa Vista, é o primeiro ponto que eles descem. Esse posto fornece café da manhã, almoço e janta para mil venezuelanos. Dentre eles crianças, adultos e adolescentes. São mil refeições por horário, né? A gente atende mil venezuelanos de manhã na hora do almoço e a noite, e na janta. E para dormir, existe uma fila, existem camas para poder abrigar quem dorme na rua, quem dorme em volta da rodoviária, quem dorme nas rodovias. Então, eles precisam enfrentar uma fila, tem um critério lógico de entrada. Primeiro são os idosos, é... depois mães solteiras, família, mães solteiras, pais solteiros, e por último os homens sozinhos, solteiros. Então, a prioridade, família, criança e idoso. É... eles podem entrar para dormir a partir das oito até às dez, depois das dez horas da podem sair e seis horas são acordados, sete horas da manhã tem que estar saindo do abrigo e fazendo uma nova fila para poder tomar café da manhã, né? Além disso, o Exército é responsável pela parte de segurança. Ele dá abrigos no PRA, além da distribuição de alimentos, tem atendimento junto as ongs... é... para quem procura emprego, para quem quer dar entrada no CPF, para quem quer dar entrada na carteira de trabalho. Eles auxiliam, instruem. É um serviço bonito de se ver, porém, que necessita de melhorias.

**Entrevistadora** - Quais os maiores desafios que você enfrentou ao trabalhar com as migrantes

e refugiadas venezuelanas?

**Entrevistada 7** - O maior desafio... é... foi a língua, né?... em primeiro lugar. Às vezes, por falarem o espanhol muito rápido, a gente não entende, mas nada não é um impeditivo, não é algo muito difícil de se lidar. O outro ponto é ter atenção, principalmente com as crianças, porque eles são famílias numerosas, as mulheres têm filhos muito novas, muito cedo, e filho um atrás do outro. As crianças acabam ficando muito soltas no abrigo, sem supervisão nenhuma dos pais. E essa era a minha, em particular, a maior preocupação. É ficar de olho nas crianças, para que nada acontecesse com elas. Era da atenção, era dar carinho, era nos meus momentos vagos, dentro do abrigo, eu brincava, jogava bola, brincava de pique-pegas. São pessoas muito, muito carentes. Lógico, não podemos generalizar. Como em qualquer outro lugar, existiam pessoas má índole. Mas, você sabendo levar o abrigo, ele funcionava perfeitamente, zero problema em relação à segurança.

**Entrevistadora**- Certo. Mas com relação aos desafios, houve algum que você tenha passado por lá enquanto mulher e militar...algum desafio pra exercer seu trabalho, por exemplo?

**Entrevistada 7** - Eu sou meio fora da curva. Eu como mulher e militar eu não tenho frescura, eu gosto de participar de campo, então no local que você me colocar eu vou desempenhar a melhor função que eu puder, né? Eu fiquei dois contingentes, o contingente carioca tirou serviço nos piores abrigos, não tinha isso se era feminino, se era segmento masculino, isso não existia porque na concepção do chefe, né?... do CHEM, o chefe do Estado-Maior não tem que ter essa discriminação, essa divergência dentro da força. Então eu tirei no PRA que era julgado um dos piores abrigos porque tinha de tudo dentro daquele abrigo, tinham diversos tipos de pessoas, né?... de estrangeiros. Porém, quando trocou o contingente, eles não tinham essa percepção, eles quiseram dividir. Então, o segmento feminino passou a não tirar serviço em alguns abrigos e o que eu tirava o PRA era um deles, me tiraram do que eu já estava acostumada e me colocaram no abrigo indígena, que na minha concepção era muito pior. Porque índio briga, era briga com faca, uso de bebida alcoólica e você tinha que ficar de olho, você tinha que separar a briga e você, sabe? Era um nível muito mais tenso, você vivia ansioso, você vivia tenso do que ia acontecer naquela noite, coisa que eu não tinha no PRA. Então, foram desafios quanto mulher porque você tinha que se impor...é... Eu não tenho medo disso, mas tinham outras do segmento feminino que tinha, que tinha medo do que o estrangeiro poderia fazer. Eu acho que a partir do momento que você se impõe, que você estufa o peito, você anda com o teu peito cheio de ar, com atitude, sem medo do que vem pela sua frente, você se impõe diante de qualquer um, homem, mulher, criança. Ainda mais você vestindo farda. E tudo lógico, sempre com educação. Então eu brincava com o venezuelano, eu tirava o boné deles dentro do abrigo porque não podia e eles sempre me respeitaram. Então, eu acho que essa questão tem desafio, lógico, você tem que se impor, mas vai muito da pessoa. Da pessoa que está vestindo a farda, ela tem que se impor diante deles, então, o desafio diminui, entendeu?

**Entrevistadora** - Você sentiu que sua presença como mulher fez diferença no acolhimento das refugiadas? Se sim, como?

**Entrevistada 7** - Quanto ao acolhimento das refugiadas, sim. Senti que... o problema é que eu vou ficar muito repetitiva. Não significa o fato de eu ser mulher, porque não adianta...é...uma militar ir para lá e não ir com o peito aberto. Muitos vão pelo dinheiro, muitos vão com ranço deles, entendeu? Eu não fui assim. Porque eu não sou assim. Você vai pelo dinheiro? Vai. Mas você tem que se simpatizar. Eu saí de lá, tem pessoas que eu falo até hoje, e elas já foram interiorizadas, estão em outros estados, tão tentando recomeçar a vida, e eu mantenho contato. Porque eu criei um vínculo, eu criei carinho, eu tenho, sinto um carinho. Eu não conseguia tratá-las mal. A partir do momento que você se disponibiliza em ajudar a receber afeto, a dar o afeto.

Eu acho que é isso que falta em quem vai, entendeu? É realmente ir pra uma força-tarefa e querer participar, querer participar de peito aberto, querer fazer o certo, querer o dia a dia, botar a mão na massa e não ir pra brincar, pra se divertir, pra virar adolescente de novo, já que você está sem a família. O que eu mais... o que eu pude perceber em alguns momentos era isso. As pessoas vão pra tirar férias, entre aspás, faz o serviço, mas não faz tão bem feito. Faz por fazer, não faz pra realmente resolver problema... é... não faz pra diminuir a despesa que seja da operação, entendeu?

**Entrevistadora** - Que tipo de suporte ou treinamento adicional você acha que seria útil para melhorar o desempenho das militares mulheres nesta operação ou até mesmo da tropa como um todo?

**Entrevistada 7** - Não sei, eu fiquei pensando nessa pergunta um bom tempo. Não vislumbro... talvez, um treinamento adicional. Eu não sei como é o treinamento de cada comando militar diário. O que eu participei, que foi o CML, eles abordaram bastante. Os palestrantes levaram temas importantes, tocaram, falaram em assuntos de mais diversos tipos. Desde assédio, essa parte de rapto de crianças, eles falaram sobre tudo, assim. Eu gostei bastante. No meu ponto de vista, o que faz um contingente ficar unido é o CHEM, que é o chefe do Estado-Maior. É ele. Se ele for um coronel que jogue limpo com a equipe, né?... com a tropa, que demonstre que está unido, deixa as portas abertas para todos os níveis hierárquicos, isso faz uma diferença absurda, entendeu? Eu falo porque, assim, o meu contingente, o CHEM, foi maravilhoso. Então, os militares trabalhavam sábado e domingo, ia para a missão com gosto por ele, entendeu? Pela pessoa que ele era, pela pessoa que ele tratava. A forma que ele tratava a tropa, entendeu? Enquanto outros eram deixados de lado. Então, não sei se apenas um treinamento faria isso. Foi muito do militar, do caráter de um militar que está lá de frente para a tropa, entendeu?

Agora assim, de uma maneira geral, é... eu acho que todos, tanto o segmento feminino quanto o masculino, muito mais de repente pro feminino, tá? Deveria participar de uma força humanitária, deveria participar mais de missão. Eu acho que é o mal de mulher, né? Que pensa muito na família, pensa nos filhos. “Ai, mas meus filhos vão ficar com quem?” Gente, se você morrer amanhã, teu filho vai sobreviver, teu marido vai sobreviver. Sempre dá um jeito, sempre tem um jeito. Então, eu acho que pro segmento feminino é muito mais importante a participação, entendeu? Porque vê que a família caminha, a família continua ali. Eu fui para a missão, minha filha tinha um ano e meio. Eu deixei dois, de 13 e uma de um ano e meio. E assim, sobreviveu. O marido se virou, acordava de madrugada e inclusive passou a dar muito mais valor, né? Porque enquanto a gente está em casa, é a gente que faz, é a gente que para, é a gente que limpa, é a gente que cozinha, é a gente que se desdobra em mil e uma utilidades, né? Mas quando a gente se ausenta, tudo continua. Então, pro seguimento feminino ir é muito importante. Se sente, as mulheres se sentem mais realizadas, não só profissionalmente, como pessoalmente. Além de se sentirem mulheres, que às vezes a gente deixa isso um pouco de lado, né? E lá a gente tem tempo, trabalhamos, porém temos tempo para a gente se cuidar, para a nossa autoestima voltar. Então, assim, eu acho muito importante a participação. Assim como eu acho que eu sou temporária, e eu acho que todo temporário deveria, assim que entrou nas Forças Armadas, deveria ser encaminhado para um batalhão, tinha que ficar seis meses num batalhão, tirar serviço, ter uma escala apertada, porque entra no Exército e vai para uma unidade administrativa, não quer fazer nada, entendeu? Não vivenciou o que é a força, verdadeiramente. Mas é isso. Eu me senti realizada, a força, a operação, ela tem muitas qualidades, é o momento de você fazer network, porque você consegue se relacionar com militares de várias OMs, então a sua cartela de opções cresce absurdamente. Pra o que você precisar, você vai ter um colega para te ajudar, além de poder dar carinho, como eu falei.

Mas é isso. Eu, desde que eu entrei na veia, eu falei pro meu esposo que eu ia pra operação. Então, ele já sabia. Eu não abro mão dos meus sonhos. Eu corro atrás. Eu acho que todo mundo deveria fazer isso. Não é porque tem família, porque tem filho, que a gente tem que se deixar de lado. Lógico, vai ter um momento apropriado pra você ir. Mas tem que ir, tem que viver. Então, eu quero viver tudo que eu puder dentro do Exército. E depois, daqui a quatro anos, eu não vou ter mais oportunidade. Ano que vem vai ter operação de novo pro comando. Muito provavelmente eu vou tentar ir de novo. É aquele momento de você se doar como pessoa, de você abrir seu coração, de receber amor do próximo, de entender o que o país está passando, não só o nosso como o deles, de conhecer outros lugares, outras culturas, e inclusive de conhecer pessoas da cidade mesmo, sabe? Eu sou suspeita, como eu te falei, eu amei e voltaria com certeza.

### **Entrevista 8**

**Entrevistadora** - Como foi o seu preparo para participar da operação e como isso influenciou seu desempenho?

**Entrevistada 8** - Bom. Eu tive a oportunidade de participar de dois contingentes. O 7º e o 16º. No primeiro contingente, o preparo foi feito na vila militar com todo ou a maior parte do 7º contingente selecionado para a missão em 2020. Foram feitas palestras sobre o terreno (local) de maneira abrangente, dificuldades, desafios e objetivos quanto ao recebimento, acolhimento e a interiorização dos imigrantes venezuelanos. Tivemos também, atividades práticas de manuseio de viaturas (para quem era habilitado), conhecimentos básicos sobre manuseio e manutenção. Com essas informações passadas, tive um pouco de noção do que viria pela frente. Não fiquei à deriva, pois sou formada em Serviço Social e tenho um pouco de experiência na área, mas é claro, foi uma experiência única e gratificante, tanto que me voluntariei para ir novamente.

**Entrevistadora**- Com relação ao preparo dos contingentes que você participou, teve alguma diferença entre eles?

**Entrevistada 8** – Teve sim. No segundo foi mais simplificado. Somente palestras, recebimento de material, uniformes e a partida para lá. No primeiro teve até TFM, além de tudo que já falei.

**Entrevistadora** – Certo. Mas teve alguma diferença entre os dois contingentes que você participou com relação ao preparo ou alguma outra situação para o segmento feminino? Ou nessa parte os contingentes foram iguais?

**Entrevistada 8** – Não teve diferença não. Mesma coisa com relação ao preparo. Agora, no primeiro contingente, senti mais dificuldade para nós em relação a estruturas. As fardas que recebemos eram masculinas. Banheiros pra mulheres não tinham direito, foi adaptado...é...alojamento também. Até irem ajeitando aos poucos.

**Entrevistadora** - Quais as atividades que você realizou na Operação Acolhida?

**Entrevistada 8** - Bom, no 7º contingente, eu participei como auxiliar do serviço assistencial, religioso e psicológico. Fiz parte da equipe com 01 oficial superior capelão, 01 oficial psicóloga e 01 praça auxiliar do serviço social (Eu). Nossos atendimentos na operação foram voltados para os militares participantes do contingente. Fazíamos atendimentos a cada um individualmente ou em grupo, fazíamos algumas reuniões com palestras, atividades para as mulheres militares, para os cabos, soldados, praças e oficiais. Visitávamos também, cada unidade de atendimento aos venezuelanos, abrigos, postos de saúde, unidades de recepção e atendimentos, para falar com o militar ali responsável por sua missão, tanto na base em Boa Vista, como em Manaus e Pacaraima (fronteira com Venezuela).

**Entrevistadora** - Quais os maiores desafios que você enfrentou ao trabalhar com as migrantes e refugiadas venezuelanas?

**Entrevistada 8** - Então, na primeira vez que fui, não foi atendimento a eles, porém, eu tirava serviço diretamente com os venezuelanos em duas situações:

01. Em um espaço de higienização criado para eles, foi feito um banheiro / lavanderias para a utilização com horários de uso com organização de filas para homens, mulheres, homossexuais e transexuais. Um desafio enorme quanto a organização, pois muitas vezes tinham brigas e desavenças, onde nós militares, tínhamos que resolver da melhor forma possível.

02. Distribuição de comidas: existia uma escala para todos participarem dessa missão. Recebíamos pela manhã a ordem de ir buscar café e levá-lo para os abrigos. No final da manhã, já saíamos para buscar e distribuir o almoço. No final da tarde, saíamos novamente para levar o lanche e no final da tarde, entregávamos a janta, acabando quase que diariamente a missão por volta de meia-noite, missão cumprida!

**Entrevistadora** - Você sentiu que sua presença como mulher fez diferença no acolhimento das refugiadas? Se sim, como?

**Entrevistada 8** - Claro! Não só como mulher, mas também como militar. Os assistidos tinham uma confiança em nós absurda. Mães confiavam em deixar seus filhos conosco, ficavam por perto, mas o carinho e o brilho no olhar da criança e o reconhecimento dos pais, faziam uma diferença enorme para nosso trabalho. Isso não tem preço!

**Entrevistadora** - Que tipo de suporte ou treinamento adicional você acha que seria útil para melhorar o desempenho das militares mulheres nesta operação ou até mesmo da tropa como um todo?

**Entrevistada 8** - Hoje lá na missão, o suporte assistencial que vai para lá, não é mais para os militares e sim para os venezuelanos.

Acho que esse apoio assistencial e religioso que teve no 7º contingente é super NECESSÁRIO para a tropa toda. Precisamos estar preparados. Estamos longe da família, de amigos, nos encontramos vulneráveis e passamos por situações pesadas em cada missão dada no local, cada abrigo, cada atendimento, cada família atendida tem uma esperança, querem uma ajuda, buscam por uma nova vida em outro lugar do Brasil. Mas para essa ajuda ser dada por cada militar, ele também precisa estar bem emocionalmente e principalmente psicologicamente para dar esse apoio a quem precisa.

As mulheres, infelizmente, são desvalorizadas e julgadas nesses ambientes machistas e ainda somos minoria. Mas, vivemos lutando pelos nossos espaços, nossos direitos e estamos evoluindo. Espero que não precisemos de muitos mais anos para que isso possa melhorar e termos muito mais vozes femininas nesses tipos de missões e qualquer outra porque somos capazes sim!

**Entrevistadora** – Entendi. Hoje o pessoal da assistência social está mais voltado para atendimentos de migrantes que estão em situação de rua. É isso mesmo?

**Entrevistada 8** – Isso. Não tem mais atendimentos aos militares. E isso é super necessário. Já tem uns anos que não tem esse acompanhamento. Acho que o último ou o primeiro que teve foi com o 7º contingente, se não me engano.

**Entrevistadora** – Você se lembra de ter passado por alguma situação que tenha te marcado durante seu tempo de missão?

**Entrevistada 8** – Sim. Nos apegamos a algumas famílias durante o serviço na parte de higiene. Essa família tinha, mãe, namorado e 3 filhos dela. 3 crianças lindas, amorosas, inteligentes e simpáticas. Quando eles foram embora pela interiorização para Cascavel, ficamos muito felizes e emocionadas, mas com um aperto no coração. Juntamos eu e umas meninas, compramos material escolar e doamos a eles. Viajaram todos felizes. Hoje ainda tenho contatos. Estão super bem e grandes lá no sul!

Outro marco muito forte também, foi no natal. Na entrega de comida que eu estava escalada. Cheguei em vários abrigos espontâneos para entregar comida e a maioria não queria. Eles estavam com ceia montada. Jogar comida fora eu não podia. Então, fui devagar pelas ruas distribuindo para quem estava por lá sem nada pra comer e passando Natal na beirada da estrada. Isso doeu muito. Fiquei muito emocionada. Triste por ter sobrado tanta comida e feliz por cada lugar que tinha uma ceia de Natal!!!

**Entrevistadora** – Que relatos, Entrevistada 8! Quando você estava por lá, do que mais sentiu saudade?

**Entrevistada 8** - Da minha família. Principalmente meus sobrinhos. Tenho três. Foi uma experiência única em minha vida. Se eu pudesse não teria nem voltado de lá!

### **Entrevista 9**

**Entrevistadora** - Como foi o seu preparo para participar da operação e como isso influenciou seu desempenho?

**Entrevistada 9** - Meu preparo para operação acolhida começou um mês antes para poder deixar as minhas funções no Exército alinhadas com meu substituto e não deixar a minha seção em desfalque. No âmbito pessoal, comecei a arrumar mala e verificar as coisas que eu poderia levar para utilizar em Boa Vista -RR

Meu desempenho não foi afetado nem antes da operação e nem no momento em que eu já estava lá atuando, pelo fato de lá os dias serem muito corridos. A rotina não para.

**Entrevistadora** - Quais as atividades que você realizou na Operação Acolhida?

**Entrevistada 9** - Realizei atividades primeiramente no setor de Auditoria do CCI (centro de Coordenação e Interiorização) e depois fui transferida para o setor de cadastro dos migrantes venezuelanos.

**Entrevistadora** - Quais os maiores desafios que você enfrentou ao trabalhar com as migrantes e refugiadas venezuelanas?

**Entrevistada 9** - Meu maior desafio primeiramente foi a língua espanhola que eu não domino. Só entendia algumas coisas. Isso foi difícil no começo, depois eu comecei a entender melhor e pude me expressar melhor também. Não tivemos tempo de estudar o espanhol. Um outro ponto foi saber entender os costumes e a cultura deles também foi e continua sendo um desafio até hoje.

**Entrevistadora** - Você sentiu que sua presença como mulher fez diferença no acolhimento das refugiadas? Se sim, como?

**Entrevistada 9** - Não necessariamente, pois a minha função em realizar atendimento no cadastro para realizar o processo de interiorização, já tinha mulheres atuando também, como terceirizadas e agências.

**Entrevistadora** - Que tipo de suporte ou treinamento adicional você acha que seria útil para melhorar o desempenho das militares mulheres nesta operação ou até mesmo da tropa como um todo?

**Entrevistada 9** - suporte adicional para o segmento feminino eu não diria. Mas em se tratando do fato que o migrante venezuelano é um povo machista, a farda fazia com que o respeito permanecesse na maioria das vezes. Então, não tive problemas em relação a isso. Mas houve períodos no serviço dentro do abrigo em que a presença de um militar do segmento masculino junto, ajudava a acalmar os ânimos.

### **Entrevista 10**

**Entrevistadora** - Como foi o seu preparo para participar da operação e como isso influenciou seu desempenho?

**Entrevistada 10** - Ficamos uma semana recebendo instruções de como seria o ambiente, clima organizacional, situações diversas ocorridas em contingentes passados, a real situação dos venezuelanos.

**Entrevistadora** - Quais as atividades que você realizou na Operação Acolhida?

**Entrevistada 10** - Fiquei na parte da interiorização dos Venezuelanos, realizava a coleta dos dados pessoais, montava o processo de compra da passagem aérea, realizava embarque no aeroporto. Para ocorrer a interiorização, os venezuelanos precisam ter um receptor na cidade de destino, seja familiar ou não, estar com emprego certo, caso contrário não será interiorizado.

**Entrevistadora** - Quais os maiores desafios que você enfrentou ao trabalhar com as migrantes e refugiadas venezuelanas?

**Entrevistada 10** - Falta de documentação, por diversas vezes os venezuelanos perdiam documentações pessoais e só comunicava no momento do embarque, por diversas vezes, durante a madrugada, tive que ir na Delegacia da Polícia Civil para solicitar Boletim de Ocorrência, não eram todas companhias aéreas que aceitavam, dessa forma, a passagem era perdida ou remarcada.

**Entrevistadora** - Você sentiu que sua presença como mulher fez diferença no acolhimento das refugiadas? Se sim, como?

**Entrevistada 10** - Sim, pois em diversas situações as mulheres venezuelanas se reportavam a algum seguimento feminino.

### **Entrevista 11**

**Entrevistadora** - Como foi o seu preparo para participar da operação e como isso influenciou seu desempenho?

**Entrevistada 11** – Então, nosso preparo foi assim...o psicológico ficou um pouco abalado. Porque, no meu caso, eu tinha problema sério com altura e viagem de avião. Quis desistir da missão, mas depois enfrentei o desafio. Tivemos um preparo físico e psicológico lá na vila militar em Deodoro, no REI, no 53. Tivemos muitas explicações, assistimos muitas palestras sobre o que fazer e o que não fazer, entendemos como funcionava lá. Foi bem bacana.

**Entrevistadora** - Quais as atividades que você realizou na Operação Acolhida?

**Entrevistada 11** – As atividades que eu desenvolvia era na parte da saúde. Era vacinação, auxiliar os beneficiários (venezuelanos) que chegavam mau nutridos, principalmente as crianças. Você vê muita coisa surreal lá em Roraima. As pessoas que perderam tudo, sabe? Então, causa um impacto na gente. Então, tínhamos atividades psicológicas com eles, transporte de ambulância com serviço constante, 24 hs e de domingo a domingo.

**Entrevistadora** - Quais os maiores desafios que você enfrentou ao trabalhar com as migrantes e refugiadas venezuelanas?

**Entrevistada 11** – Com certeza foi a distância da família, dos amigos. Trabalhar com pessoas com cultura diferente também. Os venezuelanos são diferentes. O que mais me chamou atenção foi que quando as meninas ficam mocinhas, os homens mais velhos começam a namorar com elas, casar e tudo mais. Os homens não tratam você muito bem, sabe? Pra que a gente possa ajudar, a gente precisa, primeiro ser aceito por eles também, sabe? Aceitar e ser aceito. Vi muitas pessoas formadas, médicos, veterinários, advogados que perderam tudo. Tinham que recomeçar. Isso é bem difícil. Outra coisa que me chamou muito a atenção é que eles têm muito ataque epilético, muita enfermidade mais séria como o câncer. Isso em estado avançado porque no país deles não tinha como tratar. Peguei muito paciente assim. Muita gente sem vacina básica, como por exemplo a BCG. Porque lá as vacinas são muito caras. O Governo não dá a população não. Aqui a gente tem direito à vacina, lá não.

**Entrevistadora** - Você sentiu que sua presença como mulher fez diferença no acolhimento das refugiadas? Se sim, como?

**Entrevistada 11** – Nessa questão, elas se sentiam mais acolhidas conosco, né? Porque algumas estavam muito sofridas, debilitadas. Outras eram senhoras de idade com doenças. Doenças mal tratadas ou mal curadas. Idosas sem vacinação. Elas se sentiam mais seguras com a presença da parte feminina. Valeu muito a pena participar dessa missão, sabe?

**Entrevistadora** - Que tipo de suporte ou treinamento adicional você acha que seria útil para melhorar o desempenho das militares mulheres nesta operação ou até mesmo da tropa como um todo?

**Entrevistada 11** – Na minha gestão com o coronel Ribeiro, ele deu muito suporte pra nós mulheres, lá. Não sei como foi nos outros contingentes. Mas no meu, achei que nós fomos muito bem cuidadas. Eles se preocupavam muito conosco. Esse coronel foi um cara muito humano, muito família. E isso foi muito importante. Alguns homens se estressaram porque a gente tava dormindo em barracas, daí tiraram a gente das barracas e colocaram nos contêineres, onde os homens estavam. Tiveram alguns homens que reclamaram muito sobre isso, outros acharam correto porque disseram que a operação só funcionava por causa da gente. Então, a gente tinha que ter o mínimo de conforto. Essa operação me fez ver que nós mulheres fomos pra lá pra somar, entendeu? Me fez crescer como ser humano. Me fez pensar muito nas coisas. Me fez aprender a dizer não. Me fez ver que nós, seres humanos, precisamos uns dos outros. Tive a chance de ajudar o próximo, sabe?

### **Grupo 3 – Militares envolvidos com o preparo dos contingentes (COTER/CCOPAB)**

#### **Entrevista 12**

**Entrevistadora** - Foram enviadas as perguntas para nossa entrevista. Eu gostaria que, antes de respondê-las, o sr. fizesse uma breve apresentação inicial explicando sobre suas atividades funcionais.

**Entrevistado 12** - Boa tarde. Eu sou o Entrevistado 12, instrutor do CCOPAB, tenho sete anos servindo nesse Centro Conjunto. Já servi três anos no Pantanal, no 47 BI em Coxim, depois três anos na Brigada Paraquedista e depois disso vim para o CCOPAB, nesse período aí eu fiquei um ano, 2020, na ESAO. Falando da parte da Operação Acolhida, eu fui em três contingentes, no segundo, no sexto, no décimo segundo contingente, eu ocupei os cargos na célula D9, no segundo contingente, no sexto eu fui da célula de interiorização e no décimo segundo eu estava na Companhia de Assuntos Cíveis.

**Entrevistadora** - Como é realizado o preparo dos contingentes e há um preparo específico para as militares mulheres que participarão da Operação Acolhida?

**Entrevistado 12** - Aqui o CCOPAB, a gente auxilia o preparo dos contingentes para a Operação Acolhida, né? Apesar de não ser uma Operação de Paz, é uma operação humanitária em que muito da forma de se atuar no terreno, se fosse uma operação de paz, é semelhante na parte da operação humanitária no que tange ao contato com outras agências civis, certo? Seja ela organismos internacionais ou nacionais, seja investimento privado, não governamental ou governamental. E como é realizado o preparo pelo CCOPAB? Então, o CCOPAB ele não é o coordenador do preparo, a gente apoia o preparo, né? Então, eu tenho duas semanas de preparo para o contingente, pros militares que vão para a missão. A parte do CCOPAB, a gente dá instruções da parte de contato com o público civil, né? Antigamente era falado a Companhia de Assuntos Cíveis, né?... e tudo que se refere a isso, na instrução da parte de CIMIC, que dá coordenação civil militar, e a gente dá instrução também do Posto de Triage, na parte de abrigo e Posto de Recepção e Acolhimento, que tá tendo um pouco de mudança lá, né? Então essas três grandes estruturas do CCOPAB apoia, que é justamente onde mais tem contato com agências civis.

Não tem nenhum preparo específico para as mulheres militares. Tanto é assim que todas as missões que são executadas, todas as atividades são executadas, são perfeitamente de homem ou mulher executar todas elas, sem distinção nenhuma.

**Entrevistadora** - Quais são as principais diferenças no treinamento de militares homens e mulheres para esta operação?

**Entrevistado 12** – Não há nenhuma diferença. O preparo é igual para todos os militares, homens e mulheres.

**Entrevistadora** - Há treinamentos específicos focados nas necessidades das migrantes e refugiadas venezuelanas?

**Entrevistado 12** - Não, não tem nenhum treinamento específico para militares, certo? Então, a gente aborda todos os migrantes, né?... de forma igual. Se por acaso tiver alguma atuação, né?... alguma atividade específica para mulheres migrantes e refugiadas, isso tem agências da ONU específicas para tratar com isso, algum assunto atinente somente a assunto feminino, por exemplo, ONU Mulheres. ONU Mulheres é uma grande agência, mas existem outras menores também que trabalham em conjunto voltado para atender somente o público feminino.

**Entrevistadora** - Que feedback vocês receberam das militares mulheres sobre o treinamento e preparo recebido?

**Entrevistado 12** - O feedback seria o mesmo que o masculino, independente de ser homem ou mulher, o nosso preparo é o mesmo para todas as pessoas, certo? Então o feedback é o mesmo que o masculino, ele agradece ali, se sente preparado para o desafio que vai receber lá, né? E até mesmo para quem volta da missão entende que grande parte do preparo que é realizado, eles conseguem executar no terreno alguma mudança ou outra dependendo do contingente. Como é

ma missão bem dinâmica, né?...sempre tem mudanças. Então, é...a gente procura sempre melhorar, né? Oportunidade de melhoria. Mas referente a diferença entre homens e mulheres não tem nenhuma.

**Entrevistadora** - Quais melhorias ou ajustes estão sendo considerados para futuros contingentes, com base na experiência atual?

**Entrevistado 12** - Então, para cada preparo de contingente a gente faz um reconhecimento, a gente que eu digo a equipe móvel de treinamento do CCOPAB vai lá no terreno ver como está sendo executado naquele momento e tenta adaptar comparado com o último preparo realizado. Então, hoje a troca está sendo feita de cinco em cinco meses, então a gente faz reconhecimento, adapta e aperfeiçoa a instrução para o que está acontecendo atualmente. Como eu falei a missão é extremamente dinâmica, o tempo todo tem novidades, tem aumento e diminuição do fluxo, tem ideias novas, projetos novos chegando. Então, a gente sempre tenta se adequar, tenta sempre ajustar conforme ao reconhecimento e o que está acontecendo no momento lá no terreno, lá em Boa Vista e em Pacaraima.

### **Entrevista 13**

**Entrevistadora** – Foram enviadas as perguntas para nossa entrevista. Eu gostaria que, antes de respondê-las, o sr. fizesse uma breve apresentação inicial explicando sobre suas atividades funcionais.

**Entrevistado 13** - A minha missão no COTER era fazer as diretrizes de preparação da Operação e manter contato com o Chefe do Estado-Maior da Operação sobre alguma necessidade que o contingente precisava para melhor preparação, além de auxiliar na seleção de pessoal.

**Entrevistadora** - Como é realizado o preparo dos contingentes e se há um preparo específico para as militares mulheres que participarão da Operação Acolhida?

**Entrevistado 13** - Inicialmente, o Comando Militar de Área responsável pelo contingente seleciona os militares habilitados para as diversas funções existentes na Operação Acolhida. Após a seleção do pessoal, a preparação específica é realizada de forma centralizada com instruções voltadas para o que será executado na prática durante a Operação. São ministradas instruções sobre abrigo, acolhimento, interiorização, regras de engajamento, higiene e primeiros socorros, combate a incêndio, trato com o imigrante, entre outras. Não há uma preparação específica para mulheres.

**Entrevistadora** - Quais são as principais diferenças no treinamento de militares homens e mulheres para esta operação?

**Entrevistado 13** - Não há diferença nesse treinamento.

**Entrevistadora** - Há treinamentos específicos focados nas necessidades das migrantes e refugiadas venezuelanas?

**Entrevistado 13** - Não tenho conhecimento.

**Entrevistadora** - Que feedback vocês receberam das militares mulheres sobre o treinamento e preparo recebido?

**Entrevistado 13** - Como oficial do COTER responsável pela seleção dos militares para a Operação Acolhida, não recebi nenhum feedback das militares mulheres sobre o treinamento e

preparo recebido.

**Entrevistadora** - Quais melhorias ou ajustes estão sendo considerados para futuros contingentes, com base na experiência atual?

**Entrevistado 13** - Ao longo dos últimos 3 anos, o Exército Brasileiro tem diminuído a cada ano o efetivo de militares empregados na Operação Acolhida. No lugar dos militares, civis são contratados pela União para ocupar as funções deixadas pelas Forças Armadas. Creio que o objetivo seja que, em breve, a Operação Acolhida seja composta somente por civis.

**Entrevistadora** - Qual o papel do COTER na preparação dos contingentes da Operação Acolhida?

**Entrevistado 13** - O papel do COTER é tão somente emitir as diretrizes de preparação para o Comando Militar de Área responsável pelo contingente.

#### **Entrevista 14**

**Entrevistadora** – Foram enviadas as perguntas para nossa entrevista. Eu gostaria que, antes de respondê-las, o sr. fizesse uma breve apresentação inicial explicando sobre suas atividades na operação.

**Entrevistado 14** – Sou Coronel de Cavalaria, R1, turma de 1997. Assessor da Divisão de Assuntos Cíveis, do COTER, responsável pela Operação Acolhida. Realizamos o controle da Operação, dos seus resultados e do rodízio que acontece a cada 5 meses. Emitimos as Diretrizes para a substituição do contingente. Controlamos para efeito de acompanhamento a quantidade de Venezuelanos que entram e saem do país diariamente. Atendemos as demandas da FT Log Humanitária naquilo que o Ministério da Defesa não pode apoiar.

**Entrevistadora** - Como é realizado o preparo dos contingentes e se há um preparo específico para as militares mulheres que participarão da Operação Acolhida?

**Entrevistado 14** -A preparação para cada contingente é realizada pelo Comando Militar de Área responsável. Ele é apoiado pelo CCOPAB e pela Força Humanitária. Existem duas fases de preparação. O COTER passa uma previsão de instruções e as datas onde deverão ocorrer as atividades, mas não interfere diretamente na preparação. Lembro que a Operação é do Ministério da Defesa e não do Comando do Exército. Ressalto ainda que NÃO EXISTE DIFERENÇA NA PREPARAÇÃO PARA A MISSÃO PARA HOMENS E MULHERES.

**Entrevistadora** - Quais são as principais diferenças no treinamento de militares homens e mulheres para esta operação?

**Entrevistado 14** – Não existe diferença na preparação por sexo, mas sim a preparação é voltada para a preparação de acordo a função a ser exercida.

**Entrevistadora** -Há treinamentos específicos focados nas necessidades das migrantes e refugiadas venezuelanas?

**Entrevistado 14** - As atividades ligadas diretamente com os Migrantes e Refugiados são desenvolvidas por ONG e entidades da ONU. A Força-Tarefa tem missão de Logística e apoio. Os militares apoiam e quando existe necessidade de apoio de militares, no caso de mulheres são realizadas pelo segmento feminino. Porém, as atividades desenvolvidas são em sua maioria administrativas.

Não tivemos nenhum problema referente ao treinamento ou a qualquer atividade desenvolvida

pela Força-Tarefa referente ao segmento feminino.

**Entrevistadora** - Que feedback vocês receberam das militares mulheres sobre o treinamento e preparo recebido?

**Entrevistado 14** - Estamos sempre aprimorando no sentido de otimizar o efetivo empregado. Até o momento as atividades são desenvolvidas com sucesso.

É... pra tentar facilitar aí pra você... pra você entender que assim...pro seu trabalho... por que não existe diferenciação no sentido do feminino e do masculino? porque a operação e a missão, ela é independente disso. A situação de trabalho da FT Logística é totalmente burocrática, tá? E quando tem o contato com o venezuelano, tudo, sempre vai tá acompanhado com o pessoal das ONGs, que são quem trata diretamente dos problemas. Quando a gente recebe algum problema de um caráter, de uma mulher, de alguma coisa, existem mecanismos para que eles sejam cuidados e tratados de uma forma para ajudar as pessoas vulneráveis. Essa é a grande ideia da coisa.

#### **Grupo 4 – Comandante da FT Log Hum**

##### **Gravação não permitida**

##### **Entrevista 15**

**Entrevistadora** - Atualmente, como se dá a estrutura organizacional da FT?

**Entrevistado 15** - A Força-Tarefa (FT) Logística Humanitária da Operação Acolhida (OpAc) foi reestruturada em março de 2023, visando maior eficiência operacional. Antes composta por 10 a 12 células, a FT passou a ser organizada em três centros: Centro de Coordenação de Operações Logísticas (CCOL), Centro de Operações de Engenharia (COE) e Seção de Planejamento e Integração (SPI), com a engenharia inserida de forma essencial. O general destacou que a engenharia não estava inserida em nenhuma célula e que devido a sua importância para a operação, ela foi inserida no COE.

O Comando também foi modificado: o subcomandante se tornou também o Chefe de Estado-Maior (ChEM) da operação, enquanto o comandante do contingente antigo passou a ser o ChEM executor das decisões do Cmt da FT. Essas mudanças trouxeram mais eficiência, pois separou-se o planejamento da execução. Especialmente no processo de interiorização, a nova governança passou a priorizar aqueles que estão nos abrigos. Pois, antes dessa mudança qualquer venezuelano, abrigado ou não, era interiorizado sem priorização. E, assim, os abrigos permaneciam cheios. Com essa iniciativa, na qual a prioridade passou a ser a interiorização daqueles que estavam nos abrigos, foi possível desafogá-los e aumentar a capacidade de abrigamento, como também foi possível reduzir os custos operacionais. O general informou que, em 2024, o número de refeições por dia chega a mais de 24 mil. Já em 2023, esse número era de 30 mil por dia. O Comandante destacou, também, que essa reestruturação é fruto de um trabalho que vem se desenvolvendo desde 2018. Afirmando que tais mudanças só foram possíveis porque os comandos anteriores foram construindo melhores soluções gradativamente até chegar nesta evolução.

O general destacou, ainda, que a FT desempenha três atribuições básicas: logística, segurança e infraestrutura, trabalhando em parceria com diversas agências. O Comandante também destacou que a Operação Acolhida vai mais além da simples interiorização. A OpAc está

envolvida na integração social dos migrantes. Desde o momento que busca empresas parceiras até a verificação do local e das condições que essa população está sendo interiorizada. Há muitas parcerias com empresas privadas que buscam a mão-de-obra venezuelana. Ele ressaltou que a parceria se estabelece mutuamente, ou seja, tanto a OpAc vai em busca das empresas quanto as empresas procuram a operação.

**Entrevistadora** - Como é conduzido o preparo dos contingentes e qual sua avaliação sobre esse preparo para lidar com as demandas específicas das migrantes e refugiadas venezuelanas?

**Entrevistado 15** - O preparo dos contingentes é feito antes e após a chegada dos militares a Roraima. Na fase inicial, o treinamento é conduzido por integrantes da FT, CCOPAB e outras agências, abordando uma variedade de temas. Já em Boa Vista, há uma preparação mais específica durante dois dias, com a participação de agências, tratando temas como direitos humanos, violações contra vulneráveis e práticas militares, garantindo que os militares estejam capacitados para as demandas da missão humanitária.

**Entrevistadora** - Quais atividades a FT realiza que mais tem contato direto com os migrantes?

**Entrevistado 15** - O General destacou que o contato direto mais frequente com os migrantes ocorre nos abrigos, onde há uma intensa interação entre os militares e os migrantes. Ele destacou ainda que há existência de casos de violência doméstica entre os migrantes. Sendo assim, as mulheres militares podem enfrentar alguma dificuldade para lidar com venezuelanos homens, nos casos acima.

**Entrevistadora** - Como tem sido a relação de trabalho com as agências?

**Entrevistado 15** - A relação de trabalho com as agências foi descrita como muito boa, baseada no respeito mútuo e cooperação efetiva. Assim, as atividades se desenvolvem muito bem. Ele chamou a atenção para o fato de nunca ter participado de missões humanitárias. Como ele mesmo disse: o Exército em seu “braço amigo”. Destacou ter participado de missões de “braço forte”. Concluindo que essa experiência além de ser diferente daquilo que ele estava acostumado, tem sido um diferencial importante em sua carreira.

**Entrevistadora** - Como tem sido sua experiência em trabalhar com militares mulheres na Operação Acolhida?

**Entrevistado 15** - A experiência de trabalhar com mulheres militares é vista como normal. O General ressaltou que o trabalho independe do gênero e que as diferenças de percepção entre homens e mulheres se complementam, destacando ainda que, em geral, mulheres tendem a ser mais detalhistas. Ressaltou ainda que o número de mulheres existente na operação depende da seleção militar feita por cada Comando Militar de Área responsável pelo envio da tropa. Sendo assim, elas são empregadas na operação de acordo com suas habilidades e qualificações.

**Entrevistadora** - Quais cargos as mulheres militares ocupam na operação e quais desafios elas enfrentam no desempenho das suas funções?

**Entrevistado 15** - Os cargos ocupados pelas mulheres dependem de suas qualificações. No atual contingente, por exemplo, há uma tenente-coronel na área de educação, liderando o Centro de Capacitação Profissional. Embora não existam mulheres, atualmente, no Estado-Maior, já houve uma Tenente-Coronel chefe da área de informática que desenvolveu um sistema ainda

em uso pela operação. O general destacou que as mulheres são empregadas na operação de acordo com suas qualificações profissionais.

**Entrevistadora** - Como a presença de mulheres militares impacta a dinâmica e a eficácia da Operação Acolhida? Há necessidade de empregá-las em alguma função mais específica?

**Entrevistado 15** - O general destacou que as mulheres contribuem com um olhar mais detalhista, complementando a percepção dos homens. Quanto à necessidade de empregá-las em funções específicas, mencionou que as mulheres têm sido designadas e são essenciais para atuar em áreas como abrigos e alojamentos femininos, onde suas habilidades são essenciais, junto aos militares homens.